BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LVIII N.° 116 (129) ANO DE 2013

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



VOL. LVIII N.º 116 (129) ANO DE 2013

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ VIRIATO CAPELA
(Professor da Universidade do Minho)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professor Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

MIGUEL BANDEIRA
(Vereador da Câmara Municipal de Braga;
Pelouros: Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade
e Planeamento, Ordenamento e Urbanismo;
Professor na Universidade do Minho;
Geógrafo)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Apresentação

Chega hoje às mãos dos leitores o volume LVIII da revista Bracara Augusta, *correspondente ainda ao ano de 2013, o primeiro que se edita sob a orientação do novo director. É a ocasião apropriada para deixar aqui uma palavra de agradecimento a quem, imediatamente, nos precedeu na direcção da revista, o Dr. António Sousa Fernandes. Já tivemos oportunidade de o fazer aquando da apresentação do volume LVII, um volume de índices, iniciativa a todos os títulos merecedora do maior elogio, uma vez que eles proporcionarão aos leitores, em geral, e aos mais empenhados na investigação das coisas referentes à História e património da cidade de Braga, um instrumento de trabalho de enorme utilidade. Sem eles, com efeito, uma revista perderia muita da sua eficácia cultural. E não posso deixar de englobar nos agradecimentos o Dr. Elísio Maia Araújo, organizador desse Índice Geral de Autores e Títulos.*

Aproveito ainda a circunstância para apresentar os meus agradecimentos a todos os autores dos artigos que, generosamente, colocaram a sua investigação e o seu saber, sempre do mais alto nível científico, ao dispor de quem deles quiser usufruir. Seria óptimo que a eles se viessem juntar outros nomes mais jovens – e tantos há – que já deram provas de serem capazes de continuar, ao mesmo nível, o trabalho de quem os precedeu. Saibam que as páginas da nossa Bracara Augusta *estão ao seu inteiro dispor.*

Quero também lembrar os que, mesmo discretamente, sem dar nas vistas, contribuem para que a revista veja a luz do dia. Menciono, especialmente, o trabalho da Dr.ª Salomé Sousa, arquivista do Arquivo Municipal da Câmara de Braga e do Sr. Fernando Pinto, responsável pelo trabalho de composição gráfica.

Decidiu a actual direcção e o Conselho de Redacção, de que fazem parte os professores Luís António de Oliveira Ramos, Aurélio de Oliveira, José Marques, José Viriato Capela, Armando Malheiro e António Franklim Neiva Soares, figuras maiores da cultura bracarense e portuguesa, continuar com a mesma linha de orientação editorial. Não vemos razão para alterá-la.

Decidimos igualmente manter o mesmo grafismo, não fazendo senão pequenas alterações. A Bracara Augusta*, ao longo de todos estes anos da sua publicação, criou uma imagem a que os leitores se habituaram e que, por isso, não queremos, para já, modificar. A mais perceptível de todas as alterações é o aproveitamento da contracapa para nela publicitar os mais relevantes monumentos de Braga a fim de melhor divulgar o seu património edificado.*

Pretendendo fazer chegar a revista a um número cada vez maior de pessoas, estabelecemos que, a partir de agora, serão colocados on line *os títulos dos artigos, acompanhados, para a tornar ainda mais internacional, dos sumários e das palavras-chave também em inglês. Os meios informáticos de difusão de que hoje dispomos permitirão, assim, fazer chegar a revista a qualquer parte do mundo, contribuindo para difundir e prestigiar a cidade de Braga, a investigação que nela se desenvolve, a cultura que lhe dá alma e identidade própria.*

Não queremos terminar esta nota de apresentação sem felicitar o novo executivo da Câmara Municipal de Braga pela decisão de, apesar dos constrangimentos financeiros conhecidos, continuar a publicar uma revista que prestigia quem a edita e quem nela colabora. Poucos municípios portugueses poderão orgulhar-se de um instrumento de cultura com tão alto nível. A Bracara Augusta *é, de facto, senão a mais considerada revista do género que se pode encontrar em Portugal, pelo menos uma das mais consideradas. Está, portanto, de parabéns, a nova vereação da Câmara Municipal e, muito especialmente, o pelouro da Cultura, pela correcta decisão de continuar um trabalho cultural que, há muitos anos já, se vem desenvolvendo.*

O director

Luís da Silva Pereira

Por Braga, a caminho de Santiago...

ARLINDO DE MAGALHÃES RIBEIRO DA CUNHA *

Resumo

A importância do *Homo Viator* e da peregrinação na fenomenologia e prática das religiões, particularmente da que se fazia ao Finis Terrae galego, é a questão. Esta peregrinação ao lugar onde o Sol morria e moravam os deuses conhece-se desde a Antiguidade. Os primeiros cristãos, que se tinham voltado para o Oriente – lugar onde "o sol da Justiça" nascera (Ml 3,20) – acabaram, também eles, por se encaminharem para Ocidente..., que tinha chegado um barco de pedra...

A Europa dialogante fez-se a peregrinar a Compostela, escreveu Goethe (1749-1832). Materialmente, nasceu então uma rede de estradas e lugares de assistência que possibilitaram troca de saberes e de culturas, de técnicas e de estéticas, entre os muitos peregrinos que demandavam o pretenso túmulo do Apóstolo Santiago. Que se exige a um caminho para que, hoje, se possa dizer "de Santiago"?

Finalmente, a Bracara Augusta medieval e sua inserção nos caminhos portugueses de Santiago.

Abstract

The importance of the *Homo Viator* and the pilgrimage in phenomenology and in the practice of religions, particularly the one that was done to the Galician *Finis Terrae*, is the question. This pilgrimage to the place *where the Sun died and the gods lived* is

* Prof. da Universidade Católica Portuguesa.

known since ancient times. The first Christians, who had faced towards the East – the place where "the Sun of justice" had been born (Ml 3.20) – ended up moving to the West, because a stone boat had arrived.

According to Goethe (1749-1832), Europe, which was open to dialogue, was made with the pilgrimage to Compostela. Materially speaking, a network of roads and places of assistance was built, which enabled the exchange of knowledge and cultures, techniques and aesthetics among many pilgrims who demanded the alleged tomb of the Apostle St. James. What is required today so that a certain way can be called "St. James's way"?

Finally, medieval Bracara Augusta and its insertion in the Portuguese ways to Santiago.

Keywords: St. James, cult, jacobean ways, pilgrimage, pilgrims, history, Braga.

A peregrinação é uma constante na história das Religiões: um fenómeno ou prática que arranca sempre de um lugar geográfico situado na profanidade, no dia-a-dia, e que tem como destino um outro do âmbito do sagrado: de qualquer lugar do Minho ao S. Bentinho da Porta-Aberta, a S. Torcato ou a S. Gonçalo de Amarante; de Lisboa a Santiago de Compostela; de qualquer lugar da Europa ao Finisterra, depois a Compostela, a Roma ou a Jerusalém, a Meca, ao Ganges… O próprio Jesus, "porque estavam a chegar os dias de ser levado deste mundo, arrancou resolutamente da Samaria para Jerusalém." (Lc 9, 51). E já ali, à mesa pascal – é João que relata –, disse aos discípulos: "para onde eu vou vós sabeis o caminho" (Jo 14, 4). Como Tomé lhe perguntasse "que caminho?", respondeu-lhe: "Eu sou o caminho"!

Abordarei a importância da peregrinação nas religiões e muito ao de leve a jacobeia; depois, que é um caminho de Santiago?; e, finalmente, que caminhos de peregrinação a Compostela passavam por Braga?

I. PEREGRINAR AO *OCCIDENS*

A demanda de lugares sagrados – um monte alto, uma floresta, uma fonte, um túmulo – é uma prática religiosa tão antiga quanto a humanidade. Por isso, os profetas das Grandes Religiões – dizendo

doutro modo, os homens da *revolução profética* – incentivaram a peregrinação.

De Confúcio a Sidarta Gautama, de Lao Tsé a Maomé, de Abraão e Moisés a todo o povo de Israel que caminhou do Egipto para a "terra onde corre o leite e o mel" (Ex 3,8), de Jerusalém para o exílio, mais tarde regressou à sua cidade santa, e que finalmente foi condenado a uma diáspora à escala planetária, na qual entrou já o novo povo,... sempre a peregrinação.

Na história dos primórdios cristãos, aparecem também os peregrinos: exemplos são o pagão etíope que regressava de uma peregrinação a Jerusalém quando se encontrou nas bordas da cidade santa com outro grande caminhante, Filipe, originário da paganizada Galileia (Betsaida), ou a multidão de judeus piedosos, "provenientes de todas as nações que há debaixo dos céus" (Act 2, 5), espalhados por todo o Mediterrâneo oriental (Act 2, 5), que, naquele dia de Pentecostes, estavam na "cidade das nossas solenidades" (Is 33,20)[1]...

Dos mais discípulos, seguidores, ... bastará recordar Paulo, um dos maiores caminhantes do mundo greco-romano, mas também Barnabé, Áquila e Priscila, Febe, Apolo, etc.... Os cristãos chamavam mesmo à sua vida "a via [do Senhor]" (Act 9,2; 13,10; 16,17; 19,23; 24,22).

Claro que não foram os cristãos que inventaram as peregrinações. Naquele tempo, peregrinava-se já, desde o passado mais obscuro ao lugar onde o Sol morria ao Olimpo grego ou ao Stonehenge britânico, à floresta sagrada de Avalon, às fontes sagradas da Grécia e de Roma, aos "altos montes" de Israel, de Sião, de Garizim ou de (Dt 12,5), mas sobretudo a Jerusalém, cidade a que se subia (Mc 10,33 e Lc 18,31; Act 15,2; Gl 2,1).

Interessa-nos aqui particularmente a peregrinação que, dos lugares mais orientais da Europa e mesmo do Médio Oriente, só terminava no lugar onde o sol morria, (o *Occidens* < Ocidente < *occidere [matar]*), onde moravam os deuses, no fim da terra, lugar a que se chamaria Finisterra, aqui em cima, na Galiza. Os peregrinos seguiam o *Caminho das Estrelas*, também dito *Via Láctea, que* lhes servia de orientação.

---

[1] "Partos, Medos, Elamitas, habitantes da Mesopotâmia, da Judeia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e das bandas da Líbia, vizinha de Cirene, residentes romanos, tanto judeus como prosélitos, Cretenses e Árabes" (Act 2, 9-11).

Escritores gregos e latinos o testemunham. Recordo Ovídio Nasão (43aC-17/18 dC) e também Marco Túlio Cícero (106-43 aC).

O grego Ovídio, nas suas *Metamorfoses* – que são praticamente um resumo de toda a tradição mitológica grega e latina, desde o Caos inicial até à apoteose de Júlio César –, quase logo no início, fala de um assunto que nos interessa particularmente, a Via Láctea pela qual os Imortais sobem à morada do Senhor dos Trovões:

> "Há nos céus uma via, láctea e duma deslumbrante brancura, visível em *[noite de]* céu sereno. É por ela que os Imortais sobem à majestosa morada do Senhor dos Trovões. À direita e à esquerda, sob os pórticos sempre abertos, residem os deuses *[principais];* os menores habitam outros lugares. Os deuses mais poderosos e os de maior categoria habitam logo à entrada deste lugar a que, se me é permitida uma tal linguagem, ouso chamar o Empíreo"[2].

Comentando este mesmo texto de Ovídio, no *Sermão vigésimo nono*, o Pe António Vieira diz que "no céu há um caminho claro e manifesto, ao qual, pela brancura, tomando o nome de leite, chamaram Via Láctea, e que esta é a estrada por onde os habitadores do céu sobem aos altos palácios do grande Tonante: isto é, gentilicamente de Júpiter, e cristãmente de Deus"[3].

O latino Cícero (106-43 a. C.) vai noutra linha; a Via Láctea é também uma estrada mas, para os homens, uma estrada moral, "que pedistes emprestada aos Gregos":

> «"*[Meu filho:]* … Procura viver com justiça e piedade e não esqueças o respeito que deves aos teus pais, aos teus próximos, e sobretudo à tua pátria. A vida assim vivida é uma estrada que te conduzirá ao céu e à assembleia daqueles que já viveram e habitam agora, libertos já do corpo, naquele lugar que vês". E meu Pai mostrava-me esse círculo que brilha pela sua deslumbrante brancura

---

[2] "Est via sublimis, cœlo manifesta sereno, / Lactea nomen habet; candore notabilis ipso. / Hac iter est superis ad magni tecta Tonantis, / Regalemque domum. Dextra lævaque deorum / Atria nobilium valvis celebrantur apertis. / Plebs habitant diversa locis. A fronte potentes / Cœlicolæ, clarique suos posuere penates. / Hic locus est, quem, si verbis audacia detur, / Haud timeam magni dixisse palatia cœli". Há uma tradução portuguesa desta obra de Ovídio feita por António Feliciano de Castilho, editada pela Imprensa Nacional, Lisboa, 1841, que aqui se não segue por demasiado compacta. O empíreo, que poderá traduzir-se por "céu", era concretamente "a mais elevada das esferas em que a antiga astronomia considerava fixados os astros" (*Dicionário da Língua Portuguesa,* Porto Editora, 5.ª edição, 1982).

[3] *Sermões*, Vol IV, Tomo XII, Porto: Lello & Irmão, 1959, p. 403.

> no meio de todas as luzes celestes e que vós, numa expressão que pedistes emprestada aos Gregos, chamais a Via Láctea. Do alto deste orbe luminoso, eu contemplo o universo, revestido de magnificência e de maravilhas»[4].

Alguns escritores portugueses fizeram-se também eco disto mesmo, sobretudo Sá de Miranda[5], o Pe. Bluteau (1638-1734)[6] e Aquilino Ribeiro[7].

Todos estes textos, mas sobretudo os de Ovídio e Cícero, obrigam-nos a formular perguntas. Conhecido o antropomorfismo das religiões grega e romana, é lícito supor que foi no exemplo dos humanos que Cícero fundamentou a exemplaridade moral que inculcava no espírito do destinatário do seu livro *De re publica,* e que Ovídio modelou o caminho dos deuses para a morada do Senhor dos Trovões. É legítimo perguntar: há quanto tempo se peregrinava já ao *Occidens,* o lugar onde o Sol morria e onde moravam os deuses, lugar situado para lá do *Finis Terræ*?

Enquanto isto, com os pagãos virados a Ocidente, os cristãos haveriam de voltar-se para o *Oriens (Oriente)* < *oriri* [nascer], porque nele nascera o "Sol da Justiça" (Mal 4,2), de que tinha falado o profeta Malaquias. Como não recordar o nome de Etéria, uma mulher possivelmente galega que partiu "do extremo litoral do oceano ocidental"[8], rumo a Jerusalém?

No século VIII/IX, porém, numa Europa que vivia um tempo religiosa e politicamente muito conturbado, particularmente na Península Ibérica, que haveriam de fazer os cristãos a uma peregrinação pagã ao Fim da Terra, uma prática religiosa tão profundamente entranhada, palmilhando o "Caminho pagão das Estrelas"? O mesmo

---

4 CÍCERO – *De re publica,* Livro 6, XI: "… justitiam cole et pietatem: quæ quum sit magna in parentibus et propinquiis, tum in patria maxima est: ea vita via est in cœlum, et in hunc cœtum eorum, qui jam vixerunt, et corpore laxati illum incolunt locum, quem vides. Erat autem is splendidissimo candore inter flammas elucens circus, quem vos, ut a Graiis accepistis, orbem lacteum nuncupatis: ex quo omnia mihi contemplanti præclara cetera et mirabilia videbantur".

5 MIRANDA, Sá de – *"Os Vilhalpandos",* in *Obras Completas de Sá de Miranda,* Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 3.ª ed., 1977, p. 205.

6 *"Via Láctea",* in *Vocabulário Português e Latino,* 8.º Vol.*,* Lisboa Occidental: officina de Pascoal da Sylva, 1727, pp. 467-468.

7 RIBEIRO, Aquilino – *Uma luz ao longe,* Lisboa: Bertrand, 1969, p. 204, e *Estrada de Santiago*, Lisboa: Bertrand, 1956, p. 323.

8 Valério (623?-695) foi um eremita natural de Astorga, discípulo de S. Frutuoso, de que conhecemos, entre outros escritos, a *Carta em louvor de Etéria* (in *Analecta Bollandiana,* T. 29, Bruxelas, 1910, pp. 377 ss).

que já tinham feito, no séc. IV, ao *Nathale Solis Invicti:* cristianizaram-no.

No lugar onde o Sol morria – no *Occidens* – morava Júpiter, o soberano do Céu, da Terra e dos seus quatro elementos, o Tempo, o Pó, o Trovão e o Raio. Entre outros nomes, ele era o *Fulgurator* (o que lança o relâmpago) e o *Tonitrualis* (o que faz ribombar o trovão). E do *Tonitrualis* ao *Filius tonitrui* [Mc 3,17) > Filho do Trovão (Boanerges)], *Yako* no Evangelho de Marcos[9], o salto foi muito pequeno. Boanerges, "filhos do trovão", eram os irmãos Tiago e João (não se estranhe que só o primeiro tenha carregado o epíteto: é que João foi sempre na tradição cristã uma figura de vulto, por demais conhecida e individualizada).

Trocou-se, portanto, o Sol pagão do *Occidens* pelo Sol da Justiça" (Mal 4,2) do *Oriens*; o Senhor dos Trovões pelo "Filho do Trovão" (Mc 3,17); e a peregrinação ao *Oriens*[10] pela do *Occidens,* o lugar onde o Sol morria.

Complicado? Não, tudo muito simples, embora, na consequência, tivesse nascido aqui uma enormidade de lendas, costumes e crenças populares que entrariam na tradição jacobeia portuguesa. A todas elas subjaz, mais ou menos intocada, a escatologia grega, aqui e ali romanizada, o que, em meu entender, também ela explica a passagem do Sol *Oriens* ao *Occidens*, do *Tonitrualis* ao *Filius Tonitrui* cristão e o retorno da peregrinação cristã à antiquíssima demanda não rigorosamente já do *Finis Terrae* mas, a partir de então, a Compostela, … que tinha ali aparecido um túmulo!…, que tinha chegado um barco de pedra!… (talvez nem todos saibam que barcos de pedra havia-os muitos pela Galé-

---

[9] Jesus "subiu depois a um monte e chamou os que entendeu, e eles foram ter com ele. Escolheu doze para andarem com ele e para os enviar a pregar: … Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão, a quem deu o nome de Boanerges, que quer dizer "filhos do trovão" …". Comenta um especialista do Evangelho de Marcos: "No se sabe con seguridad si la traducción ofrecida por Marcos de *Hijos del Trueno* es correcta o no. Tampoco sabemos a qué se refiere. Dado que el nombre es impuesto por Jesús con pleno poder, deberá ser algo más que un apodo"; e continua o autor admitindo que o nome possa significar "Filhos da ira" ou "correligionários", dado o seu temperamento impulsivo (voz de Deus que falava por eles) ou referindo mesmo uma possível ideologia zelota (GNILKA, Joachim – *El Evangelio según San Marcos,* I, Salamanca: Sígueme, 3.ª ed., 1996, p. 165). Aquilino de Pedro (in *Diccionario de términos religiosos y afines*, Estella: Verbo Divino, 1990, p. 29) recorda que a "Santiago y … su Hermano Juan (chamam Filhos do Trovão) por su carácter impetuoso, mostrado, por ejemplo, cuando desean hacer caer fuego del cielo contra los samaritanos (Mc 3,17 e Lc 9, 51-51) ".

[10] *Oriente*, do verbo latino *oriri, nascer. Ocidente*, também do latino *occidere, morrer.*

cia, entre os quais um que, muito antes, já no séc. VI, tinha trazido para Teixido, na Coruña, os restos mortais doutro Apóstolo, André![11]).

Em resumo, digamos que os cristãos inverteram o sentido da grande peregrinação: depois de preferirem o Oriente ao Ocidente, retornaram ao Ocidente. Ao Oriente voltariam só muito mais tarde, no tempo das Cruzadas.

É possível que o Finisterra, Jerusalém e mesmo Roma tivessem começado por responder a uma grande curiosidade. O tempo e a prática dariam sentido e aprofundariam o caminho "da vida e da paz", assim diziam os profetas de Israel (Jr 21,8 e Is 59,8).

Só quem, do fundo da alma, desejou verdadeiramente a peregrinação e a levou a sério, e ao chegar se encontrou com o mistério que, no mínimo, vislumbrou, pois que a peregrinação exige o afastamento do quotidiano e busca o que está para lá dele e se não vê para além de… (em latim *trans* [além, para além] + *scandere* [subir] > transcendente), percebe que peregrinar não é *produto* turístico (compra-se e vende-se), económico-financeiro, um produto autárquico, radical, cultural, etc.

Peregrinar exige fazer caminho, de olhos postos no ponto de chegada, livres de toda a cangalhada, bastam um chapéu, um bordão e umas botas, depois kms e kms, a pé, passo a passo, ao homem antigo habituado a caminhar não doíam nem os pés nem as pernas, e o espírito começa a libertar-se, porque o tempo é de pensar, de meditar, de resolver dramas, de buscar e encontrar ou não, de comentar decisões, de buscar a Deus… e os Outros, a própria Natureza que não é só beleza, é muito mais do que isso, é o momento em que "o invisível se torna visível à inteligência" (Rm 1,20). Quem nunca fez esta experiência não percebe o que é ou foi a peregrinação a Compostela.

Há muitos exemplos e figuras que para decidirem da sua própria vocação peregrinaram a Compostela: fiquemo-nos por S. João de Deus (1485-1550) e por Fr. Gonçalo Díaz de Amarante (?-1618), mais conhecido o primeiro; o segundo, natural de uma aldeiinha hoje do concelho do Marco de Canavezes (Folhada), mas muito próxima de Amarante. Se João de Deus encontrou rapidamente o seu caminho, Gonçalo Dias quase gastou a vida inteira a correr os mares do

---

[11] ROMERO, Fernando Alonso – *Santos e barcos de pedra*, Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1991, pp. 109-127.

Ocidente e do Oriente na busca do que encontrou quase já no fim dos seus dias.de Marcosaimbrou o mistmesmo de M Finalmente Mercedário, *Pai dos pobres*, morreu em Callao com "fama de santidade"[12].

Claro que, ao longo do tempo, o caminho de Santiago trouxe outras riquezas. Foi lugar de troca de saberes e de culturas, de técnicas e de estéticas (as maiores catedrais góticas de Espanha estão ao longo dos caminhos de Santiago, por exemplo). Por isso Goethe (1749-1832) disse que a Europa se fez a peregrinar a Compostela.

Para entendermos o que efectivamente aconteceu, há que voltar atrás.

No ano 1900, o Pe Louis Marie Duchesne publicou um estudo histórico-crítico sobre *Saint Jacques en Galice*, em que concluiu que "não há apenas um silêncio, há uma negação pura e simples da pregação [de Santiago na Península]. Semelhante ideia nasceu fora de Espanha, num texto desprovido de qualquer valor, que foi acarinhada por estrangeiros num tempo inicial em que foi combatida pelos próprios espanhóis, e que foi admitida por eles apenas num momento circunstancialmente muito preciso"[13]. Disse mais. Que foi em Inglaterra que um tal Aldelmo de Malmesbury (ca 639-709) comporia uma inscrição que é ainda hoje o primeiro texto conhecido a afirmar que Santiago foi "Primitus Hispanias convertit dogmate gentes", o que primeiramente converteu as gentes da Hispânia.

Mas essa não é a verdade. Verdade é que os cristãos peninsulares do séc. VIII cristianizaram a peregrinação pagã.

Nossa Senhora do Pilar, aparecida a Santiago em Zaragoza, no ano 40 da nossa era; a batalha de Clavijo, no ano 844, em que o Apóstolo volta a aparecer, já depois da tal viagem em barco de pedra; a célebre batalha de Ourique ocorrida em dia de Santiago, como não podia deixar de ser; são efectivamente lendas de um tempo que é preciso saber ler.

---

[12] CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da – *"Fray Gonçalo Diaz de Amarante",* in *Humanística e Teologia* XXI (2000) 337-378.

[13] *Ibid.,* p. 19.

II. QUE CAMINHOS SÃO "DE SANTIAGO"?

O homem antigo nascia, vivia e morria na sua aldeia. E unicamente por ócios e negócios, devoções e paixões se deslocava para fora dela, então quase sempre a pé, por vias e sendas "de pé posto", que estradas havia poucas e más. A rede viária romana fora importante e boa; ao tempo em que o suposto túmulo jacobeu começou a atrair peregrinos, existia ainda, como subsistiu praticamente até ao séc. XIX, embora então já muito degradada e em alguns sítios mesmo destruída. E estradas novas não havia[14]. No entanto, nunca a falta de estradas impediu o homem de se deslocar. Os caminhos fizeram-se sempre primeiro com os pés, e só mais tarde com o labor das mãos.

De qualquer modo, quem peregrinava a Compostela utilizava fundamentalmente as estradas romanas, quase as únicas existentes. Mas o peregrino jacobeu era, na sua maior parte, caminhante e pobre. Por isso, sempre que lhe convinha, abandonava o traçado romano e cortava a direito, serra acima e ladeira abaixo, deixando as poucas vias disponíveis a cavaleiros e "carreiros". Andavam a pé os peregrinos e queriam chegar depressa a Compostela. Por isso seguiam em frente quanto podiam, e não poupavam esforços: procuravam pontes e barcas, escolhiam aqui e ali os caminhos mais seguros (os salteadores foram sempre grandes inimigos dos peregrinos e viajantes em geral), demandavam albergarias e outros hospícios, conventos e hospitais, se e quando os havia, e aproveitavam mesmo para visitar algum santuário de passagem[15].

---

[14] Como se sabe, as grandes épocas de construção viária em Portugal são a do fontismo (séc. XIX), a do Estado Novo, e a posterior ao 25 de Abril. Mas na bacia do Douro as "estradas pombalinas" (séc. XVIII) tiveram também grande importância.

[15] E, de facto, com relíquias ou sem elas, muitas vezes construídos na sequência de "milagres", vários santuários obrigavam a visitas de piedade. Nossa Senhora da Abadia e a Senhora da Peneda, no Minho, exerciam um fascínio especial já nesses tempos. Ao lado de Guimarães, S. Torcato, um dos sete "varões apostólicos", era também um santuário muito procurado. Na Correlhã, antes um pouco de Ponte de Lima, a capela de Santo Abdão era lugar de passagem de muitos que peregrinavam a Compostela. E muitos outros casos poderiam ser referidos. Depois havia as relíquias, verdadeiras umas (de Santa Joana em Aveiro, de S. Gonçalo de Lagos em Torres Vedras, da Rainha Santa Isabel em Coimbra, por exemplo), e apócrifas quase todas. Os Frades Pregadores de Guimarães tinham no seu mosteiro, para além do Santo Lenho, "um pedaço da pedra donde Nosso Senhor subiu ao céu, relíquias do véu da SS.ma Virgem e do seu sepulcro, do maná, da vara de Moisés, dos santos inocentes" (MARTINS, Mário – *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média,* 2.ª ed., Lisboa: Brotéria,

No terreno, são muitos os sinais da peregrinação jacobeia. Desde logo, igrejas paroquiais e ermidas "de Santiago", todas elas rigorosamente construídas ao lado de estradas – *vias* ou *karrarias*, muitas vezes simples *caminhos de pé posto,* repito – que levavam a Compostela. Não foram os caminhos que procuraram os templos, foram os templos que se encostaram aos caminhos.

É indispensável também investigar se há por perto devoções incrustadas ao culto jacobeu. Digo-as *paralelas*: S. Gonçalo de Amarante, S. Roque, S. Cristóvão, S. Pedro Gonçalves Telmo, Santo André, Santo Amaro. Quando apareça uma paróquia ou ermida, uma Confraria ou Irmandade, uma simples imagem de…

É preciso também saber de pontes e barcas – repito porque muito importante –, de poldras e passagens a vau.

Importante também conhecer a toponímia directamente relacionada com a viandância em geral. Ela conserva-se praticamente intacta, e presta hoje um grande auxílio na detecção da antiga rede viária. Cito apenas alguns topónimos: Barco/a, Barqueiro/a(s), Breda (corrupção de Vereda), Calçada, Cálem, Cale ou Cal, Caminho, Carreira(s) ou Carreiro e outros derivados de *carrus,* Carral, por exemplo, ou Carreiro, Corredoura, Cruz (das Almas, da Carreira), Cume, Cumiada e Cumieira, Estrada ou Estradinha, Parada ou Paradinha, Paço ou Paçô, Passagem, Penso[16], Poldras ou Ponte, Porto ou Portela, Rua, Semitela, Sendim e seus derivados.

Ao longo destes caminhos, foram aparecendo, para assistir aos viandantes, a Albergaria, o Alcouce, a Estalagem, a Gafaria, o Hospício, o Hospital, a Pousada e a Venda. Mas também a Fonte, o Padrão (topónimo que pode indicar a existência de um marco miliar romano ou de um cru-zeiro tridentino), sei lá que mais.

Havia ainda as Vilas (velhas), romanas ou visigóticas designadas por um patronímico, ou as novas por um qualificativo; também as Vilelas, os Vilares, os Vilarelhos e os Vilarinhos; ainda as antigas Arcas, Arcossós e Arcozelos, Bóbedas e Bobadelas, Cidadelhes, Marmoirais e Moimentas, e, as mais recentes, Abegoarias, Aldeias, Burgos, Casas e Casais, Igrejas e Grijós, Mosteiros e Mosteirós, Paços e Paçôs, Póvoas, etc.

1957, p. 95). Em tempos de sensibilidade espiritual pouco educada, em que as massas populares estavam ainda ligadas a formas primitivas e mesmo pagãs de religiosidade, estas realidades e lugares exerciam grande fascínio.

[16] Penso era a ração da montada, que na toponímia deu *Penso* ou *Peso*.

Mas há muitos mais resquícios que remetem para a antiga devoção jacobeia: todos os lugares chamados "Santiago" ou "de Santiago": Santiago do Cacém, …da Forca hoje da Cruz, …de Farinha Podre (hoje Travanca do Mondego, Penacova). Em local assim chamado pode não existir hoje lugar algum de culto jacobeu; mas existiu pela certa no passado! Por força da passagem intensa de peregrinos, o lugar pode ter mudado de orago: aqui ao ladinho de Braga, a freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz (assim chamada até ao ano 1400) passa então a dizer-se Santiago de Santa Lucrécia. No caminho de Guimarães para esta paróquia – caminho de Santiago – passava-se em Santa Cristina de Longos (Guimarães), que, na sua paroquial, tem uma imagem de Santiago. Porquê? O contrário também aconteceu[17].

É necessário ainda saber de festas e feiras "de Santiago" que, em princípio, se realizavam a 25 de Julho, de imagens de Santiago à primeira vista perdidas por igrejas paroquiais ignotas mas que podem indicar efectivamente caminhos jacobeus (Albani registou no seu relato de peregrinação a sua passagem pelo Bombarral[18]; e, de facto, a sua igreja possuiu uma imagem de Santiago, ardida no incêndio que a queimou nos tempos conturbados da República acabada de nascer: por ali passava o caminho que, de Lisboa, avançava para Alcobaça…), altares de Santiago, Confrarias e Irmandades…

Colocada num mapa toda esta informação (faltam ainda os relatos de peregrinação de que falaremos adiante e as notícias guardadas em Arquivos pouco estudados), estão – in genere – desenhados os caminhos jacobeus, os caminhos "de Santiago".

Há dados, porém, que têm de ser interpretados.

Coimbra, por exemplo. A cidade tem à sua volta um verdadeiro cinto de lugares de culto jacobeu: Trouxemil, Eiras, Souselas, Ançã, S. João do Campo, S. Silvestre do Campo, Taveiro e S. Martinho do Bispo. Porquê? Logo nos séc.s IX e X, a tropa cristã dos reis de

---

[17] Igrejas paroquiais ou ermidas de Santiago que mudaram de invocação: Castelões (de Santiago para O Salvador), Corujeira (para Nossa Senhora das Neves), Murça (para Santa Maria), Torre de Moncorvo (para Nossa Senhora da Assunção), Oliveira – Póvoa de Lanhoso (para S. Cristóvão, tendo embora retornado à invocação jacobeia), Ourozinho (terá balançado no séc. passado entre Santiago e Nossa Senhora da Assunção). Vila Meã – Vila Nova de Cerveira (terá passado da invocação de S. Paio para a de Santiago, mas voltou à primitiva).

[18] ALBANI, Nicola – *Viaxe de Nápoles a Santiago de Galicia*, Xunta de Galicia, 2007, p. 223.

León – que conquistou, perdeu e reconquistou a cidade e o território envolvente – acolheu-se à protecção de Santiago Matamouros. Posteriormente, em acção de graças, dedicaram-lhe várias igrejas do arrabalde conimbricense, algumas das quais foram mais tarde doadas à igreja de Compostela. A primeira foi a de Trouxemil (*uilla crescemiri*), doada logo em 833 por Afonso III de León (866-910) à de Santiago de Compostela.

Outras cidades ou vilas há, rodeadas também de mais ou menos lugares de culto jacobeu, mas por outras razões. É assim no Porto, em Ponte de Lima[19], em Chaves, ou em Braga. É que os grandes centros urbanos eram, para o homem medieval, um lugar de pecado. E, por isso, os peregrinos evitavam-nos, passando-lhes simplesmente ao lado. De Braga, por exemplo, os peregrinos podiam desviar-se passando, do lado ocidental, pelo mosteiro de Tibães ou procurando mesmo a sua albergaria, e a oriente por Santiago de Fraião, logo se dirigindo a Norte sem entrar na cidade.

Claro que, no interior destas vilas e cidades, existiam ou podiam existir paróquias e igrejas, Confrarias e Irmandades com seus altares, festas e feiras, tudo "de Santiago", até albergarias e hospitais. É o caso de Braga, em que, como noutros lugares, foram surgindo a paróquia de Santiago da Cividade, o Hospital de S. Marcos, para peregrinos mas não só, e, pelo menos, mais oito albergarias e um Hospício do Cabido.

É ainda curioso que em cidades ou vilas que fossem lugar de passagem de peregrinos havia muitas vezes, à entrada, do lado Sul, uma igreja ou capela "de Santiago" ou de uma devoção paralela: Monforte, Pinhel ou Aveiro, Salamanca se quiserem, por exemplo, lá têm a sua igreja ou ermida "de Santiago"; à entrada do Porto, fazendo ribeira com o Douro, havia a paróquia de São Cristóvão de Mafamude (santo que, como sabem, ajudava os mais débeis a atravessar rios que não tinham pontes); e na estrada que vinha mais do lado do mar, frente a Massarelos, existiu uma ermida de Santiago. Etc.

---

[19] "À entrada da ponte, lado norte, há uma capela de S. Gonçalo" (BARREIROS, Aguiar – *Egrejas e capelas da Ribeira Lima*). Logo a seguir, há um nicho e uma «Casa de S. Gonçalo». Segundo Alberto Vieira Braga (*O Culto de S. Gonçalo na Baía,* Separata da revista *Gil Vicente,* Barcelos, 1935, p. 21) faz-se (ou fazia-se) uma romaria a S. Gonçalo em Ponte de Lima a 10 de Janeiro. «Tem huma grande Igreja de S. Gonçalo, obrada com esmolas dos muitos devotos do Santo pelos milagres que obra, especialmente nos quebrados, com feira franca em seu dia a dez de Janeiro» (COSTA, António Carvalho – *Corografia Portuguesa*, I, Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 178).

Resquícios jacobeus há que a memória popular não perdeu: no adagiário digamos genérico – "Pelo Santiago pinta o bago" ou "No mês de Santiago vêm os romeirinhos à Terra da Pedra"[20] –, depois, no lendário, terreno infindo!, bem como no mundo de designativos inesperados e localizado em lugares jacobeus – em Santiago de Fontão (Ponte de Lima) e em Santo Tirso há peras ou maçãs "de Santiago", e há também, um pouco por todo o Portugal, "erva de Santiago", nome que se deu à Tasninha (*Senecio jacobœa)*, uma planta medicinal antidisentérica[21], muito utilizada pelos peregrinos, a quem os vendeiros serviam carne podre ou outros alimentos impróprios para consumo, etc. Há ainda palavras e expressões que vêm dos caminhos de Santiago, por exemplo, *galhofa*, *sair à francesa*, *dar um santiago*[22].

E não esqueço que, na pragmática vida comercial moderna ou no mundo de prestação de serviços aparece com frequência o determinativo "de Santiago", mas não em lugares à toa, porque sempre provenientes da peregrinação ou da devoção jacobeias: aqui um café, um hotel ou um stand de automóveis *de Santiago, também* uma estação de caminho-de-ferro dita simplesmente *Santiago*, uma ponte ou uma quinta *de Santiago*, um estabelecimento comercial – Farmácia ou Padaria *de Santiago*. Em todos estes casos – não há regra sem excepção! – há ou houve, por perto, devoção ou caminho "de Santiago".

E há também a documentação: porque existiu uma ermida em Vila Nova de Gaia, uma paróquia de Santiago que desapareceu (em Santarém ou em Óbidos), uma albergaria (em Frias [Albergaria-a-Velha], em Alenquer…), tudo desaparecido mas documentado.

Mas muito mais do que isso. Por exemplo, um caso muito curioso. Um documento de 24 de Março de 1611 informa que uma filha de Diogo do Souto e de Isabel Gonçalves, naturais de Lisboa, que nasceu no hospital de Arouca quando os pais regressavam de Santiago de Compostela, recebeu o baptismo na igreja do convento cisterciense de Arouca[23].

---

[20] GRAÇA, A. Santos – *O Poveiro*, 2.ª ed., Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1982, p. 100.

[21] VASCONCELOS, António de – *Dicionario das Plantas de Portugal que teem nome popular,* Porto, 1915, pp. 32 e 83.

[22] *Dar um santiago*, expressão ainda utilizada na linguagem popular, significa dar uma coça ou infligir uma derrota humilhante (RIBEIRO, Aquilino – *Portugueses das sete partidas*, Lisboa: Bertrand, 1984, p. 91).

[23] COSTA, M. Gonçalves da – *História do Bispado e Cidade de Lamego,* IV, Lamego: 1984, p. 454.

Que fazia em Arouca este casal que vinha de Compostela e seguia para Lisboa? A verdade é que no vale em Arouca passava mesmo um caminho de peregrinação, uma antiga via que atravessava o vale dito "de Arouca", corónimo e não topónimo, e seguia depois para o rio Douro, que se cruzava na Raiva (Castelo de Paiva). Mas, no lugar chamado "castro", hoje dentro da vila, havia e existe ainda uma capela de Santiago[24].

Um pouco a sul, na serrania da Freita, tinha D. Mafalda mandado construir "ao pé do monte chamado Freitas, um Hospício…, a que aplicou rendas bastantes para que nele dessem camas e mantimentos necessários a todos os passageiros. E ordenou outrossim que se pagasse a um homem que andasse de noite atravessando com facho aceso para que não se perdessem as veredas e estradas por ser muita [a] sua fragosidade e aspereza. E de dia andasse pelos caminhos mais remotos dos rios e fontes, com água, oferecendo-a aos fatigados e sedentos caminhantes, [e] com outras cristãs e piedosas obras"[25].

Dizia atrás: reunidos e colocados num mapa todos estes dados, está imediatamente desenhado o caminho que, no passado, foi jacobeu.

Resta então, e é indispensável fazê-lo, comprovar tudo no terreno. No interior do nosso território nacional, no velho mundo rural, a tarefa não será muito difícil. Mas nas cidades é quase impossível. As auto-estradas e as novas grandes estradas destruíram muita coisa que existia ainda há 20 ou 30 anos atrás.

Em suma, um caminho de Santiago é um itinerário rumo a Compostela, comprovadamente palmilhado por peregrinos jacobeus na Idade Média ou ainda na Moderna (não na Contemporânea). *Comprovadamente* quer dizer em documentação escrita, com paró-

---

[24] MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto,* Porto: Separata do *Boletim Cultural* XXXIV [1973] 161.

[25] CARDOSO, George – *Agiológio Lusitano*, Tomo III, Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p. 37.b. A *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* XXXVII, 810, p. 811.a, atribuindo-a ao mesmo "padre Cardoso", conta da "albergaria" uma história um pouco diferente: "hospital ou albergaria… para recolhimento e agasalho dos passageiros doentes que passavam por esta terra, obra da rainha santa D. Mafalda, e se pagava certa pensão a quem tocava uma busina até certas horas da noite, para que, se alguns passageiros andassem perdidos pela serra, …pelo som da busina viessem em conhecimento de que naquele sítio havia lugar para se não porem a risco de os comerem os lobos".

quias, ermidas e outras referências "de Santiago", muitas vezes ainda guardadas na tradição oral[26].

III. QUE PEREGRINOS POR BRAGA?

Apesar da sua antiguidade e primazia – no civil, no eclesiástico e no cultural peninsular –, penso que Braga não era um lugar muito procurado na demanda de Compostela. Não tinha relíquias nem santuários. De facto, as de S. Frutuoso e dos mártires bracarenses estavam desde o *pio latrocínio*[27] e estariam ainda por séculos em Compostela, e ainda não havia nem Bom Jesus nem Sameiro.

Lendo os 16 relatos de peregrinação jacobeia por território português, é verdade que oito referem a passagem por Braga. Mas nenhum dos passantes era verdadeiramente um peregrino.

Leão de Rozmital, cunhado do rei da Boémia (Jorge de Podiebrad), passou de facto aqui em 1466, mas a sua viagem cavalheiresca pela Europa não era, de facto, uma peregrinação. Rozmital estava era interessado em conhecer mundo.

Nicolau Clenardo (1493-1542), notável humanista, natural da Flandres, chamado a Portugal como educador do futuro Cardeal D. Henrique (1512-1580), chegou a Évora em finais de 1533 e aí viveu até 1537, altura em que resolveu regressar ao seu país. Antes, porém, foi a Santiago de Compostela. Parou 10 dias em Braga e seguiu depois para a Galiza. No regresso – após ter andado por Ponte de Lima, Viana da Foz do Lima, Barcelos, Guimarães e Tebosa – voltou a Braga, que o seu antigo aluno, D. Henrique, agora já residente na sede bracarense, lhe pedia fundasse na cida-

---

[26] "A ideia de que a tradição escrita é fonte histórica mais digna de crédito do que a tradição oral é hoje já abertamente contestada. Muitas nascentes de informação da História, especialmente na Antiguidade e na Idade Média, situam-se na tradição oral. Cada tradição tem infalivelmente um fundo de autenticidade; e sobretudo os povos não familiarizados com a escrita, como acontece ainda com os povos africanos, possuindo uma memória menos afectada pelos traumas da civilização, permitem que a informação se mantenha através do relato verbal." (LUÍS, Agustina Bessa – *Santo António*, Lisboa: Guimarães Editores, 1973, p. 23)

[27] Em 1102, pela calada da noite, Diogo Gelmires, bispo de Compostela, levou de Braga para a sua catedral as relíquias do bispo bracarense S. Frutuoso e dos mártires S. Silvestre, S. Cucufate e Santa Susana. No ano seguinte, S. Geraldo, o arcebispo de Braga, foi a Roma queixar-se. Mas só oito séculos mais tarde, em 1966, foram devolvidas a Braga as relíquias de S. Frutuoso, e em 1966 as dos mártires.

de uma escola de latim. Sairia de Braga só em Novembro do ano seguinte, 1538.

Na única nota que escreveu sobre a sua ida a Compostela, numa carta enviada a João Parvi, doutorado em Paris e bispo de Cabo Verde (1538-1546?), diz assim:

> «Não se pode negar seguramente que em toda a região desde Braga até ao rio Minho os montes e os campos são de uma admirável beleza deleitosa e que a água jorra por toda a parte das fontes, que só por si eram bastantes para me encantar; mas o certo é que o vinho, o pão, a carne, tudo aquilo enfim que convém aos viajantes cansados, se encontra na Galiza muito melhor que em Portugal. Arranjámos então durante a nossa estada lá um vinho de estalo, que não deixa a perder nada nem ao de Évora sequer. Em S. Tiago vendia-se carne de carneiro por quatro reais, carne como será difícil encontrar em Évora, de vaca. Em suma, tudo nos correu felizmente, graças a Deus»[28].

Mas de Braga, num interessantíssimo *Manifesto à cristandade*, de 1541, referindo-se já ao tempo que, depois de Compostela, viveu na cidade, escreveu:

> «Se alguma vez Braga mereceu realmente o nome de *Augusta*, ela podia ser denominada *Augustíssima*, enquanto eu lá vivi, pois nem a própria Roma viu certamente tantos bispos, cardeais, patriarcas, e outros altos dignitários, como eu criei nessa cidade em tão pouco tempo. Acrescente-se a isto que senadores, cônsules e outros magistrados passeavam pelas ruas, não desdenhando algumas vezes comprar alfaces na praça»[29].

Cem anos depois, **Segismondo Cavalli** (1530-1579), embaixador da República de Veneza em Madrid, logo depois de ter sido destacado para a capital espanhola[30], realizou entre 1567 e 1568

---

[28] CEREJEIRA, M. Gonçalves – *O Renascimento em Portugal, I – Clenardo,* Coimbra, 1974, pp. 118-119. Ver ainda MORENO, Humberto Baquero – *"O itinerário da viagem de Clenardo a Santiago de Compostela,"* in *Atti del Convegno Internazionale di Studi Santiago e l'Italia*, Perugia: Edizioni Compostellane, 2005, pp. 101-115.

[29] CEREJEIRA – *Id.,* p. 378.

[30] Madrid era capital desde 1561. Nesse ano, o rei Filipe II (1527-1598) mudou a corte de Sevilha para Madrid, tornando a cidade na capital de Espanha, apesar de não ter havido uma cerimónia que assinalasse esse facto. Sevilha continuava a controlar todo o comércio das colónias espanholas, mas Madrid controlava Sevilha. Salvo um período, entre 1601-1606, em que o rei Filipe III (1578-1621) transferiu a capitalidade para Valladolid, Madrid foi até hoje a capital de Espanha.

uma viagem pela Península Ibérica, de que fez parte uma ida a Santiago de Compostela através de território português[31]. Mas o que movia o embaixador era conhecer a Península, ao tempo do nosso D. Sebastião (1557-1578), a preparar o que viria a seguir.

Neste mesmo tempo, 1577, **Bartholomé de Villalba y Estaña**, um escritor-turista, encantou-se em Braga… mas só com os túmulos dos Santos Geraldo, Pedro de Rates e Ovídio, "o mais digno de memória" que havia na catedral!

Lassota de Steblovo, um militar polaco que andou por Portugal, em 1581, ao serviço do exército espanhol, a estudar as defesas militares portuguesas, preparando uma possível guerra entre Filipe II de Espanha e D. António Prior do Crato, aproveitou simplesmente a ocasião para dar um saltinho a Compostela e passou então por Braga. Da cidade, registou apenas que, em Braga, "existe… uma escola, mas sem notabilidade»[32].

Torres Villarröel (1694-1770), um personagem meio pícaro, professor de Matemática em Salamanca, não se coibiu de afirmar que ele e o seu companheiro de viagem a Compostela, não de peregrinação, "enganávamos à grande as fadigas da viagem nas casas dos fidalgos, nos conventos de monjas e noutros lugares, onde apenas queríamos ouvir música, poder dançar e dispor de toda a espécie de jogos, diversões e alegrias"[33].

Finalmente, **Dalrymple** (1750-1830), também militar, que foi a Compostela em 1774, mas sem qualquer motivação directamente religiosa; ficou-se pelo encanto da paisagem e até da própria cidade.

Mas a nenhum destes sete, repito, interessou verdadeiramente a peregrinação.

O próprio **Nicola Albani**, um napolitano que, depois de caminhar a pé de Nápoles para Compostela, desceu por duas vezes a Lisboa (1743-1745), o que nada teve a ver com peregrinação. Ele

---

[31] Entrado certamente por Elvas, passou depois em Estremoz, Montemor-o-Novo, Lisboa, Alverca, Santarém, Tomar, Alvaiázere, Rabaçal, Coimbra Albergaria, Vila Nova de Gaia, Porto, Ermesinde, Trofa, Braga, Ponte do Prado, Ponte de Lima, Valença e Tuy. De notar, à saída do Porto, o progresso por Ermesinde e Trofa para chegar a Braga (IGLESIAS, Francisco Rodríguez (dir.) – *A grande obra dos Caminhos de Santiago*, IX, A Coruña: Hércules Ediciones, 2007, p. 56; *III Encontro sobre os caminhos portugueses a Santiago*, Valença: Câmara Municipal, 1997, p. 207).

[32] MERCADAL, J. García – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, II, Junta de Castilla y León, 1999, p. 424.

[33] VILLARROEL, Diego de Torres – *Vida*, 4.ª ed., Madrid: Cátedra, 1998, p. 215. Ver ainda *Peregrinación al glorioso Apóstol Santiago de Galicia*, Salamanca, Cervantes, 2003.

próprio explicou que, uma vez preparado já para regressar à Itália, lhe "disseram em Santiago muitos caminhantes de várias nações que tinha que ver também Lisboa, que era uma cidade digna de ser vista, e que ali haveria de fazer a minha fortuna por haver lá muitos comerciantes napolitanos; e eu, movido pela curiosidade, e desejoso de ver compatrícios meus, resolvi fazer a viagem a Portugal"[34].

Na segunda descida a Lisboa, esteve em Braga, cidade que superlativou demasiado:

> «Esta cidade é a mais formosa que há em Portugal. Os próprios portugueses dizem que seria mesmo mais bonita que Lisboa se tivesse porto de mar, embora ele não esteja muito longe, apenas a umas vinte e quatro milhas. É uma cidade toda ela belissimamente situada numa aprazível veiga com grandes edifícios e lindíssimas ruas, todas pavimentadas ao estilo de Nápoles. A formosíssima situação dos edifícios não a encontrei em nenhuma outra cidade, exceptuada a rua dos comerciantes de Roma. Há na cidade muitos nobres e muito povo, bem como muitas e belíssimas fontes de mármore com baixos relevos, tem imensos conventos, mosteiros e outras formosíssimas igrejas, entre as quais se salienta a catedral com suas magnificências e riquezas infinitas; há grande abundância de toda a espécie de víveres a baixo preço, entre os quais, o pão e o vinho a preço baixíssimo. É transitável por coches, tal como Lisboa, e acodem-lhe muitos forasteiros, pois que tem muito que ver. Eu próprio, porque estava com muita pressa de chegar a Lisboa, ... não pude, por isso, ver muitas e curiosas coisas»[35].

Todos os mais peregrinos que deixaram relatos de peregrinação – Nicolau de **Valckenstein**, capelão imperial alemão (1451), **Munzer**, também alemão, viajante e cientista (1494), **Edme de Saulieu,** Abade de Claraval (1531), **Fabio Biondo**, Núncio Apostólico em Portugal (1594), **Sobieski**, pai do rei da Polónia (1611), **Cosme de Medicis**, Grão Duque da Toscana (1669) –, todos passaram por Barcelos, mas nenhum veio a Braga.

Braga não tinha muito que mostrar. Recordo que **Lassota de Steblovo** – e repito-me – escreveu no seu diário que Braga tinha apenas "uma escola, mas sem notabilidade».

---

[34] ALBANI, Nicola – *Viaxe de Nápoles a Santiago de Galicia*, [Santiago de Compostela] Xunta de Galicia, 2007, p. 167.

[35] *Id.,* p. 221.

Domenico Laffi, um sacerdote bolonhês grande devoto de Santiago que demandou Compostela por três vezes (1666, 1670 e 1673), no relato da sua primeira peregrinação, explicou claramente que, a partir do Porto, "parti com o meu companheiro[36] d…a tão nobre cidade [do Porto] a 5 de Outubro [de 1687] …, deixando à nossa direita a cidade de Braga!"[37]. Acho que este "Deixando" diz muita coisa! E quantos mais terão feito o mesmo?

No entanto, dito isto – que Braga não era um lugar muito procurado na demanda de Compostela –, afirmo também que passavam aqui, em Braga, muitos peregrinos jacobeus, nacionais e estrangeiros. Passavam, não que o quisessem fazer; mas porque não tinham outra hipótese. Para quantos vinham do interior de Portugal e sobretudo da Via da Prata, do Leste castelhano e andaluz, este era o caminho mais rápido, porque mais a direito[38].

Os peregrinos eram tantos que o arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) mandaria construir o Hospital de S. Marcos, para que aí "fossem agasalhados os pobres, peregrinos ou passageiros e bem assim os religiosos e clérigos viandantes, quer sãos, quer doentes, durante três dias e se, porventura, alguns adoecessem no Hospital de modo que não pudessem partir, ser-lhes-ia dado tudo o que fosse preciso para o seu tratamento, em harmonia com os recursos do mesmo"[39]. Entretanto, na cidade, houve pelo menos mais oito albergarias e um Hospício do Cabido[40]. Eram muitos de facto, os peregrinos.

Um século depois, em Guimarães, etapa anterior na demanda de Compostela, em sessão de 22 de Agosto de 1624, a Câmara da Vila garantiu ao Hospital da Misericórdia local uma pena de água[41]

---

[36] Trata-se de Giuseppe Liparini, um frade menor conventual que o acompanhara já na sua viagem "in Ponente" de 1673 (assim se intitulava o relato das suas viagens anteriores, *Viaggio in Ponente à S. Giacomo di Galitia, e Finisterra,* publicada em 1673, relativamente às duas primeiras, e, em 1676, relativamente a estas duas mais a de 1673).

[37] CUSATIS, Brunello de – *O Portugal de Seiscentos na "Viagem de Pádua a Lisboa" de Domenico Laffi*, Lisboa: Presença, 1998, p. 111.

[38] Munzer entrou por Serpa (Évora), Medicis e Cavalli os dois por Elvas, Villarröel por Almeida, Rozmital por Freixo-de-Espada-à-Cinta; Rozmital, Dalrymple e Cavalli sairiam por Elvas.

[39] *Guia de Portugal* da Gulbenkian, Vol. IV (Minho), 1965, p. 824.

[40] MARQUES, José – *A assistência do Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, separata da *"Revista da Faculdade de Letras do Porto – História"*, Porto 1989, pp. 39-40.

[41] "*Pena de água*… é um direito tradicional sobre águas comuns. A *pena de água* é um direito que têm – ainda hoje – os vizinhos da freguesia de S. Vítor, em Braga, de aproveitamento (comum) da água do complexo hidráulico-arquitectónico oitocentista das Sete Fontes" (http://noindex.blogspot.pt/2007/07/pena-de-agua.html).

para que pudessem ser assistidos convenientemente os muitos peregrinos que por ali passavam, visto «esta vila ser de passagem para S. Tiago da Galiza e S. Gonçalo de Amarante[42]».

Conta Frei Luís de Sousa em *A vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires* que o então Arcebispo de Braga "*… uns peregrinos … encontrou… eram sacerdotes e pobres, de nação italianos e passavam em romaria a Santiago. Mandou-os ir à casa onde se agasalhava… assentou-os na cabeceira da mesa junto consigo e, como se cada um dos pobres fora a pessoa de Cristo, assim se fez seu trinchante, partindo com eles de tudo o que lhe punham diante*"[43]. Digamos que, em Braga, *dar pousada aos peregrinos* (Mt 25,35) era *coisa normal!*

A normalidade e intensidade da peregrinação concluem-se também da quantidade de paróquias e ermidas que surgiram por todo o Entre-Douro-e-Minho e particularmente à roda de Braga.

Das 183 paróquias de Santiago que existem actualmente em Portugal, 115 estão situadas a Norte do Douro: [actualmente] 41 na diocese de Braga, 29 no Porto, 22 em Viana e 7 em Bragança. Mas houve pelo menos mais 20, entretanto desaparecidas, no mesmo território. Quanto a ermidas "de Santiago", num total de 176 [desaparecidas algumas] em todo o território português, conto 93 a Norte do Douro (27 no Porto, 24 em Vila Real, 14 em Braga, 17 em Viana, 11 em Bragança). Há também ermidas desaparecidas. Portanto, no total, entre paróquias e ermidas, são 296 templos jacobeus, praticamente todos situados em caminhos orientados a Compostela e de certeza palmilhados por peregrinos jacobeus. O que é muita coisa! Vejam-se só as paróquias *de Santiago* aqui à volta de Braga!

Já no tempo em que a peregrinação a Compostela entrou em queda, na primeira metade do séc. XVIII, no Hospital del Espíritu Santo y La Magdalena, de Vigo (que não era lugar de muita passagem dos peregrinos portugueses, diga-se), foram tratados, entre 1724 e 1737, 106 peregrinos portugueses: 54 de Entre-Douro-e--Minho (isto é: 43 da então Arquidiocese de Braga [13 de Braga, 14 de Viana, 7 de Guimarães, 3 de Ponte de Lima, 2 de Amarante e outros tantos de Vila do Conde, e 1 de V N de Cerveira]), 11 do

---

42 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, de Guimarães, *6.º Livro das Vereações da Câmara,* fls. 53-54.

43 SOUSA, Frei Luís de – *A Vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires,* Lisboa: INCM, 1984, p. 391.

Porto, 19 do Sul do Douro (12 de Coimbra, 5 de Lisboa e 2 de Setúbal). E ainda mais 33 de origem não especificada[44].

Fosse pelo que fosse, o próprio clero peregrinava (?) imenso a Compostela. Tanto que já o Sínodo de Braga de 1281 combatia a praga do absentismo pastoral: "Que os clérigos não saiam em peregrinação, para fora do reino, mesmo que seja para estudar, sem nossa licença. De igual modo *(proibimos sob pena de excomunhão)* que um clérigo beneficiado vá, sem nossa licença, para fora do reino, seja em peregrinação seja para o estudo"[45].

Braga, epicentro dos caminhos portugueses de Santiago? Duvido. Penso que passavam muitos mais peregrinos pelos trajectos Lisboa – Porto – Barcelos – Valença, Ponte de Alcântara – Idanha – Trancoso ou Viseu – Régua – Chaves e pelo caminho bragançano de que falava já Fernão Lopes. Por Braga passavam fundamentalmente os que, vindos do Sul, queriam visitar S. Gonçalo de Amarante e depois seguiam por Guimarães e Braga.

IV. QUE CAMINHOS POR BRAGA?

Isto dito, uma breve consideração sobre os caminhos de Santiago à volta de Braga.

Sem qualquer critério, está praì tudo pintado com setas amarelas por gente sem a mínima ideia do que seja um caminho de Santiago. Lembro-me muito bem de, na Via Norte, à saída do Porto para Braga, numa estrada construída pelos anos 40 ou 50 do século passado, terem colocado um grande painel a dizer "Caminho de Santiago".

Tentei explicar o que necessário para um caminho poder ser dito "de Santiago". Anos atrás, aqui e ali, no interior do país sobretudo, identificar os velhos caminhos era ainda possível. Mas, recentemente, com tanta auto-estrada e via rápida construída sem qualquer respeito por estruturas antigas, pouco deve restar dessas velhas vias de comunicação que eu ainda conheci relativamente bem, por todo o país, nas décadas 80 e 90 do século passado.

Urge um grupo de peritos ou mesmo uma instituição, comissão científica, equipa de interessados devidamente preparados que,

---

[44] Dados recolhidos de ALMEIDA, Ernesto Iglesias – *Caminos Portugueses a Santiago,* Vigo: Asociación Amigos de los Pazos, 1992, pp. 10-13.

[45] *Synodicon Hispanum – II Portugal,* Madrid: BAC, 1982, pp. 15-16.

depois de estudado o assunto, caso a caso, declare podermos estar em presença de um caminho de Santiago.

Que caminhos, portanto, por Braga e à volta da cidade?

Colocadas num mapa as pontes e as barcas, as paróquias e as ermidas jacobeias ou de devoções paralelas, a toponímia interessante e as mais informações que directa ou indirectamente tenham a ver com toda esta questão, é possível perceber os caminhos que traziam o peregrino até Braga, obrigando-o a atravessar a cidade ou ajudando-o a fugir-lhe, por ser "lugar de pecado".

A *Braga chegavam* fundamentalmente três caminhos, e de Braga partia um; outros dois ladeavam-na (isto partindo do princípio de que quem seguia do Porto para Compostela o caminho mais rápido e mais utilizado era o que seguia por Rates, Barcelos e Ponte de Lima).

a) **Os três caminhos que chegavam a Braga**

1. Peregrino que, vindo do Porto, quisesse passar em Braga, atravessava o Ave na ponte da Lagoncinha. Passava depois em S. Cristóvão de Cabeçudos e Santiago de Antas, a seguir em Pousada (de Santiago da Cruz) e Hospital (Escudeiros), e já estava o peregrino em Braga, certamente depois de passar na igreja de Figueiredo.

Uma alternativa era, em Santiago de Antas, derivar por Santiago de Gavião, Santiago da Cruz e Santiago de Priscos: daqui se podia seguir para Braga ou Tibães, em qualquer dos casos seguindo depois para a Ponte do Prado.

2. Vindos dos lados de Santo Tirso, podiam os peregrinos atravessar o Ave na barca que os deixava em Santiago de Areias; daí seguiam para S. Cristóvão de Cabeçudos ou Santiago da Carreira (Famalicão).

Havia, no entanto, uma alternativa, caminho possivelmente mais antigo: vindos de Santiago da Carreira e de Santiago de Burgães, duas freguesias de Santo Tirso, os peregrinos atravessavam o Ave na Ponte de Caniços e chegavam a três paróquias de Santiago – Santiago da Carreira, Santiago de Figueiredo [antiga freguesia hoje integrada na de Santa Maria de Oliveira] e Santiago de Castelões, todas freguesias de Vila Nova de Famalicão; logo a seguir, em Mogege, uma imagem de S. Gonçalo na paroquial; pouco depois, chegavam a Santiago de Esporões, às portas já de Braga, donde podiam derivar para a cidade ou contorná-la por Santiago de Fraião.

3. Grande parte dos peregrinos que atravessavam Guimarães vinha já de muito longe, de Castela e da Via da Prata (de Sevilha a Astorga) e alguns mais das Beiras portuguesas. Muitos tinham já passado na ponte de Alcântara, e depois por Idanha, Trancoso e Viseu, e todos tinham atravessado o Douro, algures, sobretudo na Régua, mais a montante ou mais a jusante. Dali, por caminhos vários, tinham pousado junto do suposto túmulo de S. Gonçalo de Amarante e passado de seguida em Guimarães. Por Longos (freguesia de Guimarães, com imagem de Santiago romeiro na paroquial) ou Santiago de Esporões, chegavam a Braga, se é que, em Fraião, não se afastavam da cidade.

Vindos donde viessem, da Prata, do Douro, de Guimarães ou do Porto e arredores, da Lagoncinha, de Caniços ou do Selho, todos os peregrinos entravam em Braga pela Porta de Santiago!

b) **Para sair de Braga**

4. Passada a cidade, o peregrino dirigia-se inevitavelmente (claro que havia barcas por ali) à ponte do Prado. É possível que, antes, parasse em S. Frutuoso e em Dume. Depois da ponte, logo encontrava a igreja paroquial de Santiago de Francelos, integrada hoje na de Santa Maria do Prado.

c) **Os dois caminhos que ladeavam a cidade**

5. Na ponte do Prado passavam também os que, em Santiago de Priscos, se desviavam de Braga e dirigiam ao Mosteiro de Tibães e sua albergaria.

6. Em Santiago de Esporões, podiam os peregrinos optar por dirigir-se a Santiago de Fraião, donde seguiam para Sabariz, Caldelas ou Goães (três freguesias de Santiago). Em Ponte da Barca, ultrapassavam o Lima, e o Minho venciam-no em Barbeita – onde encontravam uma *capela aberta de Santiago* para pernoitar – ou em Monção. Antes, porém, podiam ainda pousar um pouco na capela de Santiago de Segude, já perto de Monção.

A TERMINAR

O caminho faz-se caminhando. E, andando, o peregrino caminha na alegria de o fazer, com o peso do pecado ou o vazio de esperança; sobe a montanha e desce aos vales, esturra ao sol e, com a sombra ou a brisa, refresca-se debaixo de uma árvore, cansa-se e descansa, encontra-se e perde-se, esquece-se e recorda-se, sai de si para o longínquo e entra mesmo no transcendente; pelo caminho encontra alguém com quem troca riquezas e dores, ou segue até caminho sozinho, falando consigo mesmo, se não encontra resposta de Deus. Depois de muito andar e libertado já de tudo, do seu terrunho, da casa, do trabalho que lhe cumpre, sequioso porque não vê água, que coma também não …, já encontra um lugar que o acolhe, albergaria monástica ou não, também um outro lugar sagrado, pode ser uma igreja paroquial, uma ermida de Santiago, de S. Gonçalo ou de alguns santos mais (Cristóvão, Roque, Amaro…), mas o verdadeiro e demandado santuário, fim transitório, nunca mais se lá chega, e é o que mais se deseja!…: só no fim, a alegria inexplicável de chegar…

Isto é a peregrinação real, imagem da outra que é a vida. Como dizia Job, o peregrino pode "caminhar mesmo nas trevas" (29,3) pois que, agora Isaías, "não se fatigará" (40,31). Ou como disse o Salmista – "Sou um peregrino nesta terra" (Sl 119,19) –, ou João Paulo II – "Do nascimento até à morte, cada um vive na condição peculiar do *homo viator"* [46] – pois que a verdadeira pátria do homem não é a terrena mas aquela meta final para a qual corre, esquecendo tudo o que fica para trás e de olhos postos na meta, como diz o apóstolo Paulo (Fl 3,12-14).

Braga, 2014.06.12

---

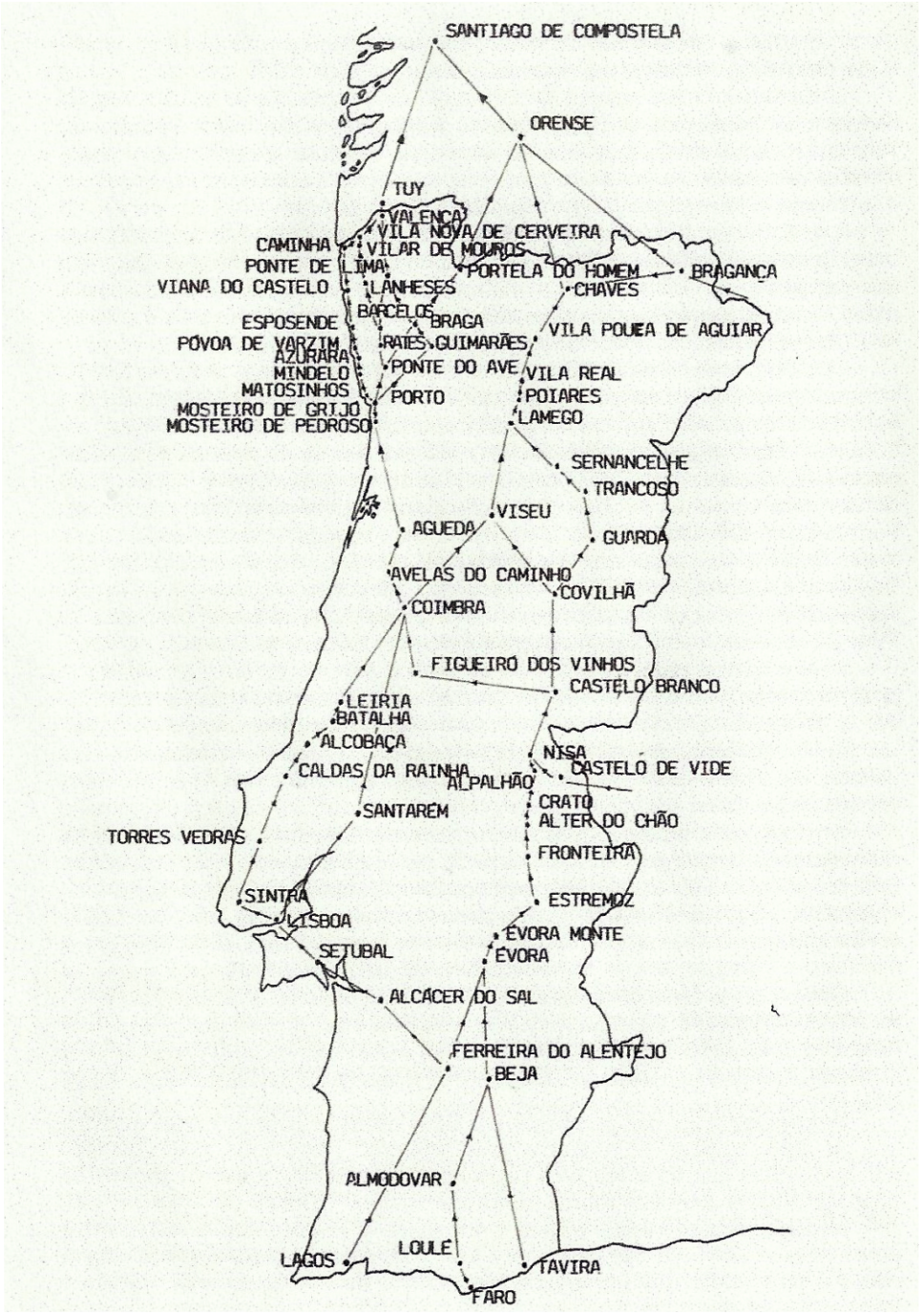
[46] JOÃO PAULO II – *Incarnationis Mysterium*, Bula de convocação do Jubileu do ano 2000, 29 Novembro de 1998, n.º 7.



Ponte de Santiago ou *Pontão de Antas*, sobre o rio Pelhe, em plena Vila Nova de Famalicão, a menos de 1.000 metros de distância (em linha recta) da Igreja de Santiago de Antas.



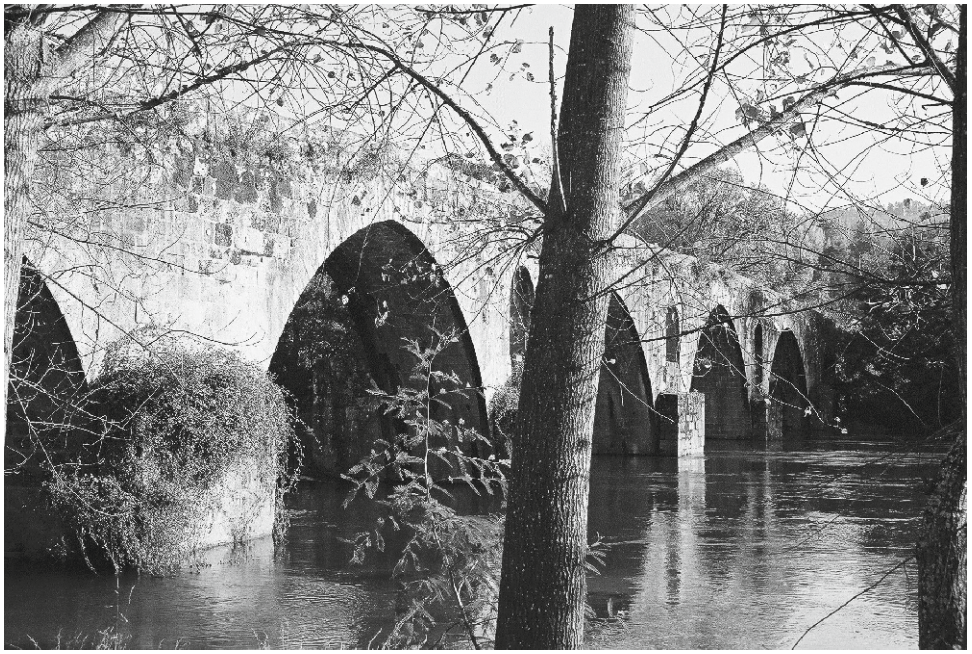
Ponte medieval que substituiu uma anterior, do tempo romano



Mapa dos “caminhos de Santiago” portugueses, do Prof. Baquero Moreno, publicado em 1986



Traçado dos principais “caminhos de Santiago” portugueses (trabalho do autor deste texto, de 2004)



A estrada que começava em Braga e atravessava o rio Cávado na Ponte do Porto, construída no séc. XIV, passava um pouco antes em Santiago de Santa Lucrécia de Alhariz e bifurcava depois para Sabariz, Caldelas e Goães, três freguesias de Santiago



Imagem de Santiago peregrino, da antiga paroquial de Santiago de Fraião



Igreja paroquial de Santiago de Francelos, hoje inserida na freguesia do Prado, Vila Verde: ali passavam os peregrinos à saída de Braga



Esquisso dos caminhos jacobeus que atravessavam a cidade de Braga e por todos os lados a rodeavam (trabalho do autor deste texto, de 2014). Os topónimos em **bold** – **Fraião**, por exemplo – indicam lugares de culto jacobeu

O Infante D. Henrique, arcebispo de Braga (1533-1540): sua ação pastoral e reformadora

FRANQUELIM NEIVA SOARES *

Começo por frisar que este estudo se insere algo tardiamente na efeméride dos 500 anos do nascimento do infante D. Henrique, tendo sido apresentado substancialmente no respetivo Congresso Comemorativo em Évora de 16 a 18 de outubro de 2012, em comunicação de 17 de outubro no Colégio do Espírito Santo: *O Infante D. Henrique, arcebispo de Braga (1533-1540): a sua acção reformadora e conciliadora*. No mesmo dia dessa comunicação, quarta-feira, saiu em Braga *in Diário do Minho*, suplemento Cultura, pp. II-VIII, o meu extenso artigo "Infante D. Henrique (Arcebispo de Braga) nasceu há 500 anos (1512-2012)". Pouco mais de três meses depois e precisamente na véspera da efeméride exata do seu aniversário natalício, ou seja a 30 de janeiro de 2013, no mesmo periódico publicou-se o meu artigo *Cardeal, Rei e Arcebispo de Braga. De novo o Infante D. Henrique nos 500 anos do seu Nascimento: as suas duas visitas a Braga,* também no suplemento Cultura, pp. VI-VIII, difundia informações precisas sobre as suas duas estadias em Braga. Meses depois demonstrei, uma vez mais, o meu interesse e apreço por essa importante figura eclesiástica nacional numa comunicação na Academia Portuguesa da História, proferida a 13 de novembro de 2013 sob o título *O Infante D. Henrique, arcebispo de Braga (1533-1540): sua acção pastoral e reformadora*. O presente artigo nesta conhecida e prestigiosa revista da nossa praça pretende difundir entre nós os resultados desses estudos, para que os Bracarenses conheçam e amem cada vez mais as pessoas que lhe

* Professor auxiliar com agregação da Universidade do Minho, aposentado.

foram tão ligadas e trataram inequivocamente do seu progresso social, económico, religioso e até cultural. Quis fazê-lo deliberadamente para arrancar do esquecimento esta nobre figura do arcebispado de Braga, embora só o fosse sete anos e a maior parte como simples minorista.

Apresentarei primeiramente, a servir de introdução, um resumo biográfico e depois o tema propriamente dito, a ação pastoral e reformadora do Infante enquanto arcebispo de Braga, em sete capítulos: 1.º Os quatro anos de Arcebispo eleito; 2.º sínodo de 1537 e constituições de 1538; 3.º controlo do clero pela mostra dos benefícios; 4.º pastoral visitacional; 5.º culto eucarístico; 6.º edição e impressão dos livros litúrgicos; 7.º projeto de um centro universitário em Braga.

1. CURTOS DADOS BIOGRÁFICOS

Filho de D. Manuel I e de sua segunda mulher, a rainha D. Maria, filha dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, o infante D. Henrique nasceu em Lisboa a 31 de janeiro de 1512. Estando vago o arcebispado de Braga em 1532 por morte natural do grande arcebispo D. Diogo de Sousa, D. João III suplicou a Clemente VII a nomeação do seu irmão, o infante D. Henrique, então de 21 anos e clérigo de Lisboa. O papa acedeu ao pedido pela bula *Divina disponente*, de 30 de abril de 1533, pela qual lhe concedeu a administração temporal e espiritual até à idade de 27 anos, momento em que seria sagrado bispo, só então podendo assumir a administração plenária dessa igreja[1]. Até aí seria arcebispo eleito e administrador, mas antes de assumir esse cargo teria de prestar juramento de fidelidade nas mãos do bispo de Évora ou de Lamego.

Naquela mesma data o Papa despachou mais sete bulas: a *Gratiae divinae praemium* ao rei recomendando-lhe o irmão como

---

[1] Publicada por Luís Augusto Rebelo da SILVA, *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os Actos e Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o século XVI até os nossos dias publicado de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa por* ..., II, pp. 441-443. A pedido de D. João III, Clemente VII por moto próprio de 16 de fevereiro dava ao Infante, a quem fazia já arcebispo de Évora, os mosteiros do seu irmão D. Duarte, há pouco falecido: S. João de Tarouca, S. Miguel de Refojos, Santa Maria de Ceiça e S. João de Longovares, isso para poder manter o seu estatuto segundo a exigência da dignidade pontifical (Publicado *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 426-429).

administrador da Igreja de Braga[2], a *Personam tuam* ao Infante a conservá-lo na administração do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e no regresso do de S. Jorge[3], a *Apostolicae sedis* também ao Infante a absolvê-lo de quaisquer penas canónicas em que houvesse incorrido[4], a *Dum nos hodie* a dar comissão aos bispos de Évora e de Lamego para lhe tomarem o exigido juramento de fidelidade[5] e mais três intituladas *Hodie dilectum* e dirigidas, respetivamente, ao Cabido da Sé de Braga, ao Clero do arcebispado, e aos Vassalos e Súbditos[6] no sentido de o reconhecerem ou como arcebispo prestando-lhe a devida obediência e colaboração ou como seu metropolita.

A 7 de agosto foram expedidas mais duas: a *Cum nuper* a conceder-lhe, a seu pedido, o pálio de metropolita, a impor-se-lhe apenas depois dos 27 anos e de ser sagrado pelos ditos dois bispos ou por um deles e só após ter prestado juramento de fidelidade à Santa Sé[7], e a *Cum pallium insigne* dirigida aos ditos bispos de Évora e de Lamego a dar-lhes comissão nesse sentido[8].

Mas a mais antiga carta do infante D. Henrique no Arquivo Distrital de Braga, referente e escrita em Évora, é de 18 deste mês: dirigida ao Deão, Dignidades e Cabido da Sé de Braga a pedir-lhes para o seu tesoureiro, Baltasar Dias Gomes, que o servia continuamente, um prazo desse arcebispado, no termo de Braga, que vagara por morte violenta, em Lisboa, de Lopo Vaz Folegado, isso pelo foro justo e honesto; escreveu o texto Diogo Ferreira, assinando-o o Infante[9] (foto 2).

Por essa altura, bem antes do início em força do programa da Reforma católica, estava na moda a acumulação de benefícios por nobres e magnates. Também se aproveitou deste benefício o infante D. Henrique, pois Adriano VI concedeu-lhe a 18 de fevereiro de 1523, pela bula *Nobilitas generis*, o priorado de Santa Cruz de Coimbra[10] e a 2 de março do mesmo ano, pela bula *Romani pontificis*

---

2 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 440-441.
3 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 444-446.
4 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, p. 446.
5 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 447-448.
6 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 448-452.
7 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 459-461.
8 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 461-462.
9 ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido*, n.º 1. Por esta altura enviou outra ao Cabido a pedir-lhe desse uma das rações de S. Geraldo, que estava vaga, a Filipa Mendes, mãe de Jorge da Paz, reposteiro de D. João III (Id., *ib.*, n.º 2).
10 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 102-106.

providentia, a abadia do mosteiro de S. Cristóvão de Lafões (cisterciense) e o priorado de S. Jorge de Coimbra (dos agostinhos)[11]; pelo breve *Cum carissimus*, de 10 de abril do mesmo ano, para maior aplicação ao estudo dispensara-o de rezar as horas canónicas até aos 20 anos de idade, pois tinha então 10, fazendo-o em seu lugar algum clérigo ou religioso, devendo entretanto recitar pessoalmente as horas de Nossa Senhora[12]; Clemente VII pelo breve *Alti sanguinis*, de 6 de outubro de 1525, concedeu ao infante D. Henrique o regresso do mosteiro de S. Jorge, da ordem de Santo Agostinho e da diocese de Coimbra, logo que vagasse por morte ou renúncia de D. Martinho de Portugal[13].

E essa vergonhosa cupidez prosseguiu depois, agora sob o pontificado de Paulo III: a bula *Aequum reputamus*, de 3 de novembro de 1534, concede-lhe a administração dos mosteiros beneditinos de S. Salvador de Paço de Sousa e S. Miguel de Bustelo, e do agostinho de S. Salvador de Moreira[14]; a *Personam tuam*, de 31 de maio de 1538, provia-o no priorado do mosteiro agostinho de Caramos[15]; por outra do mesmo nome, de 16 de setembro deste ano, confiava-lhe o priorado da colegiada de S. Martinho de Cedofeita[16]; a bula *Romani pontificis,* de 23 de setembro do mesmo ano, atribuía-lhe a administração dos mosteiros beneditinos de S. Salvador de Travanca e de S. Pedro de Pedroso[17].

---

11 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 110-115.

12 Publicado *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 139-140. A 3 de março de 1524 Clemente VII pelo breve *Novit ille* pedia a D. João III nomeasse pessoa que governasse o bispado de Viseu com reserva dos frutos para o infante D. Henrique (Publicado *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 206-209).

13 Publicado *in Corpo Diplomatico Portuguez*, II, pp. 259-260.

14 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, III, pp. 126-128. Outra bula da mesma data, a *Dudum felicis*, recomendava ao rei o Infante como administrador destes três mosteiros (*Ib.*, III, p. 161).

15 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, III, pp. 439-442.

16 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, III, pp. 447-450. A bula *Hodie dilecto filio* mandava ao bispo de Caserta e aos vigários gerais do Porto e de Évora lhe dessem posse desta colegiada (*Ib.*, III, pp. 450-451).

17 Publicada *in Corpo Diplomatico Portuguez*, III, pp. 453-455.

2. AÇÃO PASTORAL E REFORMADORA DO INFANTE NO ARCEBISPADO DE BRAGA (1533-1540)

2.1. Os primeiros quatro anos de Arcebispo eleito

Por esta altura o Arcebispo eleito devia residir em Évora, tendo por precetor Nicolau Clenardo, arrancado de Salamanca por D. João III através de André de Resende, que fora seu discípulo em Lovaina[18]. Já desde o final de 1533 até meados de 1537 ensinava aí ao Infante latim, grego e hebraico.

Como jovem zeloso do bem da Igreja e como prova do seu empenhamento em servir a sua Esposa, por cartas de 16 de janeiro de 1534 participou ao Cabido da Sé e à Câmara de Braga que tinha encarregado Diogo Fogaça, fidalgo da Casa Real e seu capelão, de tomar posse do arcebispado, o qual apresentaria as respetivas bulas e lhe devia trazer o treslado do contrato entre os reis de Portugal e o arcebispado, e dos privilégios e liberdades que tinham[19] (foto 3). Três dias depois, D. João III escreveu cartas à Câmara Municipal e ao Cabido da Catedral de Braga no mesmo sentido, ou seja, recomendando-o àquela e insinuando a este dessem todo o auxílio e favor a Diogo Fogaça, fidalgo da sua casa[20] (foto 4).

A partir daqui o Infante mostrava já grande interesse pelas coisas de Braga especialmente no religioso. Daí ter escrito ao Cabido, a 6 de novembro, recomendando aos capitulares a amizade entre eles, pois causava grande escândalo a existência de inimizade e ódio[21] (foto 5). Outras documentam o seu espírito de cruzada apoiando o projeto papal e do imperador da guerra contra os Turcos.

Entretanto, após a morte de D. Diogo de Sousa, foram-se degradando tanto os costumes dos clérigos na cidade e arcebispado de Braga, que D. João III, em carta dirigida ao Cabido *sede vacante,* de 23 de setembro de 1533, recomendava-lhe que corrigisse os que

---

18 M. Gonçalves Cerejeira, *O Humanismo em Portugal: Clenardo*, nova edição refundida. Coimbra: Coimbra Editora, 1926, pp. 3-4, 49-58.

19 A do cabido encontra-se no ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido*, n.º 3; a da Câmara está publicada em Bernardino José de Senna Freitas, *Memorias de Braga contendo muitos e interessantes escriptos*... Braga: Imprensa Católica, 1890, II, p. 328.

20 ADB., *Livro 1.º das Cartas do Cabido*, n.º 77.

21 ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido*, n.º 4.

viviam desonestamente[22]. O Arcebispo eleito interveio mais energicamente por carta de 20 de abril do ano seguinte, expedida de Évora ao Lic. Fernão Figueira, promotor da justiça de Braga, pela qual acusou um relatório enviado por esse funcionário sobre diferentes assuntos. A primeira preocupação era a devassidão dos concubinários, inclusive na clerezia, a que se poderia dar solução com qualquer medida conseguida do Papa, mas que não especifica, devendo ter-se especial cuidado com os já viciados. A segunda refere-se à demarcação mandada fazer pelo duque de Bragança (D. Teodósio, 5.º duque ?) através do Dr. Gaspar Lopes. Nesta matéria o Infante pediu informação sobre o modo como fora realizada: se ao tempo dela D. Diogo de Sousa fora citado para isso e se se fizera representar por alguém; se se efetivou por mandado e com licença de D. Manuel I ou unicamente por iniciativa do duque. Finalmente, na solução proposta pelo seu procurador sobre o envio de um corregedor para examinar essas diferenças e dúvidas, perguntava se devia ir como meirinho ou juiz por ordem do rei ou apenas como louvado dele Arcebispo, devendo então o duque escolher um outro louvado para uma espécie de arbitragem, se o tal corregedor era pessoa para fazer justiça no caso e se guardava o direito da Igreja.

A terceira questão a preocupá-lo era a jurisdição de Campeã, perto de Vila Real, por diferendo com o respetivo marquês; o Infante limitou-se a pedir a remessa das instituições ou apontamentos que tivesse sobre o assunto.

O derradeiro ponto versava o foral da cidade de Braga sobre os direitos reais: queria saber se os prelados o podiam dar e a maneira que nisso se deveria ter, mandando ele tirar, entretanto, um traslado raso do existente na Torre do Tombo; e ainda a administração de Valença e o seu escambo por Olivença, dando a impressão de que se queria uma revisão no assunto e que parecia dificultosa. Em todos esses negócios o Infante tratava de prover tanto em Roma como na visitação do arcebispado[23].

A 8 de julho de 1535 é o Arcebispo eleito que responde a uns *Apontamentos* da Câmara de Braga, os quais lhe tinham levado o Lic. Fernão Gil Toscano e António de Castilho, seus procuradores

---

[22] ADB., *Livro 1.º das Cartas do Cabido*, n.º 69.
[23] ADB., *Gaveta das cartas*, n.º 37.

à corte: louva a diligência posta em cumprir o mandado a favor do rei; mostra interesse em restituir o documento com os privilégios dos cidadãos da cidade, o qual D. Diogo de Sousa quisera ver, acabando por ficar lá no seu cartório; referem certos privilégios concedidos por ele a algumas pessoas, de que não gostavam; defenderam especialmente os usos tradicionais nos jogos do Corpo de Deus e noutras festas, e que as pessoas que faziam nelas mourisca[24] continuassem privilegiadas e livres dos encargos públicos em muitos lugares do reino, pelo que lhes pediu enumerassem tais privilégios e os lugares, para prover como fosse justiça; mais importante é o pedido relativamente aos enjeitados da cidade e seu termo, criados antigamente à custa das rendas do Hospital e não das da Câmara por não as ter, assunto onde se revelou a prudência do Arcebispo eleito, pois sentenciou antes do despacho queria saber como se fazia em vida do seu antecessor, D. Digo de Sousa; passando às fintas gerais para algumas necessidades, como se praticava em Barcelos, Guimarães e noutras partes, representar-lhe-iam quando tivessem carências declarando a causa justificativa, tomando providência semelhante acerca da portagem e do foral. Os últimos reparos iam para causas de menor importância: a escusa dos cidadãos e pessoas que andavam nas eleições dos oficiais, com dispensa para nenhum deles servir, e levar-se nas procissões a bandeira que ficou de D. Diogo de Sousa com as suas armas, razão para algumas pessoas duvidarem de levar-se, decidindo que a conduzissem[25].

Por outra carta deste ano, de 27 de agosto em Évora, mandou ao Cabido que, enquanto não mostrasse o privilégio que possuíam as suas casas de serem coutadas, entregassem os presos aí foragidos à justiça ou deixassem que os oficiais desta os buscassem nelas[26].

Em missiva de 20 de janeiro de 1536 recomendou ao Cabido que recebesse com todas as honras o Núncio que caminhava por aí,

---

[24] Antiga dança de Mouros ou de pessoas trajadas como mouros: "As *mouriscas*, espécies de danças talvez como as do Entrudo em nossos tempos, com os seus reis mouros e alfaqueques seguidos de numerosos companheiros" (Latino Coelho, *Luís de Camões*, cap. 8, p. 133) (Informação recolhida em *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVIII, p. 32b).

[25] Bernardino José de Senna Freitas, *Memorias de Braga contendo muitos e interessantes escriptos*.... Braga: Imprensa Católica, 1890, II, pp. 328-331.

[26] ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido*, n.º 8.

fazendo durante a sua estada os ofícios divinos com maior perfeição do que era costume[27]. Nestes derradeiros meses antes de janeiro de 1537, data em que completava 25 anos, deveria estar seriamente ocupado com a preparação para o presbiterado, cujas pesadas exigências deveriam ter calado bem na sua alma. E recebeu-o de facto em abril de 1537. A 19 deste mês prestou-lhe obediência como metropolita o bispo do Porto D. Fr. Baltasar Limpo (foto 6) e a 18 de Agosto o bispo de Viseu D. Miguel da Silva (foto 7), mas vem já de 10 de Junho de 1534 a procuração do bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, a D. Fancisco de Melo para lhe jurar obediência em seu nome[28].

2.2. Celebração do sínodo diocesano em 1537 e constituições sinodais de 1538.

Foi em junho de 1537, pouco depois da receção do presbiterado, que D. Henrique resolveu visitar Braga e a arquidiocese pela primeira vez: participou à Câmara e ao Cabido que sairia de Évora a 3 de julho; por outra de Lisboa, de 21, comunicou-lhe que partiria no dia 23 esperando chegar à Roma portuguesa a 3 ou 4 de agosto; do Porto oficiou à Câmara, a 27, que mandava Diogo da Fonseca, seu aposentador, para tratar da instalação da sua casa com os devidos serviços, ordenando-lhe que lhe prestasse o auxílio de que carecesse. Entrado em Braga no início de agosto, inaugurou o seu governo pessoal com o projeto de umas novas constituições sinodais, de que encarregou pessoas doutas. Essas deviam ser discutidas e votadas no sínodo que convocara para o dia 10 de setembro, acabando por ser aprovadas a 14.

Estas estão precedidas duma sua provisão por que manda cumpri-las inteiramente e onde frisou que para a sua elaboração foram examinadas as constituições antigas do arcebispado e as dos bispados do país, em especial as do arcebispado de Lisboa e do bispado de Évora, decretadas pelo cardeal infante D. Afonso, seu irmão.

---

[27] ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido*, n.º 10.

[28] ADB., *Colecção Cronológica,* n.os 1681, 1683 e 1660. O documento do bispo do Porto é original e está transcrito no ADB., *Rerum Monorabilium,* I, fl. 97-97-v.

Só depois deste estudo é que fez ordenar as de Braga, acomodadas às circunstâncias de lugar e tempo. Foram mandadas imprimir em Lisboa, a 30 de maio de 1538, por Germã Galharde, francês, como se vê do seu cólofon: *"foram acabadas de imprimir estas constituições em a cidade de Lisboa per German Galharde Frances. Per mandado do muyto alto e muito excelente princepe o senhor Ifante dom Anrique eleito arcebispo senhor de Braga primas das Espanhas comendatario e perpetuo administrador do mosteiro de Santa Cruz + de Coimbra a xxx dias do mes de mayo de mil e quinhentos e trinta e oyto annos* +++" (fo. lxxxiv v).

Parece que foram as mais antigas impressas em Portugal. Refere-se-lhes longamente El-rei D. Manuel, *Livros Antigos Portugueses 1489-1600*, I *1489-1559*. Braga: APPACDM, 1995, pp. 569-591. Obra importante, pois vigoraram até 1697, embora se tivessem feito, em 1629, as de D. Rodrigo da Cunha, inéditas. É de admirar como em tão pouco tempo, com meios tão precários e com comunicações tão lentas, conseguiu convocar e reunir o sínodo, com a publicação das constituições oito meses depois[29] (foto 8).

Comparando as duas impressas de, respetivamente, 1506 e 1538, aquelas estão divididas apenas em constituições em número de 58, merecendo especial destaque a XXXIX a mandar fazer inventários de todas as herdades, com obrigação expressa da indicação dos limites das igrejas por marcos bem patentes ("*E isso meesmo por nom estarem em tombo bem declarado per marcos e divisoões os limites das freyguisias se seguem grandes demandas cada dia assy sobre os dizimos como sobre as terras e herdades e casaaes dos dictos beneficios [...] e bem assy os limites de suas freyguisias tudo bem declarado per marcos e divisoões [...]*"[30]. Já as segundas subdividem-se em 36 títulos abrangendo 166 constituições.

Destas interessa, ao menos, uma disposição importantíssima e inovadora: a criação do registo civil paroquial obrigatório relativamente a baptizados e óbitos (título I, constituição 8.ª):

"*Constituiçam viij que em cada igreja aja hum liuro em que se escreuam os baptizados e finados*

---

[29] Conheço vários exemplares na arquidiocese, sendo a cota do exemplar da Biblioteca Pública de Braga: Res. 789v.

[30] Fo. 12v-13.

Por alguns justos respeitos que nos a ello mouem ordenamos e mandamos que em cada igreja deste nosso Arcebispado se faça da pobricaçam desta constituiçam a trinta dias: hum liuro aa custa do abade: prior ou rector dessa igreja: o qual teraa ho dito prior: abade: rector: cura ou capelam: no tesouro da igreja: e em huma parte delle escreuera o proprio nome do clerigo que baptizar a criatura dizendo. Eu foã cura etc. E logo ho dia mes e anno: e ho nome da criatura que baptizar: e de seu pay e may sendo auidos por marido e molher: e os nomes dos padrinhos e madrinhas: e lugar onde sam moradores: ao pee do qual assento: ficaraa outro tanto em branco pera se assentar a crisma como se dira no titulo seguinte. E em outra parte do dito liuro escreua os que falecerem de sua parrochia: e ho dia mes e anno: e a quem deixaram por seus testamenteiros: sob pena de quinhentos reaes em que os auemos per esse mesmo feito por condenados: ametade pera o meirinho: e a outra metade pera a obra da See"[31].

Extensivo, pouco depois, também aos recebimentos ou casamentos, como se documenta pela visitação da colegiada da Senhora da Oliveira, em Guimarães. Depois o concílio de Trento tornou-o obrigatório em toda a Igreja[32].

Quero frisar um importante contraste entre as duas nos inventários. É que nas derradeiras não se exprimiu com a necessária clareza a obrigatoriedade dos limites das paróquias com os marcos divisórios.

Além disso, no tít. XXVII, fo. 71v autorizou a todos os clérigos e beneficiados do arcebispado poderem rezar *extra chorum* segundo o costume romano, na convicção de assim estarem mais conformes e em união com a Igreja de Roma, cabeça universal da cristandade. Exceptuavam-se os coros da Sé, colegiadas, conventos e demais

---

[31] Fo. 3v-4. Deve frisar-se que em algumas freguesias do arcebispado há registo paroquial anterior, de que apenas anoto os casos do distrito de Braga com base no *Inventário dos registos paroquiais* no Arquivo Distrital: Crespos (Santa Eulália - Braga) com nascimentos em 1531 e casamentos em 1532, Geraz do Minho (Santo Estêvão - Póvoa de Lanhoso) com nascimentos em 1536, Navarra (S. Lourenço - Braga) com casamentos em 1531 e nascimentos em 1537, São João do Souto (Braga) com casamentos em 1532 e nascimentos em 1537, e Vilar de Figos (S. Paio - Barcelos) com nascimentos e óbitos em 1536. Acresce-lhes, pelo menos, a Matriz de Vila do Conde desde 1535. Conclui-se daí que alguns párocos zelosos anteciparam-se ao seu tempo.

[32] Sess. XXIV, caps. I e II *de reform. matrim.*

igrejas, a não ser que fossem autorizados pelo superior e que a maioria o quisesse. Esta alternativa foi infeliz tendo trazido no futuro muitas complicações.

D. Henrique mostrou-se rigoroso e exigente nos direitos da sua Igreja relativamente ao catedrático ou sinodático, não hesitando na execução dos dois cruzados sobre as paróquias faltosas.

2.3. Controlo do clero pela mostra dos títulos

O infante D. Henrique assumiu, já antes do sínodo e sobretudo no mês da sua realização, um apertado e rigoroso controlo do clero arquidiocesano: obrigou-o a apresentar a delegados seus todos os títulos dos benefícios, dos graus do sacramento da Ordem recebidos e das provisões e bulas alcançadas. Fruto dessa diligência é o códice *LIVRO DO ASENTO QUE SE FEZ DOS TITULOS/ DOS BENEFICIOS DO (ARCEBIS)PADO DE BRAGA/ scilicet hordeens per mandado/ do snõr Yfante/ dom Amrrique que os beneficiados nos mos/ trarom* (foto 9).

Trata-se de um códice relativamente grande, encadernado em carneira, razoavelmente bem conservado, com duas foliações independentes: a primeira com os dois fólios iniciais sem numeração havendo no reto do primeiro o mencionado título numerando o segundo de 0, e depois com numeração até ao 19, seguindo-se três sem numeração. Em branco os versos dos dois iniciais, 4 e 4v, 5, 15v, 17v, 18 e 18v. O fo. 5 mais comprido que os demais, pelo que se dobrou a parte inferior com texto para cima, dando por isso mais a impressão de texto colado; fo. 15 com texto inutilizado com cruz em diagonal. Esta é a sua parte mais recente.

Passando à segunda foliação, que é a mais antiga, prolonga-se do fo. 1 até ao 386 estando em branco: 1v, 49v, 92v, 194v, 205bis, 230, 259v, 360v e do fo. 361r a 386v, com falta dos fo. 366, 372, 375 e 385. Seguem-se 13 fólios de índice sem numeração e mais 2 em branco. Algo queimados da tinta os fo. 118, 119, 186 (muito) e 187.

Do fo. 199 ao 265 numeração corrigida, creio que para menos uma unidade por engano anterior. Depois voltou à fl. 265 e seguiu-se o normal de 266 a 280. Seguidamente passou ao fo. 290 até ao 303; saltou logo ao 343 até ao 360 com texto.

Tem duas folhas 205 chamando à segunda 205bis.

Encontra-se no fundo do *Registo Geral* do Arquivo Distrital de Braga sob o n.º 323, sendo o resultado de 4 livros pequenos de outras tantas mesas, três de três membros cada uma (dois desembargadores e um escrivão) e a restante de quatro por constar de três desembargadores.

O mais antigo, o primeiro da segunda numeração, começa com a transcrição do alvará mais antigo no assunto: este, dado em Braga a 29 de agosto de 1537, cometia ao Dr. António da Mota, desembargador do agravo do rei, e ao licenciado Fernão Figueira, promotor da justiça, provessem os títulos que os beneficiados do arcebispado lhes mostrassem (cartas de ordens, dispensas, provisões dos benefícios, etc.). Começaram logo nesse dia, com o escrivão Simão Freire, que também escreveu o alvará. Estendeu-se do fl. 1 ao 48v (foto 10).

Outros três confecionaram-se em Braga principiando em setembro de 1537, naturalmente logo a seguir à conclusão do sínodo. Para a diligência se realizar com mais celeridade, D. Henrique encarregou dessa missão três equipas de dois desembargadores cada uma, noutras tantas mesas com mais um escrivão em cada uma.

Formavam a primeira os bacharéis Sebastião Gonçalves e Manuel Falcão, desembargadores, cujo alvará foi dado em Braga a 17 de setembro de 1537, sendo escrivão Simão Freire, estendendo-se do fo. 49 ao 91v (foto 11).

A segunda compunha-se do Dr. António da Mota e licenciado Fernão Figueira, desembargador. Parece-me que não se transcrevera a respetiva provisão; nem seria precisa, porque já tinham os dois uma datada de 29 de agosto desse mesmo ano, em Braga, de que fora escrivão Simão Freire. Os itens das suas mostras decorreram, como já anotei, do fl. 1 até ao 48v, tendo principiado logo no dia da nomeação. O seu livro deverá ser continuação do inaugurado naquele dia de agosto.

A terceira era formada do doutor Rui Mendes, vigário geral, e do licenciado Baltasar Álvares, desembargador, cuja provisão se passou em Braga a 22 de setembro, escrevendo-a Simão Freire. Desenvolveu-se do fo. 92 ao 194 (foto 12).

Mas acontecia que essa diligência tornava-se demasiado lenta trazendo grave prejuízo à administração da justiça, por serem todos desembargadores e não poderem simultaneamente despachar os feitos.

Em face disso o Infante determinou, por seu alvará de 23 de outubro de 1537, que esses três (ou quatro) livros se juntassem num único e que daí por diante examinassem os títulos por ver o doutor Rui Gomes e o licenciado Fernão Figueira, escrevendo pela ordem que até ali se guardara nesse livro, ao qual se daria inteira fé, não obstante a diferença da letra dos três cadernos devido a escrivães diferentes (fl. 195) (foto 13). Mas houve uma alteração substancial nesta derradeira equipa por enfermidade e falecimento do doutor Rui Gomes, como se escreveu no fundo do fo. 259: "*Ate aquy asigney pollo doctor Ruy Gomez, vigairo que Deos aja. (ass.)* FALCAM." Começou a assinar no fo. 208 em julho de 1539.

Mas alguns títulos foram mostrados em Lisboa, como se deduz de um alvará do Infante, dado nesta cidade a 3 de dezembro de 1537 e escrito por Gregório de Faria, a cometer o exame aos doutores António da Mota, do desembargo del rei, e a Gaspar Moreira Daltero, desembargador do rei e seu chanceler, para verem os que não o foram nem tinham mandado mostrar na cidade de Braga. Outro alvará semelhante, de 20 desse mês e ano, aumentou o espaço de tempo até todo o mês de janeiro de 1538 (fo. 0) (foto 14).

Finalmente outro alvará henriquino de 30 de janeiro deste ano, o qual se refere ao anterior e acrescenta que, por estar fora o doutor António da Mota, cometia essa função a Pêro de Miranda, seu capelão-mor, e aos doutores Rui Gomes Pinheiro e Gaspar Moreira Daltero, que todos três juntamente veriam nesta corte todos os que os não mostraram em Braga, porque o limite se acabara por todo o mês de janeiro e o prolongara ainda por todo o mês de fevereiro (fo. 5v). Estes são os da primeira foliação e paradoxalmente os mais recentes (foto 15).

A tabela I apresenta a síntese de todo o livro organizada cronologicamente.

Tabela I
Síntese das amostras dos títulos do Infante D. Henrique

Datas	Cidades	Mesas e sua composição	Foliação
1537-08-29 (antes e após o sínodo)	Braga	Dr. António da Mota, desembargador do agravo del-rei, e L.do Fernão Figueira, promotor da justiça	1-48v
1537-09-17 (após o sínodo)	Braga	Bacharel Sebastião Gonçalves, desembargador, e Bacharel Manuel Falcão, desembargador	49-91v
1537-09-22 (após o sínodo)	Braga	Dr. Rui Gomes, vigário (geral), e L.do Baltasar Álvares	92-194v
1537-10-23 (após o sínodo)	Braga	Dr. Rui Gomes, vigário (geral), e L. do Fernão Figueira, Mas no fo. 259 anota-se que até ali Falcão assinou pelo Dr. Rui Gomes, que Deus haja	195-360
1537-12-03 (Dezembro) 1537-12-20 (Jan. 1538)	Lisboa	Dr. António da Mota, do desembargo del-rei, e Dr. Gaspar Moreira Daltero, chanceler e do desembargo do rei	0-3v
1538-01-30 (Fevereiro)	Lisboa	Pêro de Miranda, capelão-mor, por ausência de António da Mota, Dr. Rui Gomes Pinheiro e Dr. Gaspar Moreira Daltero	5v-19v

Conclui-se assim que a amostra dos títulos começou nos finais de agosto de 1537 antes do sínodo e intensificou-se durante este com mais duas mesas em pleno exercício. Mas, como daí resultavam complicações e atraso na administração da justiça, o infante D. Henrique suspendeu as três mesas a 23 de outubro, nomeando outra para continuar e mandando juntar os três livros num único. Como se tratava de arquidiocese enormíssima e muitos beneficiados deveriam ter ficado impossibilitados, prorrogou a mostra dos títulos, mas desta feita em Lisboa na corte, até, pelo menos, finais de

fevereiro de 1538. Aparecem também alguns títulos de instituições femininas, como da abadessa do mosteiro beneditino de Vitorino das Donas e das clarissas de Santa Clara do Porto e Santa Clara de Vila do Conde no respeitante às suas igrejas.

Este livro é de muito valor, pois não só fornece dados biográficos muito importantes como atesta a mobilidade do clero (por uma rápida sondagem no princípio encontrei clero de Beja, Évora, Leiria, Lisboa, Medina del Campo, Porto, Torres Vedras e Viseu) e a cupidez desses homens do Renascimento com a famigerada acumulação de benefícios.

2.4. Pastoral visitacional

O infante D. Henrique como arcebispo de Braga tinha obrigação de contactar com as suas ovelhas, para o que se lhe impunha a tarefa visitacional, um dos mais importantes deveres pastorais, por lhe permitir conhecer a realidade social e religiosa, estimular os débeis, consolar os abatidos e enfermos, corrigir os delinquentes e conviver com os seus subordinados. Como só fora arcebispo de Braga pouco mais de seis anos, e a maioria do tempo apenas como administrador por não ser bispo, compreende-se que não se aplicasse em profundidade a esse múnus. Mas vê-se que se empenhara seriamente, mesmo antes de receber a ordem de presbiterado.

Uma sua carta de 21 de janeiro de 1537 documenta que mandara muito antes a Diogo Fogaça que visitasse com o Vigário (Geral) provavelmente a cidade e o Cabido a ponto de terem pedido os livros dos *Estatutos*. O Cabido é que reagiu imediatamente enviando ao Arcebispo, a Évora, um caminheiro com uma carta reclamando contra isso e pedindo-lhe que a reservasse até à sua ida/vinda a Braga.

A resposta do prelado é altamente respeitadora e responsável: não mandou fazer a visitação por ter qualquer má informação deles, antes muito boa, mas tratava-se de coisa muito geral e acostumada em todas as prelazias; por isso mandou efetivá-la há muito, só a realizando Diogo Fogaça nessa altura por ter estado ocupado em muitas outras coisas; algumas das principais deixara-as para melhor se ordenarem com o parecer e conselho do Cabido, pois Diogo Fogaça dar-lhe-ia informação do mais necessário. Sendo assim, não havia inconveniente em ir avante com a visitação e mostrassem os

tais *Estatutos*, pois isso era coisa ordinária e sem novidade. Já quanto à visitação das suas pessoas, nada se faria então ficando reservada até à sua ida nesse verão[33] (foto 16). Sou assim levado a pensar que por essa altura ou até antes se teriam enviado visitadores a várias partes e circunscrições, de que infelizmente não sobreviveram ou não se conhecem atas. É que no arcebispado havia, desde séculos, a prática das visitas chamadas decanais para as zonas do Cabido e Dignidades, tanto de Braga e da colegiada da Senhora da Oliveira, em Guimarães, como da comarca de Valença após a sua incorporação pela permuta realizada por D. Diogo de Sousa. Sabe-se que D. Henrique recorreu aos dois meios, continuando a tradição das decanais. Assim se documenta pela carta acima, pelo testemunho de Vaseu, quando escreve que o Infante percorreu parte do arcebispado em visitas pastorais e por um documento da Gaveta das Concórdias e Visitas, no Arquivo Distrital de Braga, a esclarecer que despachara visitadores para o resto da diocese, de harmonia com as tradições diocesanas.

O Arcebispo cumpriu com a palavra, pois, deslocando-se ao seu arcebispado a 3 de julho de 1537 (após a Visitação a Santa Isabel), onde chegou a Braga a 3 ou 4 de agosto e esteve até 18 de outubro (já não estava a 23)[34], tratou também da sua visita pelos dois meios então habituais e forçosos num arcebispado imenso: a visita pessoal aos principais centros e o envio de visitadores delegados.

Documentalmente podem avançar-se alguns dados muito concretos, embora poucos. Estudei essas visitações, há anos, em dois trabalhos já publicados: o primeiro na revista *Didascália*, vol. XXV, fasc. 1 e 2 (1995) num estudo em homenagem ao Rev.º doutor Joaquim de Oliveira Bragança e o segundo, em 2006, no volume II de *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*.

Por isso não vou repetir aqui o aí escrito com a respetiva documentação, parecendo suficiente uma síntese desses estudos por onde se mostra o zelo e a metodologia pastoral do Arcebispo.

---

[33] ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido*, n.º 13.

[34] Franquelim Neiva SOARES, "Infante D. Henrique (Arcebispo de Braga) nasceu há 500 anos (1512-2012)" *in Diário do Minho* de 17 de outubro de 2012, suplemento Cultura, pp. II-VIII.

2.4.1. Catedral de Braga

Começarei pela cabeça da arquidiocese de Braga por ter começado aqui a sua atividade visitacional pessoal. A primeira visita que fez foi à sua Sé, só se conhecendo os capítulos de visita numa ata bastante danificada pela humidade e incompleta, de 21 capítulos, sendo o último o do escatocolo com a ordem da publicação, a que faltam a data, o nome do escrivão e a assinatura do arcebispo[35] (fotos 17 e 18). Vê-se que visitou a Sé com as suas dignidades e cabido, sem que visitasse a respetiva paróquia, a de Santiago da Sé, tanto assim que logo no protocolo escreveu-se que achou necessário prover em algumas coisas para melhor regimento dos ofícios divinos e do temporal da Sé. Creio que não procedeu à devassa em forma, tendo-se limitado a ouvir o pessoal do Cabido ou até apenas algum, pois deu providências sobre algumas das suas faltas. Sintetizem-se esses provimentos alfabeticamente:

Armas: como alguns dignidades, cónegos e beneficiados levavam armas na Sé contra a forma do direito e do estatuto, proibiu-o desde a notificação a três dias, pondo depois no transgressor sentença de excomunhão i*pso facto incurrenda*, com absolvição reservada a ele Arcebispo e ao seu logotente, mas pagando antes $500 reais por cada vez; proibiu que algum levasse consigo ou consentisse ir consigo criado com armas e fosse consigo ou só do pé da escada do coro para cima sob pena de um cruzado e não ser contado nesse dia.

Contabilidade: nenhuma pessoa conhecia o que o Cabido tinha de renda por não existir na Casa do Cabido livro autêntico do seu rendimento; mandou ao deão ou ao presidente o fizesse dentro de seis meses sob pena de quatro cruzados, o qual nunca sairia da Casa do Cabido. Porque também não conheciam quanto ganhavam ou perdiam das suas distribuições nem entendiam como se repartiam os seus recursos nem como se faziam as revelias e as contas, mandou ao Cabido ordenasse 7 ou 8 pessoas que na sua casa aprendessem a fazer essa contabilidade para boa compreensão de todos.

---

[35] ADB., *Visitas e devassas*, n.º 17A, original em letra humanística cursiva, em fraco estado e sem data, mas de 1537, depois de 4 de agosto e antes de 5 de outubro. Mas os capítulos 14.º e 15.º foram transcritos quase *ipsis verbis* por D. Frei Bartolomeu dos Mártires na ata da sua primeira visitação à Sé de Braga, iniciada a 25/26 de dezembro de 1559 e de à volta de 13 de abril de ano seguinte, a qual foi publicada recentemente por Franquelim Neiva Soares, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Visitações Pastorais Pessoais no Arcebispado Primaz de Braga (1559-1582)*. Braga: Edição da Arquidiocese de Braga, 2014, pp. 120-121.

Estatutos: acontecendo que alguns pontos dos *Estatutos* da Sé se não cumpriam, capitulou ao Deão, Chantre, Subchantre e Apontador que a partir daí os cumprissem e fizessem cumprir aos negligentes; preceituou que daí em diante os lessem em cabido na forma neles declarada.

Execução: esses mesmos quatro responsáveis fariam executar os capítulos ordenados para bom regimento sob pena de lho estranhar muito.

Festas: os Dignidades presentes celebrariam no altar ou no coro, por si ou por outrem, as suas festas pela respetiva ordem; não o podendo fazer estando na cidade, encarregariam outro que teria de levar de esmola $200 reais, sem poder ser menos nem fazê-lo de graça sob pena de ser descontado oito dias. Se não arranjassem substituto, o Chantre ou Presidente encarregaria outro a quem o faltoso daria $400 reais sem poder ser menos. Mas, se não estivesse presente há mais de oito dias, o dito Chantre ou Presidente arranjaria outro com a esmola normal de $200 reais por não ter havido fraude. Os capitulares levantar-se-iam às capítulas, hinos, *benedictus* e *magnificat*, ao princípio de todas as horas, ao *pater noster* e ao *gloria Patri*, estando de pé com as cabeças descobertas sob pena da perda da distribuição dessa hora; ao tempo da celebração dos ofícios divinos estariam todos calados e quietos sem fazerem torvação.

Festas solenes: não podiam tomar para dias de estatuto ou de férias os das festas solenes principais sob pena de $300 reais.

Homiziados ou amorados[36]: verificando que contavam os amorados ou foragidos à justiça como se estivessem presentes, ordenou que daí em diante nenhuma pessoa capitular ausente por causa da justiça fosse contada pelo apontador em quaisquer distribuições sob pena de excomunhão e de 30 cruzados.

Missas: no altar de Nossa Senhora da Graça, junto da porta travessa ou porta do Sol, o clérigo do coro hebdomadário celebraria, ao romper da alva, uma missa diária das obrigatórias, para que os fiéis cristãos pudessem ouvir missa cada dia e ver o "santo" Sacramento antes de irem para os seus negócios temporais. Segundo o antigo costume, as missas de prima seriam celebradas pelos defuntos em geral sem se meterem as de aniversário e outras a que o

[36] Este vocábulo não vem nos dicionários correntes no sentido empregado no texto, o qual se descobre facilmente, dentro do contexto, através da sua formação: a + morado, em que o prefixo a significa negação; ou seja, o foragido ou sem morada.

Cabido estava obrigado, dando ao celebrante a esmola de $020 reais. Como Dignidades e Cónegos tinham obrigação de missa, ordenar-se-iam e dispor-se-iam para celebrar as respetivas missas: os primeiros dentro de dois meses e os segundos de três, o que corria desde a anterior notificação a 27 de abril; as coimas eram especialmente pesadas: 20 cruzados aos primeiros e metade aos segundos.

Moços de coro: encontrando poucos e de pouca idade, ordenou que daí em diante fossem oito ganhando em cada ano, com o mantimento, 1$200 reais e não podendo ter menos de 12 anos; aprenderiam gramática e a cantar, e seriam hábeis para isso; por sua antiguidade, habilidade e suficiência seriam providos em clérigos, passando a possuir as tercenarias. Sendo obrigado o Mestre-escola, por estatuto e direito, a ter mestre que ensinasse de gramática os beneficiados, coreiros e moços de coro, mandou-lhe que no termo de quatro meses primeiros seguintes pusesse um suficiente, que ensinasse de gramática as ditas pessoas nas horas desocupadas do serviço da Sé sob pena de 30 cruzados.

Ódio: se não se falassem, não podiam ser contados nas distribuições quotidianas, enquanto permanecessem nessa situação, sob pena de $100 reais.

Procissões: as habituais e obrigatórias não podiam ser mudadas pelo Chantre, sem consentimento do Cabido, sob pena de $200 reais. Indo em procissão, os Dignidades e Cónegos não levariam, juntamente consigo, mais que um moço em pelote, mas sem ir incorporado em lugar que fizesse pejo aos que iam nela; iriam com loba redonda, sem levarem a sua fralda alevantada e sem sombreiro, salvo se chovesse.

Trajo: vestiriam o traje típico das lobas redondas a tocar o chão e sem trazerem fralda levantada, tanto dentro da Sé como fora dela nas procissões; também não levariam sombreiro nas procissões fora da Sé, a não ser que chovesse.

Meios de correção: quanto aos meios de correção, coação e normalização, recorreu especialmente às coimas pecuniárias e só em dois casos a censuras espirituais ou penas canónicas, o pior que pode ser por enlaçarem as almas; essas coimas eram aplicadas sistematicamente para as obras da Sé. Outro recurso era o desconto nas distribuições e rendas, equivalente a coima[37].

---

[37] Franquelim Neiva SOARES, "O Infante D. Henrique reformador da Sé de Braga: a visitação de 1537 e a confraria eucarística de 1540" in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II, 2006, pp. 117-137.

2.4.2. Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

Passando à segunda instituição canónica mais importante da arquidiocese, a colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, cujo dom prior tinha pretensões de equivalência a bispo, funcionando o arcebispo como seu metropolita, documentalmente existem as visitas pastorais e visitações da tabela abaixo.

Tabela II
Síntese das visitações da Colegiada (1537-1540)

Data do início	Visitadores	Prior	Atas	Data da ata
1537-10-09	Arcebispo e António da Mota, prior de Bragança	Sebastião Gomes, ausente, na presença do seu procurador, irmão e vigário Nuno Ribeiro	18 capítulos sem contar o protocolo e o escatocolo, e uma adenda de 54 condenados e de 3 padroeiros de capelas	1537-10-14 e notificada ao Cabido a 17 pelo notário João Mendes; adenda de 1537-10-27, só notificada em 1537-11-02
1538-09-17	Bacharel Manuel Falcão, do seu desembargo	Ausentes o dom prior e o vigário seu irmão	34 capítulos sem contar o protocolo e o escatocolo. Seu complemento é a tomada de contas da fábrica da Colegiada com a peripécia do dispêndio de 8$000 reais anuais	1538-10-14 e entregue e notificada a 28 na pessoa do chantre Álvaro do Canto, juntamente com a de 1537
Depois de 1539-10-22, data da delegação passada em Lisboa	L.^{do} Diogo Fogaça, fidalgo da casa del-rei e seu capelão, encarregado do governo do arcebispado	Na presença do dom prior, dignidades e cabido	18 sem contar o protocolo	1540-02-03, Braga e entregue a 21 ao tesoureiro Baltasar de Andrade; de novo a 5 de julho na presença de António Fernandes, depois cónego meio prebendado

Por essa síntese entrevê-se o complicado de todo este processo por a Colegiada de Guimarães ter tradição, desde o início do século XIII, de autonomia e de equivalência a bispado, mormente pela chamada **composição antiga**, de 23 de outubro de 1216 na administração de D. Estêvão Soares da Silva, só alterada parcialmente pela denominada **composição nova**, celebrada a 7 de junho de 1553 pelo arcebispo D. Fr. Baltasar Limpo. Portanto já depois da administração do infante D. Henrique[38]. Creio que estará aí a razão por que não a visitara pessoalmente na sua segunda estada em Braga. O infante D. Henrique era pessoa importante de mais para tolerar as intrigas da Colegiada nem D. João III estaria também pelos ajustes. Esclareço que o Infante comunicou, em carta de Lisboa de 21 de Julho de 1538, que partiria para Braga dois dias depois, esperando permanecer aqui até 6 ou 7 de Agosto; mas permaneceu cá até, pelo menos, 20 de Outubro[39] (foto 19). Resumindo, as primeira (foto 20) e segunda (foto 21) visitas coincidem com as suas deslocações para o norte, mas já não a terceira, feita na sua ausência no sul. Na verdade, D. Henrique era pessoa destinada aos mais altos cargos na Igreja: tendo recebido a ordenação de bispo e o pálio no domingo de pascoela (13 de abril) de 1539, o rei estava resolvido a propô-lo para inquisidor-mor e, após o falecimento do infante D. Afonso, cardeal, bispo de Évora e arcebispo de Lisboa, manobrou a diplomacia no sentido de ser nomeado bispo de Évora e da passagem desta Sé a metropolitana tendo por sufragâneos os bispados de Ceuta e Silves. E conseguiu-o de facto pela bula *Gratiae divinae premium,* de 24 de setembro, que recomendava ao rei essa igreja e o infante D. Henrique[40].

---

[38] A composição antiga está publicada *in Vimaranis monumenta historica* e resumida por António Franquelim S. Neiva SOARES, *A arquidiocese de Braga no século XVI: Visitas pastorais e livros de visitações*. Dissertação para licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras do Porto, 1972, I, pp. 47, 182-184. As duas composições estão publicadas por Franquelim Neiva SOARES, *Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na arquidiocese de Braga: Visitações à colegiada de Nossa Senhora de Oliveira e a outras igrejas da região de Guimarães*. Braga: edição do Autor, 2.ª edição corrigida e aumentada, 1983, pp. 48-50, 79-81.

[39] Franquelim Neiva SOARES, "Cardeal, Rei e Arcebispo de Braga. De novo o Infante D. Henrique nos 500 anos do seu Nascimento: as suas duas visitas a Braga" *in Diário do Minho*, de 30 de Janeiro de 2013, suplemento Cultura, pp. VI-VIII.

[40] Documentação *in Corpo diplomatico portuguez*, IV, 1870, pp. 323-328, 340, 344-345 ficando com uma pensão de 1:500$000 reais no arcebispado de Braga.

E depois também no Estado chegando a regente e a rei, neste sem contar e por via das sucessões hereditárias; a agravar tudo a falta de preparação, o emaranhado de um Estado empobrecido e repleto de problemas, e o cair-lhe já em idade senil.

Concluindo: na administração do Infante fizeram-se três visitas à Colegiada, duas durante outras tantas deslocações do sul a Braga, mas pessoalmente só a primeira (creio que como prova de superioridade perante as vaidosas exigências da canónica), e a terceira durante a sua ausência em Lisboa.

Tal como fiz para Braga, não vou proceder a uma análise rigorosa dessas visitações, pois tudo isso foi já feito, bem como a sua publicação e da documentação complementar[41]. Mais ainda: como se trata de três visitações, tem de proceder-se a uma síntese dos pontos principais e de maior alcance. Por outro lado, nestas ouviram-se testemunhas na devassa, sintetizando-se consequentemente no *livro dos provimentos* o seu resultado, pelo que se trata mais de um livro misto, pois só se separaram com o *Regimento dos visitadores* de D. Afonso Furtado de Mendonça, de 1620.

1.º Edifício da Colegiada com seus anexos

Edifício: providenciou-se minimamente no seu exterior, lamentando-se em 1540 o desamparo de uma igreja tão honrada e tão antiga em partes tão importantes, como a sacristia, o espelho e órgãos. Na capela-mor capitulou-se: puxar o altar-mor à parede para não se poder andar ao redor, alevantá-lo e baixar um degrau ao pavimento por causa da estética; possuía um precioso retábulo de prata, cujas portas se mandaram pintar. O corpo da igreja era de naves e possuía, pelo menos, quatro altares: um de S. Sebastião no cruzeiro do lado sul, outro do Espírito Santo, um terceiro de invocação não referida e de Rui Mendes de Mesquita no lado do evangelho, e o quarto da capela do Cón. Gonçalo Anes, além de várias capelas; para as leituras serem mais bem entendidas do numeroso público capitulou-se, em 1537, a construção dum púlpito móvel de madeira, bem dourado e de boa altura.

Sacrário com a reserva eucarística: em 1537 o Santíssimo Sacramento encontrava-se detrás dum dos altares do cruzeiro em

---

[41] Franquelim Neiva SOARES, "O Infante D. Henrique e a Colegiada da Senhora da Oliveira" *in Disdaskalia*, XXV, fasc. 1 e 2 (1995), pp. 267-323.

lugar pouco conveniente; colocar-se-ia logo no altar-mor numa caixa pintada e dourada como sacrário, isso até que se acabasse a capela que para isso queria fazer, por sua devoção, o Cón. Gonçalo Anes, que já tinha ofertado a custódia rica. Mas tudo muito lento até 1540.

Sacristia: bastante rara então, existia na Colegiada mandando-se, em 1537, corrigi-la e acrescentá-la; nela se fariam uns armários, como os da Sé de Braga, com seus tabuleiros corrediços; na sua torre abririam mais as frestas pondo-lhes grades de ferro e uns armários bem feitos para guarda da prata da igreja. Achada muito desbaratada em 1540, pedindo-se por amor de Deus que a reparassem.

Pia de batismo: servindo a Colegiada de igreja paroquial, tinha de possuir esta, sendo mandado, em 1537, pôr-lhe uma cobertura de madeira, bem feita e com a sua fechadura de modo a estar vedada e limpa; consertariam as grades em seu redor, ficando firmes; e comprariam duas âmbulas, uma para o óleo *(puerorum)* e outra para o crisma, da sorte da do óleo *infirmorum.*

Claustro: possuía crastas tendo-se capitulado o seu retelhamento e precintação em 1537 e 1538; nele existiam muitos altares, mandando colocar outro na derradeira visita. Estes eram necessários por não haver concelebração até ao concílio Vaticano II.

2.º Objetos litúrgicos

Pratas da igreja: na visita de 1538 examinou-se a prata da igreja encontrando-se muita velha e maltratada, concluindo-se que havia 36,5 marcos[42] dela para fundir e aplicar para a feitura de uma série de objetos litúrgicos, como uma cruz de folha com o Cristo, um turíbulo, 2 galhetas muito bem feitas, 2 castiçais de prata, etc. corrigindo-se alguns cálices, patenas, coroas das imagens, etc.

Ornamentos e paramentos: em 1537 capitulou-se ao tesoureiro ou ao seu sacristão que tivesse os ornamentos mais bem guardados, limpos da cera, lavrados e pregados; não os emprestaria para jogos e autos sob as penas da *constituição*; na do ano seguinte prescreveu-se que cumprisse com o livro do inventário e com o

---

[42] Antigo peso de 8 onças, valendo esta a 16.ª parte do arrátel, ou seja 29,691 gramas. Sendo assim, fazendo a competente conversão ter-se-ão 292 onças ou 8.669, 772 gramas. Nada mau, pois estava perto de 9 kgs.

desocupar o sacristão de todo o outro serviço e que lhe largasse inteiramente todas as ofertas que lhe pertenciam.

Órgãos: com escassíssima informação, capitulando-se em 1537 que fossem corrigidos de modo a terem serventia pela nave lateral, a fim de se desocupar a central da sua utilização por tirar a vista ao altar e capela-mor; era o único objeto litúrgico com regime especial na sua conservação, pois escapava ao regime geral de serem as suas despesas divididas, em partes iguais, entre o dom prior e o cabido.

Livros litúrgicos: em 1537 mandou-se ao tesoureiro que pusesse 2 livros missais místicos bem encadernados; no ano seguinte foi-lhe prescrita a colocação de 3 missais novos.

Mas era muito mais numeroso o mobiliário litúrgico, faltando referências a estantes, confessionários, tumbas coletivas e a uma elevada gama de livros litúrgicos.

3.º Pastoral dos sacramentos e ofício divino

Sacramentos aos doentes: os curas da Colegiada e outros da vila, quando levassem o sacramento da (extrema) unção, não pediriam por isso coisa alguma antes ou depois, nem poderiam nomear nem assinar quais nem quantos o haviam de acompanhar, pois deviam incorporar-se todos os presentes nesse momento; entre todos eles devia repartir-se igualmente qualquer esmola dada pelo enfermo espontaneamente.

Confissão e comunhão: os curas não admitiriam à confissão e ao Santo Sacramento nem aos ofícios divinos os que andassem evitados nem absolveriam nenhuns que se recebessem clandestinamente, sem especial mandado do oficial da corte de Braga; de resto, havia rígido controlo pela chamada desobriga, ou seja, da confissão e comunhão pela Quaresma e Páscoa: desde os 14 anos para a comunhão com a confissão prévia e só da confissão para as pessoas entre os 7 e 14 anos, para o que tinha de fazer-se em cada igreja anualmente o rol de confessados, a apresentar na cúria, dentro de 15 dias, após o domingo com o Evangelho *ego sum pastor bonus*[43], para ser registado no rol geral e se dar conta dos revéis.

---

[43] Trata-se dum texto de Jo. X, 11, lido na missa do II domingo depois da Páscoa, como se pode verificar no *Missale Bracarense*. Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, 1924, p. 355.

Matrimónio: os curas não receberiam nenhuns noivos sem serem admoestados, conforme a constituição[44], nem absolveriam os recebidos clandestinamente sem licença da corte de Braga.

Ordenação dos capitulares: alguns dignidades e cónegos não estavam ordenados de missa e outros, embora com o presbiterado, não se dispunham a celebrar; ordenar-se-iam até à Páscoa e dispor-se-iam para celebrar as missas que lhes viessem por estatuto ou por pauta. Isto em 1537, repetindo-se no ano seguinte. A visitação de 1540 revela nominalmente os faltosos e transgressores. Medidas duras para os obrigar ao pleno cumprimento das suas obrigações pastorais e regimentais, do mesmo modo que usufruíam das benesses temporais.

Ofício divino: sendo breve, os capítulos resumem-se a mandar rezá-lo com pausa e em silêncio, sem se levarem armas para a igreja, com serviço programado, com justificação da falta na doença, com presença pessoal e sem acumulações noutra igreja ou capela; devidamente controlado pelo chantre e subchantre, com dignidade nas procissões, levando indumentária própria e evitando os escândalos no comportamento individual, tanto na vila como nos arrabaldes.

4.º Arquivo

Livros de inventários: o tesoureiro faria um livro de duas mãos de papel, encadernado, para escrever todas as coisas da igreja: prata, vestimentas, livros e todos os mais objetos móveis, indicando a quem ficavam entregues para se poder tomar conta delas em cada ano; far-se-ia um outro, à custa do prior e cabido, para se lançar no cartório da igreja, tudo a cumprir até ao Natal sob pena de um cruzado. Capitulou-se ainda ao vigário que notificasse ao prior, em termo de dois meses, para tornar todas as escrituras da igreja ao seu cartório no termo de 4 meses sob pena de 20 cruzados, as quais se poriam na torre da sacristia numa arca fechada; nesse termo o cabido colocaria também o seu cartório na mesma torre noutra arca fechada, de que teriam duas chaves duas pessoas capitulares; dessas escrituras far-se-ia tombo.

Registo civil paroquial: os curas teriam um livro de quatro mãos de papel, encadernado, para batizados, casados e

---

[44] Tít. XIII, const. primeira, fo. XXV.

óbitos segundo a constituição; e levariam com perfeição os róis de confessados e os nomes dos respetivos revéis ao provisor, ficando-lhes o original.

Tudo isto foi capitulado em 1537, recapitulando-se em 1538 e 1540 por incumprimento.

5.º Ensino

O Mestre-escola mandaria ensinar a ler e cantar aos moços do coro todos os dias da semana durante duas horas, uma pela manhã e outra pela tarde, na claustra por mestre apto, sob pena de 10 cruzados de ouro. Os curas da igreja ensinariam todos os dias da semana aos meninos a doutrina cristã na claustra, segundo a forma do regimento deixado, pena de 5 cruzados a cada um que não cumprisse; os fregueses, por seu lado, mandariam os moços a aprender na forma desse regimento.

6.º Fábrica da igreja

O visitador teve especial cuidado na fábrica da igreja, obrigando a dar contas dela no ato da visita. Mas não se cumpriu o capitulado por culpa do vigário Nuno Ribeiro, feitor do prior. Tanto o dom prior como o Cabido costumavam dar sempre para a fábrica, em cada um ano, 4$000 reais. Como o Cabido cumpria habitualmente com a sua porção, ao contrário do priorado, corria nisso litígio em Roma com muita lentidão, providenciando-se em 1538 que se lhe aplicassem, além dos 8$000 reais em cada ano, os restos achados nas contas dos anos passados e das covagens, e ainda 12$000 do rendimento do pé-de-altar, o que tudo perfaria 20$000 reais. A solução encontrada no diferendo foi uma concórdia prescindindo de quem era obrigado: a primeira conezia e prebenda que vagasse por morte natural dalgum beneficiado seria aplicada à fábrica, ficando imunes de mais contribuírem. O infante D. Duarte aprovou essa supressão em 1539 e o Arcebispo no ano seguinte. De resto, só entrou em vigor em 1557 por falecimento natural do arcipreste António do Canto.

7.º Condenados nas devassas

Em 1537, 1538 e 1540 foram condenados os da tabela seguinte.

Tabela III
Condenados nas três visitas da Colegiada da Oliveira

Anos	Qualidades das pessoas	Número de pessoas	Total
1537	Nobres Letrados Artesãos Gente baixa Judeus Indefinidos	4 9 19 1 3 18	54
1538	Mulheres Artesãos Indefinidos	3 3 3	9
1540	Só um capítulo geral, talvez por falta de devassa séria		
Total	–	63	63

Concluindo: a única visitação conhecida da Sé de Braga parece não ter compreendido uma devassa em forma, ao contrário das três da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, com duas em forma com muitos condenados, especialmente em 1537. De resto, provimentos nas obras necessárias, na decência e dignidade do culto divino, na rigorosa administração da fábrica, no ensino tanto dos moços de coro como da doutrina cristã aos meninos, na inventariação e segurança dos bens, e na guarda do arquivo com a novidade do registo civil paroquial.

2.4.5. Edição e impressão dos livros litúrgicos

Neste ponto não há muito a acrescentar limitando-me a atualizar o já escrito por Mons. José Augusto Ferreira em os *Estudos*

histórico-litúrgicos, Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga e "Bibliografia litúrgica do rito bracarense" *in Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, II, n.º 1 (Tipografia do Arquivo Distrital, s. d., pp. 86-120), com poucas novidades mas importantes. Compreende-se, aliás, que o novo Arcebispo liturgicamente só trataria de imprimir o que fosse necessário para serviço da Igreja e do clero arquidiocesano. Assim não se precisava de novo *breviário* por se terem feito edições em 1511 e 1529, nem de novo *missal* por ter havido uma impressão em 1512. O missal com o seu nome foi mandado imprimir, na vacância após o falecimento de D. Diogo de Sousa, pelo arcebispo eleito D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra. Como não surtisse efeito aquela eleição, a respetiva impressão só se concluiu em 1538, já sob a administração do infante D. Henrique (foto 22). No seu final contém este importante e extenso cólofon a atestar tudo isso e que fora impresso em Lisboa por German Galhard Francês *(Gallum),* depois de inúmeras emendas por Fernando Oletano e de algumas adendas:

> *"Habetis venerandi sacerdotes librum missalem iuxta antiquam alme Bracharensis Ecclesie consuetudinem iussu reverendissimi patris et domini domini*[45] *Georgii de Almeida electi et dignissimi episcopi Colimbriensis comitis de Arganil etc. Ulissipone nunc ultimo optimis tipis excussum per Germanum Galhart*[46] *Gallum vigilantique*[47] *diligentia ab innumeris quibus scatebat mendis emendatum per Fernandum Oletanum eiusdem diocesis vobis dilectione et humilitate conservum et consacerdotem. Fuerunt igitur huic sacro operi plures restituti loci ex quibus depravatis uti erant, nullus poterat ellici sensus; fueruntque multi defectus preteritarum*[48] *impressionum integritate reparati; fuerunt preterea apposite regule*[49] *dicendi Gloria et Credo necnon missa*[50] *de Victoria christianorum et missa*[51] *Sancte Apolonie, nunquam*[52] *antea in hoc libro vise*[53] *nunc primum addite*

---

45 Falta nas leituras das seguintes obras e autores indicados na nota abaixo: António Joaquim Anselmo, *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I, e José A. Ferreira, *Bibliografia litúrgica do rito bracarense*.

46 Em António J. Anselmo e José A. Ferreira **Galhard**.

47 Em António J. Anselmo e José A. Ferreira **vigilantiaque**.

48 Em José A. Ferreira **praescriptarum**.

49 Em **Bibliografia Geral Portuguesa**, vol. I **regula**.

50 Em José A. Ferreira, *Bibliografia litúrgica* **missae**.

51 Em José A. Ferreira, *Bibliografia litúrgica* **missae**.

52 Monsenhor J. A. Ferreira acrescenta **Martyris** por **nunquam**.

53 Monsenhor J. A. Ferreira acrescenta **et**.

sunt; et cantus prefactionum[54] *signatus fuit notulis et forma quibus in Ecclesia Cathedrali Colimbriensi utuntur; quedam vero alia que vel huiusmodi missarum libro pertinere minime videdebantur*[55] *vel in manuali alio libro etiam missarum, iam edita habentur*[56] *deposita fuerunt. Quapropter consacerdotes et tanto pontifici gratias maximas exibentes et nomen eius imortalitatis dignum reverentes et vestre utilitati bene consulentes libenti animo morem antiquum, canonicum et pium suscipite et librum hunc accipite et eo utimini. Absolutum anno a Christo incarnato milessimo quingentesimo trigesimo octavo, decimo septimo kalendas Augusti*"[57].

Mais importante é referir a novidade relativamente ao *manual* ou *ritual*, pois só há dois meses se conheceu do grande público o exemplar único da edição de D. Diogo de Sousa de 1517[58]. Referi acima que o Infante mostrou-se compreensivo relativamente à reza do ofício divino segundo o costume romano. Mas não deixou de facilitar a reza pelo *Breviário Bracarense*, e tanto, que até fez imprimir, em terceira edição, o *Manuale secundum consuetudidem alme Bracharensis Ecclesiae*[59] (foto 23). Foi acabado de imprimir em Salamanca a 12 de julho de 1538 pelos editores bracarenses João Beltrão e Pedro Gonçalo de S. Martinho, como consta do cólofon: *"Explicitum est Manuale secundum consuetudinem Bracharensis Curie. Salmantice impressum in edibus Joannis Iunte Calcographi. Anno Domini millesimo quingentesimo tricesimo octavo quarto Idus Julii* +.

---

54 Em *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I **prefactionum**.

55 É assim que está escrito, embora a grafia correta seja **videbantur**, como está em *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I.

s Em *Bibliografia Geral Portuguesa*, vol. I **habintur** sem a consoante n por não desenvolver as abreviaturas.

57 Ver a propósito Augusto Cardoso PINTO, *O Missal Bracarense impresso por Germão Galharde em 1538 (notícias bibliográficas)*, de 1928, de 15 pp., que não me foi possível consultar; *Bibliografia Geral Portuguesa* da Academia Real das Ciências. Vol. I. *Século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1941, pp. 254-257; Mgr. J. A. FERREIRA, "Bibliografia litúrgica do rito bracarense" *in Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, II, n.º 1 (Tipografia do Arquivo Distrital, s. d.), pp. 86-120, especialmente 104-105; António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, pp. 317, n.º 1108 e 345, n.º 12.

58 Franquelim Neiva Soares, "Liturgia bracarense mais rica" *in Diário do Minho*, de 6 de novembro de 2013, suplemento Cultura, pp. III-IV.

59 Mons. José Augusto Ferreira interpretou *Curiae*. Há um exemplar na Biblioteca Pública de Braga sob a cota = Res. 79 V= incompleto e muito bem restaurado. Este *Manual* equivale a ritual dos sacramentos e a missal manual. Já no cólofon, no fo. 116, vem *Curie*. Falo em terceira edição, corrigindo este douto investigador, devido ao que referi acima da edição de D. Diogo de Sousa, de 1517, que foi de facto a segunda.

O seu rosto vê-se na foto, estando no verso o prólogo. Seguem-se 7 folhas sem numeração com o calendário, em branco a (8)v. Vem depois o corpo do livro com a primeira folha inumerada começando com "*Incipit manuale*" e depois as numeradas em romano creio que até ao fo. cxvi (116)[60]. No exemplar da Biblioteca Pública de Braga, restaurado, o fo. xxvj vai numerado xxxiiij, o fo. xxxiiij numerado xxxix, falta o fo. xlix, estando completo até ao fo. cxij; fo. cxiij sem numeração e com dano; fo. cxiiij também sem numeração e com dano tendo no verso *Tabula/ Tabula huius opusculi*, continuando o índice no fo. cxv e ainda no cxvj onde vem o cólofon, que escrevi acima[61].

Também se deveu à sua iniciativa a quarta[62] edição da tradução do *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial (ca. 1370-1438), arcediago de Valderas, diocese de Leão (Espanha): *Sacramental em lingoagem/ portugues novamente im-/presso e emmendado. Ano/ MDXXIX.* Tirei o título de António Joquim Anselmo, *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI* a partir do exemplar de Coimbra (foto 24), pois o de Lisboa não tem rosto e o da Biblioteca Pública Municipal do Porto tem-no restaurado mas incorretamente, como se vê da foto 25. Examinando-o com cautela, cabe-lhe perfeitamente o rosto do exemplar de Coimbra. Corri-o todo notando-lhe estes erros na foliação em numeração romana, apresentada em árabe para maior clareza: do fo. 8 passa ao 11, tem dois fo. 16, do 17 passa ao 19, do 21 ao 20, deste ao 23; o fo. 42 numerado 62, do 81 passa ao 75 seguindo o fo. 81 e passando ao 88; depois ao fo. 84 e estes seguidos 85, 86, 87, 81, 89 e 90 e tudo certo até ao 127 mas

---

60 Na *Bibliografia Geral Portuguesa* vem ***cvj***.

61 *Bibliografia Geral Portuguesa* da Academia das Ciências de Lisboa, volume II *Século XV.* Imprensa Nacional de Lisboa, 1944, pp. 697-701 (refere 2 exemplares na Biblioteca Pública de Braga, mas creio só haver um); Mgr. J. A. FERREIRA, "Bibliografia litúrgica do rito bracarense" *in Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, II, n.º 1 (Tipografia do Arquivo Distrital, s.d.), pp. 86-120, principalmente 102.103 (refere 2 em Braga, um na Biblioteca Pública e outro na de José Gomes de Matos Cardoso). Não referido por António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, pois só menciona o de 1562 de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (p. 241, n.º 837).

62 As anteriores datam de 1488 em Chaves, 1499-1500 em Braga e 1502 em Lisboa. Trata-se de uma espécie de tratado de moral para ilustração do clero diocesano, então muito ignorante. Compõe-se de três partes: na primeira trata da fé, credo, pai-nosso, ave-maria, dez mandamentos, sete pecados mortais, virtudes cardeais e sete obras de misericórdia; no segundo dos três primeiros sacramentos (batismo, confirmação e eucaristia) e no terceiro, o mais extenso, dos restantes quatro. Em 1559 em Castela e em 1561 em Portugal caiu na maldição da Inquisição, tendo sido colocado no índice dos livros proibidos.

repetindo os fo. 93 e 127, e seguindo-lhe o 129; tudo correto até ao fo. 148; passa ao 159, 150, 151, 152, 148 (repetida), 155, 156 e exato até ao fo. 164; depois 167, 166, 163, 168, 169, 170 e tudo exato até ao fo. 174 em cujo verso está o cólofon.

De (7) + clxxiiii folhas a duas colunas, mas de facto de (7) + 133 folhas. Veja-se o cólofon: *"Foram acabados de imprimir/ estes sacramentaaes*[63] *em a cidade/ de Braga per Joham Beltram mer-/cador de livros he Pero Gonçalvez/ mercador. Per mandado do/ muyto alto e muyto excelen-/te Principe ho senhor Ifan-/te dom Anrrique electo ar-/cebispo Senhor da dita/ cidade primas das Spa-/nhas comendatario e/ perpetuo administra-/dor do mosteiro de Santa Cruz/ de Coimbra. Emprimios Pedro de la Rocha./ A xv dias do mes de fevereyro de/ mil e quinhentos e trinta e nove/ annos"*[64].

Editado em Braga pelos mesmos dois por ordem do Arcebispo, tendo-os impresso Pedro de la Rocha a 15 de fevereiro de 1539[65]. Trata-se dum pequeno tratado dos sacramentos para ilustração do clero, que bem precisaria. Teve muita difusão e leitura, embora não se conheça nenhum exemplar na Biblioteca Pública de Braga. Há uma edição recente: *Clemente Sánchez de Vercial, Sacramental [Chaves, 1488].* Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado, Publicações Pena Perfeita, 2005, sem lugar, de 487 pp.

Também se deve à iniciativa do Infante a impresão de *Arte pera bem confessar novamente impremida per mandado do muy excellente Principe e Serenissimo senhor o senhor Dom Henrique Iffante de Portugal electo Arcebispo e senhor da cidade de Braga Primas das Espanhas nosso senhor etc.* Acabado de imprimir na cidade de Braga a 20 de Junho de 1537 por Pedro da Rocha Dondo, outro nome de Pedro da Rocha, de nacionalidade francesa. Trata-se de obra traduzida do castelhano por Aires da Costa, cónego de Braga[66].

---

63 Em António Joaquim Anselmo **sacramentaes**.

64 No *Catálogo dos Impressos de Tipogafia Portuguesa do século XVI. A Colecção da Biblioteca Nacional*. Introdução, organização e índices por Maria Alzira Proença Simões, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990, p. 328, n.º 835 vem referido assim: [Sacramental por Crime[n]te Sanchez de Vercial]; tirado em portugues. – Novamente impresso e e[m]me[n]dado. – Braga: Pedro dela Rocha: per Johã Beltrã: Pero Gõç[alvares], 15 de fevereyro 1539.

65 António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Nas Oficinas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 290, n.º 996; José Augusto Ferreira, *Fastos episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, II, pp. 410-412; IDEM, *Estudos histórico-liturgicos: Os ritos particulares das Igrejas de Braga e de Toledo*. Coimbra: Coimbra Editora, L.da, 1924, pp. 171-173, 285-287.

66 António Joaquim ANSELMO, *o.c.,* p. 290, n.º 995.

Mais importante ainda é a notícia, divulgada há semanas pela Livraria Castro e Silva, alfarrabista de Lisboa, de um exemplar único de um *Missale secundum consue/tudinem alme Bracharensis Ecclesie. Noviter impressum,* de 1536, como se deduz do respetivo cólofon: *"Explicit missale votive maxima cu[m] diligentia/ correctum./ Impressum in preclara Lixboa/nen[si] civitate per Germanum Gallard/ Anno Sa[l]utis Millesimo quin/gentesimo trigesimo sex/to. Die vero xxvi/ mensis Junij* +++/+*"*. In-8º de 19,5x14,5cm e de (xxxvi) + 100 [aliás] 99 fólios. Frontispício arquitetónico com uma gravura representando a crucifixão de Cristo e o título da obra a vermelho (foto 26). Impressão a duas colunas de belos carateres góticos alternadamente a preto e vermelho, adornada com capitulares xilográficas e notação musical paleofónica em 5 fólios. Escrita em latim, mas do fólio 93 ao 98v em português: *"Seguense os doze artigos da fe catholica:"*.

No dizer da notícia da Internet trata-se de **exemplar único conhecido**, daí o preço proibitivo da venda/compra, pois é de 50.000 euros. Mas essa notícia tem uma contradição grave, pois chama-lhe *Manuale secundum consue/tudinem alme Bracharensis Ecclesie. Noviter impressum.*

Parece algo misteriosa a notícia e ainda mais por se tratar de um missal, a ponto de não ter chegado qualquer notícia da sua existência até à atualidade. Tentei entrar algo nesse mistério, mas não foi possível neste momento.

2.4.6. O culto eucarístico

Parece-me que este tema merece um tratamento especial dentro da corrente vigente de espiritualidade e possivelmente por estímulo do infante D. Henrique. Prova disso é que nas anteriores *constituições* de D. Diogo de Sousa, de 1506, só se fala na devoção eucarística ao tratar dos sacramentos aos enfermos[67].

Nas do infante D. Henrique interessa o título IV, constituição VI: "*Em que igreja estará o Santissimo Sacramento e o modo em que deve estar*", que passo a resumir. Atenderam, primeiro, aos considerandos dos Santos Padres sobre a necessidade de os enfermos receberem a comunhão no seu passamento e também à devoção e

[67] Antonio GARCÍA Y GARCÍA (dir.), *Synodicon Hispanum.* II *Portugal*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, constituições 26 e 51, pp. 160 e 184-185.

consolação espirituais dos fiéis cristãos, pelo que ordenaram que nas igrejas curadas e nos mosteiros estivesse o santíssimo corpo de nosso Senhor em sacrários deputados para isso, para se dar aos enfermos quando O quisessem receber e especialmente por ocasião de tal necessidade do enfermo que parecesse não chegaria ao outro dia, posto que tivesse comido ou fosse de noite. Mandaram depois que em todos os mosteiros conventuais, nas igrejas colegiadas e também nas curadas que tivessem 40 vizinhos a elas conjuntos em povoação, ou daí para cima, fizessem honra dos sacrários à custa das rendas das mesmas igrejas ou mosteiros, onde estaria o Santíssimo Sacramento; nele teriam, pelo menos, quatro hóstias consagradas: uma grande para levar o Santíssimo Sacramento aos enfermos e três pequenas para comungarem os ditos enfermos.

Esse sacrário estaria fechado com boas fechaduras e chaves com todo o acatamento e reverência possível, providenciando na segurança da competente chave; o Sacramento, posto em pedra de ara e em corporais lavados muito limpos e fora de toda a humidade, renovar-se-ia de oito em oito dias. E o tesoureiro ou sacristão ou outra pessoa encarregada teria sempre diante dele uma lâmpada acesa bem consertada e com bom azeite, à custa da igreja ou mosteiro ou de quem fosse encarregado, significando pelo lume corporal a claridade e resplendor espiritual com que o Santíssimo Sacramento alumiaria as almas daqueles que O recebessem devidamente.

Nas igrejas cujas rendas não passassem de 30$000 reais, se não houvesse esmola ordenada para isso, ordenar-se-ia uma pessoa devota que pedisse para tal fim e o que a esmola ou peditório não satisfizesse seria suprido pelas rendas dessa igreja. As pessoas obrigadas pelas constituições e que não cumprissem com o fazer do sacrário, da sua publicação a seis meses eram condenadas em 1$000 reais para as obras da Sé e meirinho. Também puniam os descuidos na lâmpada acesa: por cada vez que não estivesse acesa pela maior parte do dia havia a coima de $050 reais; se a culpa fosse tão grave, a ponto de merecer maior pena, seria punida mais gravemente ao arbítrio do provisor, vigários ou visitadores[68].

---

[68] *Constituições do arcebispado de Braga.* Lisboa: por Bernardo Galharde Francês, 1538, fo. 15v-16; Franquelim Neiva SOARES, *Culto eucarístico no concelho de Esposende: Sacrário e confraria do Senhor de S. Bartolomeu do Mar.* Obra comemorativa do Jubileu Sacerdotal e do 225.º Aniversário da Confraria do Santíssimo Sacramento. Braga: Edição do Autor, 2012, pp. 9-10.

Mas mais significativo foi o acontecido na Catedral de Braga. Como igreja-mãe da arquidiocese deverá ter possuído presumivelmente os mais antigos sacrário e confraria eucarística. Aquele deve ser bem anterior a 1537, data da visitação henriquina, que não tem a mínima referência ao tabernáculo, sinal de que o possuía já e com a devida decência, pois doutra maneira teria procedido com rigor na matéria, como fez na visitação do mesmo ano à Colegiada de Guimarães.

Já da confraria do Santíssimo só pode afirmar-se com segurança que é anterior a 1540, porquanto é de 4 de maio deste ano o rescrito referindo o cardeal diácono Alexandre de Cesarinis como defensor e protetor apostólico da confraria do Santíssimo Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo na igreja de Santa Maria *sopra Minerva*, ereta aí a 30 de novembro do ano anterior, o qual transcreve a bula *Dominus noster Jesus Christus transiturus*,[69] de Paulo III, a associar a sua confraria do Santíssimo Sacramento à daquela arquiconfraria, em Roma. Isso por diligência e empenho do infante D. Henrique por meio do seu procurador Pedro Domenec, cavaleiro de S. Pedro e cubiculário apostólico. Este documento, escrito em letra humanística cursiva, em bom estado de conservação com exceção de duas grandes manchas no reverso mas sem lhe destruirem o texto e do polido e moído pelas várias dobragens, pois já veio primitivamente dentro dum pequeno mas bonito estojo, guarda-se com extremo cuidado numa das gavetas do Arquivo Distrital de Braga[70] (foto 27). Com base nele é que pode afirmar-se, com grande probabilidade de verdade, que se trata da primeira confraria portuguesa a agregar-se àquela, não obstante as afirmações precipitadas de vários autores

---

[69] Publicada a sua tradução em vernáculo, da autoria de Vale Amorim, por Mons. Manuel Baptista de SOUSA, *Apontamentos para a história de Santa Maria de Quintiães – Barcelos*. Esposende: Edição do Autor, 2005, pp. 581-592. Mas ambos desconheceram a tradução setecentista de D. Simão dos Mártires LEAL, *Directorio Eucharistico em que se trata da instituiçam da Irmandade do SS. Sacramento, e das Graças, Indulgencias, e privilegios que os Romanos Pontifices concederaõ aos Irmãos desta devotissima Confraria e do que devem observar quando por Viatico se levar aos enfermos. Tomo I. Offerecido a S. Nocolao de Mira*. Lisboa: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1749: pp. 15-35 com o texto da bula em latim; pp. 35-63 com o da sua tradução em vernáculo. Segundo este autor, que exprime o pensamento e uso geral, esta confraria estava aberta a todos, exceto pessoas de ofícios vis, homens pretos e de infeta nação, e de mau procedimento e fama.

[70] ADB., *Gaveta da Sé*, doc. 12; Avelino de Jesus da COSTA, "A Santíssima Eucaristia nas constituições diocesanas portuguesas" *in Lusitania Sacra*, 2 S., I, Lisboa, 1989, pp. 197-243, especialmente 225, 237-243, onde se publica o respetivo texto em latim.

a negar-lho por desconhecerem este precioso e importante documento[71]. A Sé de Braga tinha então o único sacrário da cidade intramuros, servindo-se dele as outras duas paróquias da Cividade e S. João do Souto para a comunhão aos enfermos[72].

2.4.7. Projeto dum centro universitário em Braga

Este plano deve derivar do arcebispo D. Diogo de Sousa, entre 1509 e 1532, com a instituição do Colégio de S. Paulo como Estudos Públicos gratuitos. Mas a morte deste grande prelado foi-lhe catastrófica por seguida do sequestro do seu património e da tutela real sobre a diocese durante quatro anos. D. Henrique tratou de concretizar o programa sousano do Colégio das Artes e Teologia, influenciado certamente por Clenardo, seu antigo professor, e por André de Resende. De harmonia com os ideais pedagógicos da Renascença e com os anseios da Reforma católica, a educação e o ensino tinham de estar aí perfeitamente unidos, devendo converter-se numa escola onde o latim se aprendesse com toda a perfeição[73].

Tendo ficado incompletos os edifícios destinados por D. Diogo de Sousa bem como o respetivo corpo docente, D. Henrique curou logo de preparar instalações adequadas ao ensino mandando edificar à sua custa, com grandeza e magnificência de traça, casas e outras instalações apropriadas, e de mandar vir de fora do reino mestres abalizados[74] (foto 28).

---

[71] Afirma-o em 1937 Vale AMORIM, "Confrarias do SS. Sacramento" *in Acção Católica*, Ano XXII (1937), p. 656, referindo que foi em Penafiel, outrora Arrifana, que surgiu a primeira em Portugal, logo após a de Roma, com base no discurso de Mons. Cón. Anaquim no Congresso Eucarístico de Buenos Aires; Adélio Torres NEIVA coloca esta confraria em 1541 classificando-a de a primeira em Portugal (*S. Paio de Antas – Sua história – Sua gente*. Esposende: Edição da Paróquia de S. Paio de Antas, 1999, p. 245) com base na *História Eclesiástica de Portugal* de Miguel de Oliveira. Lisboa: União Gráfica, 3ª edição, p. 275, mas este autor apenas afirma que esta de Penafiel surgiu poucos meses depois da de Roma de 1539.

[72] Cón. Dr. António RIBEIRO, "A primeira Confraria do Santíssimo em Portugal – «O Senhor da Sé»" *in Acção Católica*, Ano XXIV (1939), pp. 421-426.

[73] M. G. Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. I. Clenardo e a sociedade do seu tempo (com a tradução das suas principais cartas)*, 4.ª edição. Coimbra, 1974, pp. 376-377.

[74] Provisão de 3 de Agosto de 1539 in AUC., *Gaveta XIX-B*, m. 5, perg. 87. Publicado por José S. da Silva DIAS, *Braga e a cultura portuguesa do Renascimento*, Coimbra, 1972, pp. 52-53 (separata de *Philosophica Conimbricensia,* Revista de Filosofia e Cultura Portuguesa, I. Publicação do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

O seu plano era bastante ambicioso, pois erigiu, a 3 de agosto de 1539, a capela de S. Paulo, as casas e outros edifícios contíguos *«em capelania e beneficio eclesiastico sem cura e, ainda, em escolas, ginasio e estudo geral, para gratuitamente se ensinar e fazer proveito em todas as ditas ciencias»*[75]. Para custear despesas tão elevadas uniu-lhe, a 8 de setembro, as rendas das igrejas paroquiais de Santa Maria de Negrelos (Santo Tirso) e S. Julião de Valpaços com as suas anexas[76], e a 21 de outubro as de Santa Ana de Vimieiro (Braga)[77]. A 7 de Dezembro de 1539 o Infante passou procuração a Fernão Figueira, do seu desembargo e promotor, para tomar posse das duas igrejas anexadas de Santa Maria de Negrelos e Santa Ana de Vimieiro[78], mas só tomou posse daquela a 19 de Março de 1541.

Passando ao programa curricular, religioso e social, nele haveria um capelão com a obrigação de celebrar missa diariamente para o corpo académico e os mestres e precetores necessários sem limite máximo, aplicando-se o que sobrasse em proveito dos estudantes pobres. O plano de estudos abrangia Gramática, Poética e Retórica no ciclo das Humanidades, Lógica e Filosofia no das Artes, e Teologia e Cânones no da Instrução Superior. No concernente ao governo, a supervisão competia ao Arcebispo e a direção administrativa e pedagógica a um reitor, assistido por uma junta de conselheiros e por um síndico.

Pior era concretizar tão arrojado desiderato, mas ir-se-ia por partes e lentamente, convidando-se docentes estrangeiros, como Clenardo, que ensinou um ano (1537-38), Marcial de Gouveia, que lecionou até 1545/46, e João Vaseu, que o fez desde 1538 até 1549/50.

Propósito tão ambicioso parece ter amedrontado a coroa e gerado terríveis apreensões na Universidade de Coimbra, não por simples questão de ciúmes de escola e de projeto, mas centradas no próprio âmago da política cultural do Estado, por se pensar que

---

[75] Provisões de 3 de agosto e 8 de setembro de 1539. Publicada a última também pelo mesmo autor, *o. c.*, pp. 54-56 e encontra-se in AUC, *Gaveta XIV-B,* m. 5, perg. 86.

[76] Ver a última provisão referida na nota anterior.

[77] *Ib.*, apostila final da provisão. Tudo a completar a provisão do Infante de 13 de agosto de 1539, se é autêntica (ADB, *Coleção Cronológica,* n.º 1701 e publicada também por José S. da Silva Dias, *o.c.,* pp. 56-61).

[78] ADB., *Colecção Cronológica,* n.º 1707.

o país não dispunha nem de capital nem de pessoal docente para sustentar duas universidades de nível europeu (sem falar já no colégio da Costa, nos arredores de Guimarães).

Por isso, com a transferência do infante D. Henrique para Évora, em setembro de 1540, o ensino do colégio foi declinando: Braga ficaria unicamente com o Estudo Público do Colégio de S. Paulo para preparação de clérigos[79].

[79] António Franquelim S. N. SOARES, *A arquidiocese de Braga no século XVII*..., pp. 93-97.

CONCLUSÃO

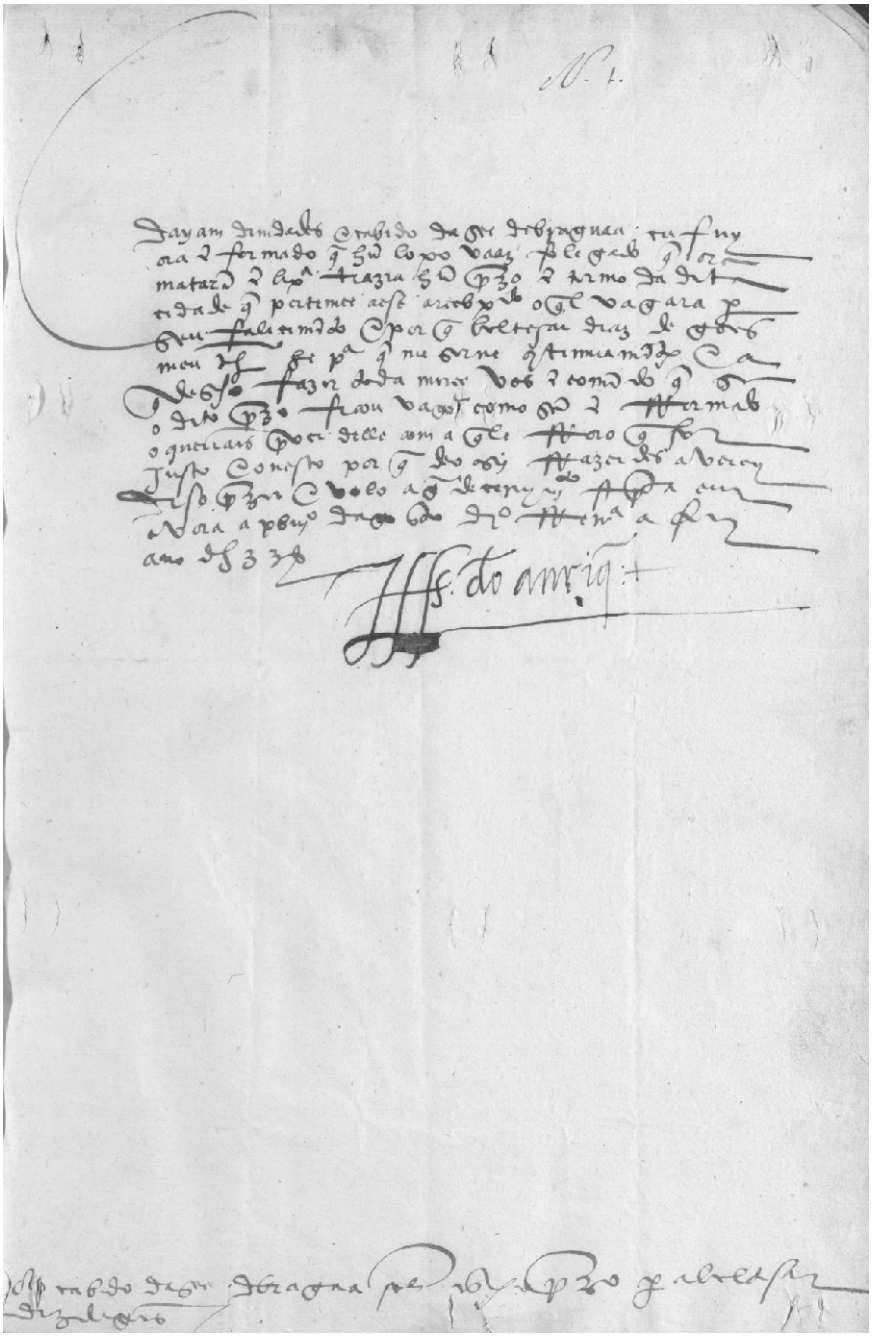
O infante D. Henrique, arcebispo da arquidiocese de Braga de 1533 a 1540, não obstante novo e inexperiente, mostrou-se um prelado com bastante traquejo e iniciativa. Logo na convocação de um sínodo diocesano e na edição das segundas constituições bracarenses impressas; simultaneamente no controlo do clero pelo recurso às mostras dos títulos e à visitação pessoal às instituições arquidiocesanas de maior projeção; procurou reformar as instituições capitulares com moderação e firmeza, tanto na maior dignificação dos actos religiosos e das pessoas dos capitulares como na luta contra o analfabetismo e a rotina, e numa maior sensibilidade à justiça. Merece especial louvor a sua iniciativa da primeira confraria eucarística, na arquidiocese de Braga e provavelmente em Portugal, com agregação à arquiconfraria de Santa Maria *sopra Minerva,* em Roma. Não esqueceu os livros litúrgicos com a impressão do *manual* em 1538, havendo também a edição de dois missais bracarenses em 1536 (?) e 1538, parece que fora da sua iniciativa mas provavelmente com o seu conhecimento. Preocupou-o seriamente a preparação do clero promovendo o Colégio de S. Paulo e a publicação de duas obras muito recomendadas: a edição em português da *Arte para bem confessar,* em 1537, e a quarta edição do *Sacramental em Lingoagem,* de Clemente Sanchez de Versial, em 1539. Assim pode falar-se duma pré-reforma durante a sua administração em Braga, mas incoerente e incoativa por ficar numa hetero-reforma sem ser acompanhada da auto-reforma, tanto na residência pessoal como na acumulação dos benefícios[80].

[80] Franquelim Neiva SOARES, "O Infante D. Henrique reformador da Sé de Braga: a visitação de 1537 e a confraria eucarística de 1540" *in Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*..., II, pp. 130-132.

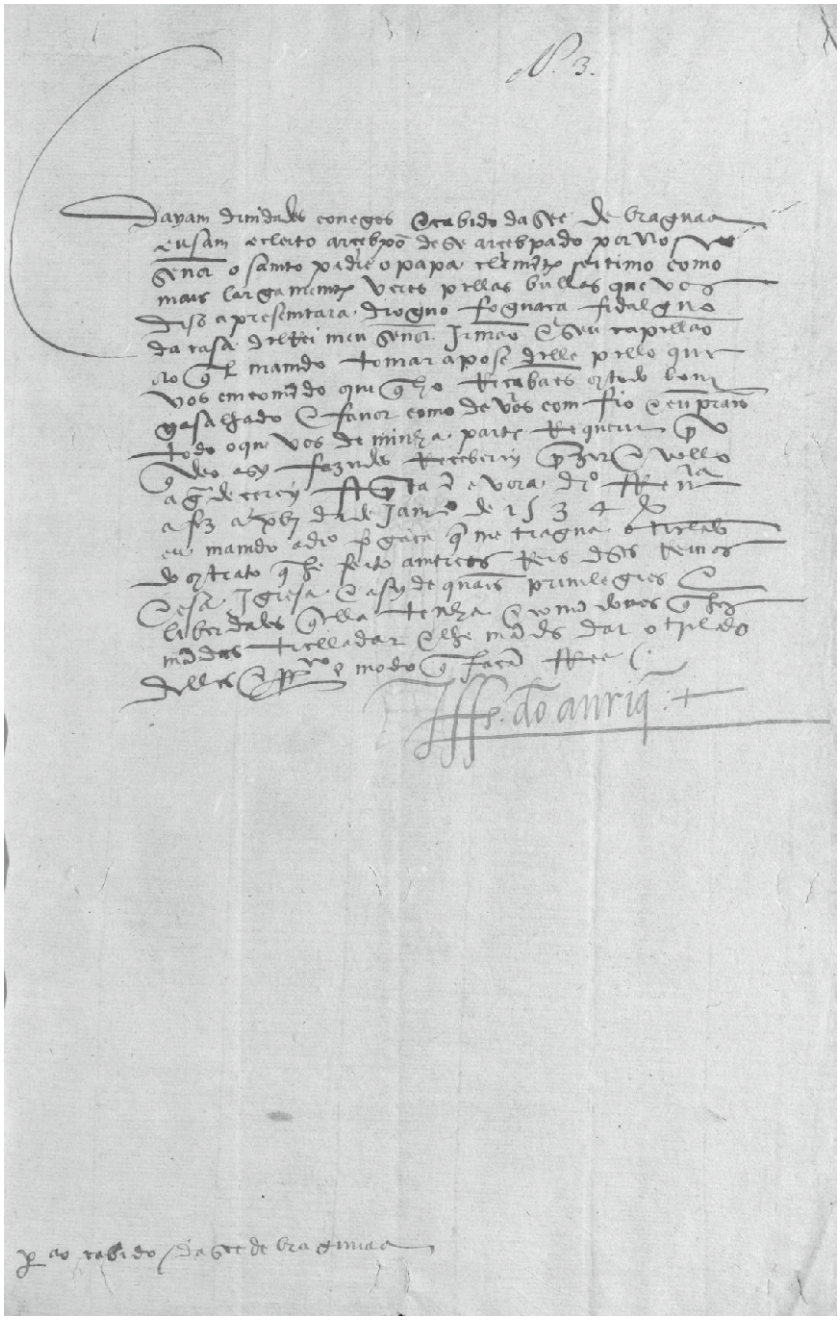


1 – Rosto do Infante D. Henrique, arcebispo de Braga (Da Galeria dos Arcebispos no Paço Arquiepiscopal de Braga).

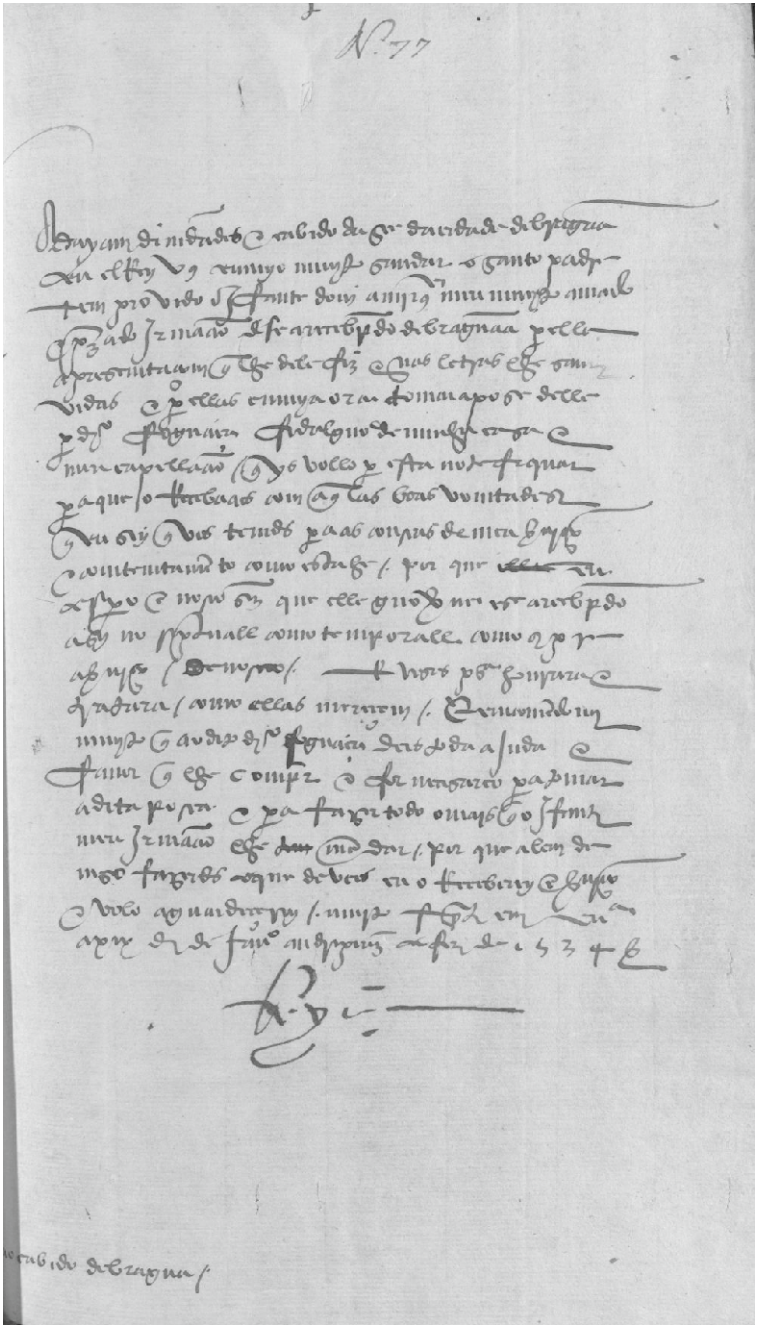
[As fotografias vão ordenadas segundo a exposição do texto, e não cronologicamente]



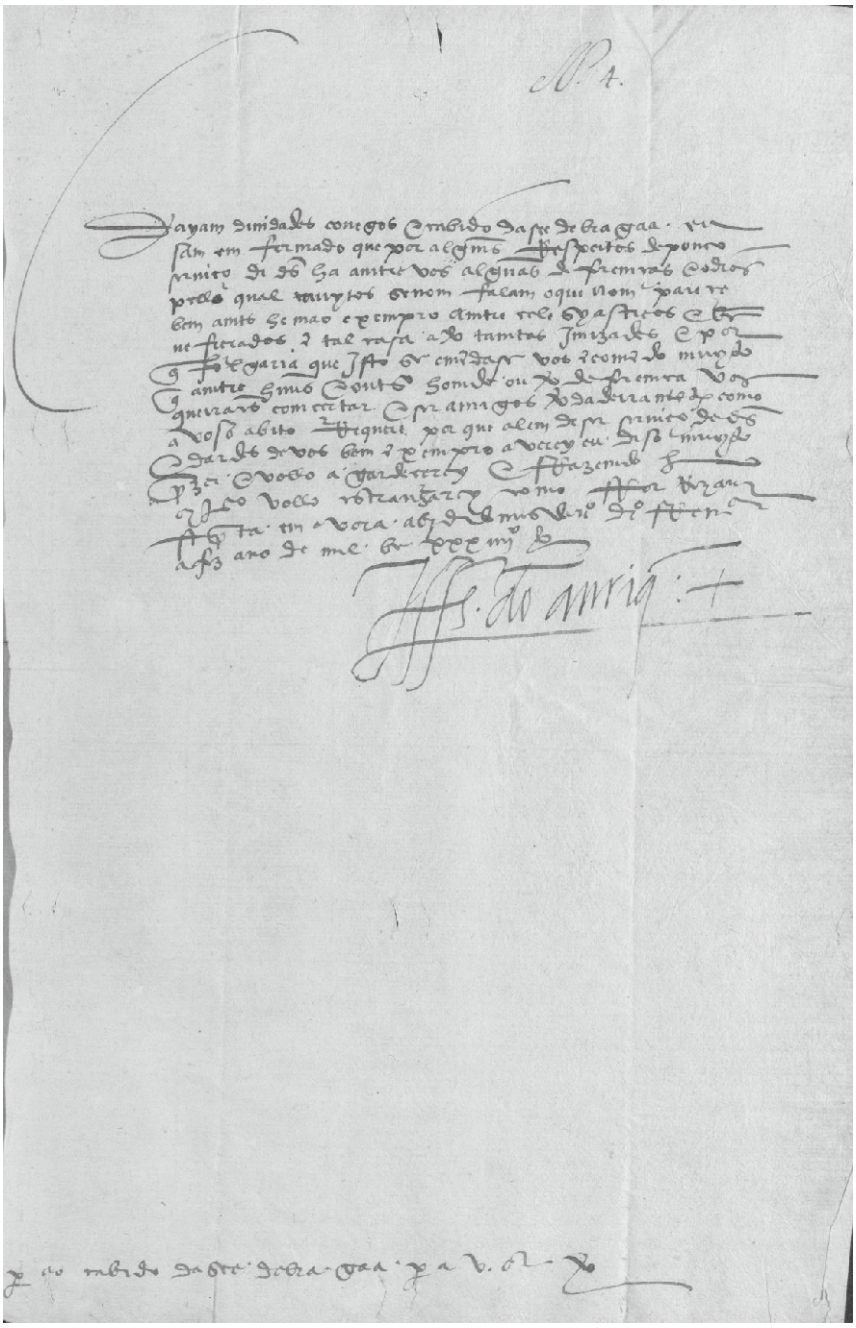
2 – 1533 agosto 18, Évora – A mais antiga carta do Infante ao Cabido da Sé de Braga por que lhe pede um prazo do Cabido, vago por morte de Lopo Vaz Folegado, para o seu tesoureiro Baltasar Dias Gomes (ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido,* n.º 1)



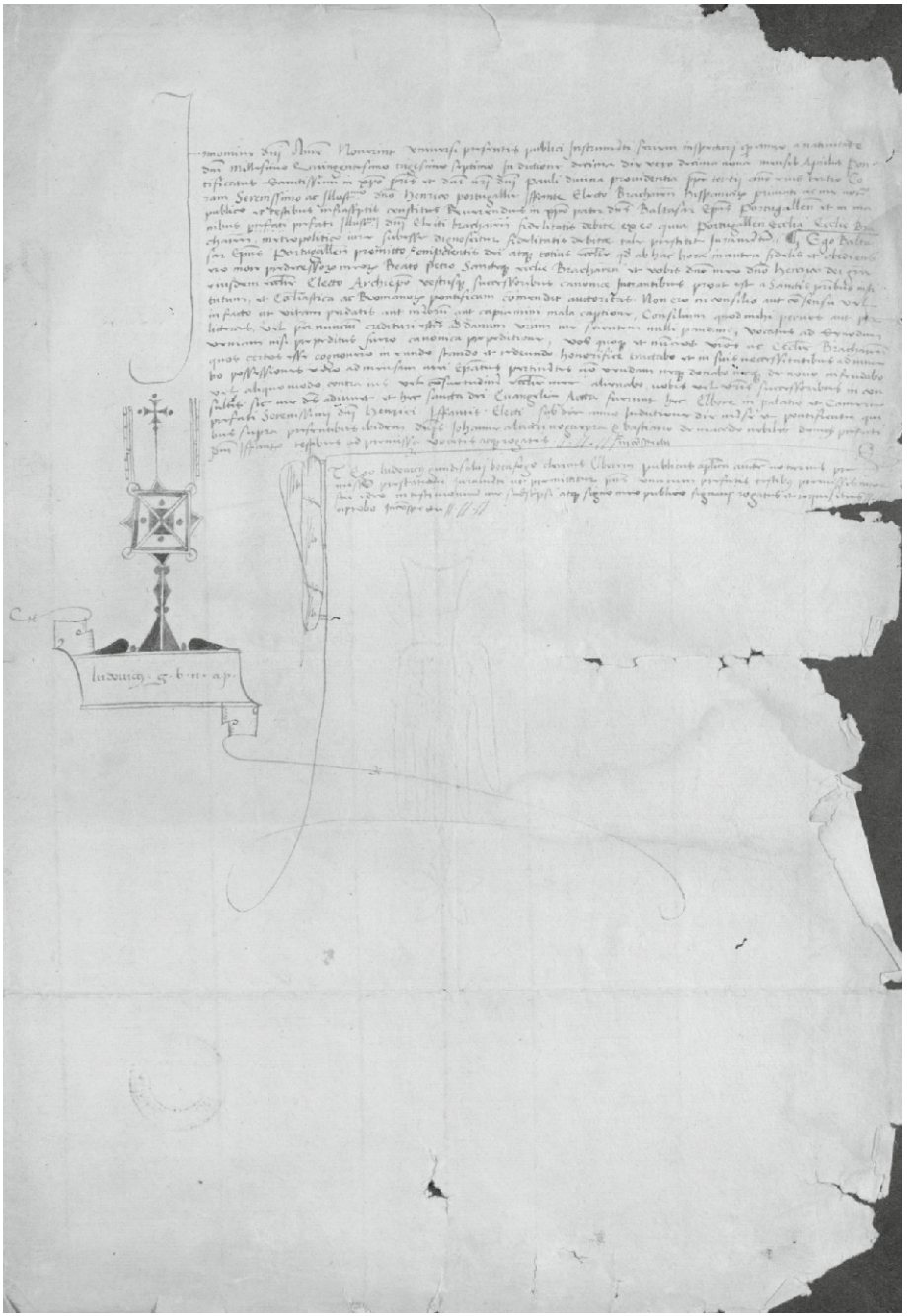
3 – 1534 janeiro 16, Évora – Carta do Infante D. Henrique ao Cabido de Braga a comunicar-lhe a sua nomeação para arcebispo e que encarregara D. Diogo Fogaça da sua tomada de posse (Id., *Ib.,* n.º 3).



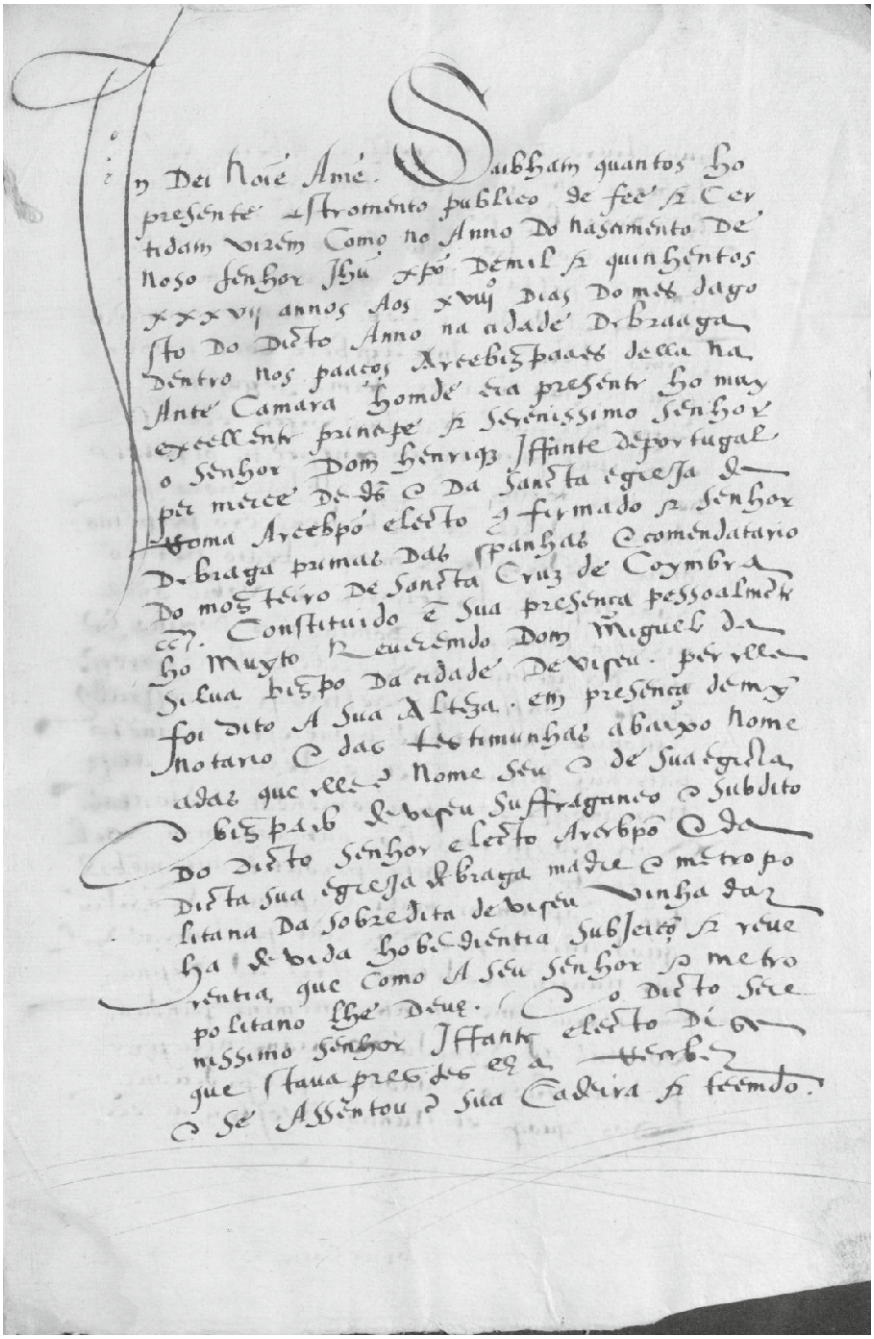
4 – 1534 janeiro 19, Lisboa – Carta do rei D. João III ao Cabido de Braga a participar-lhe a nomeação do Infante D. Henrique para arcebispo de Braga (ADB., *Livro 1.º das Cartas do Cabido,* n.º 77).



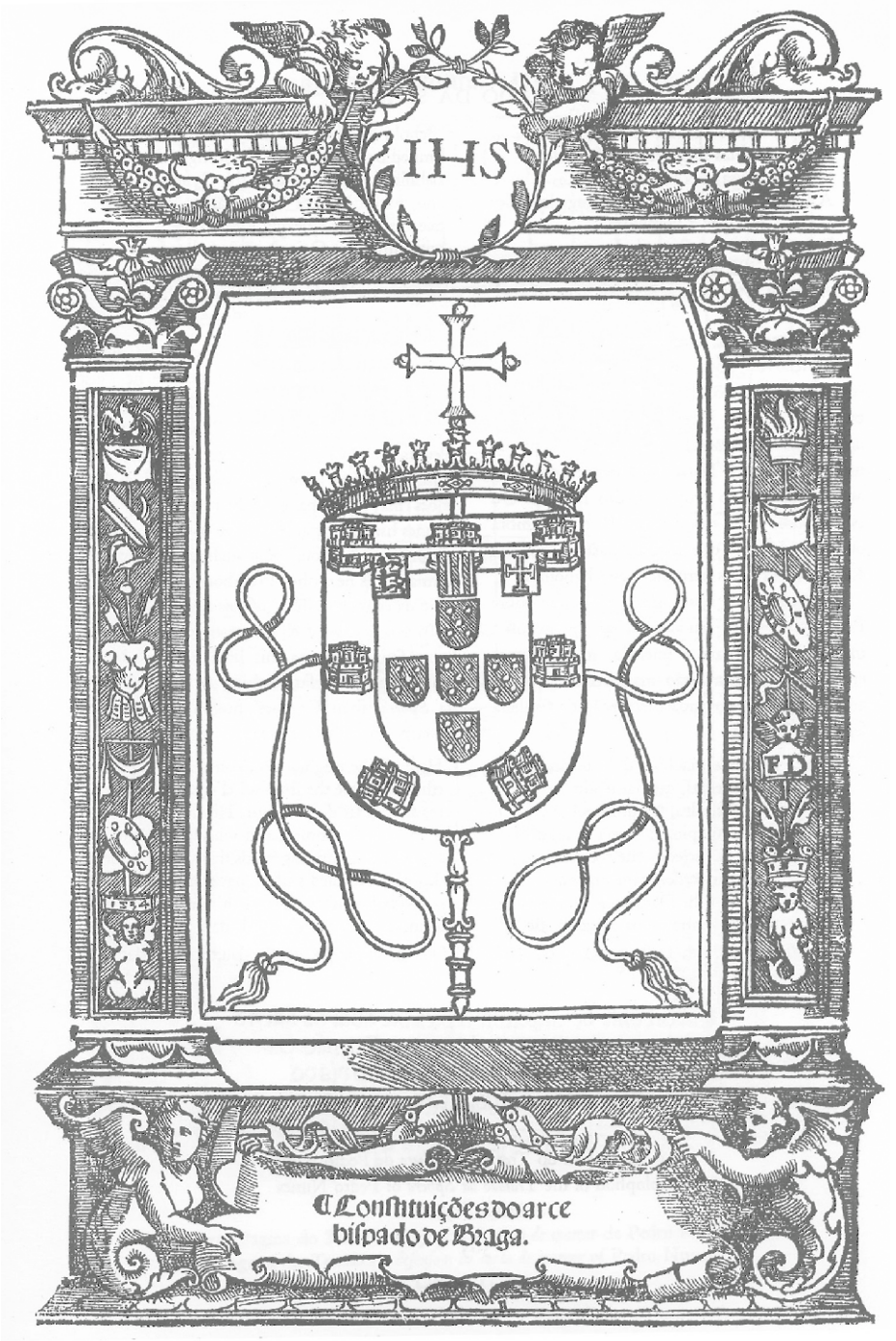
5 – 1534 dezembro 16, Évora – Carta do Infante D. Henrique, arcebispo de Braga, ao Cabido de Braga a recomendar-lhe harmonia e paz entre os seus membros (ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido,* n.º 4).



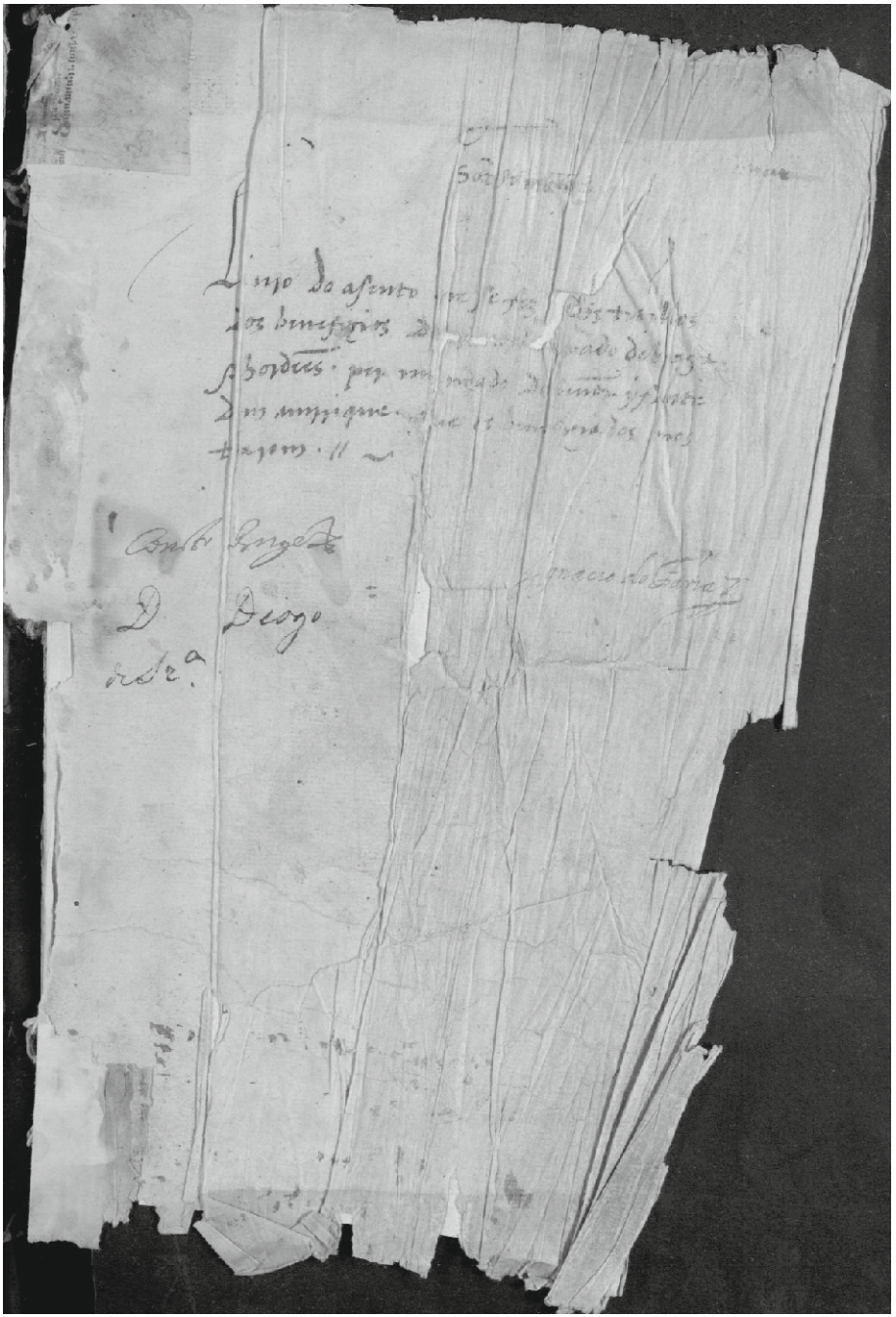
6 – 1537 abril 19, Braga – Documento por que D. Fr. Baltasar Limpo, bispo da diocese do Porto, sufragânea de Braga, presta obediência ao Infante D. Henrique, arcebispo de Braga, como seu metropolita (ADB., *Coleção Cronológica,* n.º 1681).



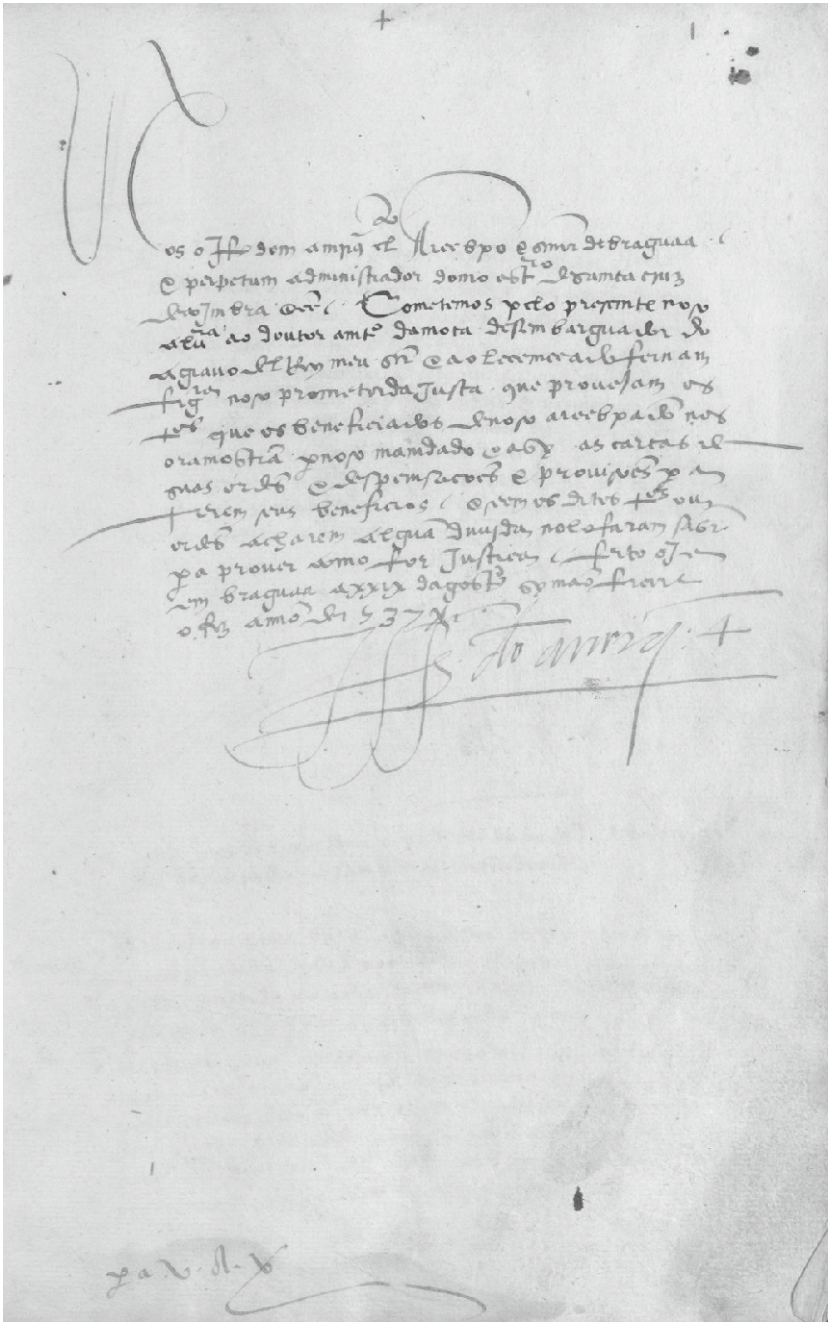
7 – 1537 agosto 18, Braga – Documento por que D. Miguel da Silva, bispo da diocese de Viseu, sufragânea de Braga, presta obediência e reverência ao Infante D. Henrique, arcebispo de Braga, como seu metropolita (Id., *Ib.,* n.º 1683).



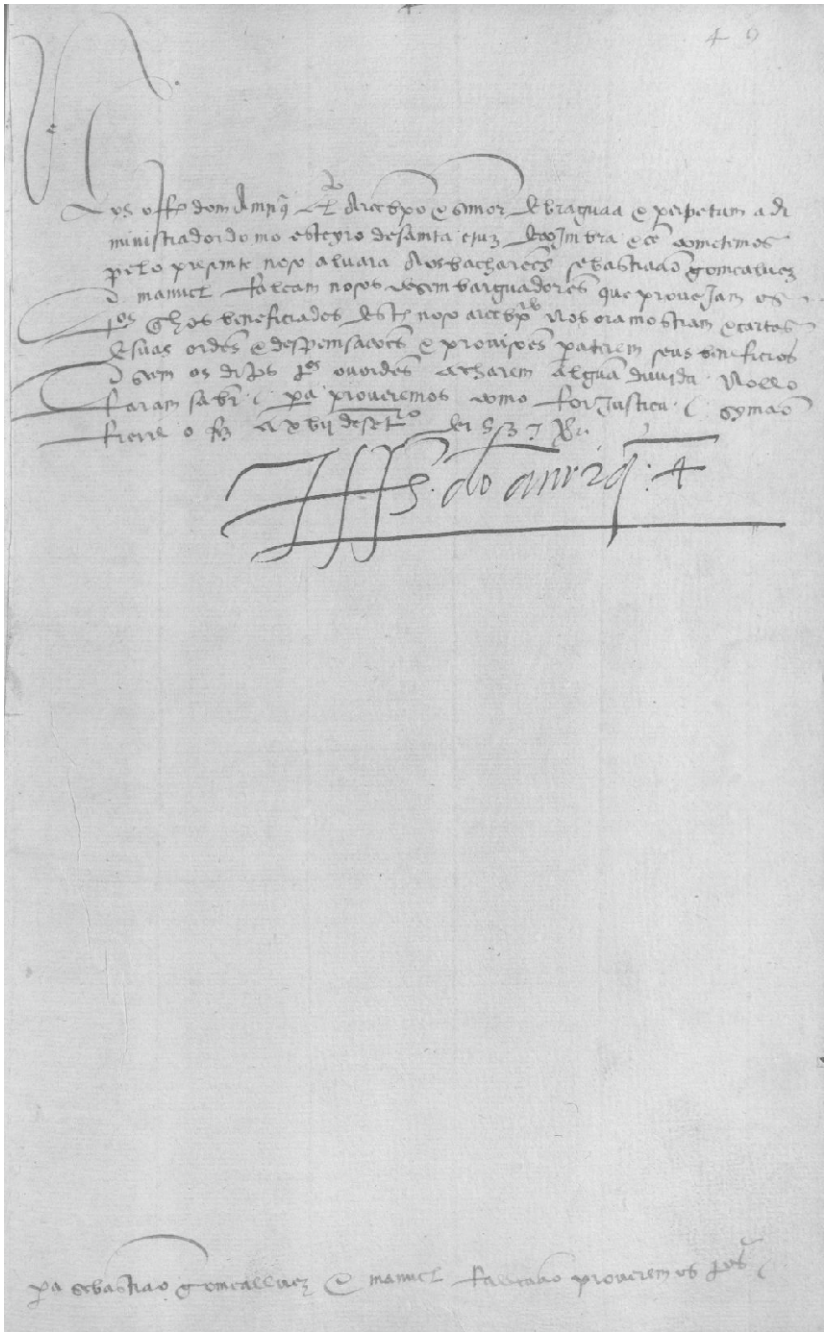
8 – 1538 maio – *Rosto de Constituições do arcebispado de Braga.*



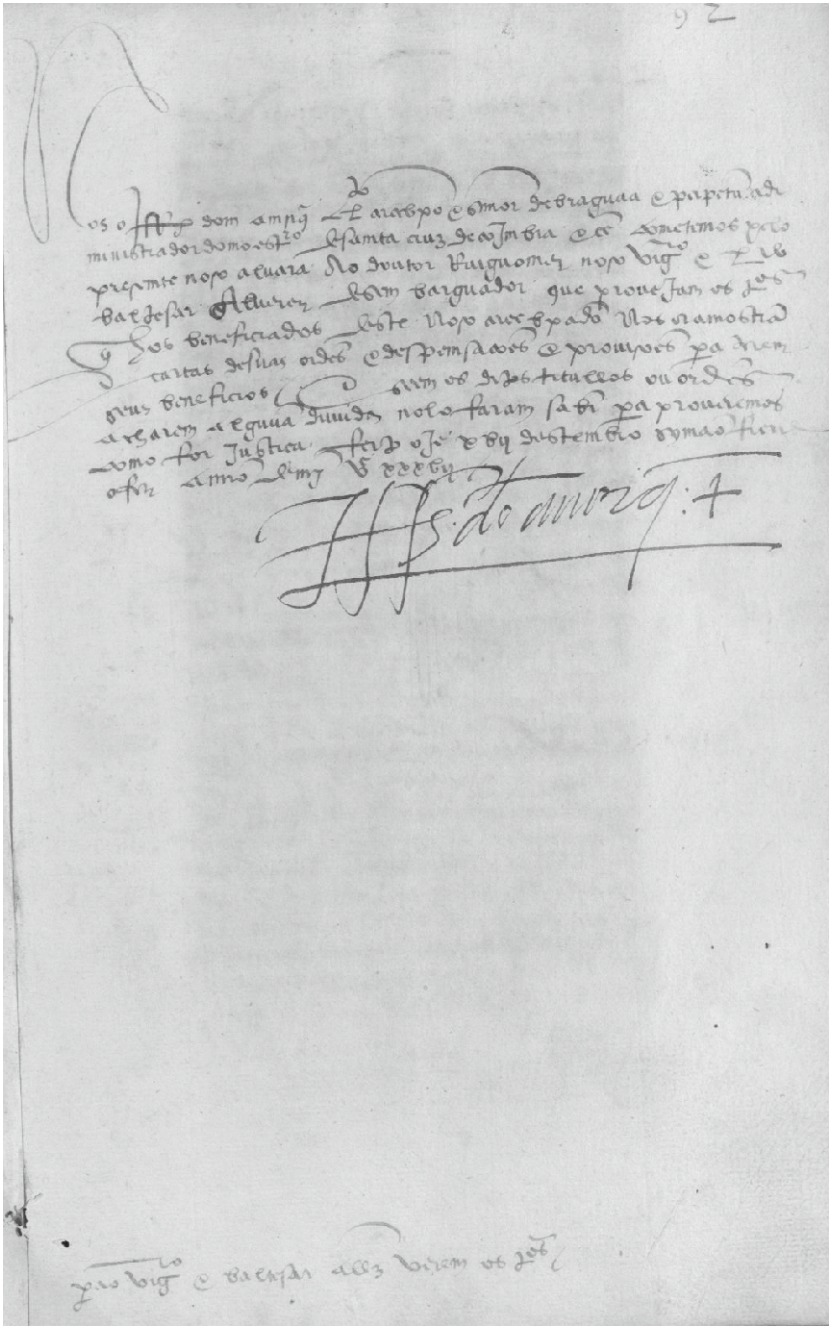
9 – Rosto de *Livro das Confirmações do Infante D. Henrique,* arcebispo de Braga, de 1537-1538 (ADB., *Registo Geral,* n.º 323).



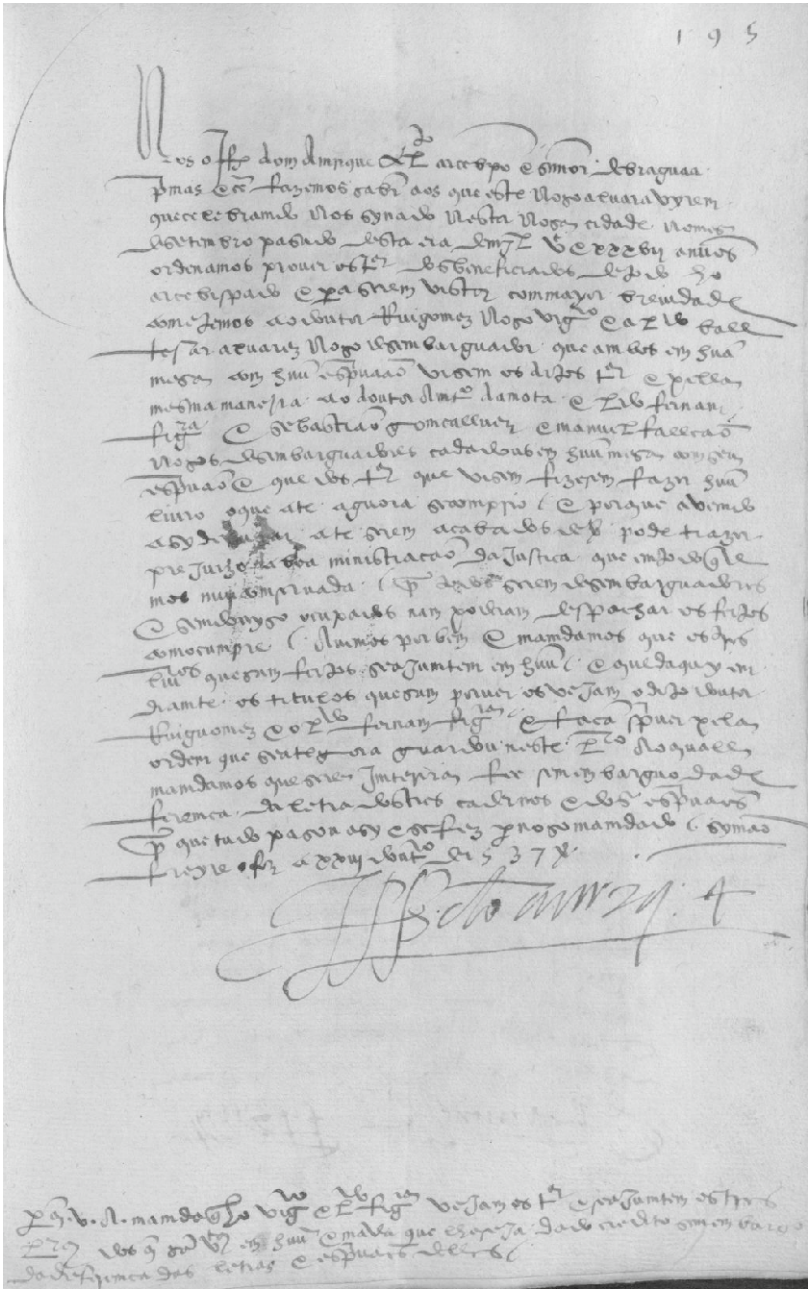
10 – 1537 agosto 29, Braga – Alvará do Infante D. Henrique a cometer ao doutor António da Mota e ao licenciado Fernão Figueira proverem os títulos dos beneficiados do arcebispado de Braga (Id., *ib.*, fo. 1 da segunda numeração).



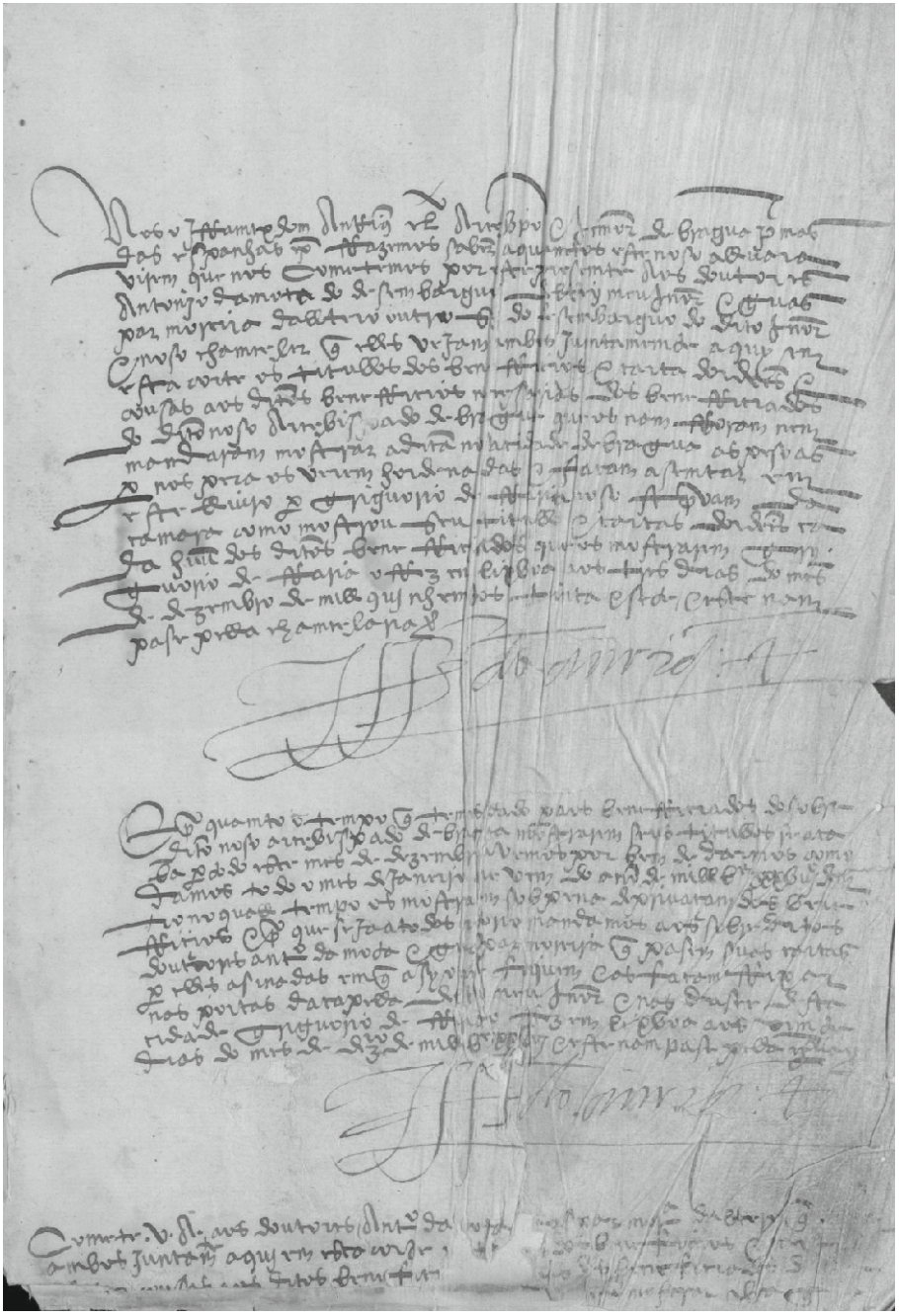
11 – 1537 setembro 17, Braga – Alvará do Infante D. Henrique a cometer aos desembargadores Sebastião Gonçalves e Manuel Falcão proverem os títulos dos beneficiados do arcebispado de Braga (Id., *ib*., fo. 49 da segunda numeração).



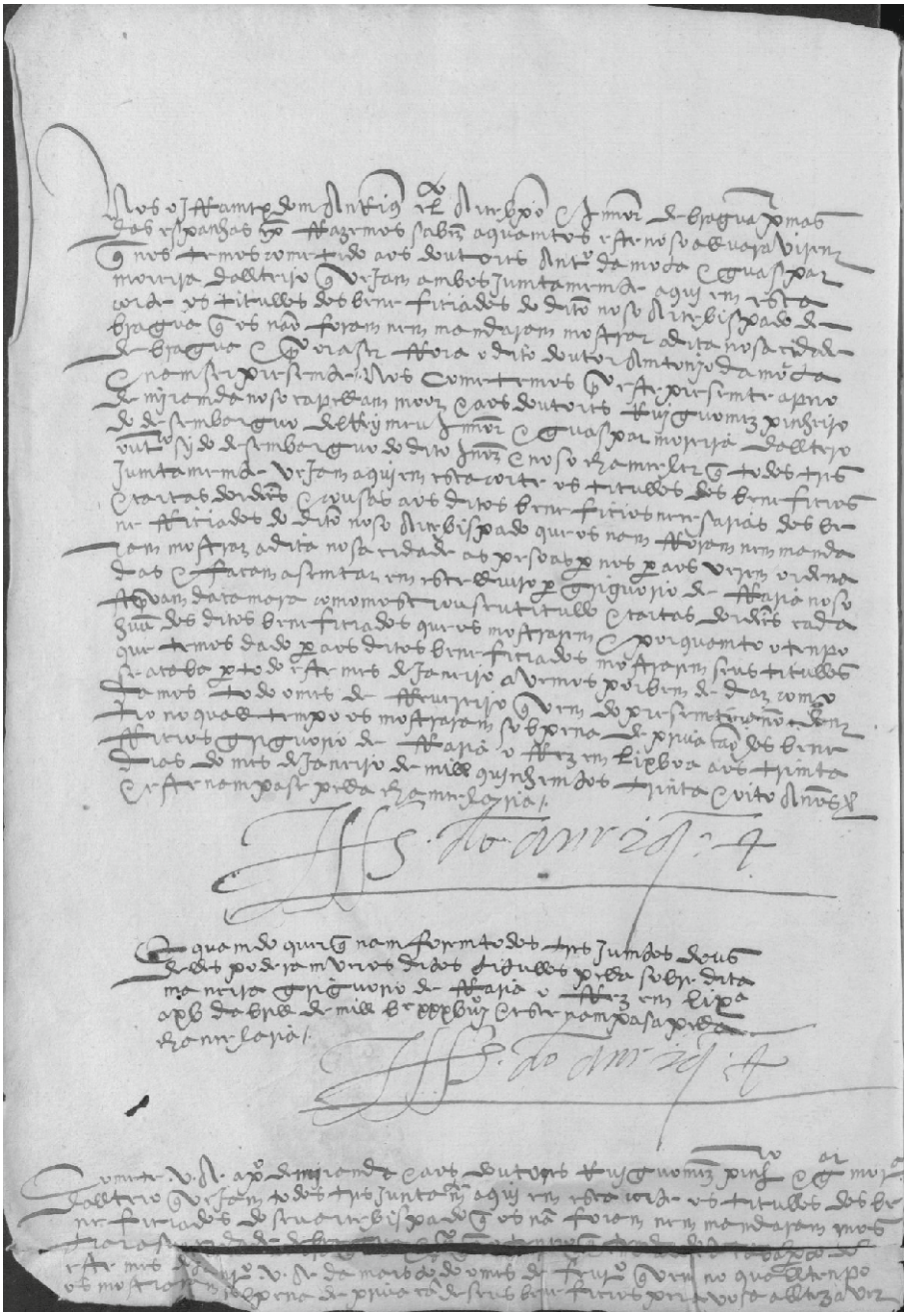
12 – 1537 setembro 22, Braga – Alvará do Infante D. Henrique a cometer ao doutor Rui Mendes e ao licenciado Baltasar Álvares proverem os títulos dos beneficiados do arcebispado de Braga (Id., *ib.*, fo. 1 da segunda numeração).



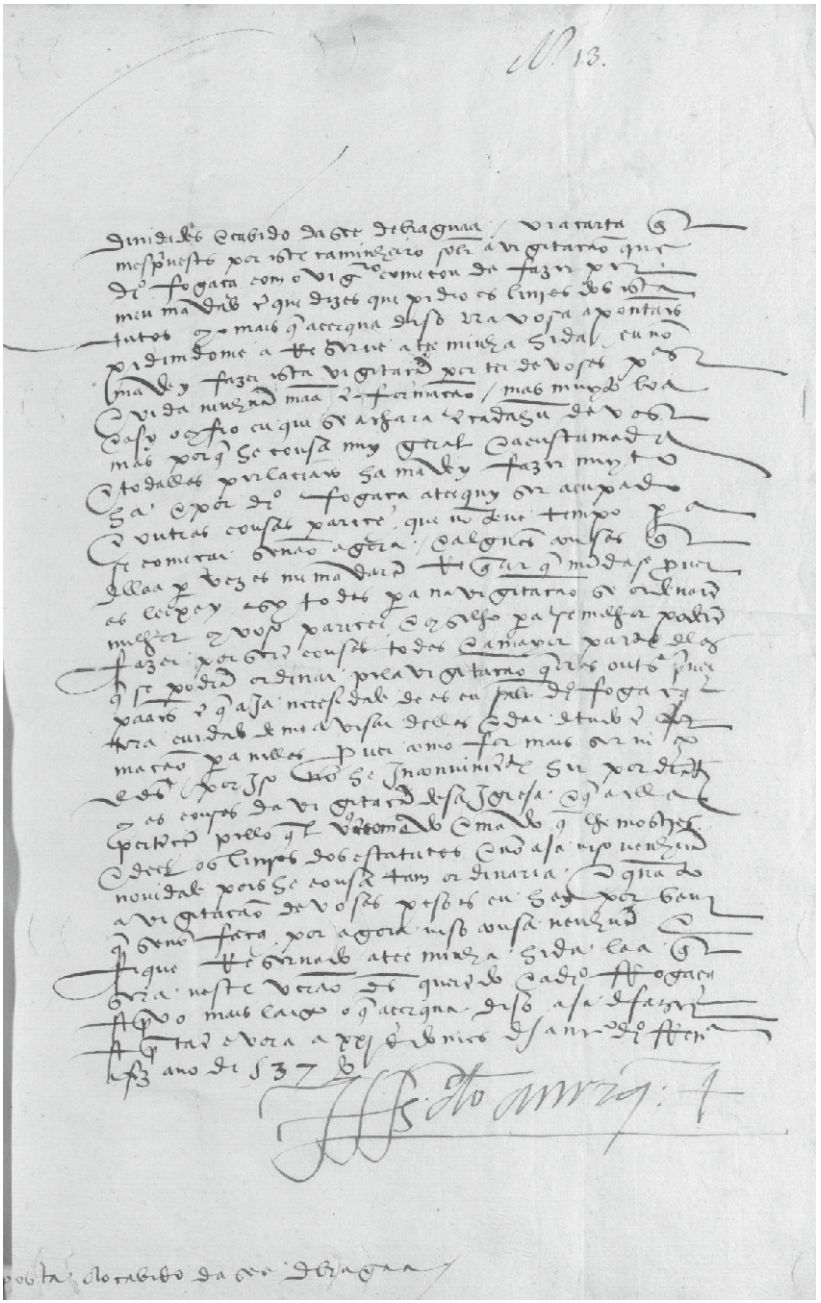
13 – 1537 outubro 23, Braga – Alvará do Infante D. Henrique a mandar juntar os três livros de confirmações anteriores num único e que o doutor Rui Gomes e o licenciado Fernão Figueira prossigam no exame desses mesmos títulos (Id., *ib.,* fo. 195 da segunda numeração).



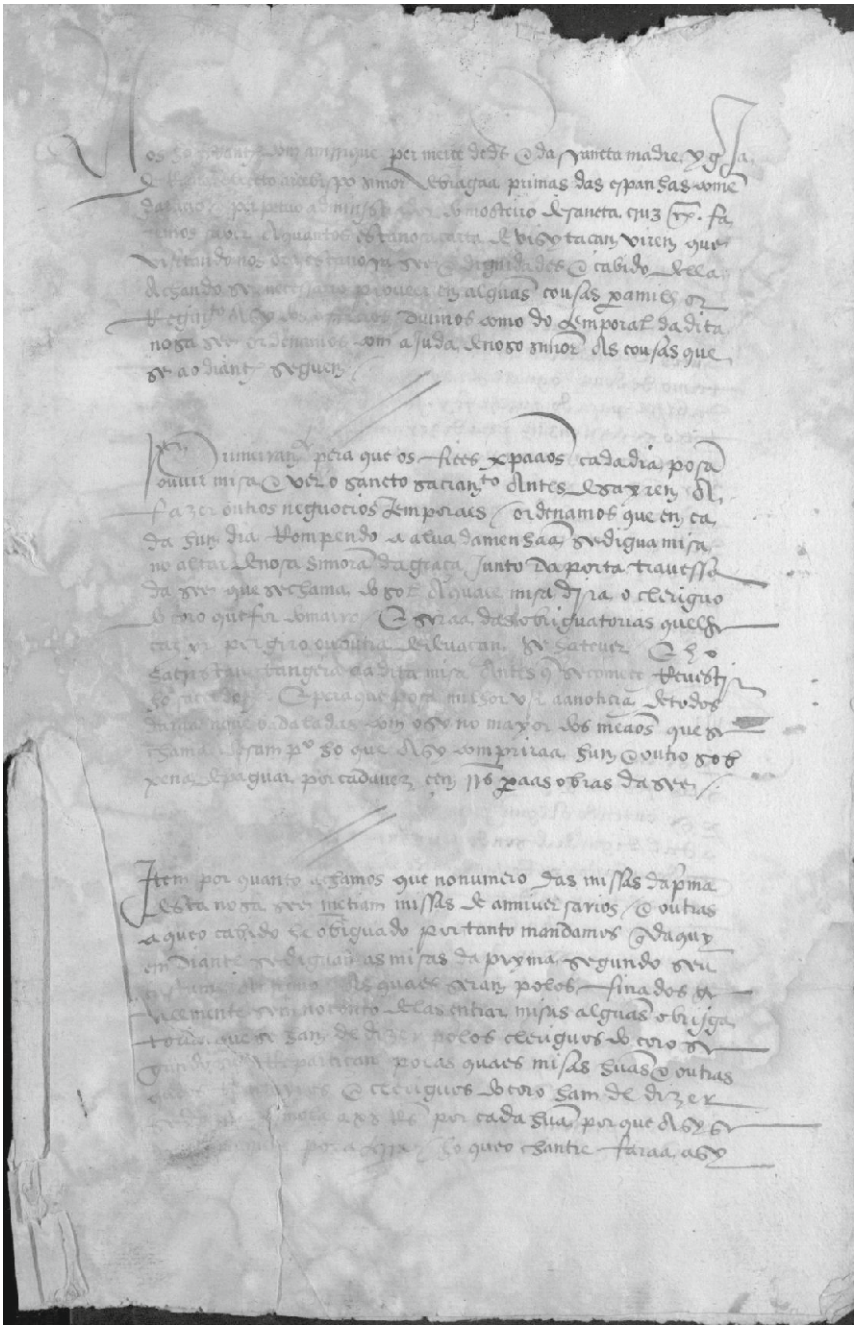
14 – 1537 dezembro 3, Lisboa – Alvará do Infante D. Henrique a mandar prosseguir o exame dos títulos dos beneficiados do arcebispado de Braga (Id., *ib.*, fo. 0 da primeira numeração, a mais recente).



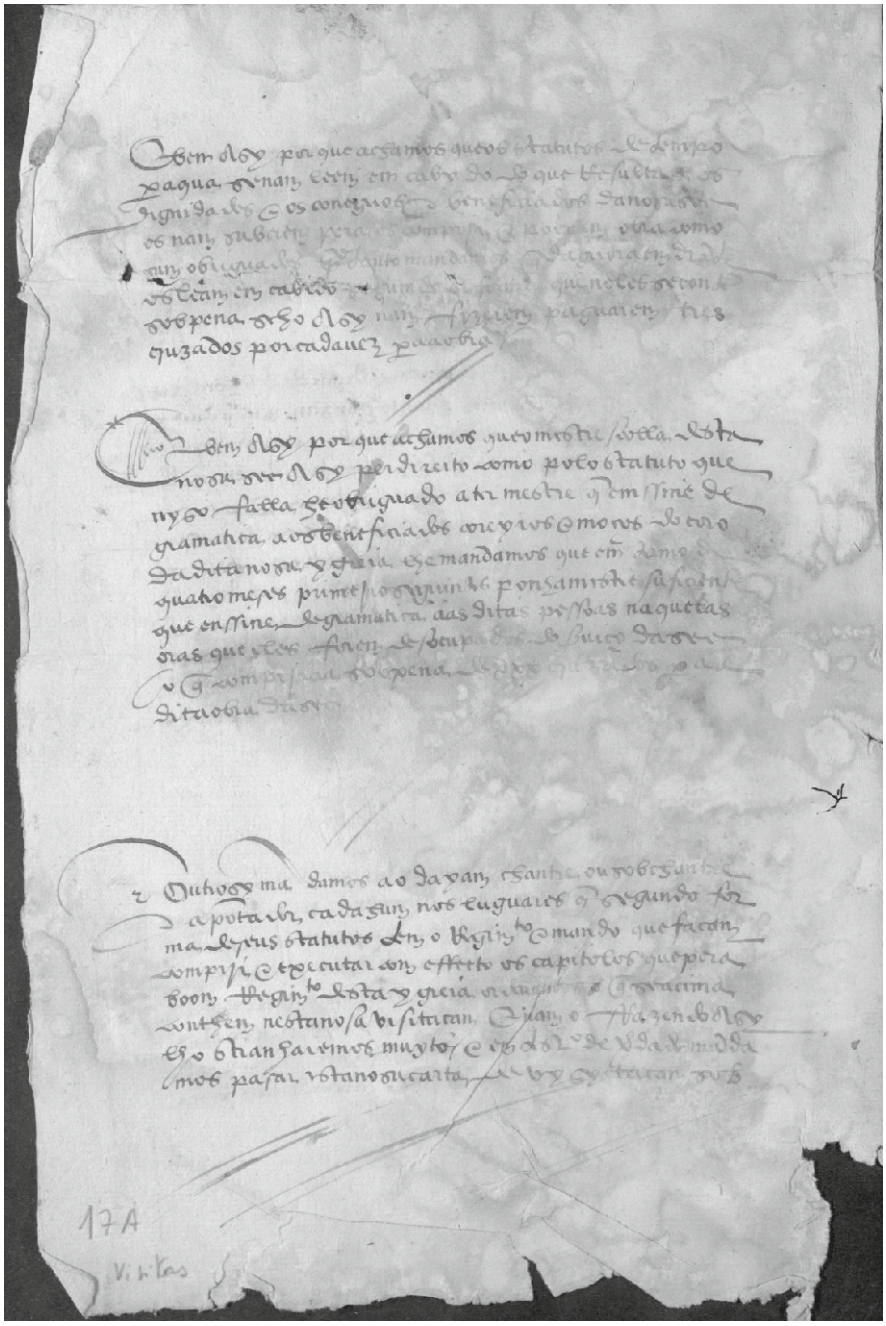
15 – 1538 janeiro 30, Lisboa – Alvará do Infante D. Henrique por que encarrega Pêro de Miranda, seu capelão, e os doutores Rui Gomes Pinheiro e Gaspar Moreira Daltero da continuação do exame dos títulos dos beneficiados do arcebispado (Id., *ib.,* fo. 5v da primeira numeração, a mais recente).



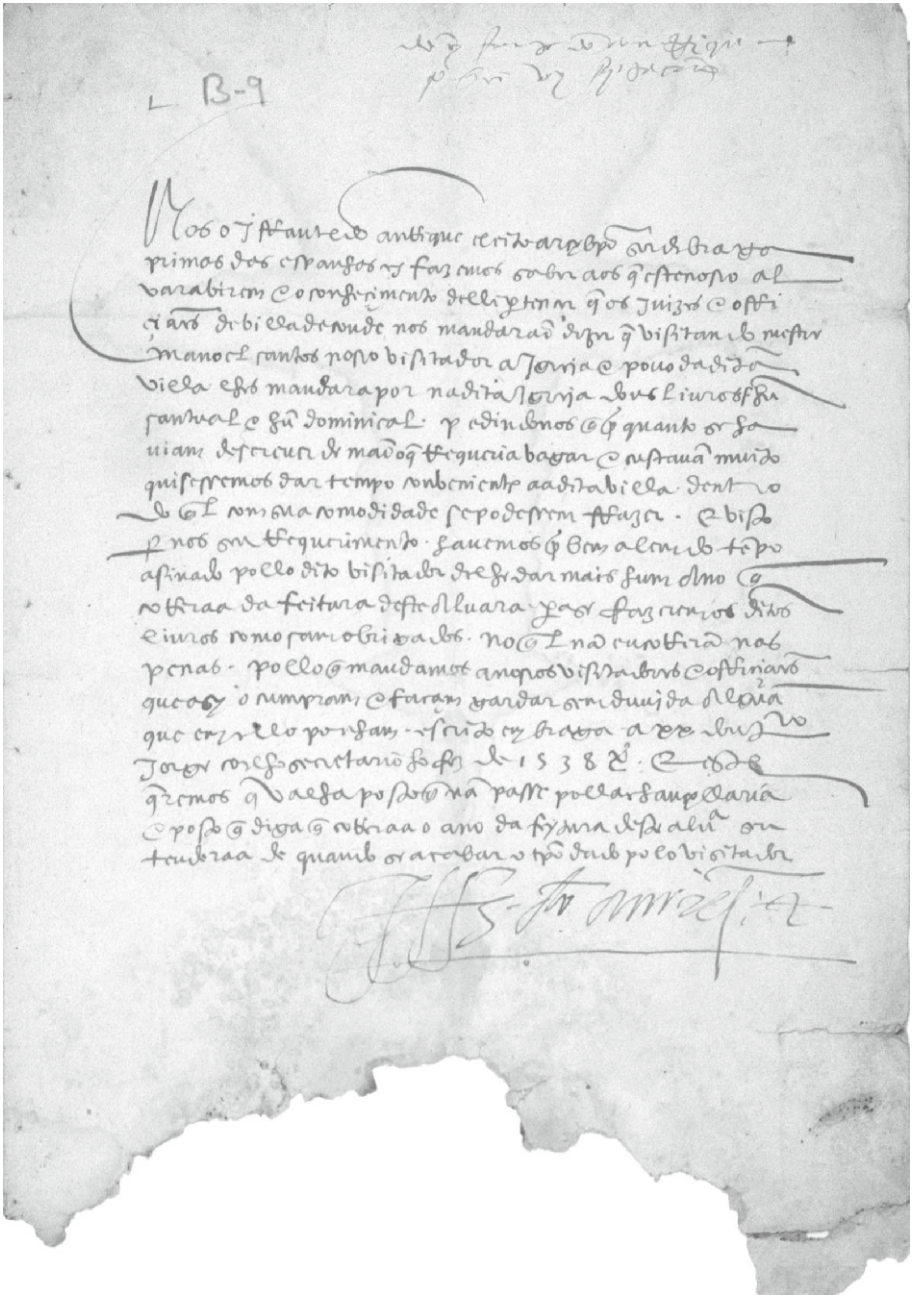
16 – 1537 janeiro 21, Évora – Carta do Infante D. Henrique ao Cabido de Braga, de resposta, a explicar a visitação que ordenara por D. Diogo Fogaça e a mantê-la por ser coisa acostumada em todas as prelazias (ADB., *Livro 2.º das Cartas do Cabido,* n.º 13).



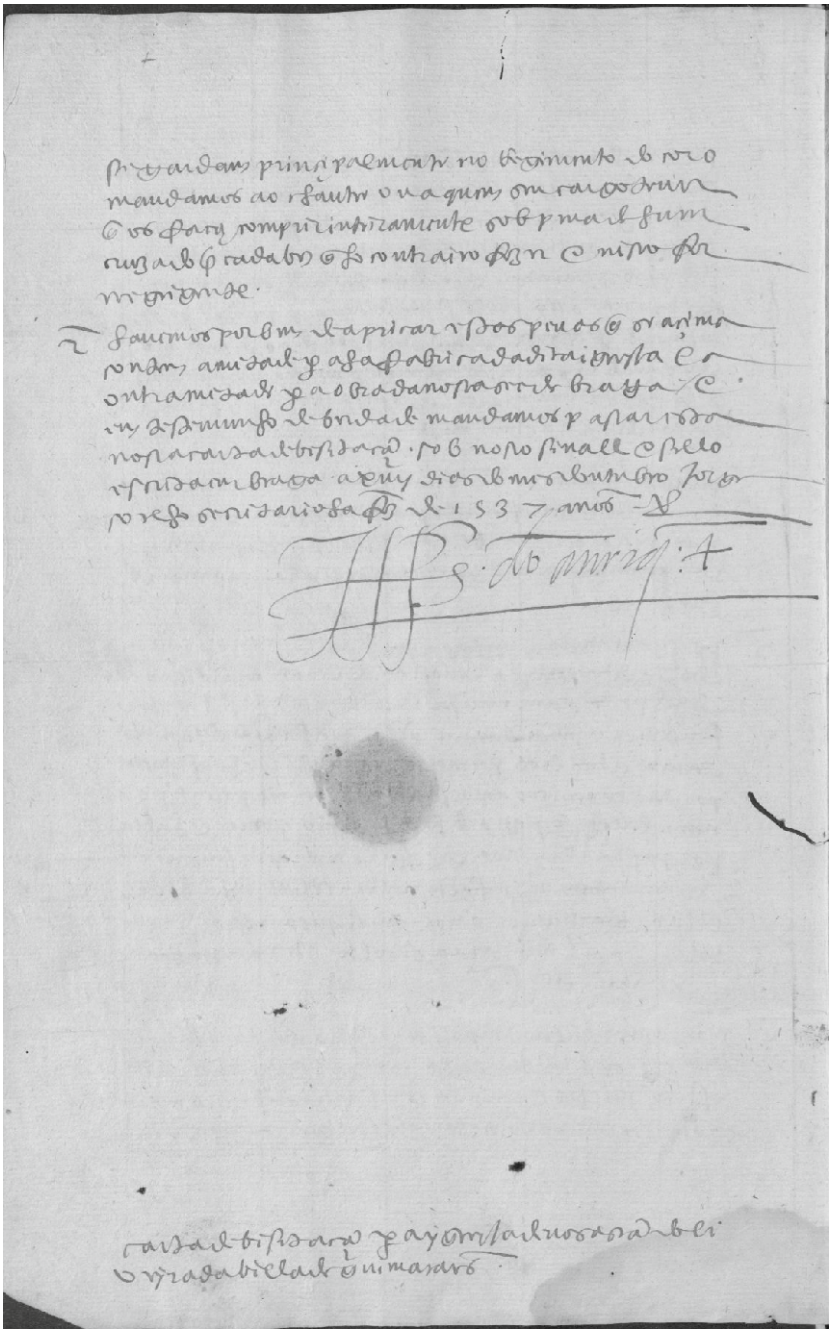
17 – 1537 depois de Agosto 4 e antes de Outubro 5, Braga – Ata da visitação pessoal do Infante D. Henrique, arcebispo de Braga, à Sé e Cabido de Braga (ADB., *Visitas e devassas,* n.º 17A, fl. 1; original e em fraco estado).



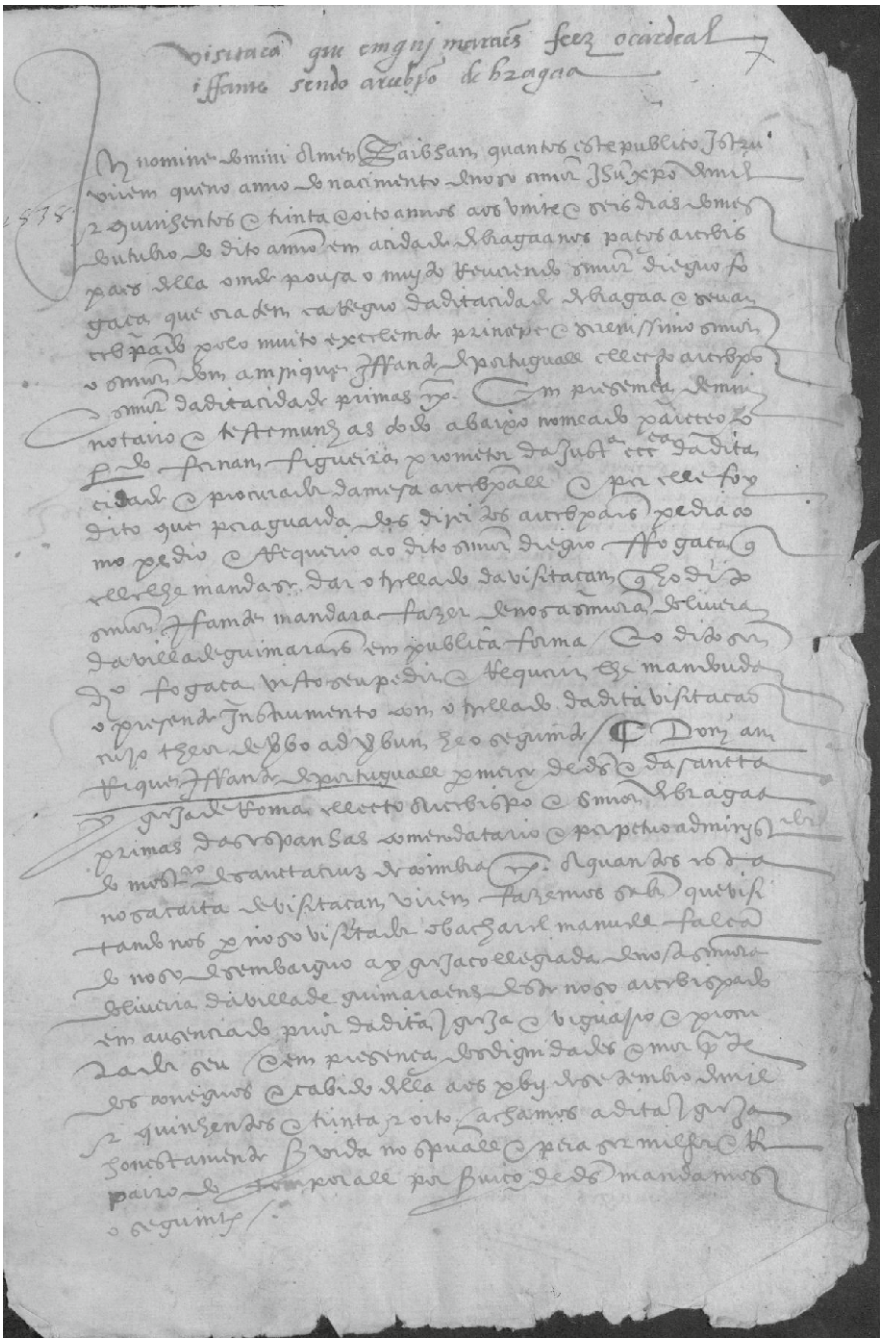
18 – 1537 depois de Agosto 4 e antes de Outubro 5, Braga – Ata da visitação pessoal do Infante D. Henrique, arcebispo de Braga, à Sé e Cabido de Braga (ADB., *Visitas e devassas*, n.º 17A, fl. 4v e última; original, em fraco estado e sem assinatura).



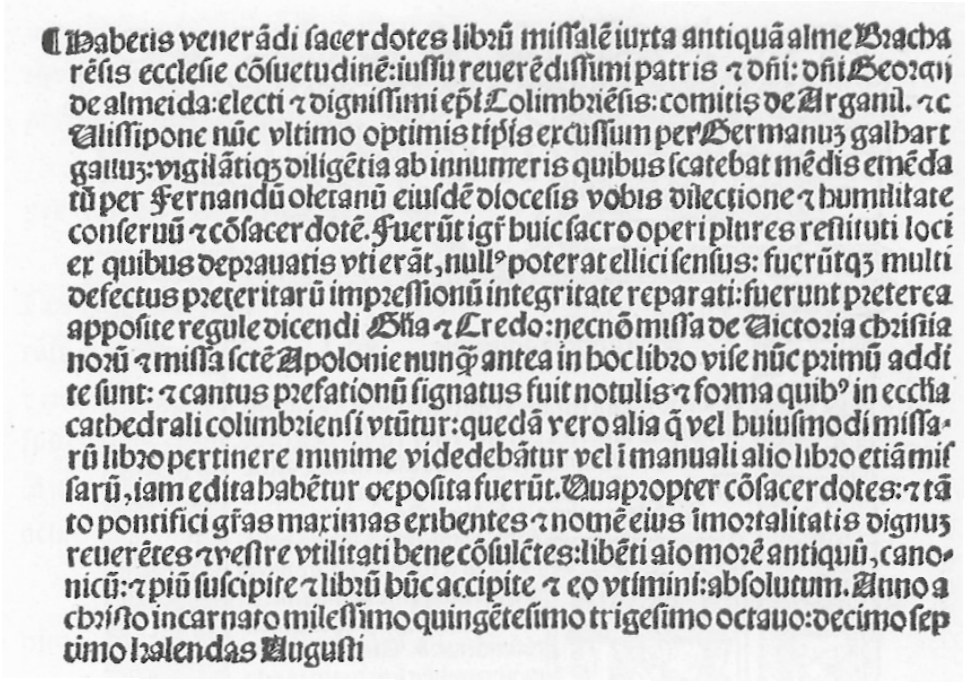
19 – 1538 outubro 20, Braga – Último alvará assinado pelo Infante D. Henrique em Braga aquando da sua segunda vinda ao arcebispado, endereçado à colegiada de Vila do Conde (Arquivo Municipal de Vila do Conde, *Correspondência avulsa,* P-7; original em fraco estado mas bem legível e com assinatura autógrafa).



20 – 1537 Outubro 14, Braga – Última folha da ata da primeira visitação pessoal do Infante D. Henrique à colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, na vila de Guimarães (ADB., *Visitas e devassas*, n.º 62, fl. 4v).



21 – 1538 setembro 17 – Protocolo da ata da visitação da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, na vila de Guimarães, feita pelo bacharel Manuel Falcão, por delegação do arcebispo Infante D. Henrique (Id., *Ib.*, fl. 7).



¶ Habetis venerãdi ſacerdotes librũ miſſalẽ iuxta antiquã alme Bracha
rẽſis eccleſie cõſuetudinẽ: iuſſu reuerẽdiſſimi patris ⁊ dñi: dñi Georgij
de almeida: electi ⁊ digniſſimi epi Colimbriẽſis: comitis de Arganil. ⁊c
Eliſſipone nũc vltimo optimis tipis excuſſum per Germanuz galhart
galluz: vigilãtiqz diligẽtia ab innumeris quibus ſcatebat mẽdis emẽda
tũ per Fernandũ oleranũ eiuſdẽ dioceſis vobis dilectione ⁊ humilitate
conſeruũ ⁊ cõſacerdotẽ. Fuerũt igr buic ſacro operi plures reſtituti loci
et quibus deprauatis vti erãt, nullꝰ poterat ellici ſenſus: fuerũtqz multi
defectus preteritarũ impreſſionũ integritate reparati: fuerunt preterea
appoſite regule dicendi Bñā ⁊ Credo: necnõ miſſa de Victoria chriſtia
norũ ⁊ miſſa ſctẽ Apolonie nunq̃ antea in hoc libro viſe nũc primũ addi
te ſunt: ⁊ cantus prefationũ ſignatus fuit notulis ⁊ forma quibꝰ in eccla
cathedrali colimbrienſi vtũtur: quedã vero alia q̃ vel huiuſmodi miſſa-
rũ libro pertinere minime videdebãtur vel i manuali alio libro etiã miſ
ſarũ, iam edita habẽtur oeposita fuerũt. Quapropter cõſacerdotes: ⁊ tã
to pontifici gras maximas exibentes ⁊ nomẽ eius imortalitatis dignuz
reuerẽtes ⁊ veſtre vtilitati bene cõſulẽtes: libẽti aio morẽ antiquũ, cano-
nicũ: ⁊ piũ ſuſcipite ⁊ librũ hũc accipite ⁊ eo vtimini: abſolutum. Anno a
chriſto incarnato mileſimo quingẽteſimo trigeſimo octauo: decimo ſep
timo kalendas Auguſti

22 – Cólofon do *Missale Bracharense* de 1538 (Reprodução de *Bibliografia Geral Portuguesa*, Volume I. *Século XV*. Academia das Ciências de Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1941, p. 256).



23 – Rosto do *Manuale secundum consuetudinem alme Bracharensis Ecclesiae* (Reprodução de *Bibliografia Geral Portuguesa,* Volume II. *Século XV.* Academia das Ciências de Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1944, p. 700, variante de Évora).



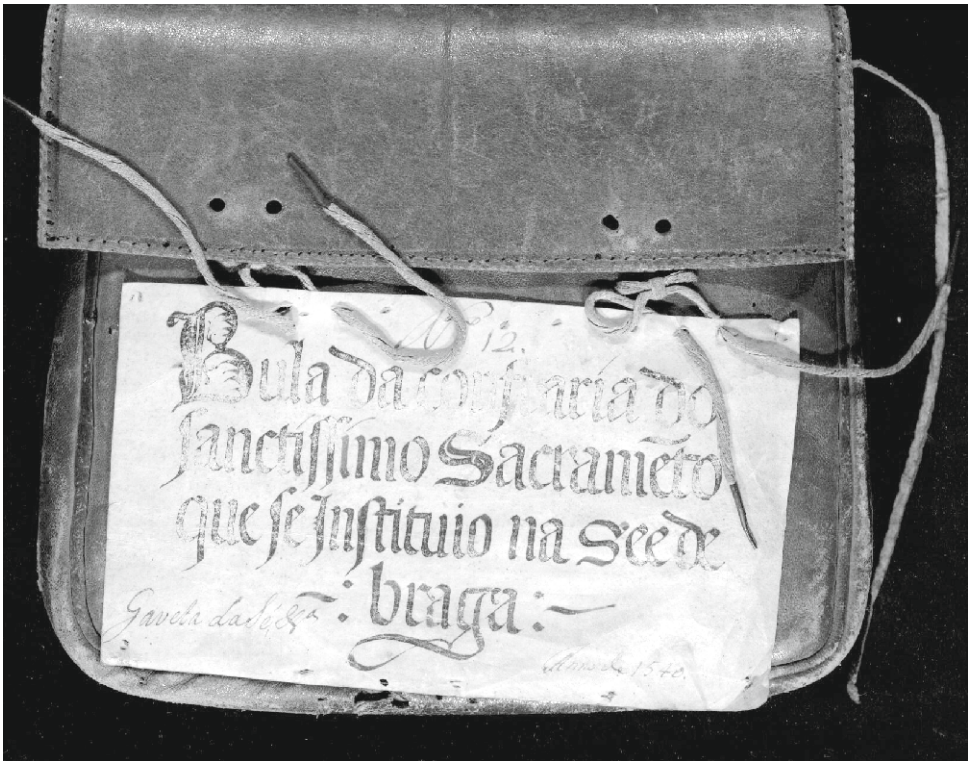
24 – Rosto de *Sacramental em lingoagem portugues* novamente impresso e emmendado (extraído do exemplar único da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).



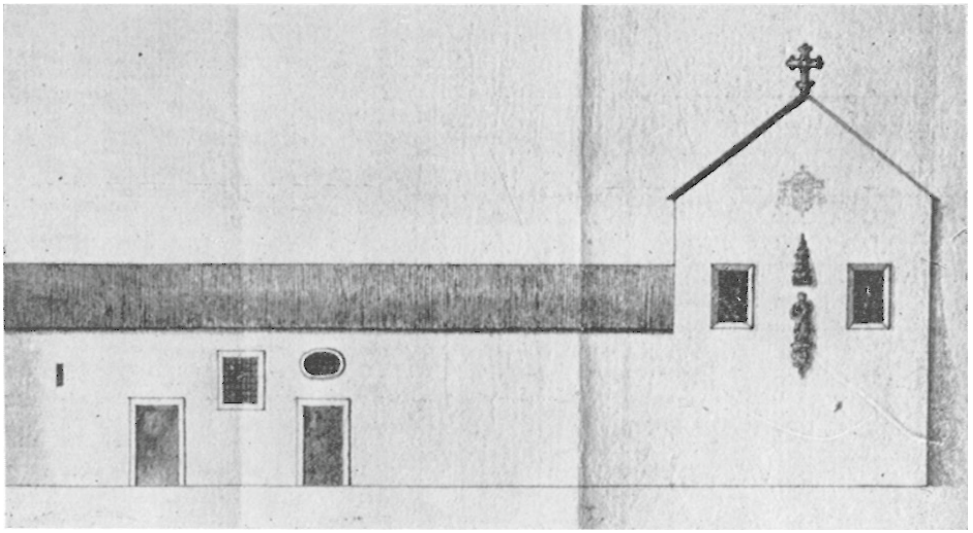
25 – Rosto de *Sacramental tirado em/ portugues novamente im-/presso e emmendado/ Ano/ 1539/ Braga* (reproduzido do exemplar único da Biblioteca Pública Municipal do Porto, por força de um restauro infeliz e errado).



26 – Rosto do *Manuale Bracharense* de 1536 (retirado da internet e chamado *missale* no respetivo cólofon segundo a leitura aí referida).



27 – 1540 maio 4 – Estojo contendo o pergaminho em que se escreve a bula *Dominus noster Iesus Christus transiturus*, de Paulo III (ADB., *Gaveta da Sé*, n.º 12).



28 – Capela e Colégio velho de S. Paulo [Reprodução de Mons. José A. Ferreira, *História Abreviada do Seminário Conciliar de Braga*. Edição da Mitra Bracarense: 1937, pp. 80-81; extraída dos *Mss.* do Dr. Vieira Gomes (†1850), na Livraria de José Gomes de Matos Cardoso].

A função das *cartas diplomáticas* em diversas circunstâncias da vida quotidiana *

JOSÉ MARQUES **

Abstract

The study entitled *A função das cartas diplomáticas em diversas circunstâncias da vida quotidiana*, presented at the Diplomatics symposium, integrated in the Congress of Historical Sciences, which took place in Amsterdam, from 22 to 28 August, 2010, intends to contribute for a better knowledge of important aspects in the field of social history and of the mentalities.

The selected themes from the vast documentation available make it possible to monitor the beginnings of social transformation, which would have a long way to go, and the awakening of a new mindset in the vast Portuguese space, situated between the rivers Lima and Mondego, after the consolidation of the Christian Reconquest, and Coimbra, in 1064. Thus, while the analysis of donations and legacies of churches helps to understand the slow restructuring of the first dioceses restored – Braga, Coimbra and Oporto –, the knowledge of repair cases of homicide and injury, in addition to the situation of social violence, also notes the trend towards a progressive dignification and moralization of populations. On line with this

* A versão francesa desta comunicação, com o *título Le rôle concret des chartes en différentes circonstances de la vie quotidienne*, foi apresentada, no dia 25 de Agosto de 2010, na Secção de Diplomática do Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Amsterdão, de 22 a 28 desse mês, e publicada nas respectivas Actas, in *Archiv für Diplomatik. Schriftgescgichte, Sigel-und Wappenkunde.* Herausgegeben von Walter Koch und Theo Kölzer. 57. Band – Böhlau Verlag Köln. Weimar.Wien. 2011, pp.237-274.

** Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ap.).

last remark, the cases of liberation of serfs and slaves are integrated, among which stands out the solemn release of a serf of the Archbishop D. Paio Mendes (1118-1138), carried out in the Cathedral of Braga, with the presence of the Chapter and numerous nobles, as to encourage intensification of identical liberation acts. The social dimension of many of these diplomatic charters is also expressed by donations and legacies to institutions of public interest, such as bridges, hospitals, leper colonies and assistance to poor, sick people, pilgrims and orphans, including, concerning the latter, possible measures for the protection of their heritage assets.

Without forgetting the diplomatic structure of these charters, the numerous examples referred to underline their important social role, through the promotion of the most unprotected to conditions of human dignity, to which they were entitled, but that society only very slowly recognized.

Keywords: donation, legacy, church, murder, slander, and slave.

1. INTRODUÇÃO

Integrado no Congresso de Ciências Históricas, este simpósio de Diplomática deverá orientar-se, naturalmente, no sentido de revelar as potencialidades da disciplina a que todos nos dedicamos para um melhor conhecimento de certos aspectos históricos, facilmente esquecidos ou silenciados, no contexto da investigação em ciências humanas, não obstante a frequência com que se invoca a importância da história das mentalidades. Quer isto dizer que o principal objectivo do nosso estudo não será concentrarmo-nos na natureza e estrutura das cartas diplomáticas da região e do período medieval, previamente, delimitados, mas, antes, evidenciar a preocupação com que os cidadãos comuns a elas recorriam, as outorgavam e nelas deixavam consignadas cláusulas específicas, assim evitando o perigo de não serem respeitadas.

Esta afirmação obriga-nos a recordar a vastíssima abrangência do conceito de vida quotidiana, cuja plenitude abrange o homem no plano individual, social, institucional e religioso, projectando-se, inclusive, na sua dimensão espiritual, para além da morte, aspecto integrante da mentalidade religiosa comum, patente na estrutura de numerosas cartas diplomáticas, bastando evocar, de forma genérica: invocações, arengas e sanções.

Embora sem perdermos de vista os aspectos diplomáticos, inerentes e sempre presentes nos estudos relacionados com esta ciência, que, agora, nos congrega e que, pontualmente, poderemos ter de explicitar, ao longo desta exposição, fixar-nos-emos na solicitude dos numerosos outorgantes em traduzirem, de forma jurídica inequívoca, condições e simples cláusulas, que, de acordo com a natureza das cartas em que ficaram registadas, atendendo a situações concretas das relações sociais, constituem verdadeiras excepções privilegiadas de protecção jurídica ao teor característico de cada uma delas, como teremos oportunidade de observar, perante casos concretos da vida quotidiana.

É, precisamente, na multiplicidade destas cláusulas de excepção, reveladoras da complexidade e riqueza da vida quotidiana, que melhor sobressairão alguns aspectos da mentalidade humana, com incidência especial na sua vertente religiosa.

Temos consciência de que esta introdução sumária poderá parecer um pouco hermética, mas não duvidamos de que na abordagem das situações seleccionadas para as ilustrar se tornarão bem claras.

Como ficou sugerido, o núcleo central desta exposição será constituído pela análise das situações específicas e verdadeiramente excepcionais que a variedade das cartas jurídicas nos proporcionará. Impõe-se, por isso, apresentar um plano sumário da estrutura global deste estudo, adiantando, desde já, que, em cada uma dessas partes ou alíneas, haverá as subdivisões orgânicas que a natureza do estudo e das questões em debate exigirem.

Entretanto, enunciamos, de forma sintética, as partes essenciais que, além desta breve introdução, integrarão o presente estudo:

– As fontes: tempo e espaço;
– Estudo diplomático analítico;
– Conclusão.

2. AS FONTES

O facto de no título não se ter indicado o espaço geográfico e o período cronológico a que se refere este estudo, obriga a ter algum cuidado com a apresentação das fontes de que nos vamos servir.

Facilmente qualquer participante poderia concluir que o nosso estudo versaria sobre Portugal, que, apenas, se transformou de Condado em reino independente, em 1143, e só alcançaria o reconhecimento oficial da Santa Sé pela bula *Manifestis probatum,* de Alexandre III, em 23 de Maio de 1179. Convirá, no entanto, esclarecer que a sua configuração, sensivelmente coincidente com a actual, só acabaria por ser alcançada com a campanha militar de reconquista do Algarve, promovida por D. Afonso III, em 1249-1250, e, depois, pelo tratado de Alcanices, de 12 de Setembro de 1297.

Até 1147, ano da conquista de Lisboa, a fronteira sul de Portugal oscilava entre uma linha que passava um pouco a sul do rio Mondego, na região de Coimbra, e o rio Tejo. (*Ver mapa n.º 1*).

As fontes utilizadas incidirão, por isso, nas regiões mais seguras, situadas a norte do rio Mondego.

Embora não possamos deter-nos na análise das suas estruturas e das respectivas descrições codicológicas, diremos que as principais fontes utilizadas são constituídas pelos seguintes códices:

Liber fidei de catedral de Braga[1],
Censual do Cabido da Sé do Porto[2]
Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó[3], na diocese do Porto,
Livro Preto da Sé de Coimbra[4]
Liber testamentorum do Mosteiro de Lorvão[5] e o
Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra[6],

---

1 *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa, tomo I, Braga, Junta Distrital de Braga, 1965; tomo II, 1978; tomo III, 1990.

2 *Censual do Cabido do Porto.* Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto. Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.

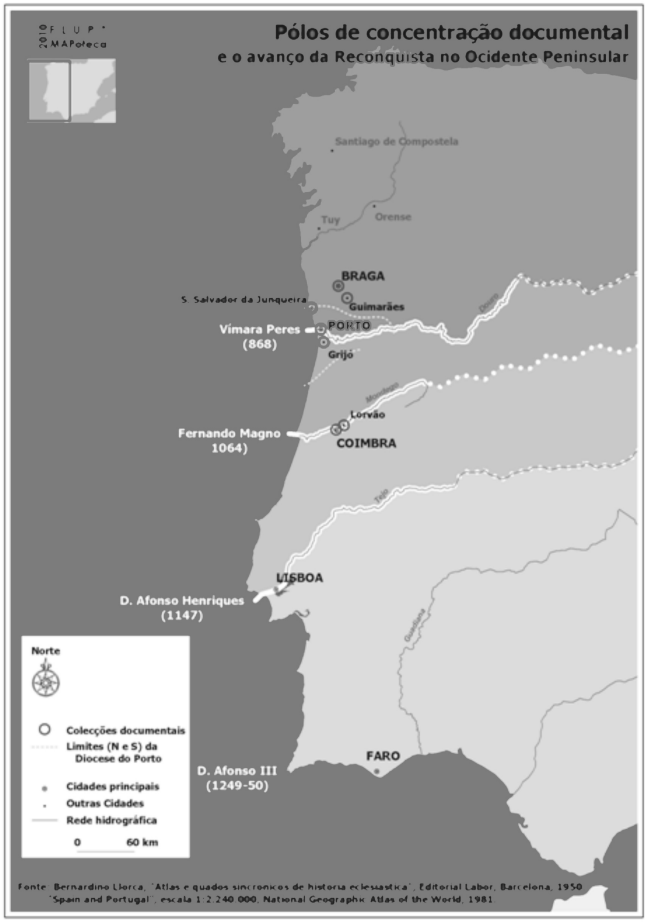
3 *Le Cartulaire "Baio-Ferrado" du Monastère de Grijó (XIe-XIIIe).* Introduction et notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1971.

4 *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra.* Edição crítica. Texto integral. Director e Coordenador Editorial – Manuel Augusto Rodrigues. Director Científico – Cónego Avelino de Jesus da Costa. Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

5 *Liber testamentorum Coenobii Laurbanensis.* (Estudos, transcrição e *fac-simile* do Códice). N.º 125 de la Coleccción «Fuentes y Estúdios de Historia Leonesa». Fundador e Director de la Colección José Maria Frernandez Catón. León, Centro de Estúdios e Investigación «San Isidoro», Archivo Histórico Diocesano, 2008.

6 *Livro santo de Santa Cruz. Cartulário do século XII.* Edição preparada por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

a que acrescentaremos duas colecções documentais, organizadas por nossa sugestão e orientação científica, integradas no âmbito das primeiras edições do Mestrado em História Medieval, na Faculdade de Letras do Porto, sobre o *Mosteiro e a Colegiada de Santa Maria da Oliveira*[7], de Guimarães (c. 950-1250 (inédita), e *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*[8], há anos, publicado.



Mapa n.º 1

Avanço da Reconquista e pólos de concentração documental

[7] RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (c.ª 950 – 1250*, volume II, *Colecção Documental,* Porto, 1991. (Inédita).

[8] LIRA, Sérgio – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira – II. Colecção Documental,* Vila do Conde, 2002.

Apesar de a Reconquista cristã, conduzida no ocidente peninsular pelo Rei D. Afonso I de Portugal ter chegado ao Tejo em 1147, campanha em que beneficiou do apoio dos participantes na 2.ª Cruzada do Oriente, os intervenientes na documentação que vamos utilizar situavam-se, em geral, na zona centro-norte de Portugal, isto é, a norte do rio Mondego, durante um longo período, que se estendeu desde o século X até meados do século XIII.

Porque se trata de proporcionar uma visão de conjunto, com os olhos postos nos aspectos mais característicos da vida quotidiana das populações dispersas na vasta região, situada a norte do rio Mondego, por comodidade para os ouvintes e futuros leitores, poderemos dizer que as contribuições das cartas estudadas para o conhecimento do quotidiano medieval das populações aí radicadas se aglutinam em torno de três grandes pólos: Braga, Porto e Coimbra. A estes três núcleos se reportam os códices mais significativos, podendo acrescentar que a malha informativa é apertada pelas numerosas informações fornecidas por outras fontes regionais, que agrupamos, segundo a proximidade das instituições a que estavam ligadas.

Assim, para a região de Braga contamos com a abundante riqueza do *Liber Fidei* da sua catedral, considerado como um dos mais extensos e importantes da Europa, e com as referidas colecções documentais do *Mosteiro e Colegiada de Santa Maria da Oliveira*, de Guimarães, e com a do *Mosteiro de S. Simão da Junqueira,* duas instituições religiosas integradas na Arquidiocese de Braga.

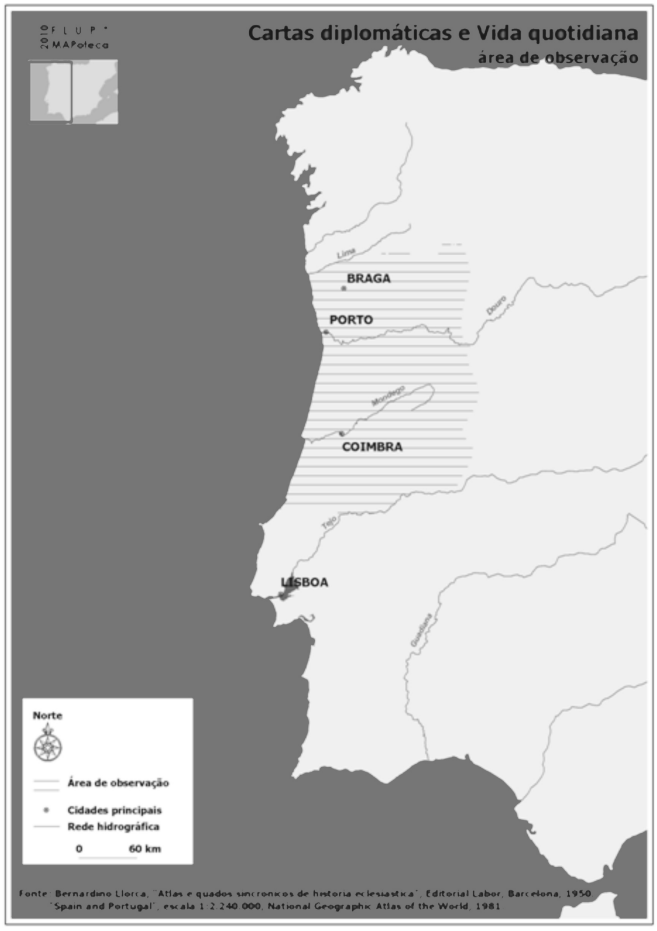
Quanto ao Porto, além da vastíssima informação fornecida pela 5.ª parte do *Censual do Cabido do Porto,* que recolhe extensos e minuciosos testamentos de prelados diocesanos e de numerosos membros do seu Cabido, dispomos do precioso contributo do códice *Baio-Ferrado do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, de cuja edição literária se incumbiu Robert Durand, tendo-a a Fundação Calouste Gulbenkian incluído nas edições do Centro Cultural Português de Paris.

Em relação à região de Coimbra, servimo-nos, essencialmente, de três fontes notáveis, como melhor se verá ao longo da parte central da nossa exposição, ocupando o primeiro lugar o *Livro Preto* da Sé de Coimbra, seguindo-se-lhe, atendendo à prioridade cronológica, o *Livro dos testamentos de Lorvão,* recentemente editado, com estudo, transcrição e fac-simile, e, finalmente, o *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra.*

Cada uma destas fontes mereceria um minucioso estudo codicológico e do respectivo conteúdo, que não é possível apresentar, por falta de tempo, mas não deixamos de chamar a atenção para a variedade e riqueza dos respectivos conteúdos, que, de alguma forma, poderemos surpreender, através dos exemplos neles recolhidos, na parte central deste estudo.

Na apresentação do contributo das cartas diplomáticas para o conhecimento das circunstâncias concretas da vida quotidiana e da mentalidade medieval das populações da região centro-norte de Portugal, entre as opções metodológicas possíveis, escolhemos a que, não sendo a mais fácil, considerámos como a mais expressiva, consistindo, essencialmente, na revelação, a propósito de cada um dos temas seleccionados, de alguns testemunhos recolhidos nas várias fontes, privilegiando variantes e diferenças específicas. Fica, assim, claramente definido que não poderemos explorar, de forma exaustiva, cada um dos aliciantes aspectos específicos, presentes na globalidade das cartas analisadas, quer em relação a qualquer das áreas ou zonas a que elas se referem, quer também quanto à totalidade do território nelas abrangido.

Esta metodologia, além de evidenciar a constante preocupação dos *autores* destas cartas – isto é, dos vulgarmente ditos *"primeiros outorgantes" –,* com a defesa das cláusulas contratuais introduzidas no teor das *cartas* estudadas, de qualquer natureza que elas sejam, para salvaguarda das decisões tomadas e do seu integral cumprimento, permitirá salientar os aspectos mais expressivos em cada uma dessas fontes, nos espaços sumariamente descritos, na época a que as mesmas se reportam. Esperamos, assim, poder caracterizar as preocupações dominantes na vasta população do território situado a norte do rio Mondego até ao rio Lima – limite norte da antiga Arquidiocese de Braga –, abrangido pelas fontes enunciadas, e estabelecer algum confronto entre as realidades detectadas nas três grandes áreas descritas, de que Braga, Porto e Coimbra constituem os núcleos centrais ou pólos aglutinantes.



Mapa n.º 2

Cartas diplomáticas e vida quotidiana. Área de observação

Para encerrarmos esta parte da nossa exposição, atendendo a que é na documentação privada que encontramos os melhores indícios e as manifestações mais expressivas das preocupações quotidianas das populações da vasta região que, mais uma vez, acabamos de delimitar, esclarecemos que prescindimos da documentação régia, apesar de facilmente acessível nas importantes publicações que foram surgindo, desde a segunda metade do século XIX[9].

[9] *Portugaliae Monumenta Histórica* (*P. M. H.*); *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Régios e Documentos Particulares* (*D. M. P. – D. R.* e *D. P.*); *Vimaranis Monumenta Histórica* (*V. M. H.),* etc., além de outras colecções.

3. ESTUDO DIPLOMÁTICO

Apresentar perante esta douta assistência resultados justificativos do título desta exposição sobre *Le rôle concret des chartes en différentes circonstances de la vie quotidienne,* na região centro-norte de Portugal, durante a Idade Média ou, mais precisamente, desde meados do século X até meados do século XIII, obriga a ter presente o elevado número de documentos, das mais diversas naturezas – vendas, doações, testamentos, privilégios, etc., etc. –, dispersos nas fontes referidas.

Porque trabalhámos com colecções documentais publicadas (tendo a única inédita sido publicamente apresentada e defendida), dispensamo-nos do vasto e árduo trabalho de diplomatista, oportunamente, realizado pelos diversos especialistas, que prepararam estas edições, quanto à determinação da respectiva natureza jurídica, datação, autenticidade, validação, transcrição, etc. de cada uma das cartas que integram as mencionadas fontes.

Podemos, por isso, orientar o nosso esforço no sentido de extrair dos seus formulários os elementos que nos permitirão caracterizar convenientemente os mais diversos aspectos da vida quotidiana, em Portugal, inclusive, desde tempos anteriores ao seu reconhecimento como reino independente.

Face à extensa investigação realizada, apesar de já termos registado a impossibilidade de acerca de cada um dos aspectos seleccionados mencionarmos a totalidade dos documentos em que os aspectos em causa são referenciados, impõe-se traçar um esquema que permita salientar e comprovar, devidamente, as circunstâncias mais expressivas do quotidiano das pessoas, nos planos individual, social, económico e espiritual, durante a vida, e as preocupações com a sepultura e os sufrágios, depois da morte.

Neste sentido, sendo do domínio geral o conhecimento dos efeitos jurídicos de cada um dos tipos de cartas ao nosso dispor, guiados pela informação documental disponível, deveremos ensaiar a melhor forma de articular e analisar as circunstâncias concretas, patentes nas cláusulas especiais introduzidas no respectivo teor diplomático. Recorde-se, entretanto, que se trata de documentos notariais, cujo valor jurídico todos conhecemos, quer se trate de cartas de compra/venda, doação, testamento, escambo, alforria, agnição, incomunicação, quer de quaisquer outras, com objectivos específicos. Na sua utilização, quando possível, entraremos em linha

de conta com as suas disposições jurídicas primárias, mas será, sobretudo, pela informação veiculada por certas cláusulas, por vezes, aparentemente, secundárias, que muitas dessas cartas mais nos interessarão, como veremos, ao longo da análise das seleccionadas para ilustrar os diversos temas e os objectivos a atingir.

Perante a multiplicidade de situações reveladas, nas mais variadas circunstâncias, não é fácil integrar num esquema coerente todas as motivações e objectivos nelas revelados. Não obstante estes condicionalismos, julgamos oportuno concentrar esta riqueza informativa em duas partes, reservando a primeira para as temáticas que, de algum modo, poderemos considerar como passos estruturantes da sociedade medieval portuguesa, concentrando na segunda os múltiplos assuntos de cariz mais individual, mas que, nem por isso, deixam de ser altamente característicos do quotidiano e da mentalidade medievais portugueses, tanto mais que este vasto leque de situações e informações se entrecruzam na região coincidente com o *«território portugalense»*[10], núcleo primitivo do futuro Condado Portucalense, que, a partir de 1143, se transformou no reino de Portugal, independente de Leão e Castela.

[10] MERÊA, Paulo – *De "Portucale" (civitas) ao Portugal de D. Henrique,* Porto, portucalense Editora, 1967, pp. 11-12.

I Parte

3.1. Situações concretas

Apesar de termos observado que as cartas utilizadas são documentação particular, não esquecemos que os efeitos sociais de muitas delas, sobretudo doações e testamentos, tiveram uma larga repercussão futura.

3.1.1. Doações e legados de *igrejas próprias*

Concretizando, podemos incluir nesta situação as numerosas doações de mosteiros e, sobretudo, de igrejas próprias, feitas na íntegra ou só em parte, por cartas de doação ou como legados testamentários, entrando, assim, na dependência directa do prelado diocesano, para quem revertia, geralmente, também o direito de *padroado.* Para a compreensão destas situações, expressas no âmbito das dioceses de Braga e de Coimbra, pelas múltiplas cartas conservadas, respectivamente, no *Liber Fidei* e no *Livro Preto,* que podemos considerar como as fontes maiores. Situações idênticas verificam-se também em relação ao Mosteiro de S. Salvador de Grijó, na diocese do Porto, e ao Lorvão, na de Coimbra, sendo necessário salientar quanto a este último a sua extraordinária importância religiosa, ao longo dos tempos anteriores à restauração da diocese de Coimbra, em 1080, podendo, mesmo, dizer-se que foi um dos pólos dinamizadores da vida religiosa da região do Mondego. As doações e legados desta natureza a favor do Mosteiro de S. Salvador de Grijó são mais escassos, dado que, em 1112, tinha sido restaurada a diocese do Porto, que, naturalmente, atraía mais a atenção dos seus diocesanos.

Apesar de já termos abordado o assunto das igrejas próprias noutro estudo[11], convém recordar que a construção e organização das mesmas decorre da necessidade que os *presores* e outros titulares dos vários territórios a colonizar sentiram de proporcionar

---

[11] MARQUES, José – *O "Liber Fidei" da Catedral de Braga e o Norte de Portugal,* apresentado no Congresso Internacional de Diplomática, realizado em St. Pölten, em Setembro de 2009.

aos seus dependentes o necessário apoio espiritual, garantindo também os meios indispensáveis para a conservação dos lugares do culto e a sustentação dos clérigos incumbidos de tais funções. O direito de propriedade sobre estas novas igrejas ou ermidas transmitia-se aos descendentes dos seus fundadores, deparando-se, passadas poucas gerações com uma multiplicidade de herdeiros, que, por vezes, constituíam uma fonte de dificuldades para se proceder à designação do clérigo responsável pela assistência religiosa das populações residentes no âmbito da sua influência e jurisdição. Tais situações foram determinando alguns desses herdeiros a legarem às Sés e aos mosteiros referidos o que lhes pertencia nessas igrejas e ermidas.

Além dos objectivos sociais subjacentes a estes legados e doações, os autores destes legados e doações especificam também, com muita frequência, a vontade de serem sepultados na Sés ou mosteiros contemplados em tais cartas, isto é, escolhiam estas instituições eclesiásticas como igrejas funerantes para si e, em muitos casos, também para outros familiares.

Nas fontes utilizadas, inventariámos um elevado número de igrejas próprias doadas e legadas aos mencionados mosteiros e Sés, que não é possível apresentar neste momento, convindo, no entanto, observar que muitos dos doadores e testadores destas igrejas à Sé de Coimbra e ao mosteiro de Lorvão eram presbíteros, por vezes irmãos de sangue ou parentes próximos, como tio e sobrinho, e explicitam que tinham sido edificadas por eles, situações mais raras nas áreas de Braga e do Porto.

Em contraste com este movimento de doações e legados de igrejas próprias às Sés de Braga e de Coimbra, que temos vindo a referir, devemos anotar que a fase áurea das suas construções é anterior à restauração das duas dioceses, de que eram igrejas-mães, respectivamente, em 1071 e 1080. Neste conjunto de legados e doações surgem alguns casos em que clérigos doadores e testadores introduzem a cláusula de continuarem a possuí-las durante a sua vida, como fez o presbítero Gosendo ao doar, em 28 de Julho de 1074, ao bispo D. Pedro a igreja de S. Julião de Tabuaças, no actual concelho de Vieira do Minho[12], chegando alguns a solicitar protecção contra inimigos e, eventualmente, garantia de meios de subsistência da parte das instituições contempladas. A título de exemplo,

[12] *L. F.,* I, n.º 97, p. 116.

entre muitos, veja-se o caso dos presbíteros Valentim e Leuso que, em 23 de Outubro de 1085, doaram a sua igreja de S. Pedro de Briteiros à Sé de Braga, tendo ficado expressa a cláusula de esta os sustentar[13].

Neste movimento de doações de igrejas próprias, na íntegra ou apenas em parte, participaram muitos leigos de ambos os sexos, podendo-se acrescentar que, em 7 de Janeiro de 1158, Marinha Sesnandes doou parte de várias igrejas à Sé de Braga, com a obrigação de esta a proteger[14]; poucos dias depois, em 25 de Janeiro desse mesmo ano (1158), Soeiro Pais e seu filho Soeiro Soares, presbítero, doaram à Sé os seus direitos na igreja de S. Tiago de Aldreu, com a obrigação de lhes ser dada assistência[15]; por sua vez, em 16 de Abril de 1162, Maria Moniz doou à Sé de Braga metade dos direitos da igreja de Crespos e outros bens, com a obrigação de esta a sustentar, proteger e de a sufragar, mandando celebrar a missa se aniversário da sua morte[16].

A síntese aqui apresentada acerca da transferência de igrejas próprias para as Sés e mosteiros citados poderia ilustrar-se com uma variadíssima casuística, inadequada a uma reunião científica desta natureza, mas que não deixaremos de apresentar em estudos de forte incidência de história local.

3.1.2. Reparação de homicídios

O quotidiano da sociedade medieval está marcado por múltiplas formas de violência, que facilmente chegava ao homicídio, como as fontes de que nos servimos comprovam. O homicídio, além de crime, à luz da lei civil, era também um pecado grave, cuja absolvição a disciplina canónica reservava ao prelado diocesano, sendo conhecidos vários casos na área da vastíssima Arquidiocese de Braga, maioritariamente, perpetrados em igrejas, passando, por isso, a ser considerados sacrilégios. Se alguns de que temos notícia pelo *Liber Fidei* da Sé de Braga se podem considerar situações isoladas,

---

[13] *L. F.,* I, n.º 211, p. 245. Foi o que aconteceu, em 16 de Outubro de 1159 com Pedro Anes e seu sobrinho Pedro Rodrigues em relação à igreja de S. Miguel de Carreira (Barcelos), que seriam equiparados a membros do Cabido (*L.F.,* I, n.º 142, p. 167).

[14] *L. F.,* III, n.º 794, pp. 223-224.

[15] *L. F.,* III, n.º 812.

[16] *L. F.,* III, n.º 795.

aí se encontra memória de um cometido em Nozedo, na região de Trás-os-Montes, nele tendo participado diversos membros da mesma família, que foram reparando as suas responsabilidades em tão grave delito, mediante doações feitas à Sé de Braga, desde 6 de Setembro de 1152[17], até 29 de Junho de 1155[18].

Na área diocesana, mais concretamente no couto de S. Simão da Junqueira, sito na zona do litoral, há notícia de outro homicídio praticado, em Setembro de 1218, pelo irmão do presbítero Mendo Gonçalves, abade de Bagunte, que em reparação de tão horrendo crime, doou ao prior e ao convento do mosteiro de S. Simão da Junqueira uma propriedade, na localidade de Real. Doações desta natureza colocavam sempre aos donatários o grave problema de ter quem se ocupasse da sua exploração e o mosteiro de S. Simão da Junqueira não constituía excepção. Foi por isso que o prior e convento, tendo recebido esta propriedade, decidiram entregá-la em prestimónio vitalício ao mesmo abade ou pároco doador, que por sua vez a confiou ao seu criado (*clientulus*) Martinho Mendes para que a explorasse durante a sua vida, regressando, à sua morte, à posse plena do mosteiro. Porque esta propriedade era foreira ao rei, quem na explorasse devia pagar-lhe, anualmente, um morabitino e, à sua morte, deveria ser-lhe pago outro morabitino, como *lutuosa*[19].

Ainda na região de Braga, deparamos com uma carta, de Novembro de 1253, pela qual Afonso Anes e sua mulher vendem ao arcebispo de Braga, D. João Egas, por intermédio dos capitulares seus procuradores, o casal do Estremadoiro e tudo o que tinham no couto de Moure, bens avaliados em 210 morabitinos, que deviam entregar ao prelado, em reparação de dois homicídios: um cometido em Braga e outro no couto de Moure, actualmente, no concelho de Vila Verde[20].

---

17 *L. F.* II, p. [284].

18 *L. F.,* II, p. [282]. Referidos em pormenor na comunicação *O Liber Fidei da Catedral de Braga e o Norte de Portugal,* apresentada no Congresso Internacional de Diplomática, realizado, em Setembro de 2009, em St. Pölten, Áustria. A versão Francesa será publicada nas respectivas *actas,* tendo o original português sido entregue para publicação na revista *Bracara Augusta.*

19 M. *S. S. da Junqueira*, n.º 188, p. 186.

20 *L. F.* III, n.º 952, pp. 387-388: – *«Damus vobis atque concedimus predictas hereditates cum omnibus pertinentiis suis…. pro precio quod a vobis recepimus, scilicet CCX morabitinos cum sua robora et pro tertia parte unius omicidii quod debebamus pectare archiepiscopo, quod fuit factum in civitate Bracarensi et pro duobus partibus alterius omicidii que sibi debebamus de cauto de Mauri».*

Porque estamos a tratar de reparações, de acordo com a legislação civil e canónica, fixadas em prestações materiais, embora não se trate de homicídio, vem a propósito mencionar que Garcia Gadiz e sua esposa, em 6 de Junho de 1082, deram à Sé de Braga metade de uma propriedade que tinham em Quintela, concelho de Vila Real, como penitência pela morte de um filho que lhes morreu sem baptismo[21].

Para a região de Coimbra, embora se documentem alguns casos de *sacrilégios,* não dispomos de provas explícitas de que, eventualmente, possam ter subjacentes situações de homicídio[22].

3.1.3. Reparação de injúrias

Do universo da violência característica do quotidiano medieval, chegaram até nós alguns testemunhos que, pela sua natureza, gravidade e posição social das pessoas atingidas acabaram por ficar consignadas nas cartas elaboradas como garantia jurídica da reparação pública feita aos ofendidos, desde Junho de 1025 até Abril de 1162. Não é possível calcular a dimensão destas atitudes na vida diária da população medieva da região que agora prende a nossa atenção, nem perceber o modo como foram superadas e avaliar os ressentimentos sobreviventes, solapados, a tais atitudes. Este capítulo situa-nos no contexto complexo, a explorar pela psicologia, nas suas dimensões sociais, de que os exemplos seguintes constituem uma breve e sugestiva amostra, podendo acrescentar que os casos seleccionados de forma aleatória acabaram por se situar todos na área coberta pelo *Livro Preto* da Sé de Coimbra.

A situação mais remota que nos foi dado apurar é de 16 de Junho de 1025 e refere-se à reparação de uma calúnia contra o servo Crescónio, dependente de D. Unisco, senhora de elevado estrato social, sabendo-se que a mencionada calúnia tinha sido originada por Rodrigo Goimiriz, filho da referida senhora. O conteúdo da calúnia não é conhecido nos seus contornos, mas era, certamente, muito grave, porque o preço da sua reparação traduziu-se na emancipação de três filhas do ofendido[23]. Este assunto será anali-

---

[21] *L. F.,* I, n.º 111, p. 131: – *«… pro remedio animarum nostrarum et pro nostro filio qui migravit ab hoc seculo paganus et non potuimus illam penitentiam portare».*

[22] *L. P.,* n.º 166, p. 267; n.º 46, p. 77;

[23] *L. P.,* n.º 203, p. 319.

sado com mais pormenor, quando tratarmos do problema da libertação de servos e escravos.

Em 17 Fevereiro de 1[*1*]02, D. Unisco Soares e seus filhos entregaram a D. Maurício Burdino, bispo de Coimbra, uma herdade que possuíam em Vilar, no actual concelho de Ovar, em reparação das ofensas praticadas pelo marido e pai de seus filhos, que lhe tinha roubado várias cabeças de gado, e, inclusive, violado uma ermida e um mosteiro[24].

Algumas dessas injúrias traduziam-se de forma violenta, em atitudes premeditadas, possivelmente, com o apoio de outros cúmplices, cujos nomes acabavam por ficar omissos. Foi o que aconteceu, em Janeiro de 1133, como revela a carta que nos informa do modo como foram reparados os danos causados com a destruição de uma igreja[25].

Continuando a percorrer as informações recolhidas, verifica-se que as injúrias por palavras ou por actos materiais atingiam também os mais altos representantes da administração e da hierarquia diocesana, como aconteceu, em Abril de 1162, com o arcediago de Mortágua[26], e em Novembro do ano seguinte com o próprio arcediago da Sé de Coimbra[27].

Embora não se possa estabelecer uma correlação com os casos precedentes, além do mais, porque distanciados no tempo, temos de registar as injúrias praticadas contra dois bispos de Coimbra, como consta das cartas que nos informam das formas como as mesmas foram reparadas. Assim, a primeira compensação refere-se a uma calúnia levantada contra o bispo D. Maurício, que teve lugar, em 18 de Fevereiro de 1103[28], e a segunda, em 30 de Maio de 1108, sabendo-se que na base desta injúria, estavam diversos roubos[29]. Mais de seis décadas depois, em Janeiro de 1164, teve lugar a reparação, não só do prejuízo, mas também da injúria praticada contra o bispo de Coimbra, D. Miguel Salomão, materializada no roubo de uma cavalgadura[30].

A natureza destas injúrias e ofensas podia configurar situações muito diferentes, como aconteceu com a que foi reparada em Junho

---

[24] *L. P.,* n.º 435, p. 595.
[25] *L. P.,* n.º 440, p. 602.
[26] *L. P.,* n.º 304, p. 447.
[27] *L. P.,* n.º 303, p. 446.
[28] *L. P.,* n.º 117, p. 179.
[29] *L. P.,* n.º 414, p. 575.
[30] *L. P.,* n.º 261, p. 393.

de 1148, porque o autor da carta em causa tinha violado a jurisdição do couto de Coja[31].

Com estes tipos de injúrias e ofensas vão-se delineando os contornos comportamentais da sociedade medieval, que no seu quotidiano não hesitava praticar atitudes violentas, ofensivas, inclusive contra figuras cimeiras do meio social, contrastando, com ulteriores gestos de arrependimento e de reparação, não sabemos se por decisão espontânea ou fruto da pressão do meio social envolvente ou, mesmo, da própria justiça.

3.1.4. Libertação de servos e escravos

Um dos sinais mais negativos da sociedade medieval residia na frequência com que muitas pessoas e, por vezes, até famílias inteiras eram mantidas na completa dependência de poderosos que tinham nos servos e mais ainda nos escravos reservas fáceis e baratas de um capital de força de trabalho que os ajudava a sustentar a sua posição social. A documentação disponível nas colecções apresentadas como fontes permite afirmar que se tratava de uma prática antiga, muito enraizada ainda, a que também aderiam personalidades eclesiásticas, que, pelo alto nível das funções que lhes estavam confiadas – de acordo com os critérios actuais –, deveriam ser as primeiras a reagir contra tal estado de coisas, embora se saiba que não é fácil sobrepor-se ao meio em que se está inserido. Por outro lado, então, a consciência generalizada da dignidade da pessoa humana ainda estava muito longe do grau a que se chegou em nossos dias.

Não admira, por isso, que um documento, criticamente datado de entre 867-912, nos apresente com todo o realismo a notícia da divisão de elevado número de servos feita entre o bispo D. Nausto, em nome da igreja e Sé de Coimbra, e os filhos de Pedro e Sarracina, ligados ao amanho dos bens destes proprietários e da própria Sé de Coimbra. Desconhecemos as circunstâncias em que as duas partes procederam à divisão dos servos, que, até então, trabalhariam em conjunto e, agora, passavam a estar na dependência de titulares diferentes.

---

[31] *L. P.,* n.º 297, p. 438.

Porque não abundam documentos desta natureza e sobretudo, com um tão elevado número de dependentes, expressamente mencionados como servos, prestar-lhe-emos mais alguma atenção, convindo ter presente que seria, se não toda, pelo menos, grande parte da população residente nas propriedades pertencentes aos referidos titulares: o bispo Nausto e os filhos do casal Pedro e Sarracina.

O número dos servos que couberam a cada uma das partes ultrapassou os 110, como o documento esclarece. Com efeito, a terminar a referência à parte de D. Nausto, afirma-se: – *«id sunt notati CX, extra filios et neptos Fragulfi quos in redive dimisimus».* E a mesma fonte, depois de afirmar que os atribuídos aos filhos de Pedro e Sarracina *«fiunt XC»,* esclarece: – *«et de filios vel neptos Gomesindi, qui fuit filia Avili et Vedragese qui de ista noticia super-sunt»*[32].

Os elevados números relativos aos servos de cada uma destas duas partes, que acabámos de referir, tornar-se-ão mais impressionantes, se recordarmos que, a seguir surge uma nova lista, constituindo a parte do Bispo Nausto. O documento não é explícito, mas é de supor que tendo o prelado figurado como representante da igreja de que era bispo, agora seja contemplado a título pessoal, tanto mais que os servos que agora lhe são atribuídos, em número superior a noventa e seis, são identificados como filhos e netos de pessoas não coincidentes com as indicadas a propósito dos atribuídos à igreja de Santa Maria de Coimbra e aos filhos de Pedro e Sarracina. A fim de clarificar esta situação, recordamos que a sua quota parte é introduzida nos seguintes termos: – *«Et venit in porcionem domni Nausti, episcopi, post partem jam sepe dicte ecclesie, de filios Vivituri, id est, Samuel, cum filios IIII.*^{or}*; Avito, cum filio uno;»,* etc.[33]

Este documento, cuja data crítica é estabelecida em função do longo episcopado do bispo Nausto (867-912), coloca-nos perante uma situação concreta do último terço do século IX até meados do primeiro quartel do século X. Daí aos meados do século XIII, muitas outras e variadas situações ocorreram, servindo os casos que a seguir aduzimos para assinalar os sintomas de uma clara tendência de mudança de mentalidade, repercutida no plano social. Limitar-nos-emos, por isso, a referir somente alguns testemunhos, mesmo

---

[32] *L. P.,* n.º 360, p. 512.
[33] *L. P.,* n.º 360, pp. 512-513.

distanciados no tempo, que permitam surpreender a tendência progressiva para a libertação de escravos e de servos, projecto social que teria ainda um longo caminho a percorrer, como revela mais este caso de transferência de servos para outro senhor, sem que a carta deixe entrever qualquer indício de libertação para breve. Tal foi a atitude de Tecla, designada como «famula Dei», que, em 25 de Dezembro de 984, à doação de diversos bens ao mosteiro de Lorvão, acrescentou a do servo Astruário – que já tinha pertencido a seus pais e avós –, com todos os seus filhos e netos, que aí deveriam viver sob a autoridade do abade e dos religiosos, com a obrigação de os servirem com os barcos que se encontravam no porto fluvial[34].

Retomando a problemática dos servos, poucos anos após essa mencionada e avultada divisão de servos, deparamos com um caso elucidativo, a que já aludimos, mas, como prometido, agora devemos desenvolver: – Em 16 de Junho de 1025, tendo Rodrigo *Goimiriz,* filho de D. Unisco, caluniado o servo Crescónio sobre assuntos relacionados com o seu serviço – *«calumpniabant illum pro a servitio» –,* dado que foi absolvido em assembleia judicial, expressamente organizada para julgar esta situação, num gesto de grande dignidade, em reparação da calúnia, movida pelo próprio filho contra o servo Crescónio, injustamente vilipendiado, D. Unisco concedeu plena liberdade às suas três filhas: Maria, Argelo e *Otrocia*, atribuindo-lhes também um património inicial: – *«Absolvimus vos ut sitis liberas et ingenuas, agendi, manendi, laremque fovendi. Damus atque concedimus vobis pecus vel peculiarem nostrum, tam quod habetis vel cum Dei adjutório augmentare potueritis; et non damos vobis alio patrocinio, nisi soli Deo et regem celi…»,* esperando que o mérito deste acto redundasse em sufrágio do marido e de outros familiares[35].

Situações de libertação de servos e, mais raramente, de escravos, encontram-se, praticamente, em toda a área escolhida, como campo de observação para este estudo, e não deveremos estranhar

---

[34] *L. T. L.,* n.º 48, pp. 666-667: – *«Et adicio aduc vobis meo servo, nomine Astruario, qui fuit servo de parentes vel abios meos, et omnes filii vel nepti eius de ipso iam dicto Astruario, ut vivant in ipsa villa illos servos et qui sedeantibi sub manus domino Primus, abba, et collegio fratrum; et qui serviat cum illos barcos qui sunt in ipso porto sub manu ipsius abbatis, pro remedio anime mee».*

[35] *L. P.,* n.º 203, p. 319-320.

que a sua frequência seja maior no *Livro Preto* da Sé de Coimbra, bem como a sua utilização como elementos de permuta, no resgate de cristãos. Com efeito, a indefinição da fronteira com as populações árabes facilitava a realização de ataques por grupos particulares contra as vizinhas populações cristãs, a concretização de ulteriores contratos de resgate e, por vezes, de gestos de gratidão para com pessoas ou mesmo para com instituições que conseguiram o resgate de alguma vítima cristã.

Foi por isso, que, pouco depois da referida libertação das três filhas de Crescónio, em 31 de Julho de 1025, Citelo Ibn Alazade e sua mulher Ermegodo venderam a Gonçalo Galindes e sua mulher Godinha uma herdade em Sever do Vouga para os compensar pelo resgate de seus filhos do cativeiro árabe, pelos quais tinham dado um mouro de Seia, avaliado em trezentos soldos[36]. Não é este o momento adequado para questionar a designação diplomática destas e de muitas outras cartas citadas ao longo deste estudo, pois o objectivo fundamental é salientar o contributo das mesmas para o conhecimento de situações particulares da vida quotidiana na Idade Média. Neste caso, porém, parece-nos interessante anotar que, embora este documento se apresente como autêntica carta de venda, que lhe atribuía maior valor e solidez jurídica, não é difícil compreender que se tratou, essencialmente, de compensar o gesto de solidariedade humanitária praticado pelo destinatário da mencionada *«venda».*

Poderiam multiplicar-se as descrições dos casos de resgate de cativos, que imprimiriam tonalidades diversas neste grave problema do quotidiano social, sem no alterarem substancialmente. Após a operação de resgate, era necessário assegurar-lhes um ambiente de segurança e nem sempre seria fácil, como revela o facto de, em 981, Fernando Sandiniz e sua mulher, Elvira, além de numerosos bens doados ao mosteiro de São Mamede de Lorvão lhe terem confiado também o seu liberto, Teodomiro Alvitiz e sua mulher, Ermesinda, que, assim, ficariam em maior segurança[37].

---

[36] *L. P.,* n.º 128, p. 195-196. Neste período, é possível documentar outros negócios entre mouros e cristãos, podendo servir de exemplo o facto de, por volta de 1018, o prior Árias e os monges de Lorvão terem comprado tudo o que o muçulmano Oborroz tinha em Botão, tendo-lhe dado como preço uma égua prenhe (*L. T. L.,* n.º 15, pp. 616-617).

[37] *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis* (*L. T. L.*), León, 208, n.º 26, pp. 631-632.

Mais uma vez na região de Coimbra, mas agora já em pleno século XII, em 1116, deparamos com a iniciativa de João Gondesendes e sua mulher Ximena que libertam os servos Martinho Cides e Pedro Pais, assegurando-lhes como meios de subsistência o usufruto vitalício de certas propriedades, que após a morte dos seus libertadores, reverteriam para a Sé de Coimbra. Além destes dois servos, os beneméritos libertadores, João Gosendes e Ximena, tinham ainda outros servos e alguns escravos mouros, cujos destinos traçaram, determinando que os servos ainda ao seu serviço seriam libertados à morte dos testadores, mas os escravos mouros deveriam servir, podemos dizê-lo, como moeda de troça para resgatar cristãos que se encontrassem em cativeiro árabe[38].

Neste domínio a transferência de servos para outros senhores, nem sempre é indício e muito menos de garantia de libertação imediata. Com efeito, a consciência dos direitos humanos e do direito à liberdade ia crescendo e tornava-se urgente promover a libertação do maior número possível de servos e escravos. Neste sentido, apraz-nos recordar aqui o que já revelámos no Colóquio de Diplomática, em 2009, na cidade austríaca de St. Pölten, acerca de algumas situações de pessoas que, por generosidade dos seus titulares, ascenderam à plena liberdade. Tais foram os casos de *D. Trudili* Mendes que, em 25 de Janeiro de 1086, concedeu plena liberdade ao seu escravo Garcia, que a tinha servido, desde a sua infância, e doa o escravo Fernando como *servo* ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo. Note-se que estamos perante um caso de alcance social, que tem subjacentes razões de ordem religiosa, como a própria carta de *manumissão, liberdade* ou *alforria*, claramente indica. Com efeito, além de na *arenga bíblica* se ordenar a protecção dos oprimidos[39], a libertação de um dos *escravos* e a elevação de outro à condição de *servo,* assumem também carácter de reparação pela situação irregular do casamento de seu filho, face à lei canónica, que já lhe tinha merecido a repreensão episcopal e abacial: - *«et pro que increparunt nos episcopos et abbates pro illo coniugio filio nostro Nuno Menendis»*[40].

---

[38] *L. P.,* n.º 220, p. 340-341.

[39] *L. F.*, III, n.º 607, pp. 32-33: – *«Dissolvet conligationis impietatis solvet fasciculos deprimentes. Dimitte eos qui confracti sunt, libera eos et omne honus eorum disrumpet».*

[40] *Ibidem.*

Além desta elucidativa reparação de uma irregularidade canónica, que redundou na liberdade de um escravo e na elevação de outro a uma situação de dependência mais benigna, impõe-se salientar a solenidade de que se revestiu a libertação de um servo – não de um escravo, o que teria maior impacto social – que pelo seu simbolismo não pode deixar se interpretar como um convite generalizado à sociedade bracarense contemporânea à libertação dos numerosos escravos e servos ainda existentes.

Antes, porém, até porque se integra no episcopado de D. Paio Mendes, a que, a seguir, nos vamos referir, não resistimos registar que, por motivos meramente espirituais, em 22 de Agosto de [1128][41], Feuva Soares outorgou carta de alforria ou de plena liberdade ao servo Nuno Ramires e à sua descendência, merecendo uma análise pormenorizada, noutra ocasião, a arenga bíblica, em que fundamentou esta decisão[42].

A problemática da libertação e do negócio de escravos mouros ou cristãos, nesta altura, é muito inconstante. É por isso que, enquanto, por um lado, nas cartas estudadas, nos surgem provas de libertação de servos e escravos, por outro, embora sem grande distância no tempo, deparamos com notícias de compra de escravos, em contexto inesperado. Estamos a pensar na doação que, em Abril de 1146, Paio Adaufes, com o consentimento da esposa e por mandado de D. Afonso Henriques, fez ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pelo diversificado auxílio que lhe prestou quando foi a Jerusalém, e também pelos quatro morabitinos que lhe emprestou para comprar uma moura[43].

---

41 A data indicada por extenso no documento (1108) está errada, pois seria anterior ao nascimento de D. Afonso Henriques. Conjugando as coordenadas que nos oferece, só pode tratar-se de 1128.

42 *M. S. S. da Junqueira*, n.º 81, pp. 85-86: – «*Ego famulus Dei Feuva Suariz in Domino Deo Eterno salutem amen. Ideo placuit nobis asto animo et integro et nostro concilio ut faceremus a tibi Nuno Ramiriz et semen tuum kartula ingenuitatis pro remedio anime nostre et timor mortis et metus inferni et metuendum diem judicii quod quando Dominum dixerit:* "Venite benedicti Patris mei percipite regnum quod vobis prteparatum est ab origine mundi" *auia vadamus nos ad dextram Dei sicut dixit Propheta:* "Dissolve colligationes inpietatis dissolve faciculos deprimentes dimitte eos qui confracti sunt liberos et omne onus eorum disrumpe".
De odie die vadas tu Nuno Ramiriz et sémen [t]*uum ingenuum de jugo servitutis manendi volendi ubi volueritis ire et predicta de natu Johanni abeatis me in mente tu et semen tuum in eternum in oblatione quando utiliter abueris et vita vixeris».*

43 *L. S. Sta. Cruz de Coimbra,* n.º 102, pp. 238-239: – «*… ad ultimum vero dum irem in Jherusalem adjuvarunt me de uno mulo et decem morabitinis et dimiserunt michi alios IIII*or *morabitinos quos prestaverunt michi* ***pro incosta de una maura».***

Porque se reveste de particular interesse, é oportuno observar que o bispo do Porto, D. Fernando Martins, tinha ao seu serviço diversos mouros de ambos os sexos, como consta do seu testamento, datado de 8 de Novembro de 1195. Com efeito, além de ter destinado à obra da Sé o sarraceno que foi de D. Godo, deixou a sua sobrinha, mulher de Domingos Peres, a sarracena que tinha comprado ao Mosteiro de Requião[44]. Ofereceu ao abade do mosteiro de Adaúfe a sarracena que tinha sido de D. Sancha. Melhor sorte teve o sarraceno chamado Pedro Fernandes, que devia ser baptizado e liberto, por meio de deão de Braga. Mais enigmático do que o dos precedentes seria o do sarraceno, outrora pertencente a Pedro Elias, que deveria ser vendido[45].

As cartas de alforria mencionada para as regiões de Coimbra e de Braga, compreender-se-ão melhor se dissermos que o protagonista desta libertação, que agora vamos descrever, foi o próprio arcebispo D. Paio Mendes, que concedeu carta de liberdade ao seu servo, que trata por irmão, Pedro *Suaridem*, junto do altar da Sé de Braga, na presença dos cónegos aí reunidos e de nobres leigos. Por esta carta de alforria, *liberdade ou ingenuidade* – no sentido que o termo tem na Idade Média –, o arcebispo declaro-o tão livre como se tivesse nascido de pais livres, podendo ir para onde quisesse e a autoridade canónica permitisse[46].

Com o resumo desta carta de *liberdade, ingenuidade, manumissão* ou *alforria,* solenemente outorgada pelo arcebispo, na Sé de Braga, em data indeterminada do seu governo pastoral (1118-1128), assinalámos, da melhor forma, mais um valioso contributo, latente no *Liber Fidei,* sobre o caminho da sociedade em mudança, a começar na alteração da mentalidade, rumo à crescente libertação de quantos viviam na dependência dos mais variados poderosos.

Neste contexto, também no âmbito da arquidiocese de Braga, podemos registar que Fernando Pais e sua esposa, Urraca Mendes,

---

44 *Censual do Cabido do Porto* (*C. C. P.*), p. 386.

45 *C. C. P.,* p. 388.

46 *L. F.*, III, p. 178: – *«… ego in Dei nomine Pelagius Bracarensis archiepiscopus pro remedio anime mee et pro remedio anime fratris mei Suerii Mendi vel eterna retributione in ecclesia Sancte Marie et sub presentia caninicorum ibi consistentium ac nobilium laicorum ante cornu altaris istius ecclesie absolvo servum meum vel fratris mei illum Petrum Suaridem per hanc kartam absolutionis vel ingenuitatis ab omni vinculo servitutis ita ut ab hac die et deinceps ingenuus sit et ingenuus permaneat tanquam si ab ingenuis parentibus fuisset natus vel procreatus. Eam pergat partem quam maluerit vel quem ei auctoritas canónica permittit et sicut alii ingenui vitam ducat ingenuam.».*

na esperança de alcançarem o perdão divino dos seus pecados, em 4 de Julho de 1170, concederam carta de plena liberdade ao seu servo, Pedro Fernandes, pelo que, num gesto de gratidão, lhes foram oferecidos dois morabitinos e uma camisa[47]. Se atendermos ao nome deste liberto, facilmente verificamos que o seu patronímico *Fernandes* pode conotar uma relação de filiação com o libertador, *Fernando* Pais. Bem sabemos que se trata de uma observação de natureza filológica, sem possibilidade de confirmação documental, mas a solenidade desta carta de *liberdade* ou *alforria* e as vigorosas sanções contra quem, eventualmente, tentasse invalidá-la e reconduzi-lo, de novo, à servidão, bem poderiam suportar a hipótese de se tratar de um filho ilegítimo do libertador.

Encerramos este ponto do nosso estudo com a menção da carta de alforria, outorgada por Martinho Lourenço da Cunha e sua mulher, D. Sancha Garcia, e filhos à serva, Sancha Lourenço e sua descendência, feita e subscrita, em Setembro de 1267, por Estêvão Peres, tabelião público pelo Rei de Portugal, D. Afonso III, na terra de Faria e na Vila de Rates, na presença de prestigiadas testemunhas[48].

São impressões que ficam do e no quotidiano medievo do ocidente peninsular, mas são também passos largos dados rumo à mudança de uma mentalidade cristã, que sentia graves dificuldades em libertar-se do peso de realidades históricas, apoiadas na desigualdade entre pessoas, radicalmente com direitos iguais, mas em que um número reduzido sobrevivia, apoiado na exploração de muitos outros indefesos. Como noutros pontos deste estudo, os casos apresentados não passam de amostras do muito que há a investigar nestes domínios.

---

[47] *M. S. S. da Junqueira, n .º 114, p. 117: – «Ego Fernandus Pelagii et uxor mea Orraca Menendi facimus tibi Pedro Fernandi karta ingenuitatis pro remissione peccatorum nostrorum et pro duobus morabetinis et una camisia ita ut ex hac die habeas licentiam eundi vel redeundi libere quoqunque volueris».*

[48] *M. S. S. da Junqueira, n.º 236, pp. 233-234: – «Notum sit omnibus illis qui hoc instrumentum viderint et audierint quod ego Martinus Laurentii de Cuyna in remissione peccatorum meorum et uxoris mee domne Sancie Garssie et per suum mandatum et per consensum filiorum meorum Johannis Martini et Laurentii Martini facio kartam ingenuitatis et quitacionis et perpetue firmitudinis tibi Sancie Laurentii mee criate et uxoris mee domne Sancie supradicte et omni tue generacioni que de te exierit. Do te pro engea* (sic) *et pro forra et pro quite de omni servitudine te et omnem tuam generationem in secula seculorum».*

3.1.5. Redenção de cativos

Na longa caminhada iniciada com o propósito de evidenciarmos o papel das cartas diplomáticas como qualificados e expressivos testemunhos das mais variadas situações da vida quotidiana, se muitas das até aqui referidas fizeram passar perante os nossos olhos aspectos contrastantes de violência e arrependimento e consequente reparação das ofensas e dos danos causados, não faltam também outras portadoras de cláusulas carregadas de sentimento de compaixão e expressões de solidariedade humana, patentes nos contributos para a concretização de *redenção de cativos*, sob domínio árabe.

Já evocámos o contexto histórico e algumas circunstâncias, facilmente, conducentes a tão indesejáveis situações, que podemos concretizar, com alguns dos seus matizes, entre muitos outros, com os seguintes casos:

– Em 18 de Dezembro de 961, Alderete Olidiz, em nome de D. Elduara, filha do conde Pelágio (*Paio*) Gonçalves, vendeu a Iquila ibn Nezerão, a sua esposa e filhos, uma seara, na ribeira de Arcos, recebendo como preço, pois de venda se tratava, um cativo cristão: – *«et accepimus de vos precium uno captivo christiano, pro remedio anime nostre tantum nobis bene complacuit»*[49]. Continuando a prestar atenção a este documento e porque estamos a lidar com um vasto conjunto de documentos, num contexto de mentalidade religiosa, vale a pena observar que estamos perante um contrato celebrado entre a filha de um conde cristão, através do seu representante, com uma família árabe, tendo o preço recebido sido reduzido à entrega do cativo cristão. Pelo teor desta carta, não é possível detectar outras condições deste contrato, mas não deixa de ser estranho e interessante verificar que, à morte do árabe comprador, esta propriedade passaria a pertencer ao mosteiro de Lorvão, a título de futuros sufrágios da mencionada vendedora.

A preocupação com a sorte dos cativos e com a sua libertação estava bem viva na consciência, não só das populações residentes na região indefinida da fronteira sul com os árabes, mas também por todo o território a que as fontes nos permitem estendermos o nosso olhar. Não é, por isso, de estranhar que, em 25 de 968, Abzuleimão e sua mulher, Gota, na doação feita a favor do mosteiro de Lorvão

---

[49] *L. T. L.,* n.º 23, pp. 628-629.

tenham deixado claro que, além dos sufrágios esperados, depois das suas mortes, os rendimentos dos bens doados deveriam reverter em benefício dos *cativos,* peregrinos, órfãos e pobres[50]. Compartilhando do mesmo espírito, em 1 de Setembro de 982, Soeiro Sandiniz, não tendo descendentes, determinou no seu testamento, que o irmão Fernando deveria executar, além de outras cláusulas, que todos os seus bens fossem distribuídos por mosteiros e igrejas, para esmolas para os pobres e para a *libertação dos cativos,* revertendo em futuro sufrágio de sua alma o mérito de tão generosa oferta[51]. Por sua vez, integra-se, à maravilha, na generalizada preocupação com o resgate dos cativos ou de qualquer outra pessoa privada de liberdade, a decisão expressa por Paio *Eriz* no brevíssimo testamento, datado de 29 de Março de 1087, de, ainda em sua vida, dar uma moura como preço de um cativo ou para resgate de algum preso[52].

Embora em data indeterminada, porque o testamento não está datado, é interessante observar que o presbítero João, determinou que pelo valor da herdade, denominada *«Viminariola»,* além de contemplar diversos particulares e instituições, se deveria proceder à libertação de seis cativos: – *«et liberet VI captivos»*[53].

Para quem conhece as dificuldades que a Reconquista cristã teve em avançar da linha do Mondego até ao Tejo, só definitivamente alcançado em 1147, é fácil compreender quanto acabamos de afirmar acerca da redenção dos cativos. Entretanto, não esqueçamos que, embora mais raros, também se detectam alguns casos na zona norte, como revela o facto de, em 20 de Maio de 1094, Ledegúndia Pais ter dado carta de alforria a Godinha Gondesendes e a toda a sua descendência, decisão que nos permite falar de uma libertação colectiva[54].

---

[50] *L. T. L.,* n.º 8, pp. 605-606: – *«Tradimus ipso agro et ipsa vinea et ipsas terras post obitum nostrum ad serviendum pro remedio anime nostre et pro in captivis et peregrinis, orfanis et pauperibus…».*

[51] *L. T. L.,* n.º 27, pp. 632-633: – *«et dum venit ad ora exitus sui adcomendavit sua causa et suas hereditates ad suo iermano Fredenando Dandiniz, que misisset sua causa pro sua anima in monasterii, in ecclesiis, in pauperibus vel in captivis, ut cuncta sua causa per sua manus fuisset distributa».*

[52] *L. P.,* n.º 373, p. 527: – *«Et est mihi voluntas dare unam mauram, me vivente, in precium captivi, aut pro redempcione alicuius opressi».*

[53] *L. P.,* n.º 114, pp. 172-173.

[54] LIRA, Sérgio – *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira* (*M. S. S. J.*), vol. II, n.º 40, p. 61. In A. N. T. T., *Tombo de S. Simão da Junqueira*, II, fl. 23. Publ. in *Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et Chartae,* doc. 806, B.

Nesta região e em datas bastante posteriores, voltamos a ter notícias do comércio de escravos e, sobretudo de mouras, nos finais dos século XII e no século XIII bastante adiantado. Assim, uma carta de 5 de Dezembro de 1170, informa-nos de que Martinho Garcia, que tinha prejudicado e ofendido o mosteiro de S. Simão da Junqueiro por ter espancado violentamente um dos seus homens, como remissão deste grave delito, hipotecou-lhe uma propriedade, sita em Vilar, freguesia de Bagunte, Vila do Conde, com a condição de que, se, dentro de cinco anos, lhe entregasse um sarraceno, avaliado em cinco morabitinos ou o mesmo valor em numerário, poderia recuperar a propriedade hipotecada[55]. Nestas circunstâncias, não é difícil entrever a eventualidade da movimentação de Martinho Garcia ou dos seus mandatários à procura de um sarraceno para com ele resgatar a propriedade hipotecada, não sendo despicienda, em termos de mentalidade, a circunstância de o cancelamento da hipoteca poder ser pago em espécie humana – um sarraceno – ou em numerário.

Se, neste caso, é possível pensar na tentativa de captar um mouro para o apresentar como moeda de troca no cancelamento de uma hipoteca, podemos contrapor-lhe a preocupação de D. Gonçalo Soares, que, em Março de 1225, no seu testamento, deixou a quantia de cinquenta morabitinos para resgate de cativos[56].

No delicado e estranho negócio de compra e venda de mouras, que, embora sem o epíteto de *escravas*, na prática, estariam nessa situação ou, no mínimo, na de *servas*, surge-nos também como compradora e vendedora uma moura forra. O primeiro caso consta da carta redigida e subscrita por Domingos Eanes, tabelião público de Guimarães, nesta mesma vila, em 21 de Julho de 1277. Como vendedores ou primeiros outorgantes figuram Mendo Soares e sua mulher, Maria Domingues e como compradora a sarracena Mariame, que tinha sido escrava ou simples serva de João Peres Correia (erradamente dito *Carrudo*). O objecto da venda, formalizada nesta carta, era a moura, também chamada Mariame, que os citados ven-

---

[55] *M. S. S. J.,* II, n.º 115, p. 118: – *«Ego Martinus Garsie facio kartam de hereditate mea propria que habeo in Villare…. ad monasterium Sancti Simeonis pro calumnia quam feci id est unum hominem quem percusi. Ipsam hereditatem ego teneam illam in vitam meam et usque ad quinque annos si ego dedero unum sarracenum preciato quinque morabitinorum vel quinque morabetinos hereditas hec mea sit libera et kartam meam mihi darent».*

[56] M. e C. de Guimarães, vol. II, n.º 291, p. 263: – *«pro extrahere cativis L morabitinos».*

dedores tinham comprado a D. Maria Lopes, mulher do cavaleiro Lourenço Anes, de Urgeses, no concelho de Guimarães, tendo o preço da actual transacção sido fixado em cinquenta e oito libras de dinheiros portugueses, integralmente pagas. À cabeça das cinco testemunhas, figura Domingos Fernando (talvez por *Fernandes*), apresentado como *«doctore de gramatica Vimaranensis»*[57].

Meses depois, em 4 de Dezembro de 1277, a moura forra de Guimarães, Mariame, que em Julho desse mesmo ano encontrámos como compradora da moura homónima – Mariame – aparece agora a vendê-la, com a sua futura descendência, a Miguel Peres de Varzim por quarenta libras da moeda velha portuguesa, preço que não podemos comparar com as cinquenta e oito libras de dinheiros portugueses, que a mesma lhe tinha custado[58]. A esta carta de venda, redigida, escrita e selada por Lourenço Martins, tabelião do julgado de Guimarães, assistiram como testemunhas: dois mercadores de Guimarães, dois oficiais do fisco de D. Afonso III, Domingos Gomes, cónego regular do mosteiro de S. Simão da Junqueira, e Pedro Martins, meirinho do couto deste mosteiro.

3.1.6. Doações e legados de alcance social

Se as disposições das cartas mencionadas nas rubricas anteriores, embora, maioritariamente, de âmbito individual, no seu conjunto, traduzem uma forte dimensão comunitária, que não hesitámos classificar de socialmente estruturante, podemos acrescentar, agora, outras que, sem uma visibilidade tão expressiva, directa ou indirectamente, marcaram também o quotidiano do homem medievo no espaço delimitado como campo de observação, quer propiciando-lhes facilidades e segurança nas deslocações, quer, eventualmente, prestando-lhes auxílio em situações extremamente difíceis.

---

[57] *M. S. S. J.,* II, n.º 266, pp. 269-270: – *«Noverint universi quod nos Menendus Suerii et uxor mea Maria Dominici vendimus tibi Mariame sarracena que fuisti Johannis Petri* Carrudo *illam nostrum mauram que vocatur Mariame quam comparavimus de domna Maria Lopiz uxore Laurentii Annes de Ulgeses militis pro precio quod a te recepimus quinquaginta et octo libras denariorum Portugaliae monete quos a te nos recognoscimus recepisse».*

[58] *M. S. S. J.,* II, n.º 269, pp. 2372-273: – *«Ego Mariame mauram forra de Vimaranis que fui quondam mauram de Johannis Petri dicti Corriea facio kartam venditionis et perpetue firmitudinis vobis Michael Petri de Verazim de una maura nomine Mariame pro pretio quod de vobis recepi scilicet XL libris monete veteris Port(ugaliae) quia tantum michi et vobis placuit».*

Pensamos, antes de mais, nas disposições de muitos testamentos com legados para a construção e reparação de pontes em território português ou até no estrangeiro. Neste sector, é possível contrastar avultadas doações, com outras mais modestas, quase simbólicas, mas, em todos os casos, frutos da caridade cristã ou, no mínimo, da solidariedade social.

Neste contexto, pelo seu valor, podemos dizer que ocupa o primeiro lugar o legado do arcebispo D. Paio Mendes, feito, em data incerta, entre 1118 e 1128, e constituído pelos bens pessoais que tinha em Braga, antes de ser elevado à dignidade de metropolita. Explicitando o seu conteúdo, devemos sublinhar o seu extraordinário alcance social, tendo determinado que dois terços das rendas desses bens seriam para a construção da ponte de Prado, nos subúrbios de Braga, até à sua conclusão, destinando-se o outro terço ao hospital que a Ordem do Templo tinha em Braga, Se, porém, por qualquer motivo a construção da ponte fosse interrompida, os dois terços das rendas a ela destinados reverteriam para o referido hospital, para assistência aos pobres e doentes[59]. Em contraste com esta doação episcopal, entre outras, podemos registar a de Sancha Anes, que, em Maio de 1235, deixou em testamento para pontes, leprosos e para a obra de S. Miguel um morabitino[60]. Bem mais avultado, porque, certamente, detentor de outras possibilidades, foi o legado para pontes fixado por D. Mendo Peres Alvites no seu testamento, de 12 de Novembro de 1224, tendo contemplado com um morabitino cada uma das seguintes pontes: Cavez, Vila do Conde, Lagoncinha (*domna Gonzia*) e Macorome[61]. Pouco depois, em 1225, D. Gonçalo Soares dotava com a mesma quantia de um morabitino as pontes de Cavez, Vila do Conde e Macorome[62].

---

[59] *L. F.,* II, n.º 560, pp. [309-310]: – *«Ego Pelagius licet indignus Bracarensis archiepiscopus facio testamentum de hereditate mea ad illud hospitale in remissionem peccatorum meorum, quam scilicet ante episcopatum tenebam*. [...]. *Et tali tenore damus istas hereditates ad Hospitale ut due partes de fructu ad illum pontem de Catavo dentur usque perficiatur et tercia pars detur hospitali ad curam pauperum. Postquam autem pons ille perfectus fuerit aut si forte per aliquam occasionem remanserit totus integer fructus hospitali restituatur».*

[60] *M. e C. de Guimarães*, II, n.º 343, p. 319: – *«Pontibus et leprosis et opera Sancti Michaelis I morabitinum»*.

[61] M. e C. de Guimarães, II, n.º 290, pp. 261-262: – *«A ponte de Caves I morabitinum. A ponte de Villa Conde I morabitinum. A ponte de domna Gonzina I morabitinum. A ponte de Mocoromi I morabitimum»*.

[62] *M. e C. de Guimarães*, II, n.º 291.

Foram muitas as pessoas que legaram bens para a construção e reparação de pontes, conscientes da importância social de que as mesmas se revestiam, não só na segurança da travessia dos rios, mas também na dinamização do comércio local e inter-regional e da economia. Não admira, por isso, que também diversos prelados e capitulares portuenses as tivessem contemplado nos seus testamentos, publicados na quinta parte do *Censual do Cabido do Porto*, bastando referir, a título de exemplo que D. Fernado Martins contemplou com cinco moios de pão ou cereal cada uma das seguintes pontes: do Douro, de Cervas, da Lagoncinha (*domna Guntia*) e de D. Cemário, destinando ainda dois moios a Mendo Serrazins, se estiver vivo (*si vivit*)[63].

É incontestável que o fluxo de doações e legados para pontes, como acabámos de registar pelas amostras apresentadas, é muito abundante nas fontes inventariadas e disponíveis para este estudo. Entretanto, devemos esclarecer que, em particular, os testamentos donde extraímos estas informações se podem considerar polivalentes, pois os legados que encerram para muitos outros aspectos do quotidiano medievo, noutras circunstâncias, obrigaria a uma análise muito mais pormenorizada dos respectivos conteúdos. E o que acontece com as cartas recolhidas nas colecções inicialmente indicadas como *fontes,* verifica-se também com outros documentos avulsos a que poderíamos recorrer para apertar a malha da rede de cartas diplomáticas utilizáveis no aprofundamento do minucioso conhecimento do quotidiano das populações medievais, evidenciado nos casos que a documentação conservou. Sem nos afastarmos do tema dos legados e doações para as pontes medievais, porque é emblemático de uma mentalidade medieval e corresponde à mencionada polivalência, ousamos citar o caso do mercador de Braga, Domingos Pires, que, em Abril de 1272, antes de partir em peregrinação para o santuário francês de Santa Maria de Rocamador, consciente dos perigos que, inesperadamente, lhe poderiam acontecer, fez testamento, contemplando muitas instituições religiosas, sócio-caritativas, pobres e diversas pessoas, devidamente identificadas. Desse vasto conjunto, distinguimos os Frades Menores de Guimarães e da cidade do Porto, o mosteiro de Santa Eulália (*Vaya*) de Rio Covo e o cisterciense de Santa Maria de Bouro, o santuário de Roncesvales

[63] *C. C. P.,* pp. 388-389.

(*Rocalvares*), as albergarias de Braga, as gafarias de Braga, Barcelos e Ponte de Lima, diversos capitulares de Braga, etc., não sendo oportuno entrar pela via da especificação dos valores e bens individuais legados. Contudo, por se integrar no espírito do peregrino que este testador era e no tema das pontes que estamos a desenvolver, é justo observar que, preparando-se ele para partir para o santuário de Rocamador – *«volens ire penes ad gloriosissimam Mariam de Rupe Amatoria»* –, não perdeu o sentido nem o significado da peregrinação aos Lugares Santos de Jerusalém e, na impossibilidade de lá se deslocar, incumbiu um peregrino, cujo nome ficou omisso, de fazer essa peregrinação em seu nome, compensando-o com a quantia de quarenta morabitinos: – *«Item quadraginta morabitinos illi qui pro me iverit ad domum Jerosolimitanam»*[64]. Face a estas peregrinações a Santa Maria de Rocamador (*França*) e a Jerusalém, poderíamos perguntar se este abastado comerciante e peregrino de Braga se teria esquecido de Santiago de Compostela, aqui ao lado e bastante mais prómimo, na Galiza. Embora o documento não o diga expressamente, é de admitir que já lá teria ido, possivelmente até, mais do que uma vez, como se pode deduzir das verbas destinadas no seu testamento para as seguintes quatro pontes, todas situadas nos caminhos de Santiago: Cavez, Orense, S. Paio de Lodo e Ponte Velha de Pontevedra, encontrando-se, apenas, a primeira, em Portugal: – *«Item ponti de Caves dimidium morabitinum. Item ponti Auriensi dimidium morabitinum. Item ponti de Sancto Pelagio de Lodo* (não Ledo) *dimidium morabitinum. Item Ponti Veteri de Ponti Veteri I morabitinum»*[65].

O problema da peregrinação a Jerusalém surge com frequência nas fontes utilizadas. Tal foi o caso de Aragunte Soares que, em Março de 1146, deixou a vila de S. Martinho, Viseu, a Santa Cruz de Coimbra, em agradecimento pelos vinte morabitinos que o mosteiro lhe emprestara para ir a Jerusalém[66]. Pouco depois, em Abril desse

---

[64] Em Outubro de 1217, Teresa Peres, deixou no seu testamento a seguinte disposição*: – «Et mando Joham d' Espino ut eat ad Sanctum Jacobum de Galicia V morabitinos quos expendat in comestione et in offerendis pro me*» (*M*. e *C. G.,* II, n.º 259, p. 220).

[65] MARQUES, José – *Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545),* Braga, 1982, pp. 45-46, (doc. n.º 9). O problema da peregrinação a Jerusalém surge com frequência nas fontes utilizadas. Tal foi o caso de Aragunte Soares que deixou a vila de S. Martinho, Viseu, a Santa Cruz de Coimbra, em agradecimento pelos vinte morabitinos que o mosteiro lhe emprestara para ir a Jerusalém (*Livro Santo*, n.º 118, p. 225)

[66] *Livro Santo*, n.º 118, p. 225.

mesmo ano de 1146, Paio Adaufes fez uma doação ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a título de várias compensações, nomeadamente, dos dez morabitinos que lhe emprestara, quando foi a Jerusalém, e de mais quatro para comprar uma moura[67].

Estas referências põem-nos em contacto com um cidadão de Braga, bom conhecedor da problemática da peregrinação e dos perigos que ela comportava, incluindo o da própria morte, e com mais dois de Coimbra. Em relação ao primeiro, a transcrição feita revela também a sua sensibilidade e consciência da obrigação de contribuir para a construção e manutenção das pontes que, além das facilidades oferecidas aos peregrinos na travessia de grandes rios, eram obras públicas indispensáveis ao desenvolvimento social, económico e religioso, ao longo do século XIII, bem conhecido como um período de crescimento demográfico, com tudo o que isso implicava.

As dádivas para pontes, consignadas em cartas de doação, mas, sobretudo em testamentos, figuram também nas outras fontes por nós utilizadas. Na impossibilidade de as percorrer a todas, mesmo de forma perfunctória, cremos que os testemunhos apresentados são suficientemente elucidativos desta realidade e das preocupações neste sentido por parte de leigos e eclesiásticos, incluindo os que podemos considerar como alto clero.

---

[67] *Livro Santo*, n.º 12, p. 238.

II Parte

3.2. Situações de âmbito mais restrito

A maior parte das cartas até aqui analisadas, tanto na perspectiva da autoria, como dos objectivos a atingir podem e devem considerar-se de natureza particular, mas, uma vez reunidas em torno dos temas enunciados, assumem dimensões sociais no quotidiano medievo, que é necessário enquadrar no contexto da evolução do respectivo processo histórico.

Além destas, as colecções documentais utilizadas contêm muitas outras cartas, com objectivos muito concretos, que nos levam directamente ao encontro dos mais genuínos aspectos do quotidiano das populações medievas. Numa tentativa de sistematização das múltiplas e dispersas informações reunidas, à semelhança da primeira parte, enunciaremos alguns temas aglutinantes, de natureza religiosa e civil.

3.2.1. Preocupações de natureza religiosa

A maior parte destas cartas, através das suas *invocações, arengas* e muitas cláusulas das *sanções,* inserem-nos na esfera do espiritual que marca, de forma expressiva, o dia-a-dia da população do Condado Portucalense. Quanto às invocações, se muitas se limitam à simples expressão *«in Dei nomine»,* noutras deparamos com a menção individualizada das pessoas da Santíssima Trindade – *«in nomine Patris et Filli et Spiritus Sancti» –,* não sendo raras as situações em que uma invocação breve é seguida de uma exposição mais extensa, constituída, por exemplo, pela transcrição de alguma passagem do *Credo in unum Deum* ou símbolo da Fé.

Particularmente densas de conteúdo são algumas arengas, de que as transcritas, quer no texto, quer em notas de rodapé, ao longo da primeira parte desta exposição bastam como exemplos. Por sua vez, o vigor das cláusulas espirituais de muitas sanções, que, hoje, nos poderiam impressionar, com as alusões à condenação eterna dos infractores de certos contratos, poderá ficar atenuado, conhecendo-se a sua integração no formulário diplomático.

No domínio da mentalidade religiosa, avulta também a frequência com que nos motivos de muitas doações e nas cláusulas de numerosos testamentos se inclui a reserva de sepultura dos doadores e testadores na Sé Catedral, igreja ou mosteiro beneficiário da respectiva carta, não faltando também os casos em que a determinação inclui outros familiares, sendo elucidativos, neste aspecto, as doações e testamentos de igrejas próprias, na íntegra ou em parte, a Sés ou mosteiros. A par destas disposições, por vezes, surgem informações, eventualmente, despiciendas em nossos dias, mas carregadas de sentido para o homem no contexto das instituições medievais, como aconteceu com Estêvão Arnel, que, em Fevereiro de 1149, deixou ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra metade de uma vinha velha, parte de umas azenhas e outros bens. Na sequência destas doações, declarou a intenção de ser sepultado neste mosteiro, acrescentando-lhe a dádiva de duas partes do seu vinho para missas[68].

Com estas preocupações relativas à sepultura dos corpos, patentes na escolha da igreja funerante, anda, geralmente, anexa a determinação dos sufrágios que os beneficiários das cartas que estabelecem e garantem o valor jurídico das doações ou dos legados testamentários pedem, tanto para o dia do funeral, como no trigésimo dia e nos aniversários, de acordo com o teor de cada uma.

Ao longo das inúmeras cartas analisadas, encontrámos muitas outras manifestações ou, se preferirmos, conotações de espiritualidade. Pensamos, por exemplo, nas doações de cálices, livros e paramentos litúrgicos[69], corporais, palas, etc., destinados à celebração da eucaristia ou, mesmo de algum breviário, destinado à recitação das horas canónicas[70]. Além destas observações genéricas, concretizamos este tipo de doações com esta passagem do testamento de João de Oliveira, em que contempla a Colegiada de Guimarães com um livro de encomendar os agonizantes, duas alvas, dois amitos, um pálio de linho e duas arcas: uma pequena, que deveria estar

---

[68] *Livro Santo*, n.º 37, p. 159.

[69] *L T. L.*, n.º 64, p. 688. Doação bem mais ampliada, com data de 4 de Julho de 983, encontra-se em (*M.* e *C. G.*, II, n.º 6, pp. 9-14).

[70] Foi o que aconteceu com o presbítero Pedro Paadiz que, em 12 de Janeiro de 1140, doou o seu breviário aos cónegos regrantes de S. Salvador de Grijó, com a condição de continuar a usá-lo ao serviço da sua igreja, mas pagando-lhes duas libras de cera por ano (*Baio-Ferrado,* n.º 67. p. 74).

no tesouro, para guardar livros pequenos e cálices, e outra maior, destinada a palas e corporais[71].

A mesma dimensão se descobre nas doações e disposições testamentárias feitas a favor das mais variadas confrarias, dos pobres, peregrinos, resgate de cativos, obras de igrejas, mosteiros[72] e conventos[73], o compromisso de manter acesa uma lâmpada diante do altar de Santa Maria de Guimarães, durante um ano[74], etc., etc.

Se até aqui pretendemos especificar alguns aspectos de natureza religiosa patentes nas múltiplas cartas que os membros da população medieva mandavam fazer e outorgavam, pelos mais variados motivos e objectivos, mas sempre procurando assegurar a validade futura destes actos jurídicos, não podemos esquecer que estas mesmas intenções se descobrem, de forma mais expressa ou apenas subjacente, nas várias alíneas que integram a primeira parte desta investigação.

3.2.2. Decisões de alcance meramente jurídico

As cartas até aqui utilizadas trazem, sistematicamente, a primeiro plano aspectos de cariz religioso. Pretendemos, por isso, apontar, agora, um conjunto de outras com objectivos jurídicos, essencialmente civis, que ajudem a formar uma imagem mais equilibrada da vida e do quotidiano da sociedade medieval na área que viria a ser Portugal.

A necessidade de abreviarmos esta exposição impede-nos de desenvolvermos cada um dos assuntos seleccionados, que, apesar de apresentados de forma sintética, revelarão aspectos típicos do quotidiano medieval, todos eles do maior interesse, podendo iniciar a enumeração por qualquer deles.

---

[71] *M. e C. G., II, n.º* 326, pp. 300-302: – *«Mando ecclesie Vimaranis unum librum de comendare et duas tunicas sacratas et II amitos et I pallium lineum sacratum et quando ego mortuus fuero induam me in vilioribus vestimentis qui ibi fuerint. Mando etiam unam arcam parvam que sedeat in thesauro in qua reponantur livri parvi et calices et aliam arcam majorem in qua reponantur pales et corporalia».*

[72] Para a obra do mosteiro de S. Torquato (*M. e C. G.,* I, n.º 386, p. 362); para o de Bouro (*M. e C. G.,* I, n.º 322, p. 296; n.º 335, p. 309); para o mosteiro da Costa, (*M. e C. G.,* I, n.º 322, p. 296).

[73] Para S. Francisco do Porto (*M. e C. G.,* II, n.º 393, p. 370).

[74] *M. e C. G.,* II, n.º 302.

Já observámos que o século XIII foi um período de assinalável crescimento demográfico, que se repercutiu em múltiplos aspectos. O primeiro foi, sem dúvida, a necessidade de proceder ao arroteamento de terras até então incultas, que o trabalho humano, realizado, quer na sequência de contratos individuais, celebrados apenas com uma família, quer de contratos colectivos, que podiam incluir a totalidade das famílias de uma certa localidade, sendo nas duas situações factor de subsistência ou de aumento das possibilidades materiais dos intervenientes na concretização desses projectos, cuja posse ou o respectivo valor se impunha assegurar. Foi o que fizeram Soeiro Gistilaz e Pedro Pais e sua irmã, Adosinda Pais, ao venderem, em Fevereiro de 1157, ao abade Mendo o campo do Cancelo, que de souto tinham transformado em terra de cultivo[75].

As terras arroteadas ou, se preferirmos, desbravadas eram sempre mais apetecíveis, não só para quem realizava esse duro trabalho, mas, sobretudo, para os titulares de tais bens. Não admira, por isso, que Sancho I, de Leão, já em 15 de Novembro de 966, quisesse contemplar o mosteiro de Lorvão com terras arroteadas por Gundemiro ibn Daudi[76], e que, em Abril de 1273, o prior de S. Simão da Junqueira, D. Gonçalo Domingues, com o acordo da toda a comunidade, tenha decidido entregar a Domingos Peres de Gifonso e a sua esposa e filhos, toda a terra do mosteiro que conseguissem desbravar na freguesia de S. Miguel de Arcos, pagando-lhe, anualmente, apenas a quinta parte (20%) dos frutos, durante a sua vida, devendo, à sua morte, os descendentes pagar a quarta parte, isto é, 25%[77].

No quotidiano das pessoas e das culturas agrícolas era indispensável dispor da água necessária. Foi por isso que, em 1140, a ordem do Hospital de Jerusalém e o mosteiro de S. Salvador de Grijó, por intermédio dos seus representantes, celebraram um acordo acerca da água de rega, em que as duas instituições estavam interessadas, tendo ficado decidido que o mosteiro de Grijó ficaria com a sexta parte para a vila rústica de Sá, isto é, um dia e noite, no total de seis dias[78]. Por sua vez, a Colegiada de Guimarães, em

---

[75] *M. e C. G.,* II, n.º 73, pp. 56-57: – *«… facimus vobis domno Menendo abate kartam vendicionis et firmitatis de illo campo de Cancello qui fuit sautus et rumpimus… pro qua accepimus a vobis in precio I bragalem…».*

[76] *L. T. L.,* n.º 5, pp. 600-601: – *«quas arrupit Gundemiro ibn Daudi».*

[77] *S. S. da Junqueira*, II, n.º 253, pp. 255-256.

[78] *Baio-Ferrado,* n.º 105, p. 13.

Junho de 1236, comprou a Gonçalo Pais e sua mulher, Maria Mendes, parte da água proveniente da freguesia de Nespereira, para regar o casal de Eira Vedra. Para nos apercebermos da complexidade de que, por vezes, estes contratos se revestiam, adiantamos que a Colegiada comprou apenas dois dezavos (2/10)[79].

Apesar de as cartas, normalmente, nos revelarem contratos compreensíveis, por vezes, põem-nos em contacto com outros que, sendo claros para as partes intervenientes na sua realização, para o notário e para as testemunhas, no quotidiano exigiriam alguma atenção da parte do comprador para usufruir correctamente do direito que passava a pertencer-lhe. Referimo-nos à compra que Jeremias Truitiz fez de um terço de um moinho não identificado na carta de compra. Além desse primeiro terço, ficava também com o direito de o utilizar cada uma das segundas-feiras[80], o que, em termos ainda há pouco correntes nas nossas aldeias rurais, equivalia a dizer que comprou um terço do moinho e mais *«uma sorte»* do mesmo.

Prosseguindo a análise das fontes inicialmente referidas, sobretudo os testamentos levam-nos ao encontro de manifestações de últimas vontades que, além de, por vezes, responderem às carências materiais dos legatários, muitas outras revelam a amizade e estima dos testadores para com os destinatários desses dons.

Não é possível especificar todas as situações patentes nessas cartas, mas os legados de peças de vestuário, de roupa de cama, do trem de cozinha, de cavalgaduras com os respectivos aprestos, sem esquecermos os casos das armas, etc., permitem uma aproximação progressiva à realidade do quotidiano medievo, no território que viria a ser Portugal.

Se, porém, nos detivermos, com alguma atenção, nos testamentos de prelados, não deixaremos de anotar o número de anéis aí referidos, com a descrição das respectivas pedras preciosas, não faltando, por vezes, a descrição da linha hereditária seguida por tais jóias, até ao momento de lhes ser dado novo destino.

A análise deste último aspecto, constituiria uma espécie de coroa preciosa deste estudo.

---

[79] *M. e C. G.,* II, n.º 347, p. 322: – *«de medietate ipsius aque quam venit de Nesperaria de quinque quinionibus duos quiniones et ipsa aqua debet venire in salvo ad ipsum nostrum cassale de Eyra Vetera».*

[80] *M. e C. G.,* II, n.º 72, p. 56. Publ. in *Vimaranis Monumenta Histórica,* doc. 97.

Temos consciência de que estes elementos avulsos consolidaram a consciência da importância das cartas para caracterizar as circunstâncias mais importantes do quotidiano medievo e, apesar das informações divulgadas, talvez possa ter ficado subjacente a interrogação sobre o que seria o recheio de uma casa particular, nesses recuados tempos.

Dando um salto para os finais do século XIV, poderemos, de certo modo, responder à pergunta implícita e entrar na casa do escudeiro Lourenço Rodrigues de Gralhas, partidário do nosso D. João I, guiados pelo inventário dos seus bens móveis e semoventes, mandado fazer, após a sua morte pela viúva, para defesa dos interesses dos filhos, posteriormente, transcrito em auto notarial[81].

Estudamo-lo, agrupando os diversos elementos nele contidos sob rubricas atinentes à vida pessoal e a aspectos da vida de casa, dispondo-as segundo a ordem lógica possível ou, ao menos, com alguma afinidade, e dele nos socorremos, parcialmente, agora.

Assim, começando pela enumeração do *guarda-roupa*, isto é, roupa de vestir ou roupa do corpo[82], remanescente, ficaram registadas as seguintes peças:

– 2 opas de seu corpo;
– 3 capeirotes, sendo 1 de pano azul e 2 de pano de borneta;
– 3 aljubas com abotuadura:
– 3 mantões;
– 2 cintas de prata, que estavam empenhadas.

Em relação à *liteira*[83] ou roupa de cama, isto é, ao conjunto de peças de roupa necessárias para preparar o leito ou cama – hoje diríamos preparação do quarto de dormir –, deparámos com:

– *«quatro camas de roupa»,* isto é, 4 jogos de roupa de cama;
– 4 almadraques ou colchões;
– 20 cabeçais (*travesseiros*) entre bons e maus ou em mau estado;
– 4 almadraquilhas vermelhas de linho e 7 de estopa;
– 12 faceiros (*almofadas*) lavrados.

---

[81] MARQUES, José – A "casa" de um Flaviense partidário de D. João I, em 1400*,* in *Revista Aquae Flaviae,* n.º 42, 2010, pp. 101-150, em particular, pp. 107-110.

[82] Em relação a esta rubrica, veja-se FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300), in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. XIV, Porto, 1997, pp. 33-63.

[83] Acerca de quanto se refere a *liteira,* veja-se a obra citada na nota 82.

Se agora passarmos para sala (*de jantar*), encontramos os seguintes elementos essenciais:

– 2 mesas grandes,
– 4 bancos,
– 12 (*aliás, 13*) toalhas de mesa, sendo 7 de linho e 6 de estopa.

Nesta rubrica, podemos incluir a baixela, que, embora pudesse conservar autonomia própria, pela sua natureza bem poderemos situá-la neste espaço:

– 2 copos de prata, que pesavam 15 onças, sendo a peça mais preciosa;
– 20 escudelas;
– 10 talhadores (*facas*);
– 8 pratos de estanho, entre grandes e pequenos;
– 2 salsilhas.

Por sua vez, do *trem de cozinha* ficou a notícia de:

– 6 espetos de ferro;
– 2 colheres;
– 2 caldeiras de ferro grandes;
– 1 caldeirão de cobre;
– 1 gramalheira;
– 4 cântaros;
– 6 panelas;
– 1 masseira de pão;
– 4 peneiras.

No recheio da casa de morada do escudeiro flaviense Lourenço Rodrigues de Gralhas encontraram-se ainda outras peças que reunimos sob a designação de *utensílios diversos,* cuja enumeração basta para evocar outras tantas actividades do quotidiano desta *casa*, profundamente articulada com a agricultura e a pecuária, incluindo o pastoreio e a gestão do seus recursos:

– 6 odres pegados;
– 4 pentes de lã;
– 3 tesouras de ovelhas;
– 3 gamelas;
– 4 cubas, sendo 2 grandes e 2 pequenas;
– 2 arcas: 1 de [*ter*] pão (*cereal*), e outra com escrituras, isto é, o arquivo de família.

No quadro da utensilagem disponível na casa de morada do escudeiro defunto, deveremos anotar a de natureza militar, concretamente:

– 2 cotas;
– 2 bacinetes; e
– 1 faldião.

Embora um pouco desintegradas, devemos mencionar aqui a existência de

– 6 peças de panos, sendo três de *morilha* e outras 3 de *valenciana*.

Sob a rubrica conjunta de *celeiro, adega* e *despensa,* devemos informar que dispunham ainda das seguintes reservas de:

– 30 moios de centeio,
– 200 almudes de vinho e
– 20 toucinhos.

Este primeiro inventário de bens móveis e semoventes, antes de sairmos para fora de casa, permite abrir uma nova rubrica relativa ao numerário disponível, que era de 10 mil libras (*10.000*).

Para encerrar a apresentação deste inventário, vamos sintetizar os elementos relativos aos semoventes, isto é, à variedade de animais de que os herdeiros desta casa eram titulares, podendo acrescentar que os números a seguir referidos dão bem a ideia da importância económica desta casa flaviense.

Assim, tinha os seguintes animais domésticos:

– 10 porcos, entre grandes e pequenos;
– 1 porca com leitões;
– 10 patos;
– 12 aves (capões e galinhas);
– 1 rede de porcos.

Quanto a gado cavalar, dispunha de:

– 2 cavalos;
– 2 sendeiros;
– 1 muzelo;
– 1 saninho.

O gado bovino incluía:
– 4 bois de arado, com toda a sua apeiria, isto é, com todos os aprestos; e
– 2 vacas.

Finalmente, o gado ovino abrangia um rebanho de 400 ovelhas.

Não dispomos de termos de comparação com outras casas flavienses ou transmontanas, mas, independentemente de se ter verificado algum extravio, como insinua a ordem para a elaboração deste inventário, cremos poder afirmar que estes números nos colocam perante indícios de uma abastada casa da vila de Chaves, nos finais do século XIV.

4. CONCLUSÃO

A exposição que acabamos de fazer permitiu-nos levantar um pouco o véu que encobre o vasto mundo quotidiano do homem e da sociedade medievais, lamentavelmente pouco explorado, antes de mais no plano das realidades concretas e, depois, no da sua interpretação no âmbito da história das mentalidades, área de que, há anos, muito se falou, mas, na investigação prática, pouco se investiu e menos ainda se avançou.

Com este estudo, cremos ter demonstrado as potencialidades que a Diplomática, através do estudo destas cartas, cujos objectivos primários eram assegurar os efeitos jurídicos de muitas situações concretas, oferece para um melhor conhecimento de circunstâncias e realidades sociais, numa perspectiva evolutiva de dignificação humana e, consequentemente, das estruturas sociais.

Numa análise mais pormenorizada, poderemos afirmar que a multiplicação das situações concretas de dignificação de muitas pessoas, até então, na condição de dependentes, se repercutiu numa progressiva, embora lenta, transformação das estruturas sociais; mas noutra perspectiva poderemos afirmar também que as mencionadas situações de promoção humana e social revelam também algum

progresso na transformação mental, que se vinha acentuando, talvez mais na consciência individual dos promotores desses actos de libertação e promoção da dignidade humana, do que na consciência colectiva, que, por fim e gradualmente, acabaria por aderir a esses nobres valores.

O período a que nos reportámos, conduzido pela documentação disponível – século X aos finais do século XIII – foi um período longo de múltiplas mudanças: politicas, religiosas, culturais e sociais. Aquelas que procurámos revelar eram essencialmente sociais, mas não ignoramos que, paralelamente, se iam operando profundas transformações religiosas e culturais, na vasta região escolhida como campo de observação, a que diversas vezes fizemos referência.

Para não ficarmos, apenas, em considerações abstractas, permitimo-nos recordar que, a partir da segunda metade do século XI, os efeitos da *Reforma gregoriana,* a introdução da observância beneditina cluniacense, a progressiva substituição do monaquismo autóctone ou visigótico-fructuosiano pela opção pelas novas observâncias monásticas, a restauração das antigas dioceses, com todo o impulso religioso subsequente e muitas outras situações a que não foram estranhos os efeitos das novas escolas, surgidas, nas mais diversas circunstâncias, hoje conhecidas, criaram uma dinâmica de mudança de que Portugal, à semelhança do que se verificou através da Europa, muito beneficiou.

Dada a impossibilidade de lermos, na íntegra, o estudo realizado, esperamos que os interessados a ele tenham acesso nas *Actas* deste Congresso.

Amesterdão, 25 de Agosto de 2010

A correspondência entre António Rodrigues Sampaio e o Conde de Margaride durante a administração do distrito de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879)

LUÍS MIGUEL PULIDO GARCIA CARDOSO DE MENEZES *

INTRODUÇÃO

Após as publicações e estudos sobre António Rodrigues Sampaio, no âmbito das comemorações do bicentenário do seu nascimento (1806-2006), nomeadamente *António Rodrigues Sampaio – Estudos dispersos do Centenário da Morte* e "O Distrito de Bragança durante o triénio da administração geral de António Rodrigues Sampaio" *in Brigantia* n.º 50, *Rodrigues Sampaio – O homem e o seu tempo (1808-1882)*, comunicação no Colóquio do Bicentenário do Nascimento de Rodrigues Sampaio, realizado em Esposende, a 21-7-2006, e *António Rodrigues Sampaio: Estudos dispersos do Centenário da morte*, Braga: Edição do Autor, 2006, da autoria do Prof. Doutor Franquelim Neiva Soares, julgava-se não existir qualquer outra documentação deste ilustre governante endereçada a outras personalidades.

De forma imprevista, e após as partilhas e venda da Casa do Carmo em Guimarães dos herdeiros do 1º Conde de Margaride, "encontrou-se" o acervo epistolar deste titular, no exercício da sua

---

* Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes, nasceu em Lisboa a 23-10-1966, Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a classificação de Muito Bom (2005), Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa "Luís de Camões", com a média final de 14 valores (1990), Curso de Especialização em Ciências Documentais, na opção de Documentação e Biblioteca pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de 15 valores (2000), Documentalista e Bibliotecário no sector Audiovisual.

actividade, enquanto autarca do município de Guimarães, governador civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879) e Par do Reino (1882-1910), que espelha o contacto que manteve com outras individualidades, nas quais destacamos António Rodrigues Sampaio, enquanto ministro do Reino (1871-1877) e 1878-1879) e Deputado, num total de 76 cartas.

Encontra-se este artigo estruturado do seguinte modo: inicia-se com as biografias do principal remetente – António Rodrigues Sampaio e respectivo destinatário – Conde de Margaride, mostrando o papel e atribuições que estavam confiadas ao ministério do Reino e aos governadores civis.

A seguir identifica-se o acervo epistolar deste titular, dividindo-o em três categorias distintas: político, administrativo e diversos assuntos.

Finaliza-se com a descrição integral das cartas que compõem o referido espólio e com um índice onomástico por apelido das personalidades aí referidas.

Pelo seu valor histórico e político, as ditas cartas foram merecedoras por parte do autor dum estudo analítico e respectiva divulgação junto dos admiradores e estudiosos do patrono dos jornalistas portugueses e importante político português da 2.ª metade do século XIX, que foi António Rodrigues Sampaio.

Lisboa, 9 de Agosto de 2014

BREVES TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO

António Rodrigues Sampaio, jornalista, magistrado superior, deputado e ministro de Estado, nasceu no lugar de Baixo na freguesia de S. Bartolomeu do Mar, concelho de Esposende, Braga a 25-7-1806 e morreu em Sintra a 13-9-1882, filho de António Rodrigues Sampaio, de Anha, Viana do Castelo e de Maria Martins Cepa (Maria de Amorim), um modesto e laborioso casal daquela localidade. Aí aprendeu as primeiras letras com o padre Fernandes Pereira, pároco da freguesia de Belinho, e a gramática latina com outro clérigo da freguesia das Marinhas. Fez exame desta disciplina no convento dos religiosos Carmelitas de Viana do Castelo, onde chegou a receber ordens menores em 1821. No ano seguinte (1822), estudou Filosofia no referido Convento, concluindo em 1825, em

Braga, o Curso de Humanidades, tendo frequentado simultaneamente aulas de Teologia.[1]

Enquanto aguardava a idade prescrita pelo direito canónico, para tomar a ordem maior de subdiaconado, abriu uma escola privada em S. Bartolomeu para ensinar gratuitamente as primeiras letras e o latim à população da sua freguesia.

Entretanto, obteve licença do arcebispo de Braga para pregar como minorista, e por cinco vezes subiu ao púlpito, mas quando chegou à idade de tomar ordens sacras, as autoridades eclesiásticas de Braga não lhas conferiram, muito provavelmente por ter aderido às ideias liberais.

De formação humanista e teológica, cedo se iniciou na política e no jornalismo, posicionando-se na ala esquerda do liberalismo. A 1-11-1828, foi preso pelas autoridades miguelistas, juntamente com o seu padrinho, o padre António Alves da Costa, quando celebravam missa na igreja paroquial de S. Bartolomeu do Mar (hoje igreja Velha), ambos sob a acusação de aliciar pessoas para a causa liberal, tendo sido levados primeiro para o Aljube de Braga e depois para a prisão do Aljube no Porto, onde ficaram detidos durante dois anos e meio até 21-5-1831. Durante o cativeiro, teve oportunidade de contactar com alguns presos ilustres, de alto valor intelectual e partidários defensores do constitucionalismo, como fora o caso do padre Inácio José de Macedo, redactor do *Velho liberal do Douro,* tendo este último iniciado Sampaio no jornalismo.[2]

Dali, Rodrigues Sampaio, foi para o escritório doutro sacerdote companheiro de prisão, o Padre Dr. Manuel José Ferreira Tinoco, na então vila de Barcelos, onde se instruiu nas matérias de direito pátrio e tirocínio jurídico, que posteriormente lhe foram de grande utilidade, para a sua carreira de homem ligado à administração, às leis e à governação.[3]

Após a sua libertação em 1831, alista-se no Regimento dos Voluntários da Rainha em Novembro de 1832, onde permanece até ao fim da guerra Civil em 1833. Após a vitória liberal final, passa para a administração pública, primeiro como funcionário da Alfândega do Porto, em que se fez substituir por um serventuário, a quem pagava, para o que obteve a devida autorização, por não poder

---

1 cf. Franquelim Neiva Soares – António Rodrigues Sampaio: Estudos dispersos do Centenário da morte, Braga: Edição do Autor, 2006, pp. 9-10, 12-14

2 cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 14-15.

3 cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 17-18.

acumular aquele serviço com os trabalhos jornalísticos, e onde pôde exercer a sua veia de jornalista político em *A Vedeta da Liberdade* (1835-1840) De seguida alista-se no partido progressista, que contava com Passos Manuel entre os seus caudilhos mais ilustres, partido este que aspirava já a uma constituição política mais avançada que a Carta Constitucional.[4]

Depois da vitória da Revolução de Setembro de 1836, foi nomeado secretário-geral da administração do distrito de Bragança por decreto de 19-9-1836, tendo sido transferido em 1839, para administrador geral do distrito de Castelo Branco. Foi demitido deste último cargo por Rodrigo da Fonseca Magalhães, sendo substituído pelo presidente da municipalidade de Castelo Branco, João José Vaz Preto Geraldes.

Com a derrota do seu partido, de que resultou ficar desempregado, parte para Lisboa, onde continua a trabalhar como jornalista: primeiro no semanário *A Lança*, folha publicada em Lisboa desde Janeiro de 1840 e posteriormente em *A Revolução de Setembro*, periódico fundado em 1840 por José Estêvão Coelho de Magalhães e Manuel José Mendes Leite o principal órgão da imprensa liberal, de que seria o principal responsável desde 1844, travando vigorosa luta contra o Cabralismo. Na década de 70, a *Revolução de Setembro,* vendia cerca de 23.000 exemplares.[5]

Durante a Patuleia, refugiou-se nos arredores de Santarém, e publicou clandestinamente os jornais periódicos *O Ecco de Santarem* e *O Espectro*, entre 16-12-1846 e 13-9-1847, que tiveram grande repercussão nos acontecimentos nacionais. Terminada a guerra civil com a convenção de Gramido de 30-6-1847, Sampaio volta a ocupar o seu lugar na *Revolução de Setembro,* onde se manteve até falecer, e onde protagonizou a mais vigorosa oposição ao governo de Costa Cabral. Nessa altura ficou conhecido como *Sampaio da Revolução*, tornando-se a principal figura da imprensa periódica política do país.

António Rodrigues Sampaio, foi considerado o primeiro escritor político do país, mas começou também para ele, o período da maior agitação e de toda a casta de provações, chegando a ser encerrado no Limoeiro em Maio de 1846, sendo dali transferido para bordo da fragata *Duqueza de Bragança,* até que poucos dias depois, tendo

---

[4] cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* p. 19.
[5] cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 23-26.

caído o governo cabralista, e sendo chamado a organizar gabinete o duque de Palmela, foi posto em liberdade, tendo-lhe sido oferecido o lugar de secretário do governo civil de Lisboa, cargo este que recusou, por lealdade para com os seus amigos políticos. A 6 de Outubro desse mesmo ano deu-se um golpe de Estado, tendo sido Saldanha encarregado de formar ministério, ao que o novo governo receando a guerra implacável de Sampaio, ordenou a sua captura, mas este havia-se prevenido a tempo e refugiou-se, passando mais uma vez à clandestinidade.[6]

Devido a questões relacionadas com a imprensa teve três duelos: o 1.º em 1843, com o tenente-coronel de Caçadores-barão do Rio Zêzere, havendo composição acordada entre as respectivas testemunhas; o 2.º em 1845, com o capitão de infantaria n.º 7, Aires Gabriel Aflalo, por causa dum artigo publicado na *Revolução de Setembro,* acerca da segurança pública; o 3.º com Sant'Anna de Vasconcelos redactor do *Portuguez,* também por causa dum artigo inserto na *Revolução* a 13-9-1851, no Campo Grande.[7]

Em 1851, aderiu ao movimento da Regeneração de que foi figura saliente como deputado (eleito em 1851, 1852, 1856, 1858, 1860, 1865, 1870, 1871, 1874) e par do Reino (a partir de 1878), juiz do Tribunal de Contas (em 1859). Em 1870, foi pela 1.ª vez Ministro do Reino, a 2.ª de 1871 a 1877, a 3.ª em 1878-1879 e de 25-3-1881 a 14-11-1881, foi presidente do Conselho dum ministério Regenerador.[8]



Rodrigues Sampaio caricaturado por Rafael Bordalo Pinheiro

---

6 cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 27-34.
7 cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* p. 35.
8 cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 36-52.

Em 1852, ascende ao cargo de 4.º Grão-Mestre da Confederação Maçónica Portuguesa. Em 1853, fundou o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, uma sociedade operária de cariz mutualista, onde se empenhou na divulgação dos princípios associativos.

Por decreto de 26-9-1859, ascende a conselheiro do Tribunal de Contas, tendo, mais tarde, exercido interinamente a presidência deste órgão, de que veio a resultar uma campanha difamatória pelo jornal *O Portuguez*, que posteriormente processou judicialmente.

De meados de Maio a Agosto de 1862, visita a Europa do Sul e do Centro, impulsionado pelo desgosto de uma campanha difamatória, que levou à expulsão das Irmãs da Caridade, as quais defendeu publicamente em nome da liberdade, não suportando que se fizesse delas e do clero bodes expiatórios de todos os males que afligiam o País.

Foi também eleito pela câmara municipal de Lisboa, em 1865, na vereação que foi dissolvida em 1868, por ocasião do movimento da *Janeirinha,* não chegando a tomar posse do lugar para que fora escolhido.

Em 1866, consta que Joaquim António de Aguiar, terá indicado o seu nome para ministro, ideia que el-rei D. Luís I, recusou lembrando-se dos escritos de *O Espectro* e de *A Revolução de Setembro* dos tempos da Patuleia.

Em 1867, volta a ser eleito deputado por Lisboa, e exercia as funções de presidente da câmara dos Deputados, quando ocorreu o golpe de 19-5-1870, protagonizado pelo Marechal-Duque de Saldanha.

Fez então parte do ministério presidido por Saldanha, encarregando-se da pasta do Reino, apenas de 26 de Maio a 7 de Junho, demitindo-se do cargo por não concordar com o desenrolar dos acontecimentos e a pretensão de Saldanha, que preferia governar sem a supervisão parlamentar, em ditadura, atrasando a convocação de eleições legislativas. A 29-8-1870, foram realizadas novas eleições gerais, pelas quais Rodrigues Sampaio, foi reeleito deputado pelo círculo de Torres Novas, agora numa posição reforçada.

Em 13-9-1871, ocupou novamente a pasta do Reino até 5-3--1877, onde mostrou um grande zelo pelo desenvolvimento da instrução pública e pela manutenção das boas regras administrativas. Foi nesta altura que apresentou o primeiro projecto de lei sobre a reforma da instrução primária e defesa da descentralização das

escolas, colocando-as arredadas da alçada da administração central; preparou ainda uma generosa reforma eleitoral; e promoveu a descentralização administrativa.

A 29-1-1878, assumiu novamente a pasta do Reino, num ministério presidido por Fontes Pereira de Mello, conservando-se neste até 1-6-1879, onde conseguiu que fossem aprovadas duas leis fundamentais: a da reforma da instrução primária a 2-5-1878, pedra angular no combate ao analfabetismo e a lei do novo Código Administrativo de 6-5-1878.[9]

A 16-5-1878, é nomeado Par do Reino, tomando posse do cargo a 10-1-1879. Em 1880, data da comemoração do 3.° Centenário da morte de Luís Vaz de Camões, presidiu à sessão solene inaugural da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, que se realizou a 10 de Junho, onde foi eleito presidente honorário. Em 25-3-1881, com a demissão do ministério progressista de Anselmo José Braamcamp, e recusando-se Fontes Pereira de Mello, a assumir nessa ocasião a responsabilidade do poder, foi chamado a organizar governo António Rodrigues Sampaio, assumindo então a presidência do conselho, juntamente com a pasta do Reino até 11-11-1881. Nessa ocasião, antigos correligionários e inimigos letrados, levantaram contra ele uma campanha de descrédito e difamação, devido às medidas que tomara de controlo da imprensa. Após cessar funções governativas a 11-11-1881, retirou-se então à vida particular, pese embora tivesse continuado a exercer as funções de Conselheiro e de Presidente interino do Tribunal de Contas. No mês de Setembro de 1882, no decorrer do exercício desta actividade, retira-se de férias para Sintra, onde acaba por morrer vítima de uma pneumonia adinâmica no dia 13 do mesmo mês, na sua casa de S. Pedro de Penaferrim, na rua Higino de Sousa n.º 34.[10]

Como jornalista foi um dos grandes expoentes do liberalismo português e como político, teve acção relevante nas áreas da instrução e da administração pública. Disso temos exemplo, o Código Administrativo de 1878, descentralizador e municipalista e a lei da instrução primária de 1881. Na imprensa e no parlamento, mais que questões ideológicas, defendia questões práticas, considerando que o País carecia de fomento e melhoramentos materiais. Foi essencialmente, um jornalista de grande generosidade proverbial e de

---

[9] cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 53-56
[10] cf. Franquelim Neiva Soares, *op. cit.,* pp. 57-60.



Governo de Rodrigues Sampaio em 1881 – caricatura de Bordalo Pinheiro

grande rigor. Mesmo quando passou a auferir melhor salário, manteve inalteráveis os hábitos de vida e uma extraordinária severidade, continuando a jantar sopa de couves preparada por criados, e de se banquetear com muitas e variadas iguarias quando a ocasião o proporcionava. Viúvo desde os 38 anos, coabitou depois com uma antiga freira do convento de *Corpus Christi*, por quem na juventude fora apaixonado, provocando um vago escândalo.[11] Na opinião de muitos autores, às qualidades de insigne jornalista, brilhante escritor e ardoroso lutador, juntava as de bondade, honradez, simplicidade e espírito de justiça assinaláveis.[12]

Como refere um dos seus biógrafos «*Sampaio era duma bondade inesgotável e duma grandeza de alma sem igual; a lhaneza do seu trato manifestava-a ele tanto na vida íntima e dos amigos, como nas reuniões escolares a que nunca faltou quando era ministro, porque Sampaio sentia-se bem quando estava no meio do povo que amava entranhadamente. O seu verdadeiro elogio fê-lo o povo de Lisboa no dia do seu enterramento, concorrendo a população quase toda ao cemitério dos Prazeres onde foi inumado, e a esse elogio se associaram bizarramente todos os partidos políticos, que depondo as armas, tristemente se enfileiraram com o partido regenerador,*

[11] cf. Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 541-543.

[12] cf. Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, vol. XVI, Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p. 1202.

prestando homenagem ao último herói dessa geração de fortes que auxiliaram a implantação do sistema liberal no país. E a sua maior e mais pura glória consiste na confissão espontânea dos seus adversários, de que António Rodrigues Sampaio morreu sem inimigos e pobre, porque fez bem a muitos e suavizou muitos infortúnios, pelo que teve a desgraça fatal de criar também alguns ingratos».

A sua biografia, encontra-se publicada em diversas obras como seja: *Rodrigues Sampaio*, in *Occidente* de 1882, escrita por Eduardo Coelho; artigo "*Nota biográfica de Rodrigues Sampaio*" na *Gazeta Commercial* de 14 e 15-9-1881, por Alexandre Ferreira; artigos de Teixeira de Vasconcelos: 1º *Les Contemporains, Galerie portugaise: Antonio Rodrigues Sampaio, journaliste,* Paris, 1858; o 2.º *Livros para o povo – O Sampaio da Revolução de Setembro,* Paris, 1859; o 3.º na *Revista Contemporanea,* tomo III, 1861 1862, pp. 609-617, precedida de retrato. Em 1906, data do Centenário do seu nascimento, foi-lhe dedicado um artigo no *Occidente* n.º 993 de 30-6--1906. A localidade de Esposende projectou erguer-lhe um monumento, no largo principal da vila, no denominado *Largo Rodrigues Sampaio*.

António Rodrigues Sampaio foi indubitavelmente um dos grandes vultos do liberalismo português de oitocentos, jornalista ímpar e parlamentar de excepção.

.



António Rodrigues Sampaio (1806-1882)

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DO CONDE DE MARGARIDE

Na vida política do 1.º Conde de Margaride, poderá reconhecer-se duas fases distintas: uma 1.ª fase que dura de 1870 até ao falecimento de António Rodrigues Sampaio em 13-9-1882, onde este titular ocupa a presidência da autarquia vimaranense, o governo civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879), a vice-presidência do partido Regenerador na cidade do Porto (1879) e é nomeado para o pariato do Reino (em 1881). Neste período, está inserido na facção ou grupo conservador do partido Regenerador, liderado por António Fontes Pereira de Melo e composto por António Rodrigues Sampaio e António Cardoso Avelino. Ao apresentar-se como um dos políticos da confiança pessoal de Rodrigues Sampaio, deve a este mesmo estadista a sua ascensão meteórica nos cargos políticos que exerce ao longo da vida do mesmo.

A 2.ª fase inicia-se com a morte de Rodrigues Sampaio em 13-9-1882 até ao seu próprio falecimento em 1919, e nesta vai destacar-se como parlamentar na câmara dos Pares e na autarquia vimaranense. Estavam já nesta fase, reunidas as condições para Margaride se afirmar como um dos políticos mais relevantes do Norte do País.

Reconhecidas estas duas fases, o presente artigo está organizado coincidindo com as mesmas em termos cronológicos.

A) Traços biográficos do 1º Conde de Margaride até 1882

Foi LUIZ CARDOSO MARTINS DA COSTA MACEDO, 1.º Conde e 1.º Visconde de Margaride (dec. de 1-8-1872 e de 3-3-1877), Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por sucessão (alv. 15-3-1862), do Conselho de S.M.F. (dec. de 1-10-1874), Comendador da O. de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa (dec. de 14-9-1876), Grã-Cruz da O. de Cristo (alv. de 8-1-1907), Par do Reino (por carta régia de 29-12-1881, de que tomou assento e prestou juramento na sessão da Câmara dos Pares de 18-3-1882)[13], Governador Civil de Braga

[13] cf. Sobre a nomeação de par do Reino, consulte-se AHP / Arquivo Histórico Parlamentar, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 5 de 30-1-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, pp. 57-58. Carta régia de nomeação de par do Reino: «*Conde de Margaride, Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo, do meu conselho. Amigo. Eu, El-Rei, vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Tomando em consideração os vossos distinctos merecimentos e qualidades, e attendendo a que vos achaes comprehendido na categoria 19,ª do artigo 4,° da carta de lei de 3 de maio de 1878: hei por bem, tendo ouvido o conselho d'estado, nomear-vos par do reino.*

(de 12-10-1871 a 15-3-1877) e do Porto (de 6-2-1878 a 3-6-1879), Vice-Presidente do Partido Regenerador no Porto (a 6-9-1879), Procurador de Guimarães na Junta Geral do Distrito de Braga (de 4-9--1883 a 28-11-1885), Presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1870, 1878, 1887-1892), Bacharel formado em Filosofia pela U. de Coimbra (a 15-7-1857), 9.º Senhor da Casa de Margaride em S. Romão de Mesão-Frio, da Casa da Veiga em S. Pedro de Azurém, do Carmo em S.ta Maria de Oliveira do Castelo, da Ribeira em S. João da Ponte (que adquiriu a seu primo Eduardo Martins de Queirós Montenegro) e do Chantre, todas no termo de Guimarães, Provedor da S.ta Casa da Misericórdia de Guimarães, Provedor da Real Irmandade de N. Sr.ª da Consolação e Santos Passos (1888-1889), Presidente do Asilo de S.ta Estefânia em Guimarães (1897)[14] e herdeiro de toda a casa de seus pais (por doação de 27-6-1866).

Foi um dos mais notáveis vimaranenses do seu tempo e um exemplo total de dedicação à sua Pátria.

Foi da sua iniciativa, a abertura do caminho-de-ferro de Guimarães em 1883 (ligação ferroviária da Trofa a Vizela); a proposta de criação de uma escola industrial em Guimarães, durante a discussão de Orçamento do Estado (22-4-1884), combinada com o esforço de Francisco Ribeiro Martins da Costa (Agra) e de outras personalidades e colectividades vimaranenses; a luta pela manutenção da Colegiada de N. Sr.ª de Oliveira (1887-1890); a criação do Liceu em Guimarães (1896), a defesa das antigas regalias municipais, etc., por tudo se bateu o Conde de Margaride, onde quer que as suas insofismáveis razões pudessem ser ouvidas.[15] Tem o seu

---

O que me pareceu participar-vos, para vossa intelligencia e devidos effeitos. Escripta no paço da Ajuda, em 29 de dezembro de 1881. = EL-REI. = Thomás Antonio Ribeiro Ferreira. Para o Conde de Margaride, Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo, do meu conselho».

14 cf. *Vimaranense de* 4-5-1897, 7º Anno, n.º 612, p. 3.

15 cf. Para a biografia geral do 1º Conde de Margaride consulte-se: Maria Adelaide Pereira de Moraes e José Couceiro da Costa, co-autor – *Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos: história de uma real irmandade*, Guimarães: Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, 2004, pp. 9, 92-93, 100, 105, 116, 125, 154, 156, 246; Helena Cardoso de Macedo e Menezes e Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Genealogias Vimaranenses*, Braga: Tipografia Liv. Cruz, 1967, pp. 109-113; Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Velhas Casas de Guimarães*, 1 vol., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, pp. 6-7, 466, 471-478 e Anthony Kinnin – *Guimarães: Século XIX de Vila a Cidade*, Braga: Barbosa & Xavier Lda-Artes Gráficas, 2006, pp. 110-113, Abel Rodrigues – *A Casa do Carmo (Guimarães)*, in revista Fórum n.º 41 (Jan. – Jun. 2007), Braga: Universidade do Minho, 2008, pp. 181, 183-184, 191-195, 198, 200-202.

nome a principal avenida da cidade, por sessão extraordinária da vereação da câmara a 10-12-1943.[16]

Alfredo Pimenta nas "Páginas Minhotas", cita-o como latinista e muitas vezes era nessa língua que o Conde de Margaride se correspondia com alguns dos seus amigos, nomeadamente com seu parente José Leite de Vasconcelos, que lhe ofereceu um saboroso presente para celebrar o seu aniversário: um opusculozinho em latim cujo título "DE MARGARITI VILLA IN TERRITORIO VIMARANENSI JAM IN QVIBUSDAM MEDII AEVI CHARTIS MEMORATA, COMMENTARIOLUM EDIDIT J. LEITE DE VASCONCELOS, DOMINO COMITI DE MARGARIDE VIRO OPTIMO AD EJUS DIEM NATALEM CELEBRANDUM AMICO JOSEPHUS L.V.D.D. OLISIPONE MDCCCXCIII".[17]

Deixou ao longo da sua vida várias composições poéticas, nomeadamente as traduções de Vítor Hugo, do qual traduziu "A Fonte" e "A Infância". Colaborou nos "Lusíadas", publicados durante o IV Centenário do Descobrimento da Índia em 1898. Desempenhou diversos cargos em instituições culturais, como por exemplo, o de Secretário da Comissão Filial da Associação Arqueológica de Lisboa, estabelecida em Guimarães em 5-5-1868 e o de membro da comissão organizadora do tricentenário no nascimento de Luís de Camões.[18] Conviveu com diversos nomes célebres da cultura portu-

---

16 cf. A designação da avenida Conde de Margaride, foi aprovada numa sessão extraordinária da vereação camarária de 10-12-1943, com base num parecer elaborado por Alfredo Pimenta, sobre a reforma toponímica da cidade, onde se referia «*á Avenida dos Pombais, Avenida do Conde de Margaride (Doutor Luiz Cardoso Martins [da Costa] Macedo (Par do Reino)*», in AMAP, Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Guimarães. Na monografia, Guia de Portugal, vol. IV de Raul Proença, referia-se a localização da avenida Conde de Margaride: «*para o Sul, do Mercado, ao longo da fiada ocidental do mercado, abre-se a moderna Avenida do Conde de Margaride, relativamente ampla e ladeada de airosas vivendas de construção recente. É nessa artéria que entronca a estrada de Vila Nova de Famalicão. No edifício do gaveto, que faz face para a embocatura da avenida, está o quartel dos Bombeiros Voluntários, benemérita corporação, fund. nos fins do século passado* (...)», in Raul Proença; apresent. e notas de Dionísio Santana – *Guia de Portugal*, 4º vol., *t. II: Entre Douro e Minho*, Minho – 3.ª ed. – 1996. – XXXVII, p. 705-1331, [15] f. desdobr., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1991-1996, pp. 1218-1219.

17 cf. José Leite de Vasconcelos – *De Margariti villa in territorio Vimaranensi jam in quibusdam Medii Aevi chartis memorata: comentariolum* / edidit J. Leite de Vasconcellos, Olisipone: [s.n.], 1893, 8 p.; e *Balladas do Occidente*, Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1885, pp. 186-187, que nessa obra dedica-lhe um poema: V – O Remorso (Seculo XII), ao Meu Amigo, o Sr. Conde de Margaride.

18 cf. Sobre a sua faceta como tradutor consulte-se: Domingos Guimarães – *A apotheose: jornal comemorativo do septi-centenario e inauguração da estatua de D. Affonso Henriques*, Lisboa: Typ. do Diccionario Universal Portuguez Litterario, 1887, p. 9 e



Luiz Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1.º Conde de Margaride (1836-1919) - Abel Cardoso, óleo sobre tela, 1908; 690x565 cm (colecção do Dr. José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa – Casa de Margaride)

guesa, sendo de salientar, para além de Francisco Martins Sarmento (1833-1899), Camilo Castelo Branco (1825-1890), José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Alberto Sampaio (1841-1908), António Nobre (1867-1900), Raul Brandão (1867-1930), etc.

Teve a honra de receber várias vezes a Família Real na sua Casa do Carmo: A 2-7-1872, S.M. o Senhor D. Luiz I e o Infante

---

Braga – *S. João: Numero-único ilustrado comemorativo dos Grandiosos Festejos ao S. João em Braga em 1901*, Braga: Typographia M. de Sousa Cruz, 1901, p. 6; *Os Lusíadas*, edição comemorativa do IVº Centenário do Descobrimento da Índia, Lisboa, 1898; e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *Os Condes de Margaride e a sua descendência*, 1ª edição, Lisboa: Instituto D. João VI, 2007, pp. 25-33.

Senhor D. Augusto e António Maria Fontes Pereira de Melo (1819--1887), Presidente do Conselho (1871-1877) e António Cardoso Avelino (1825-1889), Ministro das Obras Públicas (1871-1876). Primeiro, visitam a colegiada, onde assistem a um *Te Deum* oficiado pelo Cónego Acipreste e, depois dirigem-se ao Carmo, onde é servido um banquete. À tarde, o Rei D. Luís visita os hospitais da Misericórdia e da Ordem Terceira, o quartel e a igreja da Oliveira, onde admira o tesouro, e pelas duas da tarde, retira-se para Amarante. A estadia de D. Luís I de Portugal na Casa do Carmo, trazia também outra dádiva do soberano, a concessão do título de Visconde de Margaride ao seu anfitrião «*El-rei D. Luiz ao sahir d'esta cidade e ao despedir-se do seu hospedeiro o Senhor Luiz Cardozo, offereceu--lhe o titulo de visconde que o nosso ilustre patrício reverentemente acceitou* (...)»[19]; em 20-10-1887, S.S.M.M. o Senhor D. Luiz I e a Senhora D. Maria Pia e S.S.A.A.R.R. o Príncipe Senhor D. Carlos e Senhora D. Amélia e o Senhor Infante D. Afonso e José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1886--1890), eram recebidos «*debaixo de palio, a cujas varas seguravam os vereadores da Câmara, pelas autoridades e Cabido com sua Colegiada de Capelães*». Depois seguem para o templo onde assistem ao *Te Deum*, visitam o tesouro e rumam à casa do Conde de Margaride, onde concedem uma recepção. À tarde, perante umas 15.000 pessoas, o rei e o príncipe, descerram a estátua em homenagem a D. Afonso Henriques, moldada por Soares dos Reis e colocada no Largo de S. Francisco, visitam a Sociedade Martins Sarmento e assistem aos trabalhos de construção da Escola Industrial. À noite, foi servido um banquete real na casa do Carmo, confeccionado pelo célebre Abade de Priscos, que reuniu além da família anfitriã e da família real, José Luciano de Castro, presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Pindela, Governador Civil do Distrito e demais autoridades politicas[20]; a 29-11-1891, S.S.M.M. o Senhor D. Carlos I e a Senhora D. Amélia e João Franco Ferreira

---

[19] cf. *Religião e Pátria*, n.º 12, 14.ª série de 20-7-1872; Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998, pp. 406--407 e Abel Rodrigues, op. cit., p. 187. Já estivera como anfitrião, na qualidade de Governador Civil de Braga e como hóspede a jantar na Casa dos Biscainhos dos Condes de Bertiandos, na visita régia de Suas Magestades o Rei D. Luis I, a Rainha D. Amélia e do Infante D. Augusto à cidade de Braga entre 30-6-1872 a 1-7-1872.

[20] cf. consulte-se: *Religião e Pátria de* 22-10-1887; O Comércio do Porto de 21-10-1887, Maria Adelaide Pereira de Moraes, op. cit., p. 426; e Abel Rodrigues, op. cit., p. 190.

Pinto de Castelo Branco (1855-1929), Ministro das Obras Públicas (1891-1892), dignaram-se jantar e passar a tarde. Nesta ocasião, os soberanos visitam a Colegiada e depois do *Te Deum*, seguem em direcção à casa do Carmo, onde o rei dá recepção e escuta atentamente o discurso do Conde de Margaride[21]; em 17-7-1906, novamente se dignou El-Rei D. Carlos I, honrar o Conde de Margaride com a sua visita, tendo almoçado e dormido: o que repetiu a 13-8-1907, tendo nessa ocasião jantado e dormido; finalmente a 29-11-1908, El-Rei D. Manuel II, na sua visita ao Norte, deu recepção, almoçou e jantou na Casa do Carmo.

No próprio dia do seu aniversário a 8-1-1907, recebe um telegrama de S.M. o Rei D. Carlos I de Portugal (1863-1908), do Palácio das Necessidades em Lisboa, felicitando-o pelo seu aniversário e concedendo-lhe a Grã-Cruz da O. de Cristo «*Muitos e muitos parabens pelo dia d'hoje. Assigno hoje decreto concedendo-te Gram Cruz de Christo, que desejo acceites como lembrança do teu Amigo – Carlos R».*[22]

Entre este período, recebeu também em sua casa os ilustres prelados do distrito: A 28-4-1877, entra em Guimarães, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Hespanhas (1877-1883), Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente (1860), Bispo de Cabo Verde (30-6-1859), que após a cerimónia religiosa na Colegiada, dirige-se para a Casa do Carmo do Conde de Margaride, onde se hospedou. No dia 1 de Maio, assistiu à missa realizada na capela-mor, dirigida pelo padre João Rebelo Cardoso de Menezes, tendo no fim crismado dois rapazes da família.[23]

A 17-6-1882, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, Arcebispo de Braga-Primaz das Hespanhas (1877-1883), após a colocação da primeira pedra para o monumento, que se iria erigir a Sua Santidade o Papa Pio IX (1792-1878), no alto da serra de S.ta Catarina e da cerimónia religiosa realizada na igreja da Colegiada junto a Guima-

---

21 cf. consulte-se Maria Adelaide Pereira de Moraes, *op. cit.,* p. 448.

22 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Telegrama de S.M. o Rei D. Carlos I de Portugal (1863-1908) do Palácio das Necessidades em Lisboa a 8-1-1907. Logo após a concessão desta mercê, veio a Lisboa, agradecer a Sua Majestade El-Rei, a concessão de grã-cruz da Ordem de Cristo, com que fora agraciado, tendo comparecido na câmara dos dignos Pares, sendo ali muito cumprimentado (in *O Commercio de Guimarães de* 29-1-1907, XXIII Anno, n.º 2131, p. 2)

23 cf. Imparcial de 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, pp. 2-3

rães, recolhe-se na sua Casa do Carmo dessa cidade. O nobre hospedeiro, ofereceu ao arcebispo de Braga e ao Governador Civil de Braga e às diversas autoridades civis e militares do concelho um jantar no dia 19 desse mês.[24]

O escritor José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), considerava-o um dos seus melhores amigos de infância, como se pode verificar, numa carta em que agradece os pêsames enviados pelo Conde de Margaride e seus filhos, pela ocasião da morte de sua irmã Júlia Duarte Ramalho Ortigão (1844-1914) a 12-11-1914 «*Meu velho e querido amigo – Muito saudosa e enternecidamente lhe agradeço, os pesames que por si e pelos seus filhos teve a bondade de enviar-me pelo falecimento da minha irmã, a qual V. conheceu em pequena quando ambos nós tinhamos doze annos e juntos aprendiamos o latim que com tantas outras illusões perdemos na dolorosa senda da vida. Irmão pungentes saudades tenho d'esse longinquo tempo e de V., unico talvez dos meus companheiros de infancia! Ternamente e estremecidamente o abraça o seu velho amigo do coração. Ramalho*».

Ramalho Ortigão, fala-nos também do Conde de Margaride no 1.º volume das "Farpas", entre outras vezes.[25]

Da opulência da sua mesa, restam-nos algumas suculentas ementas (no papel!) e algumas referências na imprensa do tempo, nomeadamente em Camilo Castelo Branco, que várias vezes fala "*nas vitualhas do nobre Conde*" e com mais pormenor na "Reabilitação do Visconde de Margaride", incluído nas "Noites de Insónia" n.º I, Janeiro de 1874.[26]

---

[24] cf. *O progresso catholico: revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa*, Anno 4, n.º 16 de 15-6-1882, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878--1925, pp. 189-190; e *Religião e Pátria de* 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, pp. 1-2.

[25] cf. José Duarte Ramalho Ortigão (* S. Ildefonso, Porto a 24-11-1836, + Lisboa a 27-9-1915), escritor e jornalista, um dos mais originais prosadores portugueses e autor de diversas obras, das quais se destaca "As Farpas" (*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990, pp. 138--139); consulte-se ainda Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, carta de José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) para o Conde de Margaride do Monte Estoril a 12-11-1914; e As Farpas, Tomo I, Lisboa: David Corazzi Editor, 1887, de Ramalho Ortigão, p. 56.

[26] cf. *Reabilitação do Visconde de Margaride*, in *Noites de Insónia* n.º 1, Janeiro de 1874, de Camilo Castelo Branco, pp. 21-23. Fora ele, o editor da monografia "Herança de Lágrimas" de Ana Augusta Vieira Plácido (1831-1895), sob o pseudónimo de Pedro de Souza em Guimarães, na redacção do Vimaranense – Editora, Typ. do Vimaranense em 1871, após acordo que estipulara com Camilo Castelo Branco (1825-1890), segundo os esclarecimentos prestados por António de Carvalho Cirne a Alberto Pimentel na

O período da vida política do Conde de Margaride, corresponde ao tempo da Regeneração, sendo um homem ligado ao partido Regenerador de Fontes Pereira de Melo (de quem recebeu as maiores considerações) e de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. A partir, pelo menos de 1892, declara já não pertencer a nenhum partido político, pois mostrava-se descontente com a diversidade de facções dentro do partido regenerador. Por esse motivo, absteve-se através de uma declaração pública de ter qualquer actividade política activa e de pertencer a qualquer partido. Não obstante esta sua neutralidade partidária, continua a apoiar informalmente o grupo liderado por Hintze Ribeiro e mais tarde o partido Regenerador-Liberal de João Franco.[27]

Apesar da sua ligação partidária ao Partido Regenerador, manteve sempre uma imparcialidade política notável, conforme se pode verificar, quando em 1870, enquanto presidente do município de Guimarães, mostrou a sua solidariedade a D. Nuno José Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto (1806-1875), 1.º Duque de Loulé

---

quinta das Lameiras no Verão de 1908 «*Que o sr. conde de Margaride tinha sido o editor do romance Herança de lagrimas, por contrato que lhe propusera Camilo*», in Alberto Pimentel – Memórias do Tempo de Camilo A. A., Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1913, p. 160.

[27] cf. Carta do Conde de Margaride para o Conselheiro de Estado, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a 22-3-1892, in Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – PT/ /BPPARPD/PSS/ERHR/0764. Nos finais da década de 1870, a maior parte dos políticos estavam inseridos em dois partidos – o Regenerador e o Histórico / Progressista, que eram feitos de amizades políticas, entre uma personalidade altamente colocada no Estado e aqueles a quem ele «servira» e que sentiam obrigação de o «servir» em troca; no ano de 1881, já corriam rumores que o partido Regenerador estaria dividido em dois, com uma facção à direita, moderada, chefiada por António Fontes Pereira de Melo e composta por António Rodrigues Sampaio e António Cardoso Avelino (onde o Conde de Margaride se integrava) e outra à esquerda, radical, que integrava Augusto César Barjona de Freitas e Lopo Vaz de Sampaio e Melo. Depois da morte de Fontes em 1887, os líderes regeneradores estavam separados em facções opostas, tendo na liderança nominal António Serpa Pimentel, mas com diversos agrupamentos em redor de diversas personalidades como Lopo Vaz de Sampaio e Melo (até 1892), Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1900), João Franco (1903), já para não falar na dissidência da Esquerda Dinástica, protagonizada por Barjona de Freitas (em 1887). Em 1890, o próprio partido Progressista, dividiu-se quando Mariano de Carvalho e Emídio Navarro, cortaram relações com José Luciano de Castro. Assim a partir de Outubro de 1890, os ministérios eram formados por trânsfugas dos antigos partidos. Em 1893, os jornais reconheciam pelo menos 12 facções na Câmara dos Deputados (in Rui Ramos – *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pp. 46-47 e 69, e Jornal O Tempo de 24-11-1893, Maria Filomena Mónica – *Fontes Pereira de Melo*, Porto: Afrontamento, 1999, p. 159 e O Primeiro de Janeiro de 24-8-1881).

e presidente do Partido Histórico, após o pronunciamento militar "A Saldanhada", dirigida pelo Marechal Duque de Saldanha a 18-5-1870; numa carta dirigida por si a António Maria Fontes Pereira de Melo, Presidente do Conselho de Ministros, datada de 22-8-1883, visto ser o único membro do governo capaz de tomar uma posição na concessão, licença e exploração da linha de caminho-de-ferro de Guimarães; a 5-6-1885, com o partido Regenerador no poder, mostrou-se contra o projecto de lei e a proposta de alteração de alguns artigos da Carta Constitucional (3.º e 4.º), nomeadamente em relação à questão da imunidade parlamentar; em 11-8-1887, durante a sessão da Câmara dos Pares, analisando o projecto de lei relativo ao "Bill de Indemnidade", mostrou-se favorável às posições do governo progressista; e a 10-1-1896, opondo-se ao Governo Regenerador, quando este com as câmaras dissolvidas, editou o decreto ditatorial de 25-9-1895, abolindo a parte electiva da câmara dos Pares, considerando esta medida autocrática e um claro atropelo ao 2.º Acto da Carta Constitucional (1885), e assim absteve-se de tomar assento no parlamento até que a situação se normalizasse, etc.

Procurou na câmara alta, lutar pelo progresso material de Guimarães, centrando-se na reivindicação de três elementos essenciais: os caminhos-de-ferro, a pedra de toque do desenvolvimento regenerador; a escola industrial, factor indispensável para a educação das populações, mais precisamente o ensino técnico e profissional; e o incentivo às indústrias. Além disso, lutou pela dignificação do regime e dos partidos políticos, bem como pela independência dos magistrados, num quadro jurídico-legal de respeito pela figura do soberano e pelo normal funcionamento das instituições da Monarquia Constitucional; e a questões ligadas à assistência pública, saúde (tuberculose) e humanitárias (irmandades).

A partir da década de 70, primeiro como Governador Civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879) e depois na década de 80 e 90, na Câmara dos Dignos Pares do Reino, a elite vimaranense passa a ter um veículo para o poder central. O Conde de Margaride, foi um medianeiro entre a vida local e o poder central «*Não foi só a Bondade, que em sua Ex.ª se traduzia numa constante prática do Bem saudado, conhecido, amado de toda a pobreza, que numerosa, por vezes ávida, o esperava à porta de sua casa, no passeio sempre que o avistava, impertinente e humilde; não foi só a honradez, preliminar de qualquer espécie de nobreza*

ou fidalguia, e que nele tinha o acentuado vinco duma austeridade de carácter antigo, que impunham o Conde de Margaride ao unânime respeito e à desartificiosa admiração da cidade. À compleição moral, civil e política do Conde de Margaride cabe adequadamente o nome desbotado mas preciso de ilustre (…). *No período activo da sua vida política, Governador Civil, Par do Reino, recebendo em sua casa Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal, exercendo uma influência ainda mais directa e imediata nos partidos locais, o Conde de Margaride, conjugou excepcional e admiravelmente duas qualidades, que se pretendem vulgares até ao escarninho encolher de ombros, e que se encontram raríssimas e apenas em espíritos perfeitamente educados ou lúcidos – um tolerante e radicado amor à liberdade e uma risonha e honesta sensatez, a tenacidade de ser hábil sabendo ser justo* (...)».[28]

Por decreto de 12-10-1871, foi nomeado para o cargo de governador civil do distrito de Braga, que exercerá até 3-3-1877. Desde logo, a sua nomeação para governador civil desse distrito, vem a ser contestada pelos deputados do círculo de Braga, que manifestam o seu descontentamento e oposição por telegrama a António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871--1877).[29] Durante a gestão neste distrito, depara-se com vários assuntos, entre as quais se destacam: viagem e estadia da Família Real ao Norte do País em 1872; a questão das incursões e infiltrações carlistas em território nacional, cuja terceira fase se tinha iniciado em 21-4-1872; a questão da Recebedoria de Guimarães e

---

[28] cf. Sessão da Associação Comercial de Guimarães de 1-9-1919, sobre o Conde de Margaride.

[29] cf. António Rodrigues Sampaio (* em S. Bartolomeu do Mar, Esposende a 25-7-1806, † em Sintra a 13-9-1882), Ministro do Reino (de 13-9-1871 a 5-3-1877 e de 29-1-1878 a 1-6-1879) e Presidente do Conselho (de 25-3-1881 a 14-11-1881), Deputado (1857), Conselheiro do Tribunal de Contas (1859), escritor, jornalista e político; a sua obra distribui-se por três áreas fundamentais: descentralização administrativa (procurando responsabilizar a população pela administração local, com a adopção de um activo municipalismo); instrução popular pela escola; e educação popular pelo associativismo; da sua autoria temos duas leis importantes – a da reforma da instrução primária com a sanção de 2-5-1878 e o novo Código Administrativo pela lei de 6-5-1878 (in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, vol. II, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990, p. 180 e Grande Enciclopédia, op. cit., vol. XXVI, pp. 880-883). Arquivo Margaride, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 6-1-1874 e de 1-12-1871.

o primeiro pedido de demissão do Visconde de Margaride do cargo de governador civil em 12-1873; a questão das eleições legislativas de 12-7-1874, onde se destaca a proposta de cedência da candidatura do Visconde de Montariol pelo filho do Conde de Bertiandos (Gonçalo Pereira) no círculo de Braga; a candidatura de Jerónimo Pimentel ao círculo de Barcelos e de João Vasco Ferreira Leão ao círculo de Guimarães; a questão das eleições suplementares no círculo de Braga a 15-8-1875 e a indicação governamental de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, como candidato a deputado por este círculo; a oposição e objecção do Visconde de Margaride a essa candidatura e o pedido de demissão após a derrota do candidato regenerador nessa cidade; a questão da manutenção ou transferência do delegado do Tesouro do distrito de Braga a 9-6-1876; e a necessidade do recrutamento militar nesse distrito.

Em 21-2-1876, o Conde Margaride, contraía um empréstimo de 30:000$000 réis para a construção da Escola Médico-Cirúrgica do Porto e cujo saldo em 30-6-1886 era de 16:246$340 réis, conforme a conta geral do Estado.[30]

Com a subida ao poder do governo regenerador presidido por António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) a 29-1-1878, foi nomeado para o cargo de governador civil do distrito do Porto, que exercerá de 6-2-1878 até 3-6-1879, sendo substituído nos seus impedimentos pelo secretário-geral Joaquim Taibner de Morais. Neste cargo em Junho, Julho e Agosto de 1878, deu conta ao Ministério do Reino de ocorrências criminosas na cidade. Publicou um edital sobre as normas a cumprir no processo eleitoral dos Corpos Administrativos, no decurso do novo Código Administrativo, que lhe dava competência para exercer a inspecção geral sobre a execução de todas as Leis e regulamentos; comunicou em 1878, ao Ministério do Reino, que estava nas condições exigidas por Lei a hipótese do distrito do Porto ser dividido em 11 círculos eleitorais, o que resultava da sua população; continuou a enviar os diferentes mapas, orçamentos e contas relativas às actividades das câmaras; remeteu ao ministério do Reino, o teor de uma deliberação Distrital em que esta solicitava autorização para a construção de um empréstimo de 300 contos para ser aplicado na construção de estradas distritais e a lista

[30] cf. Ministério da Fazenda – *Relatório e documentos apresentados às Cortes*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, p. VII.

dos nomes de deputados eleitos para os círculos do Distrito e um exemplar dos programas e proclamações distribuídas; em 1879, enviou para conhecimento do ministério do Reino, um exemplar das instruções remetidas aos administradores dos Concelhos, acerca da revisão dos recenseamentos eleitorais; remeteu a conta e documentação de suporte relativa ao exercício da actividade da Junta do distrito; efectuaram-se neste ano, as eleições de procuradores dos Concelhos à Junta do Distrito.[31]

B) Traços biográficos do 1º Conde de Margaride de 1882 a 1919

Foi por indicação e influência de António Rodrigues Sampaio que Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1.º Conde de Margaride, ascende ao pariato do Reino, por carta régia de 29-12-1881, de que tomou assento e prestou juramento na sessão da Câmara dos Pares de 18-3-1882.[32]

Pese embora ter efectuado algumas intervenções na Câmara dos Pares, apenas integrou uma Comissão, a da Agricultura em 1886, onde examinou o projecto de lei governamental sobre a autorização de conceder por mais três anos, os ensaios da cultura do tabaco na região vinhateira do Douro.[33]

Entre os discursos e interpelações mais relevantes, que proferiu na Câmara dos Pares, destacam-se: A 9-5-1882, o Conde de Margaride, mandava para a mesa uma reclamação dos gerentes da companhia do caminho-de-ferro de Bougado a Guimarães, dirigida à câmara dos Pares contra a representação do empreiteiro John Dixon, pedindo a esta que fosse publicada no Diário do Governo. Leu-se esta missiva na mesa e consultada a câmara, decidiu-se que

---

31 cf. Francisco Barbosa da Costa – História do Governo civil do Distrito do Porto, Porto: Governo Civil do Distrito, 2004, p. 166.

32 cf. Consulte-se Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 22-12-1881, onde lhe pede o envio dos documentos da Lei de 3-5-1878, referentes ao artigo 4º do mesmo diploma, que estabelecia as categorias para aceder ao pariato.

33 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 123 de 2-4-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, p. 337, e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *«O Percurso Biográfico e a Actividade Parlamentar do 1º Conde de Margaride»*, in Boletim dos Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Série II, Vol. IX, Guimarães: A. M. A. P., 2009.

fosse enviada à comissão competente e publicada no dito diário governamental.[34]

A 27-1-1883, apresentou à mesa, um requerimento acerca do pagamento às amas criadeiras dos expostos no distrito de Braga, que se fazia muitas vezes com algum atraso, visto que as câmaras não satisfaziam as suas quotas em devido tempo.[35]

Na sessão de 9-2-1883, sob a presidência de João Andrade Corvo e com a presença do ministro das Obras Públicas, Margaride, mandava para a mesa uma representação dos habitantes de Guimarães, que pediam providências sobre o modo pelo qual as juntas de paróquia, estavam exercendo a faculdade de lançarem adicionais sobre as contribuições directas, solicitando uma medida legislativa que os colocasse a coberto deste excesso de impostos, prejudicial até para o próprio Estado. O que estava em causa, era o Código Administrativo de 1878 de António Rodrigues Sampaio, essencialmente descentralizador, que concedia às corporações locais ampla faculdade de tributar; para tal avançava com dados concretos de tributação das juntas de paróquia e alertou para a urgência de se rever o Código Administrativo às circunstâncias do País, limitando os poderes das juntas, revendo a sua orgânica e delimitando a sua capacidade de endividamento; pediu ainda, a publicação da mesma representação no Diário do Governo.[36]

A 29-3-1884, o Conde de Margaride, lidera a luta pela instalação de uma escola profissional na cidade de Guimarães e assim, mandava para a mesa uma nota de interpelação ao ministro das Obras Públicas, sobre o incumprimento do decreto com força de lei de 20-12-1864, que reorganizara o ensino industrial.[37]

A 22-4-1884, debruçou-se sobre o estado das indústrias portuguesas e reportando-se especialmente à necessidade de se desenvolver a instrução, reivindicou a criação de uma escola industrial em Guimarães, durante a discussão do Orçamento de Estado. Sustentou o seu pedido em razões económicas, porque Guimarães, pagava de

---

[34] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 54 de 9-5-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, p. 557.

[35] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 9 de 27-1-1883, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 2, p. 63.

[36] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 11 de 9-2-1883, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 2, pp. 83-85.

[37] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 39 de 29-3-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 283.

contribuição industrial o mesmo que Covilhã e de impostos quase o dobro, e por uma questão de justiça, porque a sua cidade contribuía anualmente com 100.000$000 réis para o Tesouro e não tinha nenhum melhoramento material.[38]

A 24-4-1884, após a aprovação na generalidade do projecto de lei n.º 273, passou-se à discussão na especialidade deste documento. O Conde de Margaride, desejou então apresentar uma emenda e aditamento, quando se discutissem os artigos 15.º e 16.º, da 3.ª Secção, ficando referidas as escolas industriais da Covilhã e de Guimarães, com o quadro de pessoal e verbas respectivas.[39]

A 16-3-1885, o Conde de Margaride, após a votação do projecto de resposta ao discurso da Coroa alguns dias antes, discursou na necessidade de se realizarem urgentes reformas administrativas e financeiras, nomeadamente no Código Administrativo.[40]

A 5-6-1885, com o partido Regenerador no poder, mostrou-se contra a proposta de alteração de alguns artigos da Carta Constitucional (3.º e 4.º), nomeadamente em relação à questão da imunidade parlamentar, que teria sido concebida no pressuposto que as pessoas revestidas de altas funções não praticavam crimes; insurgia-se contra uma proposta de lei, que defendia que nenhum par ou deputado, poderia ser detido sem autorização prévia da sua câmara; e mostrou-se renitente, contra o claro excesso de garantias dado aos parlamentares, que ofendiam o sentido de justiça. Foram, então aprovados os ditos artigos, após usarem da palavra o Conde de Margaride e Tomás Ribeiro no artigo 3.º e discursarem o Conde de Margaride, Mexia Salema, Tomás Ribeiro e Costa Lobo no artigo 4.º.[41]

A 8-2-1886, fez algumas intervenções a propósito do conflito entre a Junta Geral do distrito de Braga e o concelho de Guimarães, mandando para a mesa da sala das sessões da câmara um requerimento.[42]

---

38 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 54 de 22-4-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 371.

39 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 56 de 24-4-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 400.

40 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 54 de 16-3-1885, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 2, p. 147.

41 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 65 de 5-6-1885, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 2, pp. 479, 482-483.

42 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 101 de 8-2-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, p. 150.

A 16-2-1886, tendo entrado na sala de sessões o ministro do Reino, Barjona de Freitas, fizeram-se várias considerações sobre os últimos acontecimentos no distrito de Braga, tomando a palavra os pares Jerónimo Pimentel, Conde de Margaride, Conde de Bertiandos, Costa Lobo e Conde de Castro, que também se referiu ao distrito de Viana de Castelo.[43]

A 23-3-1886, o Conde de Margaride, questiona a câmara se já haviam chegado os documentos por ele requeridos, e aborda a questão da solução encontrada para o conflito entre Guimarães e Braga.[44]

Na sessão de 11-8-1887, proferiu o seu discurso mais relevante enquanto par do Reino, analisando o projecto de lei n.º 61, relativo ao «*Bill de Indemnidade*» e mostrou-se favorável às medidas financeiras do governo progressista, discursando longamente sobre o Código Administrativo. Nesta intervenção, debruçou-se sobre o problema e origem do deficit, que segundo ele, residia na crise da produção agrícola (cerealífera), na falta de rendimentos dos lavradores e na baixa de preços dos géneros, que tinha reduzido à miséria milhares de pessoas no Minho. Referia ainda, que esta realidade era desconhecida pelos ministros, pois só lá «*entravam entre música e foguetes, com extensa cauda de carruagens, para disfrutar de jantares, de festejar com brindes tão falsos como o champagne em que se diluem e para regressarem à capital antecedidos pelo pregão da populariedade, estampado nos jornais*».[45]

A 12-8-1887, o Conde de Margaride, interpela o Presidente do Conselho, José Luciano de Castro, na questão dos concelhos autónomos do Código Administrativo (artigo 54.º).[46]

A 13-8-1887, após aprovação na generalidade do parecer n.º 147, fez algumas considerações sobre o capítulo 5.º, acerca da questão do serviço militar obrigatório.[47]

---

43 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 105 de 16-2-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, pp. 175, 181-182.

44 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 116 de 23-3-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, pp. 282-283 e Jornal 28 de Novembro n.º 12, pp. 1-3.

45 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 69 de 11-8-1887, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 1, pp. 926-931 e Conde de Margaride – *Bill de Indemnidade: Sessão da Câmara dos Dignos Pares de 11 d'Agosto de 1887*, Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1887, pp. 5-31.

46 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 70 de 12-8-1887, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 1, p. 950.

47 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 70 de 13-8-1887, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, pp. 967-968.

A 16-4-1888, o Marquês de Valada, refere ter havido uma manifestação popular em Guimarães nos dias anteriores, que requeria ao Conde de Margaride, para que este insistisse na ligação ferroviária directa de Guimarães ou Braga com a província de Trás-os-Montes – Chaves «*Parece tambem que ha poucos dias houve uma manifestação popular em Guimarães e que se dirijiram ao nosso collega, que está em Lisboa, mas que eu sinto não ver presente, o snr. conde de Margaride, de quem sou amigo, pedindo-lhe que insistisse para que o caminho de ferro partisse de Guimarães*».[48]

A 6-7-1888, o Conde de Margaride, interroga o governo sobre o projecto de subsídio dos deputados, e sobre os negócios e irregularidades financeiras na administração do distrito de Braga. Nesta sessão, acusa a Junta Geral do distrito de não ter pago integralmente a amortização dos empréstimos distritais, e de ter pago indevidamente 15 ou 16.000$0000 réis, para sustentação dos presos, quando essa era uma das responsabilidades do Governo. Para ele este caso era duma grande injustiça, visto que a autarquia de Guimarães, tinha herdado do distrito uma divida de 70.000$000 réis, sem receber o mínimo beneficio material.[49]

A 22-2-1892, o Conde de Margaride, pedia informações ao ministro da Fazenda, acerca do posto diplomático de Haia e do Visconde de Pindela, então ministro nessa cidade.[50]

A 23-2-1892, interveio ainda sobre um projecto de lei, relativo às medidas financeiras propostas pelo Governo de José Dias Ferreira, apresentando uma moção de ordem em que propunha, que se promovesse e tornasse efectiva a responsabilidade ministerial, quanto à administração das finanças públicas. Margaride, denunciava a autocracia e ditadura do Governo, que promulgava leis e decretos ditatoriais, quando as câmaras se encontravam encerradas, violando assim, o princípio da separação dos poderes conforme estabelecido pela Carta Constitucional.[51]

---

48 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 118 de 16-4-1888, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 2, p. 569.

49 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 165 de 6-7-1888, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 2, pp. 1223-1224.

50 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 19 de 22-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, p. 1.

51 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 20 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, pp. 1, 4-5.

A 10-1-1896, o Conde de Margaride, opôs-se novamente ao partido Regenerador, quando o Governo de Hintze Ribeiro-João Franco com as câmaras dissolvidas, editou o decreto ditatorial de 25-9-1895 e que seria convertido na lei de 3-4-1896, abolindo a parte electiva da câmara dos Pares, para assegurar que os seus membros fossem escolhidos por nomeação régia. O Conde de Margaride, considerava esta medida autocrática e um claro atropelo ao 2.º Acto da Carta Constitucional (1885) e assim, num ofício enviado ao presidente da câmara alta, absteve-se de tomar assento no dito parlamento, reservando o seu regresso quando a situação estivesse normalizada legalmente: «*Illmo. e exmo. snr. – Considerando irregular a constituição da camara dos dignos pares, contra a clara disposição do segundo acto addicional á carta, cuja observancia jurei, e não podendo subscrever ao principio perigosissimo do desprezo pela divisão e independencia dos diversos póderes do estado, sem embargo da indiscutivel respeitabilidade dos ministros que em si os concentraram, tenho a honra de participar a v. exa. que, associando-me a collegas de superior auctoridade, me abstenho de tomar agora o logar que julgo pertencer-me, como ultimo n'essa casa do parlamento, mas só sob o imperio da legalidade. Deus guarde a V. Exa. Guimarães, 7 de janeiro de 1896. - Illmo. e exmo. snr. presidente da camara dos dignos pares. = Conde de Margaride*».[52]

A 26-2-1901, o par Conde de Margaride, na sua derradeira intervenção na câmara, debruça-se sobre a conveniência de se eliminar na lei de 17-8-1899, a disposição que obrigava as câmaras municipais a contribuírem para o fundo da assistência aos tuberculosos.[53]

A última notícia que temos do par-Conde de Margaride, é uma carta datada de 9-5-1908, lastimando e justificando a sua ausência na sessão do juramento e aclamação de El-Rei D. Manuel II, por motivos de saúde.[54]

---

[52] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 20 de 10-1-1896, sessão legislativa n.º 31, sessão n.º 1, p. 18; Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta do Conde de Margaride para Luiz Frederico de Bívar Gomes da Costa (1827--1904), Presidente da Câmara dos Pares a 7-1-1896

[53] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 13 de 26-2-1901, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, pp. 115-116.

[54] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 3 de 9-5-1908, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, p. 1.



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.º Conde de Margaride (1836-1919) – D. Ana Francisca de Narbonne-Lara de Mello Breyner, óleo sobre tela, 1906 – (colecção do Eng. João Manuel Corrêa de Barros Cardoso de Macedo e Menezes, 3.º Conde de Margaride)

Desempenhou as suas funções parlamentares sempre com aprumo e galhardia. Num discurso que proferiu na Câmara dos Pares (1892), falou sobre os males do País: «*este e outros documentos mostram que nós não enfrentamos só de um déficit, mas de três: déficit de juízo, déficit de moralidade, e como consequência déficit de dinheiro* (…)»; e criticando os ministros «*fazem e deixam fazer o que lhes apetece, sem outra consequência que não seja, quando é, a sua saída do Governo! Arvorando-se em ditadores, solenemente, ou à capucha, talham a seu talante sinecuras sem numero, viagens à grand seigneur, festejos, ofuscantes, abonos duvidosamente cobráveis e… findam por enviar o rol das despezas ao contribuinte cuja*

bolsa é sempre o único homísio da fugitiva, chamada "responsabilidade ministerial" (...)».[55]

Por diversas vezes, encontramo-lo a presidir aos destinos da autarquia vimaranense, tomando medidas para melhorar as redes viárias; providenciar o abastecimento de água à cidade e modernizar a iluminação pública; o estabelecimento do plano geral das escolas do concelho de Guimarães; o policiamento da cidade; o melhoramento da rede sanitária; o asseio do castelo; a tentativa de construir uma linha de caminhos-de-ferro para Fafe; e a atribuição de um subsídio para os indigentes, etc.[56]

Foi um dos impulsionadores da linha de caminho-de-ferro de Guimarães em 1883, nomeadamente do troço entre a Trofa e Vizela, que viria a ser inaugurada em 31 de Dezembro desse ano.

Em 1884, depois de uma luta porfiada em que se combinava o seu esforço e de Francisco Ribeiro Martins da Costa (Agra) e de outras personalidades, com o das grandes colectividades vimaranenses, era criada a Escola Industrial de Guimarães.

Esteve envolvido nos incidentes de 28-11-1885, como procurador da Junta de Guimarães, devido a uma proposta para a criação dum curso complementar de ciências em Braga. Alguns procuradores de Guimarães, puseram dúvidas em relação à sua criação, manutenção e às circunstâncias económicas do concelho e distrito. Referiam ainda, que Guimarães só era convidada para contribuir, mas sempre esquecida para receber. A 6-1-1886, chegava a Guimarães o deputado João Franco, como enviado do governo fontista com a missão de tratar da questão bracara-vimaranense e a 13 desse mês, apresentava na câmara dos Deputados o projecto de lei que previa a desanexação do concelho de Guimarães de Braga «*para todos os efeitos administrativos*». Todavia, esta questão serviu de pretexto para a demissão do ministério de Fontes Pereira de Melo a 20-2--1886, e por isso este projecto de lei, só foi discutido e resolvido no governo progressista de José Luciano de Castro. Deste incidente (28-11-1885), resultou, para os três procuradores a maior glorifica-

---

[55] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 20 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, pp. 1, 4-5.

[56] cf. Como presidente do município vimaranense consulte-se: AMAP, Fundo Municipal de Actas, Actas das Sessões da Câmara, M. 1854, livro n.º 19 (1870), pp. 72-198, M. 1855, livro n.º 20 (1870), pp. 2-90, M. 1859, livro n.º 24 (1878), pp. 137-158, M. 1863, livro n.º 28 (1887), pp. 108-197, M. 1864, livro n.º 29 (1887-1890), pp. 4-148 e M. 1865, livro n.º 30 (1890-1893), pp. 5-122.

ção cívica e para Guimarães, o grande início da sua emancipação a 1-1-1887. Dava-se a esta cidade, uma administração modelada pelo município de Lisboa, de modo a que se não pagasse para o distrito de Braga qualquer quantia, nem voltassem mais os procuradores de Guimarães a tomar parte nas sessões da Junta Geral, acabando deste modo, completamente a tutela desta sobre a Câmara e as Juntas de Paróquia do concelho.[57]

Após este episódio, o Conde de Margaride, recusou-se a voltar à cidade de Braga, criando um estímulo de rancor na população bracarense. Nos festejos do Carnaval da cidade de Braga, existe um boneco que é atirado ao rio no término deste acontecimento, que não é mais nem menos, que o próprio Margaride.[58]

O próprio jornal «Enthusiasta» n.º 33 de 28-11-1886, traça-lhe o perfil afirmando, o: «*Conde de Margaride é o primeiro cidadão nas*

---

[57] cf. Sobre os incidentes de 28-11-1885 e do episódio da criação dum curso complementar de ciências no Liceu de Braga consulte-se: Manuel Alves de Oliveira – *Um motim de há 100 anos: entre Braga e Guimarães*, in Boletim de Trabalhos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. XXVI, 1985, pp. 317-348; *Livro de Ouro do Centenário da cidade de Guimarães*, Guimarães: Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1954, pp. 126-128 e Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Velhas Casas de Guimarães*, vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, pp. 6-7, 466, 471-478.

[58] cf. Entre as causas remotas do conflito entre Braga e Guimarães destacam-se: em 1881, para não se agravarem os impostos, a Câmara Municipal de Guimarães pede à Junta Geral do Distrito de Braga, para desaprovar diversos projectos de construção nessa cidade, que sobrecarregaria os contribuintes; os incidentes ocorridos a 20-1-1883, no enterro de D. Margarida Fortunato Veloso, Senhora da Casa de Pombais; e por último a questão de 1885, sobre a proposta da criação dum curso complementar em ciências no liceu de Braga, que levantou dúvidas aos então procuradores de Guimarães (no qual o conde de Margaride se integrava), em relação à sua manutenção e às circunstâncias económicas do concelho e distrito.
Toda esta animosidade, deveu-se sobretudo aos diversos conflitos históricos entre estas duas cidades que vinham já de à longos séculos, como sejam, as divergências entre o arcebispado de Braga e a Colegiada de Guimarães (em 1216, 1471, 1552, 1621, 1671, etc.); ao facto da vila de Guimarães ter sido elevada a cidade (1853), que tinha então uma indústria efervescente (pentes, curtumes, cutelarias e linhos) em detrimento da indústria decadente de Braga; às querelas constantes entre estas duas cidades, provocadas na Junta Geral do Distrito, que tutelava todos os concelhos que lhe estavam afectos, sobrecarregando-os com encargos que apenas beneficiavam a sede distrital; e também devido à própria naturalidade vimaranense do Governador Civil, Conde de Margaride, que defendeu intransigentemente os interesses e progressos de Guimarães. Ainda hoje, na terça-feira gorda, se comemora esse incidente no bairro da Sé de Braga, mascarando-se um desgraçado com cartola e fraque, que depois de uma farsa desata a correr pelo mesmo caminho, com as crianças a gritar "Lá vai o Homem! Lá vai o Homem!" Se agarrassem o desgraçado antes de alcançar a ponte de Pelames, era certo que lhe davam um banho no mais que poluído rio Este.

proeminências nobiliárquicas. Mas impõe-se às considerações de simpatia e de respeito dos seus patrícios, não pelo gozo das regalias, da sua graduação social; mas porque foi s. Exc.ª quem as conquistou pelo mérito e trabalho próprios, e esta circunstância nunca pode ser indiferente numa terra, como a nossa, em que o trabalho se considera um dos maiores títulos de glorificação social (…) *Como cidadão de Guimarães, todos conhecemos que o ilustre tem prestado ao progresso e crédito da sua terra a maior dedicação* (…)».

A 12-11-1887, dava entrada em Guimarães para uma visita pastoral, D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga e primaz das Hespanhas (1883-1898), Arcebispo de Mitilene (5-10-1873), que se hospedou na Casa do Conde de Margaride.[59]

A 20-5-1890, era fundada a Companhia de Fiação de Tecidos de Guimarães, tendo como primeiro subscritor o Conde de Margaride, juntamente com outros fundadores como o Visconde de Alvelos, de Sendielo, António Coelho da Mota Prego, Joaquim José de Meira, Manuel de Castro Sampaio, tendo o capital social inicial de 350:000$000 réis.[60]

Foi da sua iniciativa, a manutenção da Colegiada de N. Sr.ª de Oliveira (1887-1890). Este episódio termina a 1-7-1890, com a Comissão dos Negócios Eclesiásticos, a deliberar que seria injustificado não satisfazer as aspirações do povo Vimaranense: «*O pensamento geral, e em que todos estão de acordo, é a conservação da colegiada, e a sua reorganização por forma que ministre a educação e ensino público*». O primeiro artigo de lei de 14-9-1890, autorizava a conservação da Real e Insigne Colegiada com todos os seus haveres e rendimentos, impondo-lhe a obrigação do serviço público e gratuito.[61]

Em 1906, esteve envolvido na criação do primeiro liceu vimaranense, que se instalou no Convento de S.ta Clara.

Em 22-5-1910, através duma mensagem pública de centenas de subscritores vimaranenses, ajuda a eleger o Conselheiro de

---

59 cf. Religião e Pátria de 16-11-1887, 42.ª Série, n.º 28, p. 1.

60 cf. *Religião e Pátria de* 21-5-1890, 47.ª Série, n.º 42, p. 1 e O Commercio de Guimarães de 22-5-1890, VII Anno, n.º 559, p. 1.

61 cf. Consulte-se: Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998, pp. 422, 434, 440 e a monografia citada de Anthony Kinnin, pp. 112-113.

Estado, António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto (1855-1924), como presidente do partido Regenerador-Liberal, para a aderência ao «bloco conservador» formado por José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Artur Alberto Campos Henriques (1854-1922) e pelos nacionalistas, em oposição ao governo de António Teixeira de Sousa, nas eleições legislativas que iriam decorrer a 28-8-1910.[62]

Após 19-1-1919, foram várias as localidades nortenhas, que aderiram à Monarquia do Norte, presidida pelo Major Henrique de Paiva Couceiro «*A restauração era anunciada ao Primeiro de Janeiro, de Lamego, Tarouca, Fafe, Monção, Valongo, Alfândega da Fé, Arcos, Famalicão, Barcelos, Nine, Tabuaço, Melgaço, Feira, Castro Daire, Armamar, Pesqueira, Resende, Caminha, Felgueiras, Cerveira, Cinfães, Paredes, Riba Dave e Sernancelhe, sem falar de Viana, de Braga e de Guimarães, onde o entusiasmo público pelo restabelecimento da realeza, não cessava de se manifestar. Braga estava em festa e organizava um batalhão de voluntários, já designados por voluntários d'El-Rei*». O Conde de Margaride, como monárquico, aderira a este movimento «*Em Guimarães, onde o conde de Margaride presidia do seu solar ao regozijo público, houvera Te-Deum, cinco bandas de música percorriam as ruas, os sinos repicavam, subiam ao ar foguetes; o hino da Carta era cantado em coro por um grupo de raparigas* (…)».[63]

O seu apurado sentido de justiça fez o Comércio de Guimarães de 1-8-1919, no seu obituário, lembrar um caso em que «*dois irmãos, homens honrados e trabalhadores, por um desastre, ocasionaram uma morte. Um amontoado de circunstancias deploraveis condemna-os a pena maior. O Conde de Margaride, que por vezes tinha exercido o cargo de juiz, e vendo a injustiça sentença que desbaratava sobre dois lares felizes, levantou uma polémica no Comercio de Guimarães, fez rever o processo, e conseguiu com satisfacção publica, que se restituísse à liberdade aquelles que nenhuma culpa tiveram no caso fatal*».

O próprio Conde de Margaride, definiu-se numa sessão na câmara dos Pares em 1892 «*No entanto, ficarei simplesmente: primeiro homem de bem, depois portuguez, depois monarchico e affeiçoado aos actuaes monarchas, mas entrando no paço com a verdade*

---

62 cf. Sociedade Martins Sarmento, *O Commercio de Guimarães de* 8-7-1910, XVII Anno, n.º 2469, p. 1 e *Independente de 9-7-1910*, 9.º Anno, n.º 448, pp. 1-2

63 cf. Consulte-se: João Chagas – *Diário de João Chagas: 1918-19*21, Lisboa: A.M: Pereira, 1932, p. 555.

doce ou amarga nos labios, á bispo de Vizeu, que, no meu humilde pensar, fez maiores serviços ao senhor D. Luiz e á senhora D. Maria Pia, com a sua sinceridade rude, do que prestaria com palacianismos, que na illusão dos principios assentam, não raro, o seu infortunio e o das nações que elles regem (...)».[64]

No último quartel do século XIX, por sugestão e convite do seu velho amigo Júlio Graça, companheiro dos bancos universitários de Coimbra, passou a ir na época balnear para Vila do Conde. A 20-8--1902, abria o Clube Avenida em Vila do Conde, propriedade do Conde de Margaride.

A 23-7-1905, nesta vila, na sua residência, realizou-se a Sessão da Assembleia-Geral, para a inauguração do Círculo Católico de Operários. Os estatutos datados de 15-3-1906, referiam expressamente, que esta associação de trabalhadores era «*a união de todos os indivíduos pertencentes a todas as classes sociais, em mútua cooperação para o seu melhoramento material e moral*», sob protecção de S. José, patrono da classe operária.

A autarquia de Vila do Conde, em plena 1.ª República, devido a ser uma figura prestigiosa da colónia balnear, ao seu carácter, exemplo e actividade em prol da vila, sempre que as circunstâncias o exigiam ou a mesma lhe era solicitada, distinguiu-o na toponímia com uma rua que leva o nome de Conde de Margaride (Actas de 11-11-1918).

Após o seu falecimento, Alfredo Vieira Coelho Peixoto Villas--Boas (1860-1926), 1.º Conde de Paçô Vieira, numa carta dirigida a Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), 2.º Conde de Margaride a 5-8-1919, referia ser este o cidadão mais ilustre da cidade de Guimarães; que embora tivesse proferido os discursos fúnebres de Carlos Orta Lobo de Ávila (1860-1895) em 1895, de Pedro Victor da Costa Sequeira (1846-1905) em 1905 e de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907) em 1907, desta vez fizera-o de livre vontade e sem que ninguém lho pedisse; e que se os milhares de pessoas que assistiram ao seu enterro pudessem falar, diriam o que ele disse: «*Pareceu-me que um homem do valor do Snr. Conde de Margaride, que sem favor, era a primeira pessoa de Guimarães, não podia enterrar-se, sem que alguem lhe traçasse o perfil e salientasse no cemiterio, onde só a verdade deve dizer-se,*

---

[64] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 19 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, p. 1.

as nobilissimas qualidades de espirito de caracter e de coração que Elle padecia (...) *Quando morreu o Carlos Valbom, escolheu-me o partido regenerador do Porto para ir a Lisboa falar no cemiterio. Quando faleceu o Pedro Victor, pediu-me o Hintze que falasse em nome de todo o partido regenerador e assim o fiz. Quando o Hintze morreu falei como* ***laeder*** *do partido. Pois agora ninguem me pediu, nem me escolheu, nem representei oficialmente cousa alguma. Mas tenho a certêza de que os milhares de pessoas que assistiram podessem falar diriam o que eu disse* (...)».[65]

Destacado membro do partido Regenerador no Norte do País, correspondeu-se com eminentes políticos de diversas filiações partidárias da Monarquia Constitucional dos últimos 40 anos (1870-1910)[66], sobretudo enquanto exercia os cargos de Presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1870, 1878, 1887-1892), Governador Civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879), Vice Presidente do Partido Regenerador no Porto (1879) e Par do Reino (1882-1910).

---

[65] cf. Arquivo Margaride, Carta de Alfredo Vieira Coelho Peixoto Villas-Boas (1860-1926), Conde Paçô Vieira para Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), 2.º Conde de Margaride a 5-8-1919.

[66] cf. Foi o caso de D. Carlos I, Rei de Portugal (1863-1908); D. Amélia d´Orléans, Rainha de Portugal (1865-1951); José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), escritor; D. Nuno José Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto (1806-1875), 1.º Duque de Loulé e chefe do partido Histórico; de José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1886-1890, 1898-1900 e 1904-1906) e chefe do partido Progressista; António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877, 1879-1879 e de 1881-1886) e chefe do partido Regenerador; António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877 e 1878-1879); Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), como membro influente, chefe do partido regenerador e Presidente do Conselho (1893-1897); João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), Ministro da Fazenda (1890) e Presidente do Conselho (1906-1908); Artur Alberto Campos Henriques (1854-1922), Ministro da Justiça (1900--1904) e Presidente do Conselho (1908-1909); António Cardoso Avelino (1825-1889), Ministro das Obras Públicas (1871-1876) e Ministro da Justiça (1876-1877); António de Serpa Pimentel (1825-1900), Ministro da Fazenda (1872-1877) e dos Negócios Estrangeiros (1881-1883); Augusto César Barjona de Freitas (1834-1900), Ministro da Justiça (1871-1876), Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), Ministro da Fazenda (1881), Ministro da Justiça (1883-1886); Wenceslau de Sousa Pereira de Lima (1858-1919), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1908) e presidente do Conselho (1909); General Luís Augusto Pimentel Pinto (1843-1913), Ministro da Guerra (1900-1903), António José Teixeira de Abreu (1865-1930), Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1907--1908); José Malheiro Reimão Teles de Meneses e Sá (1850-1951), ex-ministro das Obras Públicas (1906-1908); Alfredo [Augusto Lopes] Pimenta (1882-1950), chefe do Gabinete do Ministério do Fomento (1912), etc., etc.



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1.º Conde de Margaride (1836-1919) – (caricatura de Amarelhe de 1916)

Correspondência de Rodrigues Sampaio / Conde de Margaride

O acervo documental Margaride que agora se apresenta esteve "adormecido" na sua Casa do Carmo em Guimarães, durante mais de 150 anos. Este espólio, propriedade da senhora D. Amália Ana Júlia Cardoso de Macedo e Menezes (1925-), irmãos e sobrinhos, foi por minha iniciativa catalogado, tratado, digitalizado e descrito integralmente. A correspondência epistolar de Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1.º Conde de Margaride, reflete principalmente a sua actividade como autarca no município de Guimarães (em 1870, 1878, 1887-1892), na administração central como Governador Civil de Braga (de 12-10-1871 a 15-3-1877) e do

Porto (de 6-2-1878 a 3-6-1879) e a sua acção a nível parlamentar como Par do Reino (de 18-12-1882 a 5-10-1910). Este arquivo, é composto por 344 cartas, telegramas e artigos de imprensa de eminentes políticos de diversas filiações partidárias da monarquia constitucional dos últimos 40 anos (1870-1910).

O conjunto epistolar que agora se divulga, refere-se à correspondência entre António Rodrigues Sampaio (1806-1882), enquanto Ministro do Reino (1871-1877 e de 1878-1879) e membro do partido Regenerador, e o Conde de Margaride, integrando 76 cartas dos anos de 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1881, 1882. Existe ainda um pequeno núcleo de 4 missivas do Conde de Margaride para o ilustre governante.

O referido espólio, retrata sobretudo a interacção entre António Rodrigues Sampaio, enquanto Ministro do Reino (1871-1877, 1878-1879) e o Conde de Margaride, no papel de Governador Civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879) e Vice-Presidente do partido Regenerador no Porto (1879). Entre os diversos assuntos devem destacar-se: a questão da sua nomeação para governador Civil de Braga e a contestação à sua escolha a 12-10-1871; a questão da viagem e estadia da Família Real ao Norte do País em 1872; a questão das incursões e infiltrações carlistas em território nacional em 21-4-1872; a necessidade do recrutamento militar nesse distrito a 14-9-1872; a questão da Recebedoria de Guimarães e o primeiro pedido de demissão do Visconde de Margaride do cargo de governador civil em -12-1873; as candidaturas às eleições legislativas no distrito de Braga a 12-7-1874; a inauguração do primeiro troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro da estação da Campanhã, Porto a Braga a 20-5-1875; a eleição suplementar no círculo de Braga e a indicação governamental de Lopo Vaz de Sampaio e Melo a 15-8-1875; as causas da demissão do governo de Fontes Pereira de Melo (1871-1877) e a constituição do governo do Marquês de Ávila a 3-3-1877; os problemas internos entre as cidades de Braga e Guimarães, devido à polícia civil e ao caminho-de-ferro a 25-6-1878; as candidaturas às eleições legislativas no distrito do Porto a 13-10-1878; a realização de uma manifestação do partido socialista no Porto a 7-12-1878; a questão da candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães pelo círculo vago de Guimarães, nas eleições suplementares de 26-11-1882, etc., etc.

O ministério do Reino, era então uma repartição governamental portuguesa ao qual cabia a condução das políticas de administração

do território, de instrução pública (hoje educação), mas também incluía questões de segurança interna, polícia ou Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino. Este departamento, deu mais tarde origem ao Ministério do Interior e ao actual Ministério da Administração Interna.

A evolução da máquina administrativa e o incremento do grande volume de assuntos levou D. João V, a instituir novas Secretarias de Estado: Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, Secretaria da Marinha e dos Domínios Ultramarinos e Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, pelo alvará de 28-7-1736. A primeira, Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, competia-lhe, gerir o governo interior do Reino, a administração da Justiça e da Real Fazenda, da polícia, assim como orientar o bem comum dos povos; a criação e os provimentos de títulos e de oficiais maiores da Casa Real; a doação de senhorios de terras, alcaidarias-mores, jurisdições, privilégios e rendas; tomar os preitos e homenagens de qualquer governo, fortaleza ou capitania; despachar todas as mercês, por graça, ou por remuneração de serviços; expedição das nomeações de todos os prelados do Reino e domínios ultramarinos, do provimento de presidentes e ministros para todos os tribunais, relações e lugares de letras; da eleição do reformador, reitor ou governador e lentes da Universidade de Coimbra e de todos os assuntos que lhe diziam respeito, nomeadamente a apresentação de canonicatos; decidir da concessão de benefícios das ordens militares, pelo que respeita às igrejas do Reino, assim como dos demais assuntos relativos a estas Ordens, etc. O secretário de Estado tinha em seu poder os selos reais. Ao longo dos tempos esta mesma Secretaria, foi perdendo algumas das funções que inicialmente lhe estavam incumbidas.

Após a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça por decreto de 28-8-1821, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, ficou com as seguintes competências: promulgação de leis, decretos, resoluções e ordens; expedição de graças e mercês, títulos honoríficos, nomeações de ofícios, incluindo os da Casa Real; cerimonial e etiqueta da Corte; e todos os assuntos relativos à agricultura, indústria, artes, vias de comunicação, minas, comércio, navegação, estabelecimentos pios, instrução pública, corporações de Ciências e Belas Artes.

O decreto de 20-6-1822, fala na necessidade de elaborar um regulamento interno para a organização da Secretaria. Através da

sua reorganização as competências da Secretaria de Estado do Reino foram distribuídas por quatro repartições. No período que decorre entre 1822 e 1837, destaca-se: a anexação da Repartição de Segurança Pública à Secretaria de Estado por portaria de 21-4--1833; a criação do Conselho Geral de Beneficência por decreto de 6-4-1835; do Conselho Superior de Instrução Pública por decreto de 7-9-1835, extinto por decreto de 2-12 desse ano; da Inspecção--Geral dos Teatros por decreto de 17-11-1836; e o aparecimento de um Conselho de Saúde, em substituição da Comissão de Saúde Pública por decreto de 3-1-1837.

A administração da Fazenda passou para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, criada em 1788, embora só tivesse entrado em funções com o Regulamento de 8-10-1832.

Na sequência do decreto de 2-8-1843, foi aprovado o regulamento da Secretaria de Estado do Reino, ficando esta composta por uma Secretaria-Geral e três Direcções, cada uma das quais divididas em Repartições, todas com funções bem definidas. A Secretaria de Estado do Reino, deu lugar ao Ministério do Reino, cujos serviços foram então regulamentados pelo decreto de 8-9-1859, sendo então criadas três Direcções Gerais. Sucedem-se então várias reorganizações, alternando entre um sistema de Repartições e de Direcções Gerais: o decreto de 31-12-1868, extingue as Direcções Gerais, atribuindo os negócios da sua competência a seis Repartições; o decreto de 15-10-1869, regulamentado pela Lei de 22-6-1870, que recompôs o sistema de Direcções Gerais. O Ministério do Reino, sofreu novas remodelações pelo decreto de 26-6-1876 e pelo de 23-12-1897. Após a implantação da República e por decreto de 8-10-1910, alterou-se a designação de Ministério do Reino para Ministério do Interior e posteriormente para Administração Interna.[67]

Relativamente às atribuições e competências de então dos magistrados administrativos – Governadores Civis – pelo Código Administrativo de 1842, destacam-se: mandar proceder aos recenseamentos e à eleição dos deputados da nação e de todos os corpos e de todas as autoridades electivas do distrito, às épocas e nos termos que as leis determinassem; convocar, prorrogar a junta geral do distrito; propor ao governo e, autorizado por ele, ordenar a dissolução de qualquer corpo administrativo eleito; transmitir as leis,

---

[67] cf. Ministério do Reino – *História Administrativa / biográfica / familiar – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – digitarq* in digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4242888.

regulamentos e ordens superiores às autoridades subalternas, dando-lhes as instruções convenientes para a sua execução; a inspecção-geral e superior sobre a execução de todas as leis e regulamentos de administração, provendo por actos seus às necessidades do serviço público, ou representando ao governo quando exigissem providência superior; fazer organizar a estatística e cadastro do distrito; regular o processamento, que estivesse a seu cargo, das folhas de ordenado e outros vencimentos; dar ou mandar dar posse a todos os empregados, que estivessem debaixo da sua inspecção; nomear para todos os empregos da administração, que tinham por lei modo especial de nomeação; vigiar no exercício da autoridade eclesiástica, dando conta dos abusos que notasse; superintender em todos os magistrados, funcionários e corpos administrativos do distrito, e em todos os objectos da competência deles; tomar e fazer tomar posse e conta de todos os bens e direitos, que pertencessem ou viessem a pertencer à fazenda pública, fazendo deles descrição e tombo; superintender a administração de todos esses bens e direitos; promover e fiscalizar a arrecadação das contribuições e rendimento do Estado; superintender os estabelecimentos de instrução primária e secundária; superintender todos os estabelecimentos de piedade e beneficência, promovendo o seu melhoramento, regulando a sua administração, fiscalizando as suas despesas, e exercendo o direito de demitir os seus empregados e dissolver as suas mesas, nomeando comissões, que as substituíssem até nova eleição; dar, executar e fazer executar todas as providências necessárias para manter a ordem e segurança pública; fiscalização imediata sobre os estrangeiros residentes no seu distrito; conceder passaportes para fora do Reino pelos portos de mar, a nacionais e estrangeiros; conceder licenças para uso e portes de arma; promover a sustentação dos presos e o melhoramento das cadeias; propor a anexação dos concelhos; fixar o número de oficiais de diligência e de amanuenses para os administradores do concelho, etc.[68]

Os documentos que integram este trabalho estão estruturados e organizados cronologicamente da data mais antiga para a mais recente num primeiro momento; num segundo momento, apresentamos 1 carta com data incerta; e por último 3 cartas do Conde de Margaride para António Rodrigues Sampaio.

---

[68] cf. Codigo Administrativo Portuguez do decreto de 18 de Março de 1842, Coimbra: Imprensa da Universide, 1859, artigos 221.º-234.º, pp. 42-47.

TABELA I

Elenco das cartas de / e para António Rodrigues Sampaio

N.º	Data	Destinatário
1	1871-10-12	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, informando-o da sua nomeação para governador civil do distrito de Braga e pedindo-lhe para ir prestar juramento do dito cargo
2	1871-12-01	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a questão da árvore da praça da Oliveira em Guimarães; das despesas de igualizações; e sobre o despacho do administrador de Póvoa de Lanhoso
3	1871-12-18	Governador civil do distrito de Braga, sobre a forma de demissão dum amanuense
4	1871-12-27	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a aprovação do orçamento camarário da cidade de Braga
5	1871-12-30	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, acerca do decreto de demissão do administrador do concelho de Póvoa de Lanhoso; a respeito da concessão dum hábito da Ordem de Cristo; e sobre a questão da árvore da praça da Oliveira em Guimarães
6	1872-03-27	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre uma sindicância ao seu procedimento em relação ao juiz da comarca de Guimarães, Francisco Henriques de Sousa Seco
7	1872-05-19	Governador civil do distrito de Braga, acerca da viagem do soberano português ao Norte do país, nomeadamente a Viana do Castelo, Braga e Guimarães
8	1872-05-27	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a viagem da família Real ao Norte e membros da respectiva comitiva; e da oposição governamental a que se efectuem despesas municipais.
9	1872-05-28	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca da reforma do orçamento da câmara municipal de Braga
10	1872-06-04	Governador civil do distrito de Braga, sobre o adiamento da viagem do rei D. Luís I ao Norte do País

N.º	Data	Destinatário
11	1872-06-15	Governador Civil do distrito de Braga, acerca da data da viagem da família Real ao Norte; sobre a perturbação da ordem por parte da oposição; e a respeito do concurso para a igreja da Guardizela no concelho de Guimarães
12	1872-06-24	Governador civil do distrito de Braga, sobre as divergências com o juiz da comarca de Guimarães, Francisco Henriques de Sousa Seco; e a respeito da concessão de administradores de concelho a amigos do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu
13	1872-08-02	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, acerca da concessão que lhe foi feita do título de Visconde de Margaride; a respeito da transferência do pároco; sobre a nomeação para a alfândega de Viana do Castelo; e da nomeação ou transferência de aspirantes das alfândegas marítimas
14	1872-09-14	Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, sobre a situação do concurso para a igreja de Guardizela no concelho de Guimarães; e a respeito da necessidade de activação do recrutamento militar no distrito de Braga
15	1872-11-07	Visconde de Margaride, informando-o que pedira a ajuda e cooperação de António Gaspar
16	1873-01-10	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre uma diligência de serviço dum oficial de polícia à capital do distrito
17	1873-03-08	Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, enviando-lhe uma participação
18	1873-04-09	Governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a questão das incursões e infiltrações carlistas em território nacional; acerca dum acórdão da comissão de viação do concelho de Vieira do Minho; sobre as queixas do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu, a respeito do administrador do concelho da Póvoa de Lanhoso; e a questão do ordenado do juiz ordinário de Vieira do Minho

N.º	Data	Destinatário
19	1873-04-30	Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, para que se entenda com o deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu, pois este é um bom militante do partido Regenerador
20	1873-05-23	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre o abuso dos discursos públicos dos padres nas igrejas e a inconveniência de lhes empreender qualquer acção
21	1873-05-28	Governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da proposta de criação da repartição especial, para o exame das contas pelos concelhos do distrito
22	1873-05-30	Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, sobre a retirada das forças militares estacionadas nas terras de Bouro, devido às incursões carlistas
23	1873-05-30	Governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a forma de requerimento dum funcionário da administração de Fafe
24	1873-06-27	Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, reiterando-lhe a sua confiança pessoal e de todo o governo no exercício das suas funções de magistrado superior do respectivo distrito
25	1873-07-21	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, referindo-lhe que pensa da mesma forma que ele e que o presidente do Conselho, está contente com a sua conduta no âmbito das suas funções
26	1873-09-19	Governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, informando-o que já foram expedidas as mercês requeridas por este; sobre a queixa que o magistrado administrativo fez ao presidente do Conselho
27	1873-11-04	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre o novo decreto de nomeação de escrivão da fazenda para o genro do Fani
28	1873-12-14	Visconde de Margaride, pedindo-lhe para não tomar nenhuma decisão acerca do pedido de exoneração do cargo de governador civil, antes deste falar com os seus colegas do governo

N.º	Data	Destinatário
29	1874-01-06	Governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da questão da recebedoria de Guimarães; e sobre as candidaturas às eleições legislativas pelo círculo do distrito de Braga, que iriam decorrer a 12-7-1874
30	1874-03-12	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a sugestão que este expressou acerca das eleições legislativas de 1874
31	1874-05-04	Visconde de Margaride governador civil do distrito de Braga, acerca das candidaturas às eleições legislativas no distrito
32	1874-05-07	Governador civil do distrito de Braga, sobre as candidaturas às eleições legislativas no distrito de Braga
33	1874-06-22	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca da questão das eleições legislativas pelo círculo do distrito de Braga, que iriam decorrer a 12-7-1874
34	1874-08-05	Visconde de Margaride, informando-o que iria partir para Vidago, ficando interinamente na pasta do Reino o presidente do Conselho; e concordando com a opinião do magistrado administrativo, acerca dos miguelistas e carlistas
35	1874-09-02	Governador civil do distrito de Braga, sobre a concessão que lhe havia sido feita do título do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima
36	1874-09-17	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, acerca da questão da divisão dos círculos eleitorais
37	1874-09-22	Visconde de Margaride, sobre a sua possível demissão do cargo de governador civil do distrito de Braga, devido aos resultados das eleições legislativas no distrito
38	1874-09-25	Governador civil do distrito de Braga, sobre a concessão do título do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima

N.º	Data	Destinatário
39	1874-11-17	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca da questão das incursões e infiltrações carlistas em Portugal; e da importância do recrutamento militar no distrito como medida de segurança
40	1875-06-03	Visconde de Margaride, sobre o patrocínio governamental à candidatura de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, pelo círculo vago de Braga nas eleições suplementares de 15-8-1875; e a respeito das queixas de Guilherme José de Soure, ao delegado do tesouro de Braga por lhe ter sido instaurado um auto-penal
41	1875-06-08	Governador civil do distrito de Braga, acerca da data para as eleições suplementares no círculo vago de Braga; e sobre a festa de inauguração do troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro de Campanhã, Porto a Braga com a presença dos soberanos portugueses
42	1875-07-10	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, comunicando-lhe a data das eleições suplementares no círculo de Braga decretada para 15 de Agosto
43	[1875]-07-19	Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, acerca da realização das eleições suplementares no círculo de Braga e da candidatura de Lopo Vaz de Sampaio e Melo
44	1875-09-16	Governador civil do distrito de Braga, aconselhando-o a dar pouca importância às paixões políticas, devido à derrota eleitoral nesse círculo; sobre a colaboração de Jerónimo Pimentel na administração desse distrito; e que iria ser expedida uma portaria governamental, que referia não poder-lhe conceder a exoneração de governador civil
45	1875-12-29	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, referindo-lhe o pedido de nomeação de reitor para o Liceu de Viana do Castelo; e que Jerónimo Pimentel, se encontrava desconsolado por não sentir a sua estima e confiança
46	1876-04-04	Visconde de Margaride, procurando saber a sua opinião sobre o pedido de uma comenda pedida por Jerónimo Pimentel; e felicitando-o por ter frustrado as tentativas anárquicas no distrito

N.º	Data	Destinatário
47	1876-04-05	Governador civil do distrito de Braga, sobre o pedido do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu para o provimento do administrador de Póvoa de Lanhoso
48	1876-05-06	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, a respeito duma nota dum membro do ministério da Guerra em resposta à carta do magistrado administrativo
49	1876-05-11	Visconde de Margaride, referindo-lhe, que levava à assinatura régia o decreto para a transferência da data da sessão da Junta Geral do Distrito, que seria mudada para o primeiro dia de Maio de cada ano
50	1876-05-13	Ao governador civil do distrito de Braga, sobre a concessão da Comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, ao magistrado administrativo
51	1876-05-15	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca do decreto da Junta Geral Distrital; e procurando saber a sua opinião sobre um requerimento do hábito de Cristo
52	1876-05-27	Visconde de Margaride, referindo-lhe o conteúdo duma carta de Luís Ribeiro Martins da Costa; sobre a incompatibilidade da nomeação dum conservador para administrador do concelho; e do pedido do hábito de Cristo para um indivíduo
53	1876-05-28	Governador civil do distrito de Braga, sobre o adiamento da concessão da Comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, ao magistrado administrativo por vontade do mesmo
54	1876-07-08	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, dando-lhe justificações acerca dum despacho efectuado para escriturário da Fazenda
55	1876-09-10	Visconde de Margaride, sobre a concessão da Comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa ao mesmo

N.º	Data	Destinatário
56	1877-03-03	Governador civil do distrito de Braga, informando-o da concessão do título de Conde de Margaride, que lhe fora atribuída; a respeito das razões da demissão do ministério presidido por Fontes Pereira de Melo; acerca da constituição do novo governo presidido pelo Marquês de Ávila; e sobre o seu pedido de demissão do cargo de governador civil do distrito
57	1877-06-19	Conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, informando-o que estivera com o monarca para lhe dar conhecimento do teor da sua carta e da oferta do mesmo em o receber em sua casa, caso este passasse por Guimarães
58	1877-12-02	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Conde de Margaride, sobre um assunto não identificado, embora saliente não haver urgência na resolução do mesmo.
59	1878-03-29	Conde de Margaride, acerca da proposta da nomeação dum indivíduo para comissário geral da polícia na cidade do Porto; e dando-lhe os parabéns pela sua presença e nomeação para governador civil do distrito do Porto
60	1878-05-16	Governador civil do distrito do Porto, requerendo a sua presença em Lisboa, juntamente com Bento de Freitas Soares, para se tratarem das candidaturas pelo círculo eleitoral do distrito do Porto às eleições legislativas de 1878
61	1878-06-17	Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, agradecendo-lhe o seu empenhamento num pedido que lhe havia formulado
62	1878-06-25	Governador civil do distrito do Porto, alertando-o sobre problemas internos entre as cidades de Braga e de Guimarães, relacionados com a polícia civil e o caminho-de-ferro
63	1878-10-04	Conde de Margaride, sobre o requerimento de duas comendas; e acerca do programa dum concurso anunciado na imprensa
64	[1878]-12-06	Governador civil do distrito do Porto, referindo que o presidente do Conselho, concordava com a sua opinião acerca das reuniões, mas que em relação às associações, só permitia as autorizadas pelo Governo

N.º	Data	Destinatário
65	1878-12-07	Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito do Porto, alertando-o para a necessidade de vigilância de um “meeting” (manifestação) socialista na cidade do Porto
66	1879-02-[25]	Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, declarando-lhe que o soberano não aceitava a sua demissão de magistrado superior do referido distrito
67	1879-04-16	Governador civil do distrito do Porto, sobre a atribuição do título de visconde a um indivíduo
68	1879-12-30	Conde de Margaride, desejando-lhe um Bom Ano e procurando saber quando viria a Lisboa para poderem falar
69	1881-12-22	Conde de Margaride, pedindo-lhe o envio dos documentos da Lei de 3-5-1878, referentes ao artigo 4.º do mesmo diploma
70	1882-08-01	Conde de Margaride e Par do Reino, enviando-lhe duas cartas, requerendo a sua intervenção, para que defendesse a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães nas eleições suplementares de 26-11-1882
71	S.D.	Governador civil do distrito de Braga, sobre a questão da transferência de administradores de concelho no referido distrito
72	1873-04/05-[?]	António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877), sobre a questão das incursões e infiltrações carlistas no distrito de Braga
73	1873-12-[?]	António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877), solicitando-lhe a sua demissão do cargo de governador civil do distrito de Braga, devido à questão do despacho da Recebedoria de Guimarães
74	1875-05-20	António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877), informando-o da chegada e recepção dos soberanos portugueses na festa de inauguração do troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro de Campanhã, Porto a Braga.

N.º	Data	Destinatário
75	1882-07-29	Miguel Dantas Gonçalves Pereira, Deputado, para António Rodrigues Sampaio, Presidente interino do Tribunal de Contas, solicitando-lhe o seu apoio, junto do Conde de Margaride, para que defendesse a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães
76	1882-07-30	Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Deputado para António Rodrigues Sampaio, Presidente interino do Tribunal de Contas, pedindo-lhe o seu apoio, junto do conde de Margaride, para que defendesse a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães

Portanto conhecem-se, pelo menos, 76 missivas, embora duas incompletas.

CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DA CORRESPONDÊNCIA

Este núcleo documental que agora se apresenta, reflecte sobretudo, como já atrás foi referido, a acção governativa de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), como Ministro do Reino (1871--1877 e 1878-1879), com a administração central, ou seja, com Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes (136-1919), 1º Conde de Margaride, como Governador Civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879). Muitos destes assuntos, são complementados com excertos de missivas de outras individualidades políticas para se entender e explicitar melhor os temas abordados. Assim sendo, passaria a uma seriação temática destas 76 cartas, que agrupo em 3 blocos principais:

1.º Cartas de cariz político (46)
2.º Cartas de cariz administrativo (23)
3.º Cartas com assuntos diversos (7)

1.º Cartas de cariz político (46): A maioria da correspondência deste acervo, é de carácter político destacando-se os seguintes temas: *A)* A questão da sua nomeação para governador Civil de

Braga e a contestação local à sua escolha; *B)* a viagem e estadia da Família Real ao Norte do País em Junho / Julho de 1872; *C)* a questão das incursões e infiltrações carlistas em território nacional; *D)* a questão da Recebedoria de Guimarães e o primeiro pedido de demissão do Visconde de Margaride do cargo de governador civil em -12-1873; *E)* a questão das eleições legislativas de 12-7-1874, onde se destaca: a proposta de cedência da candidatura do 1.º Visconde de Montariol pelo filho do 2.º Conde de Bertiandos (Gonçalo Pereira) no círculo de Braga; a candidatura de Jerónimo Pimentel ao círculo de Barcelos e a de João Vasco Ferreira Leão ao círculo de Guimarães; *F)* a inauguração do primeiro troço do caminho-de-ferro a Norte do rio Douro da estação da Campanhã, Porto a Braga a 20-5-1875; *G)* a questão da candidatura e patrocínio governamental, à eleição de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, pelo círculo vago de Braga, nas eleições suplementares de 15-8-1875; a oposição e objecção do Visconde de Margaride a essa candidatura e o pedido de demissão após a derrota do candidato regenerador nessa cidade; *H)* a necessidade do recrutamento militar no distrito de Braga; *I)* a questão da candidatura e apoio do Conde de Margaride, à eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães, nas eleições suplementares de 26-11-1882.

A) O primeiro tema que se coloca, é a questão da sua nomeação para governador Civil de Braga e a contestação à sua escolha (cartas de 12-10-1871, 1-12-1871 e 6-1-1874). As primeiras notícias, que encontramos na sua correspondência epistolar, é a sua nomeação para governador Civil do distrito de Braga a 12-10-1871, requerendo António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino a sua presença em Lisboa, para o respectivo juramento e tomada de posse: «*Acabo de referendar com muito gosto o decreto da nomeação de V. Ex.ª para governador civil do districto de Braga. Ficarei muito penhorado se V. Ex.ª viesse prestar pessoalmente o juramento como já o estou pela acceitação que tanto me lisongea* (…)».[69]

Desde logo, a sua nomeação para governador civil desse dis-

[69] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 12-10-1871; consulte-se a biografia de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (de 13-9-1871 a 5-3-1877 e de 29-1-1878 a 1-6-1879) e Presidente do Conselho (de 25-3-1881 a 14-11-1881), no início deste artigo ou no final no índice onomástico.

trito, vem a ser contestada pelos deputados do círculo de Braga, que manifestam o seu descontentamento e oposição por telegrama a António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino: «*Nos primeiros dias recebi telegramas dos deputados dahi contra a nomeação de V. Ex.ª e eu teimava dizendo "ainda hão de ser muito amigos delle".* (…)», salientando posteriormente «*Tendo-me sido combatida a sua nomeação tenho grande orgulho em ver desmentidas as apreciações que fazem a seu respeito*».[70]

B) A segunda questão referenciada na administração do seu distrito, é a viagem e a estadia da Família Real ao Norte do País em Junho / Julho de 1872 (cartas de 19-5-1872, 27-5-1872, 4-6-1872 e 15-6-1872). Nesse sentido, António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, questiona-o, como é que esta viagem seria recebida na opinião pública e onde poderia ficar e pernoitar o soberano a 19-5--1872: «*Desejo saber como seria recebida pela opiniao publica uma viagem d'el-rei ás provincias do norte. Informe-me se passando el-rei por Barcellos para Vianna poderá jantar nos paços do concelho, porque nos preferiamos qualquer edificio publico a um particular. E ahi? A familia real já pernoitou na casa dos Biscainhos. Haverá hoje novo inconveniente ou haverá melhor solução? E em Guimarães? Informe-me V. E. sobre tudo isto para possamos derigir as cousas certo sentido* (…)». Contudo, deixava claro que não autorizaria que se realizassem despesas públicas, quer pelos municípios, quer pelo governo civil a 27-5-1872: «*O que desde já lhe asseguro é que o governo não quer, nem S.M. consente que as camaras façam demonstrações oficiaes de que resultem despesas para os municipios. Eu mesmo hei-de declarar isso n'uma portaria para que nem as camaras façam orçamentos supplementares, nem os governadores civis os aportem á deliberação dos conselhos de districto* (…)».[71]

A 15-6-1872, é informado por Rodrigues Sampaio da data de partida de Lisboa dos soberanos da capital e chama a atenção para as manobras da oposição dos Históricos para malograr a viagem de D. Luís I ao Norte «*S.M. El-Rei sahira daqui no dia 25 se alguma*

---

[70] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 6-1-1874 e de 1-12-1871. Sobre a animosidade entre as cidades de Braga e de Guimarães, consulte-se nota de rodapé n.º 58.

[71] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta confidencial de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 19-5-1872 e de 27-5-1872.

circunstancia imprevista não determinar qual.r alteração. El-rei não vae incognito. O soberano não pode andar incognito nos seus estados. Não pôde anunciar-se a ida mais cedo para ir distribuir os premios p. causa d'amigos da casa real. A opposição procurou inquietar. Pensa que lucra com a peturbação da ordem e folgaria frustrar a viagem de El-rei. É preciso firmeza e moderação (…)».[72]

A razão principal da visita régia ao distrito de Braga, fora a cerimónia de inauguração dos trabalhos de construção do caminho-de-ferro do Minho (o primeiro a norte do rio Douro), quando oficialmente o rei D. Luís I, utilizando uma pá de prata para lançar a areia, deu início simbolicamente aos trabalhos na área dos terrenos então conhecidos pela "Quinta do Sr. Geraldes" a 12-7-1872. Ao acontecimento, os jornais da época não mostraram o relevo e a projecção de que na verdade este evento revestia. O jornal "O Primeiro de Janeiro" de 13 desse mês, sob o título incaracterístico de "Inauguração", dizia: «*Teve ontem lugar, pelas 6 horas e meia da tarde, a inauguração do caminho de ferro do Minho, assistindo Suas Magestades el-Rei e Rainha e seus Augustos Filhos, o sr. Infante D. Augusto, Ministros e demais pessoas da comitiva, Prelado da Diocese, Câmara Municipal, Governador Civil, General de Divisão e seu Estado Maior* (…) *Logo que Suas Magestades chegaram, dirigiram-se a um Pavilhão erguido em um campo sito no fundo da ladeira de S. Roque da Lameira e ao lado da estrada, e circuitado por bandeirolas que serviam a delimitá-lo. Suas magestades demoraram-se alguns minutos no Pavilhão e, saindo em seguida, o sr. D. Luis recebeu das mãos do sr. Ministro das Obras Públicas uma pá feita de prata e com ela lançou uma pequena porção de terra a um carro de mão envernizado e decorado com as armas nacionais. Igual operação fizeram a sr.ª D. Maria Pia, os príncipes e o sr. Infante D. Augusto* (…)». Após a cerimónia de inauguração dos trabalhos, foi assinado o respectivo auto «*levantaram-se vivas a Suas Magestades e á Familia Real, que foram correspondidos pelo povo*».[73]

---

[72] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta confidencial de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 15-6-1872.

[73] cf. A. Corregedor da Fonseca – *No primeiro centenário das linhas do caminho-de-ferro a norte do Rio Douro 1875-1975*, [Lisboa]: Caminhos de Ferro Portugueses, 1975, pp. 14-16. Anteriormente a 15-6-1872, o Diário do Governo, publicava o decreto assinado na véspera pelo rei, ordenando a construção por conta do Estado, de duas linhas férreas do Porto, por Braga e Viana até à fronteira da Galiza, e outra pelo Vale de Sousa, próxima de Penafiel até ao Pinhão, dando-se assim execução à Carta de Lei de 2-7-1867.

C) O terceiro assunto desta documentação, prende-se com as incursões e infiltrações carlistas em território nacional (cartas de 9-4-1873, -4/5-1873, 30-5-1873, 5-8-1874 e 17-11-1874). A 27-5-1872, o governador Civil de Braga, toma conhecimento dum telegrama que João de Andrade Corvo (1824-1890), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1871-1877), mandara ao seu congénere do país vizinho, que estaria relacionado, com as incursões e infiltrações carlistas em território nacional, cuja terceira fase tinha-se iniciado em Espanha a 21-4-1872: «*De combinação com o meu collega dos estrangeiros mando a V. E. p.ª seu conhecimentº o telegrama q dirigiram ao Ministro d' Hespanha* (…)».[74]

O Carlismo, era uma designação dada ao movimento político legitimista, anti-liberal e anti-revolucionário, surgido em Espanha a partir do segundo quartel do século XIX, que pretendia o estabelecimento no trono espanhol dum ramo alternativo da dinastia dos Bourbons. Esta guerra, desenvolveu-se sobretudo no Pais Basco e Navarra, e noutros locais como a Catalunha e em menor dimensão em Valência e Aragão, Andaluzia e território peninsular. No caso de Portugal, entravam pelo Norte do País onde procuravam refúgio, principalmente junto à fronteira em Terras de Bouro.[75] O próprio António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, chama-lhe a atenção para este problema e possível aliança com os miguelistas a 9-4--1873: «*Os carlistas esperam daqui alguma cousa dos miguelistas, e os miguelistas desejam coadjuvar os carlistas. Vigiemos e frustemos os seus planos para não nos vermos obrigados a* [?] (…) *Disseram--me que em 1..º do corrente tres individuos [emortavam?] publicamente polvora e balla no logar de Brancelhe, sede do concelho de Viana. Examine V. E. isto para não haver logar a inquietações e sobresaltos*».[76]

---

[74] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Cardoso Avelino (1825-1889), Ministro das Obras Públicas (1871-1876) de 27-5-1872. Esta missiva insere-se na 3.ª Guerra Carlista, que se desenvolveu de 21-4-1872 a 1876, entre os partidários de Carlos Maria de los Dolores Isidro de Borbón y Áustria (1848-1909), Duque de Madrid, pretendente carlista com o nome de Carlos VII e as governações de Amadeo I de Sabóia, da 1.ª República e de Afonso XII, Rei de Espanha.

[75] cf. A localidade de Terras de Bouro, é uma vila portuguesa no distrito de Braga e situada na sub-região do Cávado, sendo limitada a Norte pelo município de Ponte da Barca e pela Espanha, a Leste por Montalegre, a Sul por Vieira do Minho, a Sudoeste por Amares e a Oeste por Vila Verde.

[76] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 9-4-1873.

Posteriormente, continua a chamar-lhe a atenção para esta questão: «*Concordo completamente com o que me diz a respeito dos miguelistas e carlistas; mas o governo hespanhol insiste em acreditar em embustes. Agora diz elle que estão, e tem estado n'uma hospedoria de Villa Nova de Famalicão um tal Ramon que tem organizado forças para entrar na Galliza. É verdade estar aquelle hespanhol alli ha seis annos? Ele tem estado certo é que vingou ahi porque elle fosse m^to^ perigoso. Meu caro visconde escreva-me para Vidago, e diga-me alguma cousa a esse respeito* (…)». Noutra missiva refere «*O ministro de Hespanha nesta côrte foi informado de que Antonio Ribeiro Lozaiva sahira de Londres viera ou incognito ou com passaporte em outro nome por Braga. Examine V. Ex.ª se é verdade achar-se ahi o nome Lozaiva, e se assim for veja se vem abertamente, como o póde fazer, ou se podendo vir legalmente omitte o seu nome tirando documentos falsos. Neste ultimo não é vontade do governo que elle seja administrativamente perseguido, mas som.^te^ que se actue, e se resulte o auto para o poder judicial. O nosso fim é que o Ribeiro Lozaiva fique sabendo que não ignoramos os passos que elle dá* (…)».[77]

No mesmo sentido, Arão Gonçalves da Silva, Administrador do concelho de terras do Bouro a 29-4-1873, refere ao governador civil de Braga, o policiamento que se tinha realizado na fronteira, mas deixando transparecer alguma tranquilidade e sossego nas Terras de Basto: «*cumpre-me informar a V. Ex.^ia^ que não só tenho mandado policiar a Raia preta policia minha subalterna, mas tambem continuo a mandal-a policiar para que não sejão introduzidos na Hespanha armamentos, contra quaisquer aprestes de guerra pelos pontos da Raia deste concelho e não só pelas informações que tenho colhido e me tem prestado muitas pessoas que me merecem inteiro credito deste concelho e vindas da Galliza, Provincia de Hespanha, sei que neste concelho e na Galliza principalmente na area proxima á Raia ha perfeita tranquilidade e socego; e que se algumas facções Carlistas existem é muito para o interior da Galliza e Hespanha, e que nas proximidades da mesma Raia não ha ellementos onde as mesmas facções se possão apoiar, como o tem mostrado algumas tentativas que lhes foram frustradas, sendo certo, que por vezes se tem propalado boatos aterradores, que apurados não tem tido fundamen-*

[77] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 5-8-1874 e a 17-11-1874.

to, como fundamento não tem tido muitas das insinuações que se tem propalado relativamente a auxilios prestados ás facções carlistas, e nem este pôvo como entregue inteiramente aos serviços agricolas se presta para fins revolucionarios na sua maxima parte (…)».[78]

Também Adriano Acácio Morais Carvalho (1848-1907), administrador do concelho de Vila Nova de Famalicão a 29-4-1873, informa o paradeiro do cabecilha espanhol Sacharriegas e de algumas suspeitas no concelho de Barcelos: «*Satisfazendo aos tellegrammas de V. Ex.ª tenho a participar que dentro da Villa quasi com certeza posso afiançar a V. Ex.ª que não está o cabecilha Sacharriegas, pois que tenho investigado tudo; d'algumas cazas que eu suspeitava, verifiquei que não existia n'ellas gente estranha á famillia, indagando nas marchantes e padeiros para saber se agora ia mais carne ou pão para estas cazas, e soube que não se tinham alterado as quantidades d'estes generos* (…) *Pedi a V. Ex.ª em tellegramma auctorisação para entrar no concelho de Barcellos, principalmente na freguesia de Grimancellos, porque ahi ha uma caza bastante suspeita, onde por vezes se tem refugiado individuos conhecidos como carlistas. Tenho algumas cazas vigiadas e se houver alguma couza importante a participar, falo-hei immediatamente pelo telegrapho, ficando V.ª Ex.ª certo de que empregarei todas as diligencias para bem sahir d'este negocio* (…)».[79]

O Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, corrobora as informações dos seus administradores do concelho, afirmando confidencialmente a António Rodrigues Sampaio, que apenas existia alguma alteração em Castro Daire e nalguns pontos do distrito de Viana do Castelo: «*No districto de Braga apenas Terras de Bouro confinam com a Galliza, e não apparece n'este concelho o menor symptomico de movimentos sediosos, apesar da maioria dos seus habitantes ter fama de miguelistas e do terreno deserto em grande parte, accidentadissimo, encoberto nas proximidades da Hespanha com a famosa matta do Gerez, a falta de communicações com os centros de população, se prestar ás conspirações, como nenhum outro. Tenho recommendado, a mais activa vigilancia, mas por maior que esta seja, não obsta a que uma ou outra vez passasem armas*

---

[78] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Arão Gonçalves da Silva, Administrador do concelho de Terras do Bouro a 29-4-1873.

[79] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Adriano Acácio Morais Carvalho (1848-1907), administrador do concelho de Vila Nova de Famalicão a 29-4-1873.

ou munições de guerra por taes ermos. Com dois corpos de policia bastariam para evitarem inteiramante similhante passagem. Se é d'isto que são accusadas as auctoridades do districto a meu cargo, peço licença para dizer que não podem fazer impossiveis. De resto, não vejo por ora motivos para receios nem para providencias extraordinarias (…) *Em Castro Laboreiro e em diversos pontos do districto de Vianna conspira-se realmente, e pode ser que o espirito de sedição se communique. Ate hoje, porem, nada ha que annuncie tentarem a pretensão de alterar a ordem em concelho algum dos que administro* (…)».[80]

No entanto, o facto é que o Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, terá requisitado por medida de prevenção, que algumas forças militares fossem enviadas para as Terras de Bouro em 1873: «*Diz-me o Sr. Ministro da Guerra que se a força que está em Terras de Bouro foi mandada para lá a requisição de V. Ex.ª; que V. Ex.ª pode dizer, agora a auctoridade militar que já não é preciso; e que se foi por deliberação da auctoridade militar que empenho V. Ex.ª e ella essas razões, reflectindo sempre que convem vigiar os carlistas por não termos subvenções fundadas de Hespanha. É mau que alguns carlistas entrem e saiam sem que nos os desarmemos* (…)».[81]

D) Segue-se a questão da Recebedoria de Guimarães e o pedido de demissão do Visconde de Margaride do cargo de governador civil em 12-1873 (cartas de 19-9-1973, 00-12-1873 (2), 14-12--1873 e 6-1-1874). Este problema coloca-se, devido ao facto do cargo de Recebedor de Guimarães, ter sido atribuído a um "protegido" de Bento de Freitas Soares (1822-), Governador Civil do Porto (1871-1877), e não ao indivíduo indicado pelo visconde de Margaride e Governador Civil de Braga. Para tal, este último recebe uma missiva de Bento de Freitas, explicando-lhe as razões da atribuição deste cargo, pois estava prometido há já bastante tempo para um seu amigo, José de Freitas, mas que nunca havia sido cumprido; que este pedido se efectuara apenas, quando vagara a primeira recebedoria, que por acaso fora a de Guimarães; salientava

---

[80] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta do Visconde de Margaride para António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 00-4/5-1873.

[81] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 30-5-1873.

ainda, que o seu pedido era antigo e indeterminado e que era para ser despachado, desde que não houvesse nenhum inconveniente: «*Faz agora um anno q. o An.to de Serpa me prometteo dar me recebedoria no J.e de Freitas logo que despachasse tres individuos com quem havia compromissos politicos. Despachou porem tres, quatro, cinco e não sei q.tos mais deixando sempre de parte o meu recomendado. Escrevi-lhe uma carta, mostrando-lhe o meu ressentimento e outra ao Fontes pedindo que fizesse com q.e a primeira recebedoria, que vagasse fosse para o Joze de Freitas. Estava no Porto, recebi um telegrama a chamar-me porque meo pae estava mto mal, e ao mesmo tempo uma carta em que se me dizia que estava para vagar a recebedoria de Guimares. Escrevi a correr ao Fontes, dizendo-lhe o q. me diziam; e pedia-lhe q não se esquecesse do meu pedido* ***não havendo inconveniente****. Parti logo para Villa do Conde com tenção de lhe dizer tudo isto, e pedir, se fosse possivel, que pedi-se tambem pelo Joze; mas q.do cheguei encontrei meu pae com uma pneumonia. No fim do 5.º dia, é minha irmã atacada tambem da mesma molestia, e eu não me lembrei mais d`outra cousa senão dos meus doentes, nem tinha cabeça pª mais nada. Passados dias recebi na carta do Serpa em que me dis "chegou a occasião de attender ao seu recomendado. Vagou a recebedoria de Guimarães, e hoje mesmo vou despachar o Joze de Freitas". Aqui tem V. Ex.cia como as coisas se passaram; e por quem é não esteja de mal comigo. O meu pedido era velho e indeterminado. Quiz escrever-lhe, como é meu costume sobre o assumpto, logo q me disseram que estava para vagar a recebedoria; mas depois deo-se o que deixo dito, e não sei tambem quem me disse q a vagatura já se nem deve; e eu como tinha dito ao Fontes* ***não havendo inconveniente****, não tive cabeça para mais nada senão pª cuidar dos meus doentes q. estavam aterradissimos; porque aqui tem morrido muitissima gente de pneumonia. Dadas estas explicações, a que V. Ex.cia amigo como é, deve attender, eu fico ás suas ordens para o auxiliar em qualquer collocação n`este districto, que esteja no caso dos do Joze de Freitas, e por quem V. Ex.cia tenha verdadeiro empenho, para lhe mostrar que da minha parte não houve a menor intenção de contrariar a vontade de V. Ex.cia, pois dizem-me, que tinha pedido ja outro individuo à mesma recebedoria* (…)».[82]

---

[82] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Bento de Freitas Soares (1822-), Governador Civil do Porto (1871-1877) a 25-9-1873; veja-se a biografia de Bento de Freitas Soares (1822-), no final deste artigo, no índice onomástico.

As primeiras queixas sobre este assunto, foram manifestadas pelo Visconde de Margaride a António Maria Fontes Pereira de Melo, logo no mês de Setembro, como se consegue aperceber da correspondência de Rodrigues Sampaio: «*Não sei sobre que versa o assumpto da carta em que V. Ex.ª se queixa do meu presidente do conselho. Quando V. Ex.ª escrever a algum dos meus collegas peço-lhe que me avise do objecto de que se tracta para eu me interessar por elle. Os ministros acham-se ás vezes em apuros. Amigos novos empenham-se, nos desejamos servil-os, compromettem-nos muitas vezes e depois acham-nos embaraçados. Os governadores civis tem razão, mas os ministros são forçados ás vezes a fazer aquillo que não fariam se não tivessem de satisfazer a outras exigencias politicas. Fallo em these porque ignoro as hippotheses e peço a V. Ex.ª que me diga o que é. O governo é um cumme de sacrificios que todos fazemos. Somisso cume. Se V. Ex.ª concebesse o que nos soffremos!!!* (…)».[83]

O visconde de Margaride, desgostado que estava com esta atitude por parte do governo envia então duas missivas: uma 1.ª a António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877) e uma 2.ª a António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877), mostrando o seu descontentamento e apresentando a demissão do cargo de governador civil do distrito de Braga em Dezembro de 1873: «*Nunca me ingeri nos negocios do districto do Porto senão para coadjuvar o Bento de Freitas. Nunca pedi a este que me auxiliasse nas occasiões difficeis e tenho-as tido, embora o occultasse a V. E.cia. Bento de Freitas, que procura o meu accordo em cousas insignificantes, na questão da recebedoria de Guimarães surprehende-me e consegue tudo preterindo os que na minha terra frustraram os esforços da opposição, unida ao juiz Secco, para que El-Rei fosse mal recebido. Não é o primeiro caso de serem preferidos alli para as graças os que em nada obsequiaram n'aquella localidade o governo e ate os que o hostilizaram. Permitta-me V. E.cia que eu diga que não entendo similhante modo de fazer politica. Penso que as mercês devem ser para quem nos obsequia em cada concelho onde nos obsequaram. O Bento de Freitas no seu districto tem mais direito, ou antes, tem todo o direito a pedir um logar vago; mas eu, que lhe não solicito*

[83] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 19-9-1873.

o seu concurso para vencer umas eleições aqui não posso deixar de me queixar d'este systema de não me ouvirem nem attenderem nunca senão quando se tracta de pedir ao povo uma manifestação em favor do governo. Declaro que me não conformo com este proceder dos snr^es^ Ministros para comigo, e espero dever a V. E.^cia^ a fineza de me dizer se é inevitavel que eu continue a sofrer estas invasões dos meus collegas ou d'outros, porque em tal caso pedirei que me desonerem d'isto (…)» e a Rodrigues Sampaio, acrescentava: «*Referia-me ao despacho para recebedor de Guimarães, sem a menor contemplação com os que nos teem ajudado naquella localidade. O facto constante de se não fazer caso de mim para os despachos, n'uma terra, que, a meu pedido, servio sempre o governo em tudo, colloca-me n'uma tristissima posição. Os amigos que eu occupei em obsequio á situação e a quem não presto para coisa alguma estão furiosos e os inimigos riem satanicamente da desconsideração com que me tractam. Isto tem-me incommodado muito, porque sou sinceramente amigo de V. E.^cia^ e desejava mostrar-lhe que sei apreciar os seus favores. Infelizmente preciso de dar uma satisfação ao publico perante o qual estou rebaixado e não descortino nenhuma senão a de pedir a minha demissão. V. E.^cia^ sabe que ainda ha pouco me queixei de que me transferissem um escrivão de paz, inimigo dos meus amigos, para o melhor districto de Guimarães. Sabe tambem que ainda se não proveu alli um logar senão a pedido d'estranhos. So os estranhos não foram chamados para desfazer as difficuldades com que, sem o dizer, tenho tractado para suffocar os manejos da opposição, principalmente na occasião da visita d'El-Rei* (…)».[84]

No entanto, António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877), sabendo que o visconde de Margaride, estava magoado por causa da nomeação do recebedor de Guimarães, envia-lhe uma carta a 1-1-1874, justificando-se, visto estar anteriormente comprometido com Bento de Freitas; salientando que até ao presente momento não tinha conseguido ainda nomear ninguém para recebedor; que reconhecia os relevantes serviços prestados pelo visconde de Margaride; mostrando não haver por

[84] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta do Visconde de Margaride para António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871--1877) a 00-12-1873 e Carta do Visconde de Margaride para António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 00-12-1873.

parte do governo qualquer desconsideração para com a sua pessoa, mas apenas o desejo de servir um amigo comum; que se soubesse antecipadamente da sua vontade, teria realizado o seu desejo; e solicitava-lhe finalmente, que não se demitisse das funções de governador civil: «*Eu insto profundamente que as cousas tenham corrido por modo que não fosse possivel, satisfazer o desejo de V. Ex.ª, por se ter ja compromettido o meu collega da fazenda em favor do recomendado do nosso amigo Bento de Freitas, o qual igualmente me tinha escripto a mim alguns dias antes de V. Ex.ª. Qualquer porem que seja o meu despacho por tal motivo, o negocio infelizmente não tinha ja emenda, e por isso nada pude fazer. Eu comprehendo o pesar de V. Ex.ª e acho-lhe razão, mas convem não exagerar esse mesmo sentimento. Se eu disser a V. Ex.ª que, apesar de Presd.te do Conselho ainda não pude fazer despachar até agora um homem, aliás digno, por quem me interesso, para Recebedor, digo-lhe a verdade. Conveniencias, que eu respeito, tem obtido a isso, a ponto de que tendo eu mesmo sido Ministro da fazenda até aos fins de 1872, preferi sempre outros, e nunca pedi e achei lugar p. o meu protegido. Eu não desconheço por modo algum os serviços importantes de V. Ex.ª, e a elles, como chefe do gabinete, sou m.to reconhecido; nem era facil que me esquecessem por que tendo eu fraca memoria para os serviços ou favores que faço a alguem, tenho muita para os que recebo. Não pense pois V. Ex.ª, nem por um momento, que houve desconsideração da parte do governo p. com a pessoa de V. Ex.ª, que todos nós apreciamos, como é de justiça, e apenas o desejo de servir um amigo commum, sem sabermos que outro, igualmente amigo desejava outra cousa. Se eu tivesse alguma ideia de qual era a vontade de V. Ex.ª, por ser o emprego em Guimarães teria conseguido o negocio livremente. Não fallemos em demissão. As circunstancias politicas, que o paiz atravessa, são graves, pelos perigos que se podem levantar a cada instante, e ninguem pode largar o seu posto. Se fosse licito, sem inconveniente, a cada um vitimar-se á vida privada, eu seria o primeiro a fazel-o, porem a religião do dever obriga a outro procedimento, e eu não sei faltar a elle. Confio no bom senso, e no esclarecido patriotismo de V. Ex.ª, para me convencer de que nos não abandonará na empresa de manter o paiz em paz, e contribuir com todas as nossas forças, emquanto o pudermos fazer constitucionalmente para a sua felicidade* (...)». O Visconde de Margaride, no entanto, acaba por

reconsiderar a sua posição, mantendo-se em funções no cargo de governador civil de Braga.[85]

E) O quinto assunto deste espólio, prende-se com a questão das eleições legislativas que se iriam realizar a 12-7-1874 (cartas de 6-1-1874, 12-3-1874, 4-5-1874, 7-5-1874, 22-6-1874 e 22-9-1874). Este tema, começa a ser abordado, no princípio do ano (a 6-1--1874), nomeadamente, sobre a troca das candidaturas de Francisco Manuel da Costa (1806-1874), 1.º Visconde de Montariol por Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1851-1929), futuro 3.º Conde de Bertiandos no círculo eleitoral de Braga. O Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, respondeu aos interessados que os círculos eleitorais não se podiam ceder, nem eram propriedade de ninguém, como se depreende das palavras de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino: «*Parece que surge ahi agora uma nova complicação. O visconde de Montariol escreveu-me dizendo que cedia a candidatura no filho do Conde de Bretiandos. Este tinha-me fallado em tempo na candidatura do filho se o Montariol não se propusesse. Eu respondi que isso me seria agradavel, mas que era necessario combinar isso com V. Ex.ª. Creio que a manifestação do Montariol foi pouco curial, e que esta incurialidade causou desordem nos nossos amigos. V. Ex.ª creio que respondeu bem declarando que o circulo não era propriedade que o Montariol pudesse ceder* (…) *A meu ver, o Montariol, cuja reeleição nos proporiamos por nos ter sido fiel, deixou de se propor para dar logar á candidatura do Gonçalo Pereira* (…) *Se esta candidatura não fôr acceite, propõe-se o Montariol, que nos não podemos combater, e fica desgostozo o conde de Bretiandos, que nos tem obsequiado com esmero, e que como porveio aqui votar connosco no processo de Peniche, apesar de ser parente* (…)».[86] Paralelamente, falava-se na candidatura de Jerónimo Pimentel (1842-1898), pelo círculo de Barcelos: «*Eu desconfio que V. Ex.ª deseje a eleição do Pimentel, e*

---

[85] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877) a 1-1-1874; veja-se a sua biografia no final deste artigo, no índice onomástico.

[86] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 6-1-1874; veja-se a biografia de Francisco Manuel da Costa, 1.º Visconde de Montariol (1806-1874) e de Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1851-1929), 3.º Conde de Bertiandos, no final deste artigo, no índice onomástico.

eu tambem, porq. desejava condescender com a sua vontade. Mas não pode o Pimentel ser deputado por Barcellos, ou por outro circulo? Arranjem-nos meu visconde, porque é m.to levar esta cruz ao calvario. O concurso de todos é indispensavel. V. Ex.ª mal sabe o que por aqui tenho soffrido desde que sou ministro (…)».[87]

Posteriormente, fala-se na reeleição de João Vasco Ferreira Leão (1830-1895), pelo círculo de Guimarães e das condições propostas pelo Visconde de Montariol-Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes a 4-5-1874: «*O meu presidente do conselho tomou como grande fineza que fosse eleito por Guimarães o Vasco Leão, não por ser do Jozé Dias, mas por ser nosso. Fica assim a pasta fechada. Diga aos nossos amigos de Guimarães que o governo pede a sua cooperação. O governo não pode aceitar nenhuma condição das que propõe o visconde de Montariol e Gonçalo Pereira. A questão de quem ha de ser administrador é do governo sob proposta de V. Eª. e a escolha do concelho de districto é das juntas para o governo designar entre os 12 quaes devem ser. O governo nunca se comprometheu senão a dar uma candidatura a G. Pereira, mas nunca prescindiu da cooperação do governador civil. E quando o Montariol se foi embora, eu disse-lhe sempre que deixasse [ao Governo?] o cuidado da candidatura, assim como da designação do circulo. Se não quiserem Montariol e Gonçalo aceitar isto, deixamol-os á sua sorte, e ficamos todos livres de qualquer comprometimento, porque nós nem nos comprometemos a eleger por Braga o Gonçalo. Termina por isso a questão por Guimarães e [Braga?] depois dos outros circulos* (…)».[88]

António Rodrigues Sampaio, acrescentava ainda que, se houvesse complicações no círculo de Braga, que o visconde Margaride e Governador Civil de Braga, poderia propor o seu nome como deputado por esse círculo eleitoral; por outro lado, referia que o governo não aceitaria as condições que o filho de Montariol havia proposto a Fontes Pereira de Melo a 7-5-1874: «*Se na eleição de Braga houver embaraço, e o meu nome puder fazer cessar divergen-*

---

87 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 6-1-1874; veja-se a biografia de Jerónimo Pimentel ou Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos Carneiro (1842--1898), no final deste artigo, no índice onomástico.

88 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 4-5-1874; veja-se a biografia de João Vasco Ferreira Leão (1830-1895), no final deste artigo, no índice onomástico.

cias, auctorizo a V. Ex.ª a propor-me deputado por esse circulo. O filho de Montariol veio aqui, mas não me procurou. Fallou com o Fontes que lhe disse não podermos acceitar as condições que elles ousaram propôr (...)».[89]

A 22-9-1874, o visconde de Margaride, pretendeu demitir-se do cargo de governador civil de Braga, possivelmente no rescaldo dos maus resultados eleitorais no distrito, mas António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, rejeitou exonerá-lo visto este ser um dos seus melhores governadores civis: «*Não serei eu quem ha de dar a demissão ou exoneração de governador civil de Braga a Luiz Cardoso Martins. Em quanto eu for ministro não exonerarei um dos meus melhores governadores civis. Nem Sua Magestade acceitaria a sua demissão. Isto é uma cruz que todos havemos de levar ao calvario. Temos de soffrer m.tas contrariedades, m.to desgosto, m.tas injustiças; mas é preciso ser superior a tudo isso. Temos de ouvir a voz da paixão d'uns que nos hao de procurar mover julgando offendidos os nossos brios, abatida a nossa dignidade, e perdida a nossa conciliação. É preciso resistir a tudo isto, porq. embora haja sinceridade em alguns destes sentimentos predomina em tudo uma especulação politica que é necessario fazer furthar* (...) *V. Ex.ª reconhece a necessidade de sentimento, e o meu presidente falla-me nelle todos os dias. Não nelle a respeito de V. Ex.ª, senão sentimentos d'uma verdadeira estima, e de muita consideração* (...)». Mais uma vez, o visconde de Margaride, reconsidera a sua posição e mantem-se no cargo de governador civil do distrito.[90]

F) O assunto que se segue, é o da inauguração do primeiro troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro da estação da Campanhã, Porto a Braga a 20-5-1875 (telegrama de 20-5-1875 e carta de 8-6-1875). A cerimónia de inauguração, foi presidida pelo Rei D. Luís I e pela rainha D. Maria Pia e por António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877), sendo noticiada no "Commercio do Minho" de 20 e 22-5-1875. Neste jornal, referia-se que os ilustres visitantes foram esperados pela: «*camara municipal, auctoridades civis e militares, funcionarios e muitas*

---

89 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 7-5-1874.

90 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 22-9-1874.

pessoas de distincção. A guarda d`honra era feita pelo regimento d`infantaria 8 e por um esquadrão de cavallaria (…)». Depois descreve ao pormenor esta cerimónia a 22-5-1875: «*O cortejo dirigiu-se pela rua Formosa, praça da Alegria, e rua Nova de Sousa, para a Sé, onde foi cantado Te-Deum, pelo ex.mo snr. Arcebispo coadjuntor, findo o qual seguiu pelo largo do Paço, rua do Souto, campo de Sant`Anna, rua dos Capellistas, campo de D. Luiz I, Porta de S. Francisco e Praça Municipal, para os Paços do concelho. Alli foi pela commissão dos festejos offerecido aos augustos vistantes um lunch de 40 talheres* (…) *O primeiro brinde foi levantado pelo snr. D. Luiz I ao snr. Visconde de Margaride* (…)», acrescentando, que Suas Magestades vinham elegantemente vestidos: «*o sr. D. Luiz vestia a farda de Almirante e a sr.ª D. Maria Pia um vestido de seda azul com ricas rendas* (…)» (O Primeiro de Janeiro de 21-5-1875). Visto que o comboio real, não foi suficiente para trazer todas as pessoas que pretenderam assistir à cerimónia de inauguração, foi necessário um outro comboio, que chegaria à estação de Braga, pouco depois do de Suas Magestades, trazendo o resto dos convidados. A prova da imponência e marca desta cerimónia de inauguração, foi salientada no jornal "Commercio do Minho" do dia 22-5-1875, dizendo: «*As impressões que em nós produsiu o dia 20 de Maio de 1875, tarde e difficilmente se apagarão da nossa memoria* (…)». Também o jornal "O Primeiro de Janeiro" de 21-5-1875, referia que as duas cidades do norte do país, Braga e Porto «*davam um abraço fraternal* (…)», porque passaram a ficar unidas pela «*locomotiva portadora da Boa-Nova do século XIX* (…)». O papel que o comboio desempenhou entre estas duas cidades do norte do país até ao dia 18-9-1875, foi demonstrado no jornal "O Commercio do Porto" desse dia: 7.328 passageiros em 1.ª classe, 18.199 em 2.ª classe e 57.317 em 3.ª classe.[91]

O Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, que organizara este evento relatava em telegrama para António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877): «*El-Rei chegou aqui à uma hora da tarde. Teve uma recepção enthusiastica e brilhantissima. Braga, 20, às oito horas e dezeseis minutos da tarde. El-Rei saiu daqui às cinco horas e meia da tarde. Continua o enthusiasmo. Estou persuadido que em nenhuma parte a família real*

---

[91] cf. Joaquim da Silva Gomes – *Braga e os caminhos-de-ferro*, [S.l.]: J.S. Gomes, 2002 (Braga: – Gráf. do Parque de Exposições), pp. 46, 47, 50.

teve uma recepção tão brilhante. Suas Magestades mostraram-se satisfeitas». O próprio presidente do Conselho em telegrama para o Ministro do Reino, certifica o que o magistrado administrativo do distrito de Braga afirmara: «*Suas Magestades e Altezas acabam de regressar da cidade de Braga, para onde tinham partido hoje às onze horas da manhã, depois da benção das locomotivas, que se fez com toda a solemnidade na estação do caminho de ferro. No transito, tanto na ida como na volta e principalmente na cidade de Braga, Suas Magestades foram victoriadas constantemente com o mais vivo enthusiasmo*».[92]

G) A sétima questão que se coloca, é a da candidatura e eleição de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, pelo círculo vago de Braga, nas eleições suplementares que iriam decorrer a 15-8-1875 (cartas de 3-6-1875, 10-7-1875, 19-7-1875, 15-8-1875 e 16-9-1875). A 3-6--1875, era o visconde de Margaride informado do patrocínio governamental concedido à candidatura de deputado de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), pelo círculo vago de Braga «*Os meus collegas desejam a eleição do Lopo Vaz. Haverá opposição?* (...)».[93]

Nesse mesmo sentido, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, membro do partido regenerador e deputado (em 1870), solicitava-lhe o apoio e protecção à sua candidatura e eleição suplementar pelo círculo vago de Braga: «*Tendo o Governo deliberado patrocinar a minha candidatura por um dos circulos vagos, e desejando apresental-a pelo circulo de Braga, tomo a liberdade de dirigir-me a V.ª Ex.ia por esta via para pedir-lhe a especial fineza da sua valiosa e efficaz coadjuvação e para saber se é do seu agrado que eu seja o candidato por esse circulo. Não é meu intuito contrariar a vontade*

---

92 cf. *Centenário do caminho de ferro a norte do rio Douro (1875-1975)*, *http://www.vialivre.org/comboios/historia/ponteMP002.html* e Diário do Governo de 21-5-1875; e Joaquim da Silva Gomes, *op. cit.,* pp. 46, 47, 50.

93 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 3-6-1875. Foram realizadas eleições suplementares a 15-8-1875, visto terem vagado quatro lugares de deputados na Câmara dos Deputados em quatro círculos eleitorais, nomeadamente, nos distritos administrativos de Braga, Castelo Branco, Faro (Lagos) e na província ultramarina de Angola (Luanda). Pelo círculo vago do distrito de Braga, foi nomeado pelo partido regenerador e Governo, Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), que o visconde Margaride e Governador Civil de Braga, mostrou grandes reservas e dúvidas; consulte--se: Diário do Governo de 10-7-1875, n.º 152 – Ofício Ministério dos Negócios do Reino – Direcção Geral de Administração Política e Civil a 10-7-1875.

dos verdadeiros amigos do Governo, como V.ª Ex.ia, e é meu dever impreterivel concorrer para nem directa, nem indirectamente, crear difficuldades de qualquer especie á situação constituida, de que sou amigo dedicado. Conheço alem d'isso, que sem o auxilio de V.ª Ex.ia impossivel me seria triumphar na luta eleitoral. Por todos estes motivos e pela especial consideração que tenho pelos altos dotes de V.ª Ex.ia não quero, nem posso eximir-me de consultar a vontade de V.ª Ex.ia e de sollicitar a sua acquiescencia e auxilio. Tanto o governo, como eu, desejamos marchar inteiramente de accordo com V.ª Ex.ia, e por isso aguardo a sua resposta e com ella as suas ordens (…)».[94]

A 10-7-1875, o Visconde de Margaride, era informado por António Rodrigues Sampaio, da antecipação da data das eleições, devido ao facto de se querer realizá-las antes da divisão das comarcas: «*Não podemos demorar para outubro as eleições, porque convem fazel-as antes da divisão [das] comarcas. Sahe hoje publicado no Diario o decreto, expressa a eleição a 15 de agosto. Antecipar a domingo para ainda colher em os circulos a gente que so mais tarde sahirá em mais força. O meu presidente do Conselho recomendou-me que deve a V. Ex.ª esta explicação, porq. desejava m.to seguir a opinião de V. Ex.ª e dos nossos amigos se aquella circunstancia das commarcas não nos forçasse a proceder assim*».[95]

No entanto, o governador civil de Braga, mostrou a Fontes Pereira de Melo, bastantes reservas a esta candidatura, como se depreende na carta enviada pelo presidente do Conselho, que no entanto não retrocede na sua escolha: «*Acabo de receber a estimada carta de V. Ex.ª de 3 do corrente, e fico inteirado do quanto me diz. É certo que poderiamos ter adoptado candidatura que fosse mais bem aceite em Braga, porem agora não tem isso remedio, e não podemos retroceder. O que é certo, porem é que os amigos d'hontem, que nos abandonaram com o protesto de que o candidato não era de Braga, mostraram que n'elles o espirito partidario era*

---

94 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), membro do partido regenerador e deputado (em 1870) a 20-6-1875; veja-se a biografia de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), Ministro da Fazenda (de 25-3-1881 a 14-11-1881), Ministro da Justiça (24-10-1883 a 20-2-1886), Ministro do Reino e interinamente da Instrução Pública e Belas Artes (1891-1892), no final deste artigo, no índice onomástico.

95 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 10-7-1875

subordinado a outras considerações locaes, e posto isto, ter-nos-iam abandonado igualmente com outro qualquer fundamento, se os seus interesses, o seu amor proprio, ou os seus caprichos, os tivessem levado a isso. Agora só nos cumpre andar para diante. Estou certo que V. Ex.ª, fará tudo quanto dignamente se pode fazer, p.ª o triumpho da candidatura de Lopo Vaz, e que os nossos amigos não descançam. Entretanto é preciso manter a liberdade da urna, e a ordem publica. O resto a Deus pertence e confio na vitoria (…)».[96]

No seguimento da derrota de Lopo Vaz Sampaio e Melo e da vitória maioritária de Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1851-1929), 3.º Conde de Bertiandos a 15-8-1875, pediu novamente o Visconde de Margaride, a demissão do cargo de Governador civil do distrito de Braga, que não veio a efectivar por pressões de vários membros do governo: «*Recebi hoje telegramma de V. Ex.ª pedindo-me para eu sollicitar de S. Mg.e a sua demissão do cargo que tão dignamente tem exercido de Governador Civil do districto de Braga. Supponho que esta deliberação de V. Ex.ª é devida ao resulttado da eleição, que hontem ahi teve lugar, e, se assim é, permitta-me que lhe obsequie quanto pouco solido o fundamento sobre que V. Ex.ª querer resignar as suas funções, sendo certo que o Governo está m.to satisfeito com o modo por que V. Ex.ª, se honra n'esta conjunctura. Se, porem, V. Ex.ª contra a minha expectativa, e contra os meus desejos, insistir em que lhe seja concedida a exoneração do lugar, que exerce, rogo a V. Ex.ª que tenha a bondade d'esperar alguns dias, até que de Vidago volte a Lisboa o S.r Sampaio, por que desejo que elle tome a parte que lhe compete na resolução d'este negocio. O S.r Sampaio deve chegar a Lisboa no dia 22 do corrente* (…)». No mesmo sentido, pronunciou-se António Rodrigues Sampaio, aconselhando-o a dar pouca importância às "paixões" políticas devido à derrota eleitoral nesse círculo; falando-lhe na colaboração e coadjuvação de Jerónimo Pimentel na administração desse distrito; e que iria ser publicada uma portaria governamental, que referia não poder ser lhe dada a exoneração do cargo de governador civil de Braga: «*As paixões politicas devem-se ir senão extinguindo, ao menos amortecendo e abandonando. Estou procurando meios de tornar facil a V. Ex.ª a administração desse districto, e espero conseguil-o* (…). *Envio-lhe hoje uma portaria em que digo que o*

---

[96] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877) a 5-8-1875.

governo não lhe pode conceder a exoneração por V. Ex.ª ter feito o seu dever, e por ter correspondido á confiança do governo. V. Ex.ª não quer de certo que eu invoque o nome de El Rei em vão. Elle quer isso. No mais nos conversaremos (...)».[97]

H) Outro assunto transversal neste acervo, é o da necessidade do recrutamento militar no distrito de Braga (cartas de 14-9-1872, 9-4-1873 e 17-11-1874). O recrutamento militar, foi sempre uma das grandes preocupações que esteve presente no espírito de Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, nomeadamente a 14-9-1872: «*Veja V. E.ª se activa o recrutamento. É nos isso m^to^ necessario não como partido, mas como nação* (...)»[98], e reforça ainda esse assunto noutra missiva «*outro objecto que recommendo muito em V. Ex.ª é o recrutamento. Carecemos delle como athe medida de segurança. Confio em Deus que não careçamos d'um grande exercito, mas é urgente actuarmos pervinidos mesmo para evitar desastres* (...)».[99]

A 3-3-1877, era informado por António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, sobre a concessão que lhe havia sido feita do título de Conde de Margaride; sobre os motivos da demissão do governo de Fontes Pereira de Melo (1871-1877); acerca da constituição do novo governo do Marquês de Ávila, que deveria demorar a formar-se; e que a sua demissão ficava na secretária para ser concedida pelo novo governo: «*A unica mercê que pedi a S.M. depois de acceite a demissão do ministerio, mas antes de ser substituido, foi a de conde para V. Ex.ª Quiz por este modo mostrar a V. Ex.ª quanto me penhorou o sacrificio que V. Ex.ª fez em desistir do pedido da exoneração que fez mais d'uma vez, e que o meu presidente do conselho julgou inevitavel. A tamanha fineza serei eu eternamente grato. Á hora em que escrevo que é á uma da noite de sabbado, ainda não está organizado gabinete porque o marquez de Avila deve encontrar alguns embaraços. Nos dimittimo-nos pela repugnancia insencivel que o Serpa, mostrou em continuar por ter a*

---

97 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877) de Lisboa a 16-8-1875 e Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 16-9-1875.

98 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 14-9-1872.

99 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 17-11-1874.

seculos amniesado e não poder com um trabalho insano, o que se poderia remediar se o Fontes não estivesse ha perto de 15 dias parte dos quaes de cama; e outros sem poder sahir do seu quarto. Como ninguem nos informou talvez apoiaremos o gabinete se não for composto de elementos que nos sejam repugnantes. Não defino no pedido da sua demissão porque não quero que o marquez de Avila pense que faço isto por hostilidade, mas ficará na secretaria o pedido para elle lh'a dar a pedido de V. Ex.ª. (…)».[100]

Com a subida ao poder do governo regenerador presidido por António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) a 29-1-1878, foi nomeado para o cargo de governador civil do distrito do Porto, que exercerá de 6-2-1878 até 3-6-1879. Desde logo é requerida a sua presença em Lisboa, juntamente com Bento de Freitas Soares (1822-), para se tratar das candidaturas pelo círculo eleitoral do distrito do Porto, às eleições legislativas, que se iriam efectuar a 13-10-1878: «*O meu presidente do conselho deseja que V. Ex.ª chegue aqui para falarmos sobre eleições e sobre candidaturas. Desejava que viesse com V. Ex.ª o nosso amigo Bento de Freitas* (…)».[101]

Com o aproximar das eleições legislativas (13-10-1878), este assunto é discutido de forma mais intensa. António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879), informava-o da votação da eleição de procuradores em Lisboa; na fraude dos recenseamentos e derrota na cidade do Porto e notícias eleitorais no resto do País a 5-8-1878: «*Hontem telegraphei a V. Ex.ª dizendo-lhe que em Lisboa tinhamos mais de mil votos de maioria na eleição dos Procuradores, que foi a unica cujo escrutinio começou [?] a lista de opposição em que estão os nomes mais notaveis da opposição. Esta victoria consola-me da derrota do Porto. É evidente que ahi houve fraude nos recenseamentos, porem na eleição de deputados teremos muitos elementos a nosso favor, que agora não tinhamos. O perigo está em desanimarem os nossos amigos: é preciso intentar a força moral, e o veto não vale nada. Temos vivido quasi sempre com a Cam.ª do Porto na opposição, e ainda ninguem morreu por isso. Anime os nossos, que não ha motivo serio para o contrario, as noticias são boas em geral de todo o Reino; e o facto*

---

[100] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877) de Lisboa a 3-3-1877.

[101] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1878-1879) a 16-5-1878.

da Capital é significativo (...)»[102]; referindo-lhe, que escrevera a José Moreira da Fonseca para entrar activamente na luta eleitoral, visto ter grande influência no distrito do Porto: «*N'esta data escrevo ao Joze Moreira da Fonseca para que entre e activamente na lucta eleitoral. Precisamos de todos, e ele tem muita influencia, e uma grande actividade. Faça V. Ex.ª por isso parte o que puder n'este sentido, e [?] faça nem que outros amigos nossos se não despeitem, p.ª que precisamos de união de todos* (...)»[103]; questionando-o sobre a lista de candidatos progressistas pelo círculo do Porto: «*Nada sei das candidaturas do Porto, senão vagamente. Parece que se propõem o Gonçalves, e Vieira de Castro, porem a lista ultima está definitivamente acrescentada? E ha probabilidades para taes candidaturas? Pode-se d'aqui ajudar com algumas influencias? Ainda me parece incrivel que o Porto eleja o Marianno!* (...)»[104]; falando-lhe da candidatura de José Quaresma de Valle do Rio ao círculo do Porto e de [António Maria?] Jalles na eleição das freguesias rurais de Paranhos e Campanhã: «*Hoje vai pelo correio uma carta do Quaresma de Valle do Rio para o Carneiro de Mello, instando com elle para que apoie a candidatura do Quaresma. Na proxima segunda feira irá outra carta do irmão d'aquelle que escreveu hoje. Talvez mesmo eu possa resolver algum d'elles em ir ao Porto, falar ao Carneiro de Mello. É preciso vencer esta eleição a todo o custo. Preocupe-se V. Ex.ª d'isto, e empregue toda a sua influencia, actividade e energia para o conseguir. O Jalles pode, e* ***deve*** *vencer a eleição nas freguesias ruraes Paranhos e Campanhã. Conheço o Porto ha muito tempo, e sei bem a influencia de que podem dispor certos individuos. Sou amigo do Jalles, porem elle gosta um pouco de jogar com todos os partidos, e eu não estou dispposto a deixar-me illudir n'esta questão. Este negocio para mim é muito serio, e o Jalles arrisca-se muito, se eu me convencer de que elle não faz* ***tudo Asthutamente tudo*** *quanto pode e*

---

[102] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 5-8-1878.

[103] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 29-9-1878.

[104] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 4-10-1878. Suponho, que se refira a José Monteiro Vieira de Castro (* Fafe a 30-10-1849, + 1905), Deputado (1880-1905).

deva fazer (…)»[105]; da necessidade de envio de recursos financeiros para as despesas eleitorais do Porto e fala na eleição do círculo do Bonfim: «*Tenho pedido a alguns amigos que ajudem o Centro, mas V. Ex.ª bem sabe como é difficil achar quem dê dinheiro. Comtudo algum tenho obtido, e, sendo absolutamente indispensavel, repartirei com o Porto, se os nossos ricos amigos, n'essa rica cidade, precisarem d'este auxilio. Rogo a V. Ex.ª que me diga pelo telegrapho de modo que eu entenda, mas que não entenda o publico, que somma lhe é* ***indispensavel.*** *Eu responderei. V. Ex.ª, bem sabe o empenho que eu tenho na eleição do Bonfim* (…)»[106]; no apoio e coadjuvação de Henrique Burnay, capitalista, contra a candidatura progressista de Mariano de Carvalho: «*Hontem partiu d'aqui para o Porto Henrique Burnay, que se offereceu a trabalhar efficazmente, por meio d'um influente de que julga dispor, contra a candidatura de Marianno, e que se promptifica a fazer a despesa necessaria, dentro dos limites da requisição de V. Ex.ª.* (…) *Eu não disponho de dinheiros publicos para eleições, mas tenho reunido amigos meus pessoaes e politicos, e alguma cousa tenho conseguido. Entretanto como sempre é difficil achar quem dê dinheiro e as exigencias são grandes, preciso de proceder com economia e parcimonia. Para vencer porem a eleição contra Marianno conta V. Ex.ª comigo nos termos acima indicados. José Quaresma Valle do Rio e compª, já escreveu ao Carneiro de Mello, mas farei com que escreva novamente. Tambem para ahi partiu o Visconde de Bella Vista, que diz poder dispor d'alguns elementos contra o Marianno* (…)».[107]

Logo após as eleições legislativas, António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879), informa-o que o governo não se demitiria, visto que obtivera um resultado global positivo no País a 15-10-1878: «*Acabo de receber a estimada carta de V. Ex.ª, e apresso-me a responder, desejando que o saibam os nossos amigos, que não dei a demissão, nem dou, nem tenho*

---

[105] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 5-10-1878. Suponho, que se refira a António Maria Jales (* Setúbal a 19-4-1849, + 6-8-1900), Governador Civil de Évora (1892-1897), Deputado (1884-1893), Par do Reino Electivo (1894).

[106] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 9-10-1878.

[107] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 9-10-1878; veja-se a biografia de Henrique Burnay (1838-1909), 1.º Conde de Burnay (1888) e de Mariano Cirilo de Carvalho (1836-1905), no final deste artigo, no índice onomástico.

fundamento para isso. A derrota da opposição é monumental, tomado o pai[z] no seu conjunto, e o Gov.º faltaria ao seu dever se procurasse retirar-se, quando acaba de receber tão solenne confirmação da sua politica (…)».[108]

Mesmo após cessar funções, como governador civil do distrito do Porto e com o partido regenerador na oposição (1879-1881), continua a merecer a confiança de António Fontes Pereira de Melo, Chefe do Partido Regenerador, que referia-se ao modo como desempenhara o cargo de governador civil do Porto; sobre a actuação do seu governo (1878-1879); e das lutas eleitorais futuras, nomeadamente nos círculos do Porto e de Braga a 16-6-1879: «*Não quero deixar passar mais tempo sem dizer a V. Ex.ª que me app[e]lando do modo por que V. Ex.ª se desempenhou das altas funcções do seu cargo durante o periodo em esteve á frente da administração d'esse districto. Ao acto de demissão do Ministerio, que eu presidi ainda não chegou a hora de fazer justiça. Estou certo que dentro em pouco se convencerão todos de que eu fiz o meu dever. Agora é preciso mostrar que o partido regenerador não está morto, e por isso iremos ás eleições em toda a parte. Diga-me V. Ex.ª quaes são os circulos n'esse districto, e no de Braga, onde, segundo a sua opinião, poderemos luctar com probabilidade de bom resultado* (…)».[109] Referia também que o governo havia cometido alguns erros, mas de forma involuntária e que estava pronto para ir à luta se o partido assim o entendesse: «*Pelo que diz respeito á politica do Ministério transacto é provavel que cometteriamos erros, e isso sinto eu muito, mas, pela minha parte, como, se os pratiquei foi involuntariamente, estou tranquillo com a minha consciencia e isso me basta. Se os nossos amigos quiserem luctar, estou prompto e ajudal-os até aonde puder; se não precisarem, não me mortifico. Com isso, e deixo ao tempo o cuidado de lhes esclarecer e opinião* (…)».[110]

É tal a sua ascendência dentro do partido no Norte do País, que António Fontes Pereira de Melo, informava-o ter sido nomeado Vice-Presidente do Centro Regenerador no Porto: «*V. Ex.ª foi nomeado*

---

[108] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1878-1879) a 15-10-1878.

[109] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador de Lisboa a 16-6-1879.

[110] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador a 24-6-1879.

Vice Presid.te do nosso centro no Porto na grande reunnião do partido que ali teve lugar. Rogo a V. Ex.ª que não rejeite, e que tome n'este importante negocio a posição que lhe compete, e que use da influencia incontestavel de que dispõe, para utilizar aquella imponente manifestação. Depois d´aquelle acto, não se fazer nada será uma vergonha, e uma infelicidade. Eu cumpro o meu dever fazendo este pedido a V. Ex.ª, e confio no seu espirito politico, e na sua dedicação partidaria. É preciso que V. Ex.ª anime os nossos amigos (…)».[111]

Com a subida ao poder do ministério presidido por António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Presidente do Conselho (de 25-3--1881 a 14-11-1881), as suas relações com o governo regenerador continuam a ser as melhores, como se pode verificar numa carta enviada por um alto signatário da igreja portuguesa, acerca da futura nomeação de seu cunhado pela Santa Sé para coadjutor de alguma diocese do País: «*Havendo da parte da Santa Sé Apostolica a magnifica intenção de que seu R.mo Cunhado Monsenhor João Rebello seja aproveitavel para Venerando Prelado ou mesmo Coadjuctor de alguma Diocese onde mais convenha ao serviço da nossa Santa Egreja. E havendo receio de que esta bella intenção não seja bem acceita pelo respeitabelissimo Governo de Sua Magestade Fidelissima e estando V. Ex.cia como felizmente está nas mais intimas relações com a situação que felizmente rege os destinos d'este Paiz não seria fóra de proposito que V. Ex.cia na primeira occasião em que se lhe offereça o melhor ensejo disponha convenientemente as couzas de modo que quando o Venerando Delegado Apostolico do Summo Pontifice fallar com respeito á collocação, digo á futura collocação do Monsenhor seu R.mo Cunhado, elle não encontre as difficuldades que da parte do Governo costumam apparecer em casos semelhantes* (...)».[112]

I) Por último, no derradeiro ano de vida de Rodrigues Sampaio, coloca-se a questão da candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães pelo círculo vago de Guimarães, nas eleições suplementares que iriam decorrer a 26-11-1882 (cartas de 29-7-

---

[111] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador de Lisboa a 6-9-1879.

[112] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de José Jerónimo Ribeiro (-), membro da igreja portuguesa a 13-6-1881; veja-se a biografia de D. João Rebelo Cardoso de Menezes, (1832-1890), Bispo de Lamego (1887), Arcebispo de Mitilene (a 7-12-1884) e de Larissa (1887), no final deste artigo, no índice onomástico.

-1882, 30-7-1882, 1-8-1882). A 30-7-1882, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, enviava uma missiva a António Rodrigues Sampaio, Presidente interino do Tribunal de Contas, requerendo a sua intervenção directa, junto do Conde de Margaride para que este defendesse, a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), pelo círculo vago de Guimarães às eleições suplementares de 26-11-1882. Contudo, este último político viria a ser eleito deputado pelo círculo de Lamego: «*O nosso amigo Miguel Dantas, pede-me que eu sollicite a valiossissima intervenção de V.ª Ex.ia para com o Conde de Margaride, p.ª que este acceite e proteja a candidatura do nosso amigo D.r Bernardino Machado, pelo circulo vago de Guimarães. É este d.r nosso amigo politico, lente distincto da Universidade, afilhado no capello, do Fontes, a quem é pessoalmente dedicado. Eu teria muita satisfação em o vêr eleito deputado, e creio que n'esta qualidade nos prestaria bons serviços. Se V.ª Ex.ia poder interessar-se com o Conde de Margaride em favor d'elle, eu muito e muito estimaria, e teriamos feito eleger um bom deputado – o que nem sempre nos acontece* (…)».[113]

Assim, António Rodrigues Sampaio, envia as cartas de Lopo Vaz de Sampaio e Melo e de Miguel Dantas ao Conde de Margaride, para que este fizesse o que bem entendesse neste assunto: «*Envio-lhe essas duas cartas. Apresento-lhas sem recommendação alguma. V. Ex.ª fara o que entender. O que eu desejo é que o Lopo e o Dantas saibam no caso de ser preciso, que eu escrevi a V. Ex.ª* (…)».[114]

Contudo, poderemos também aferir outros temas político-administrativos menos relevantes, como sejam: acerca dum acórdão da comissão de viação do concelho de Vieira do Minho; sobre as queixas do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu e da questão do ordenado do juiz ordinário de Vieira do Minho a 9-4-1873; sobre o abuso dos discursos públicos dos padres nas igrejas e a inconveniência de lhes empreender qualquer acção a 23-5-1873; reiterando-lhe a sua confiança pessoal e de todo o

---

[113] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1842-1892), Deputado, a António Rodrigues Sampaio (1806-1882) a 30-7-1882; veja-se a biografia de Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), Presidente da República (1915-1917, 1925-1926), Presidente do Conselho no final deste artigo, no índice onomástico.

[114] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882) a 1-8-1882

ministério no âmbito e exercício das suas funções de magistrado superior do distrito de Braga a 27-6-1873 e a 21-7-1873; sobre a concessão que lhe havia sido feita do título do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima a 2-9-1874 e a 25-9-1874 e da comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa a 13-5-1876, 28-5--1876 e 10-9-1876; procurando saber a sua opinião sobre a divisão dos círculos eleitorais a 17-9-1874: «*Peco-lhe que me informe com urgencia qual nos convem mais: A divisão dos circulos como actual se acham por deputados ou A divisão anterior da lei de 23 de 9bro de 1859?* (…)»[115]; recebendo felicitações de Rodrigues Sampaio, por fazer malograr tentativas anárquicas no distrito de cariz republicano ou socialista no distrito a 4-4-1876: «*Felicito-o por ter conseguido fazer abortar as tentativas anarchicas q. outra cousa não são os esforços dos meetingueiros* (…)»[116]; alertando-o sobre problemas internos que se avolumavam entre as cidades de Guimarães e de Braga, sobre a polícia civil e o caminho-de-ferro a 25-6-1878, referindo-lhe: «*Na questão da policia civil, inquestionavelmente Guimarães não tem razão; e na minha opinião Braga não a tem na questão do caminho de ferro. Guimarães aceitaria de bom grado o tributo de Viana, de Esposende, e de Fafe se houvesse homens em Guimarães com distanciamento permanente. Fale V. Ex.ª com o Meu presidente do Conselho. A defesa districtal para a policia vir cabeças do districto é legal, e se os concelhos começam a querer ser independentes uns dos outros, nem teremos viação, nem instrução, nem segurança* (…)»[117]; informando-o, que estivera pessoalmente com o monarca para lhe dar conhecimento do teor da sua carta e da oferta

---

[115] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino a 17-9-1874. O que estava aqui em questão, era a escolha eleitoral entre a carta da lei de 23-11-1859 e o decreto de 18-3-1869. A carta de lei de 23-11-1859, fora emitida pelo governo do Duque da Terceira, no mesmo dia em que se dava a dissolução parlamentar. Esta lei foi aprovada por uma câmara de maioria histórica, durante um governo regenerador. Nela, estabeleceram-se 156 círculos uninominais no continente e 9 nas ilhas, sendo o sufrágio directo e secreto. Cada círculo reunia em média 23.778 habitantes. Contudo, diminui o censo e para ser elegível era necessário ter 40$000 réis por décimas de juros ou quaisquer proventos municipais, misericórdias ou hospitais e 4$000 réis de contribuição predial, rústica ou urbana. Por outro lado, na situação eleitoral vigente do decreto de 18-3-1869, existiam apenas 100 círculos uninominais e 100 deputados.

[116] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 4-4-1876.

[117] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1878-1879) de Lisboa a 25-6-1878.

do mesmo, em o receber em sua casa, caso este passasse por Guimarães, dando prévio conhecimento da mesma ao presidente do Conselho, Marquês de Ávila; e falando dos presumíveis incidentes passados em Vila Real a 19-6-1877; referindo-lhe que o presidente do Conselho, concordava com a sua opinião acerca das reuniões, mas que em relação às associações, só permitiria as autorizadas pelo Governo a 6-12-1878: «*O presidente do conselho conforma-se com a sua opinião a respeito da reunião. As reuniões só permittidas; as associações não a serão sem autorização do governo, que não approvará essa. O nosso dever agora é velar pela ordem publica* (…)»[118]; confrontando-o com a realização duma manifestação socialista que iria decorrer no dia seguinte no Porto, sendo alertado para a necessidade da sua vigilância a 7-12-1878: «*É bom que amanhã a auctorida[de] que deve assistir ao meeting socialista tome nota dos nomes das pessoas que o dirigem, das pessoas que fallam, do que dizem, do fim a que movem para se apreciarem as suas tendencias. É preciso saber se elles tem ja associações auctorizadas, quem o apoia, senão tiver existencia legal. A procuração devia ser assignada por algum quem fossem os signatarios della. Estimei a sua carta recebida hoje que mostrei a El Rei. Ainda q^e^ eu também não accredite é necessário vigiar, porque mal meus perdermos as vigilias do que termos de nos arrepender da nossa confiança* (…)»[119]; sobre o seu pedido de demissão do cargo de governador civil do Porto, embora mais uma vez lhe tenha sido indeferida a mesma em Fevereiro de 1879: «*El Rei não o dispensa do cargo de governador civil do Porto, nem a cidade da Virgem. Os decretos dos administrativos vão também hoje á assignatura. Á noute V. Ex.ª será recebido no Porto de braços abertos* (…)»[120]; e pedindo-lhe, o envio dos documentos da Lei de 3-5-1878, referentes ao artigo 4.º, que estabelecia as categorias para aceder ao pariato a 22-12-1881.

2.º Cartas de cariz administrativo (23): Este núcleo, revela sobretudo assuntos de cariz administrativo das funções e cargos que o Conde de Margaride ocupara, quer no governo civil de Braga

---

[118] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1878-1879) a 6-12-1878

[119] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 7-12-1878.

[120] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1878-1879) de Lisboa a 25-2-1879.

(1871-1877), quer no do Porto (1879) e das orientações e conselhos ministeriais dados por Rodrigues Sampaio, como ministro do Reino.

Entre os temas mais relevantes neste bloco, destacam-se, a questão da árvore da praça da Oliveira em Guimarães (carta de 1-12-1871 e 30-12-1871). Antes do final desse ano (1-12-1871), procurou enquanto magistrado do governo civil de Braga, remover a árvore da praça da Colegiada de N. Sr.ª de Oliveira em Guimarães, para outro local da cidade obtendo do ministro do Reino a resposta, que iria ver o que poderia fazer em termos legais: «*Verei o que posso fazer na questão da Oliveira. Tudo quanto puder fazer dentro da lei esteja certo que o hei de fazer*». Tratava-se de remover a árvore da praça, a Oliveira da Praça, secular árvore no meio da praça, objecto da maior devoção dos vimaranenses, que segundo a autarquia obstruía o trânsito. O arboricido, foi negado por portaria de 13-11-1871, sendo executado posteriormente na calada da noite, provocando grande indignação entre a população.[121]

---

[121] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 1-12-1871. Já no ano anterior, como presidente do município, recebera resposta negativa de José António Martins Vimaranense, Presidente do Cabido de Guimarães a 15-12-1870 «*Accuso a recepção do officio de 12 do corrente que V. Ex.cia se dignou endereçar-me com o fim de propor ao meu Revemo Cabido a remoção da oliveira do lugar em que se acha ha seculos, para um outro sitio. A resposta do Revemo Cabido á novissima proposta e insistencia de V. Ex.cia a tal respeito é sempre a mesma que tem dado a todos os Exmos Presidentes Municipaes, que sobre o mesmo objecto tem feito propostas identicas. Convencido de que é indispensavel a permanencia da sua Oliveira ali, pois que a remoção d'ella é a sua morte, o cabido não pode, nem deve consentir na intentada remoção, menos que não seja, para isto compelido por força maior* (…)». Pela portaria de 13-11-1871, o Governo «*denega a sua expropriação* (…) *atendendo que no processo se não prova concludentemente a utilidade da expropriação pois que a impossibilidade ou dificuldade do trânsito que se tomou como fundamento della, são desmentidos pelos documentos juntos, especialmente pela resposta que se procedeu* (…)». O arboricídio mesmo assim vai ter lugar a 17-1-1872 onde «*apareceu separada do tronco á altura de pouco mais de um metro, a oliveira da Praça de Nossa Senhora da Oliveira* (…)» (in Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998, p. 405).
A insigne Colegiada de N. Sr.ª de Oliveira, começou por chamar-se de Colegiada de Guimarães, tendo um vasto património urbano na vila de Guimarães e rural espalhado por 27 freguesias nas regiões de Entre Douro e Minho. A sua origem remonta ao mosteiro duplex (para religiosas e religiosos), fundado em meados do século X pela Condessa Mumadona Dias, nas terras de Vimaranis, sua propriedade. Possuindo grande autonomia, não reconhecia a autoridade e superioridade hierárquica do Arcebispo de Braga, mas apenas a Santa Sé e o Rei de Portugal, o que deu origem a graves

Paralelamente, teve também de ocupar-se de outros assuntos também de cariz administrativo, como sejam: os procedimentos para a demissão dos amanuenses a 18-12-1871: «*Para a demissão do amanuense é necessaria a intervenção do governo ao qual V. E. deve enviar o requerimento delle. Essa demissão ser lhe ha imediatamente dada. A nomeação é da competência de V. E. sem ser preciso a confirmação do governo e sem necessidade de concurso*»[122]; a rectificação do orçamento da câmara municipal de Braga a 27-12-1871 e a 28-5-1872: «*A camara municipal dessa cidade tem sido contumaz na reforma do orçamento para o anno que está a acabar* (…) *Se a camara não se cinge á lei eu não lhe approvo o orçamento, e o tribunal de contas procederá depois como entender. Alem da portaria a camara desviou o cumprimento de leis, e eu não approvarei o orçamento fóra do anno economico* (…) *O que póde haver então são as contas, e essas são pautadas e tomadas, á vista do orçamento do anno anterior. Veja se leva a camara a orçar razoavelmente a receita, e a fazer as alterações que se lhe indicam. É isto do interesse della e da administração* (…)»[123]; uma sindicância contra o procedimento do juiz da comarca de Guimarães, Francisco Henriques de Sousa Secco (1823-) a 27-3-1872 e 24-6-1872: «*Foi presente a Sua Magestade El Rei o officio do Governador Civil de Braga, pedindo que se proceda a uma syndicancia sobre o seu procedimento com relação ao juiz de districto da Comarca de Guimarães Sousa Secco* (…)»[124]; o concurso público para a igreja de

---

conflitos com o episcopado bracarense. Ao logo dos tempos, esta instituição gozou da protecção dos reis de Portugal, que enriqueciam também a colegiada através de doações e confirmando privilégios antigos de que usufruía este estabelecimento e os que para ela trabalhavam, como por exemplo o privilégio das Tábuas Vermelhas a 21-7-1455.

122 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877) de Lisboa a 18-12-1871.

123 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 28-5-1872.

124 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877) de Lisboa a 27-3-1872. Entre Fevereiro e finais de Agosto de 1872, publica-se em Guimarães um jornal com o título ”Justiça de Guimarães”, que apenas tratou de um assunto: o conflito que então se abriu entre a cidade e o juiz da comarca, Francisco Henriques de Sousa Seco (1823-), que terminou com a saída deste magistrado da cidade. As malfeitorias realizadas por este juiz, foram resumidas por João Lopes Faria na sua obra “Efemérides Vimaranenses”, que referiu: abusava da lei, entre outras coisas, levando grandes emolumentos; teve conflito com o delegado Adelino Pinto Tavares Ferrão, chegando este a pedir a demissão; desconsiderou e ofendeu o advogado Bento Cardoso, que teve de se abster de

Guardizela a 14-9-1872; a possibilidade de criação de uma repartição especial para o exame das contas a 28-5-1873: «*A creação da repartição especial para o exame das contas não póde ser decretada pelo executivo porq. este não pode obter a jurisdição nem a competencia das corporações e magistrados*»[125]; o decreto da transferência das datas da sessão da Junta Geral do Distrito a 11-5-1876.

Mas existem também outros assuntos administrativos, que merecem a atenção de António Rodrigues Sampaio, como sejam: o decreto de demissão do administrador do concelho de Lanhoso a 30-12-1871; a transferência dos administradores do concelho do distrito de Braga entre 1871-1872; a concessão do título de Visconde de Margaride, a nomeação para a alfândega de Viana do Castelo e a nomeação ou transferência dos aspirantes das alfândegas marítimas a 2-8-1872; a forma de um requerimento dum funcionário da administração de Fafe a 30-5-1873; o decreto de nomeação de escrivão da Fazenda de Braga a 4-11-1873; o pedido de nomeação de Reitor do Liceu de Viana do Castelo a 29-12-1875; a atribuição de comendas a vários indivíduos a 4-4-1876; o pedido de provimento do administrador do concelho de Póvoa de Lanhoso a 5-4-1876; requerimentos para a atribuição do hábito da Ordem de Cristo a 15-5-1876; o conhecimento do conteúdo da carta de Luís Ribeiro Martins da Costa e da incompatibilidade de nomeação do conservador para administrador do concelho a 27-5--1876; a nomeação efectuada para escriturário da Fazenda, para um primo de suas netas a 8-7-1876; a proposta de nomeação de um oficial para comissário geral da policia no Porto e felicitando-o pela sua nomeação como governador civil do Porto a 29-3-1878; o requerimento de duas comendas e o programa de um concurso anunciado na imprensa a 4-10-1878; a atribuição do título de visconde a um individuo a 16-4-1879.

---

ir ao tribunal, bem como quase todos os mais; suspendeu Avelino da Silva Guimarães, que era o Presidente da Câmara, por ela (Câmara) recorrer contra ele juiz, à conta dos órfãos que tinham 7 anos, conforme a isso ordenava a lei; multou José da Cunha Sampaio; mandou trancar algumas páginas duma promoção inteira, num processo-crime do ex-delegado Adelino Ferrão, em que era réu o juiz eleito de S. Miguel das Caldas, etc., etc.

[125] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877) a 28-5-1873.

3.º Cartas com assuntos diversos (7): Os temas aqui expostos são variados e passam por assuntos tão diversos como: a informação da cooperação de António Gaspar no distrito de Braga (a 7-11-1872); a diligência de serviço de um oficial da polícia a Braga (a 10-1-1873); enviando-lhe uma participação [oficial?] (a 8-3--1873); o conhecimento duma nota de um membro do ministério da Guerra em resposta a uma missiva enviada pelo magistrado administrativo (a 6-5-1876); abordando-o sobre um assunto não especificado, salientando não haver urgência no mesmo (a 2-12-1877); agradecendo-lhe o seu empenho num pedido que lhe havia formulado (a 17-6-1878); e por último, desejando-lhe um Feliz Ano e procurando saber quando viria a Lisboa para poderem conversar (a 30-12-1879).

Sendo o Conde de Margaride, um dos membros mais influentes e destacados do partido Regenerador, foi-lhe solicitada diversas vezes a sua influência e intercessão política, como seja as de: Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), como candidato a deputado pelo círculo de Braga nas eleições suplementares de 15-8-1875 (a 20-6-1875); de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819--1887), para que aceitasse o cargo de Vice-Presidente do Centro Regenerador no Porto e na votação e eleição dos 40 maiores contribuintes do distrito de Vila Real (a 6-9-1879 e -12-1885); de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), acerca de Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), como candidato a deputado pelo círculo vago de Guimarães (a 29 e 30-7-1882); de João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), na eleição de deputado pelo círculo de Guimarães (em 1884 e 7-6-1887); de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), na escolha do novo chefe do partido Regenerador após a morte de Fontes Pereira de Melo (a 6-9-1887), etc., etc.

Por diversas vezes, utiliza a sua influência para obter cargos ou empregos para outros indivíduos, como seja: de Manuel Vianna Júnior, para escriturário em Ponte de Lima (a 16-5-1874); de José de Faria Sampaio para a igreja de Guardizella (a 16-5-1874); de Manuel Inácio para o batalhão de caçadores em Bragança (a 5-6--1875); de António Silva Ramos, para Aspirante da Fazenda (a 18-7-1876), de Victor Azevedo Rocha, para o Real Colégio Militar em Lisboa (a 5-9-1901); de Abel Vasconcelos Cardoso, para a cadeira de Desenho Ornamental em Guimarães (a 22-12-1904); de Jeremias Fernandes, estudante para o Seminário de Braga (a 2-10-1910).

Mas também o inverso sucede com os próprios políticos e ministros, a requererem a sua intercessão para "protegidos" ou "recomendados", como foi o caso de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho, para um parente, Pedro Roberto da Cunha e Silva (a 2-8-1875); de António de Serpa Pimentel (1825-1900), Ministro da Fazenda, para Miguel Araújo (a 23-11--1876), de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (a 2-12-1877 e 17-6-1878), Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), dirigente Regenerador (a 11-8-1875), etc. Segundo Maria Filomena Mónica, a denunciada «*empregomania*» não levou a um número elevado de funcionários, pois apenas passou de 10.000 em 1853 para 22.000 em 1890.[126]

[126] cf. Maria Filomena Mónica – Fontes Pereira de Melo, Porto: Afrontamento, 1999, p. 208.

APÊNDICE DOCUMENTAL

I

1871 Outubro 12, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, informando-o da sua nomeação para governador civil do distrito de Braga e pedindo-lhe para ir prestar juramento do dito cargo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Ill^mo^ Ex.^mo^ Sr.

Acabo de referendar com muito gosto o decreto da nomeação de V. Ex.ª para governador civil do districto de Braga. Ficarei muito penhorado se V. Ex.ª viesse prestar pessoalmente o juramento como já o estou pela acceitação que tanto me lisongea.

Sou com muito respeito

De V. Ex.ª amigo
v.º obr.º
Antonio Rod. Sampaio

Lisboa 12 de 8b^r^ de 1871

II

1871 Dezembro 1, Lisboa – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a questão da árvore da praça da Oliveira em Guimarães; das despesas de igualizações; e sobre o despacho do administrador de Póvoa de Lanhoso.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

Mandei o seu telegrama ao ministro das obras publicas.

Verei o que posso fazer na questão da Oliveira. Tudo quanto puder fazer dentro da lei esteja certo que o hei de fazer.

Auctorizo as despesas com as igualizações.

Disponha V. E. o que julgar m^or^, e resolva logo a ordem de pagamento.

Tenho me visto parvo com o Guilherme. Mandei-o vir aqui para o convencer a ter juizo.

Talvez não o consiga, mas faço o meu dever. Não levei á assignatura o despacho do administrador de Lanhoso hontem, porque quis mostrar-lhe que tinha com elle a deferencia de lhe falar antes de o levar, mas isso não significa hesitação da minha parte.

Estimo o que me diz a respeito da actuação do districto.

Tenho muito interesse na sua gloria. Tendo-me sido combatida a sua nomeação tenho grande orgulho em ver desmentidas as apreciações que fazem a seu respeito.

Adeus meu caro Luiz Cardoso.

Disponha sempre de

Lisboa 1 de dezembro de 1871

De V. Ex.ª am.º e v.r obg.º
A R Sampaio

III

1871 Dezembro 18, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga, sobre a forma de demissão dum amanuense.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

Para a demissão do amanuense é necessaria a intervenção do governo ao qual V. E. deve enviar o requerimento delle. Essa demissão ser lhe ha imediatamente dada.

A nomeação é da competência de V. E. sem ser preciso a confirmação do governo e sem necessidade de concurso.

Ha porem um decreto do Reino que manda nomear os addidos, se estão nas circunstancias de servir.

Se porem ahi não ha addidos pode V. E. nomear quem quizer depois de demittido o que pertende ocupar o logar sem meios a todos de participar o nome do nomeado.

Deu pois bem que se arranjassem as cousas desse districto.

O Passos e o Guilherme estão doidos se não estão mais a quem causa.

Tem-me mortificado muito por que tenho muita amizade a V. E. e confio muito na sua intelligencia.

Disponha V. E. de quem é

Seu am.º v.r obr.º
A R Sampaio

Lisboa 18 de Db. de 1871

IV

1871 Dezembro 27, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a aprovação do orçamento camarário da cidade de Braga.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

Creio que tudo se assignou bem. Cada vez o estimo mais.

Não approvei o orçamento que devia approvar e pinto qual por ser contra lei; mas V. Eª. pode mandar pagar, e inclua no orçamento futuro e pinte em despesa para ser abonado.

Esta a partida do correio a chegar, e não posso mais.

Seu amigo e obrº
A R Sampaio

Lisboa 27
dbr de
1871

V

1871 Dezembro 30, Lisboa – Dirigida ao governador civil do distrito de Braga, acerca do decreto de demissão do administrador do concelho de Póvoa de Lanhoso; a respeito da concessão dum hábito da Ordem de Cristo; e sobre a questão da árvore da praça da Oliveira em Guimarães.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

Quinta feira passada assignei o decreto que demitte o administrador de Lanhoso e nomei o que o ha de substituir. A carta de V. Eª. no gesto concorreu muito para esta solução. Eu mesmo não consentiria nunca que a authoridade de V. Eª. ficasse enfraquecida, e no caso do meu presidente do conselho não sympatizar com um funcionario que mereça a minha confiança, e a minha estima eu procuraria, meio de nos sahirmos todos bem sem dever para ninguem.

Não houve duvida na concessão do habito de Christo.

Quanto á questão da oliveira não se pode resolver pelo meio intentado.

Veja V. Eª. a nota junta, e insinue particularmente a cousa para seguir em expediente.

Deu me meu collega da justiça, as cartas do Domingos de Barros a que possamos fazer a vontade.

Lisboa 30 de Db. de 1871

De V. Ex.ª amº e V.r e obr.º

A R Sampaio

VI

1872 Março 27, [Lisboa] – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre uma sindicância ao seu procedimento em relação ao juiz da comarca de Guimarães, Francisco Henriques de Sousa Seco.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Ministerio
do
Reino
Direcção Geral de
Administração Politica
e Civil
2.ª Repartição
L.º 30 n.º 313

Foi presente a Sua Magestade El Rei o officio do Governador Civil de Braga, pedindo que se proceda a uma syndicancia sobre o seu procedimento com relação ao juiz de districto da Comarca de Guimarães Sousa Secco em um [pariadeio?] de Lisboa denominado A Historia, attribue a animadversão que contra elle ha naquella comarca, aos manejos do Governador Civil, despeitado por ter recahido em pleitos que o referido juiz decidiu; e Sua Magestade Manda responder ao supra dito magistrado administrativo, que as syndicancias não foram instituidas para desaggravo dos funcionarios publicos justa ou injustamente arguidos pela imprensa, mas por interesse da causa publica; que se na imprensa ha abusos, nas leis que regulam esta instituição teem os funcionarios publicos, como qualquer outro cidadão, os meios necessarios para corrigir taes desvios; e que finalmente não pondo o Governo em duvida a seriedade e regularidade do procedimento do Governador Civil, por que não deu importancia alguma ás asserções do referido jornal, não ha fundamento para se ordenar a syndicancia requerida. Paço em 27 de Março de 1872.

Antonio Roiz Sampaio

VII

1872 Maio 19, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga, acerca da viagem do soberano português ao Norte do país, nomeadamente a Viana do Castelo, Braga e Guimarães.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Confidencial

Meu Caro Luiz Cardoso

Desejo saber como seria recebida pela opiniao publica uma viagem d'el-rei ás provincias do norte. Informe-me se passando el-rei por Barcellos para Vianna poderá jantar nos paços do concelho, porque nos preferiamos qualquer edificio publico a um particular.

E ahi? A familia real já pernoitou na casa dos Biscainhos.

Haverá hoje novo inconveniente ou haverá melhor solução?

E em Guimarães?

Informe-me V. E. sobre tudo isto para possamos derigir as cousas certo sentido, isto é sem demorar [? ?]

Disponha de

Lisboa 19 de
maio de 1872

De V. E. amº e vrº
obgº
A R Sampaio

VIII

1872 Maio 27, Lisboa – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a viagem da família Real ao Norte e membros da respectiva comitiva; e da oposição governamental a que se efectuem despesas municipais.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

El-rei não irá senão depois de 10 do mez que vem, e isso quanto á data, ainda não é certo.

A rainha não vae, nem os principes.

Vae el-rei, o Infante D. Augusto, o ajudante deste, duas ou tres pesoas da comitiva d'el-rei, o presidente do conselho e o ministro das obras publicas.

Mas fique V. Eª. descansado que eu o avisarei com a necessaria antecipação.

O que desde já lhe asseguro é que o governo não quer, nem S.M. consente que as camaras façam demonstrações oficiaes de que resultem despesas para os municipios.

Eu mesmo hei-de declarar isso n'uma portaria para que nem as camaras façam orçamentos supplementares, nem os governadores civis os aportem á deliberação dos conselhos de districto.

Adeus. Disponha de

Lisboa 27 de maio de 1872

De V. E.ª am.º e V.º e obr.º
A R Sampaio

IX

1872 Maio 28, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca da reforma do orçamento da câmara municipal de Braga.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

A camara municipal dessa cidade tem sido contumaz na reforma do orçamento para o anno que está a acabar.

Expedi-lhe uma portaria expressa, o que me custa porque desejaria que os cargos electivos primassem [?] feito ás leis e pela sua boa governancia.

Se a camara não se cinge á lei eu não lhe approvo o orçamento, e o tribunal de contas procederá depois como entender.

Alem da portaria a camara desviou o cumprimento de leis, e eu não approvarei o orçamento fóra do anno economico.

Não se comprehende o orçamento depois da gerencia.

O que póde haver então são as contas, e essas são pautadas e tomadas, á vista do orçamento do anno anterior.

Veja se leva a camara a orçar razoavelmente a receita, e a fazer as alterações que se lhe indicam. É isto do interesse della e da administração.

Disponha de

Lisboa 28 de maio de 1872

De V. Ex.ª am.º e V.r obr.º
A R Sampaio

X

1872 Junho 4, [Lisboa] – Ao governador civil do distrito de Braga, sobre o adiamento da viagem do rei D. Luís I ao Norte do país.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

S.M. resolveu adiar para mais tarde a sua viagem. O excessivo calor prejudicaria a sua saude, que soffre com os excessivos ardores do sol. Communique isto ao Ex.mo Conde de Bretiandos.

Tenho gostado do socego que tem havido no seu districto e da forma diaria com que V. Ex.a o tem governado.

A sua apreciação das cousas tem sido certas e esclarecidas.

Adeus. Disponha sempre de

De V. Ex.a amº v.r e
ob.r
A R Sampaio

Junho 4 de 1872

XI

1872 Junho 15, Lisboa – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca da data da viagem da família Real ao Norte; sobre a perturbação da ordem por parte da oposição; e a respeito do concurso para a igreja da Guardizela no concelho de Guimarães.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

S.M. El-Rei sahira daqui no dia 25 se alguma circunstancia imprevista não determinar qual.r alteração.

El-rei não vae incognito. O soberano não pode andar incognito nos seus estados.

Não pôde anunciar-se a ida mais cedo para ir distribuir os premios p. causa d'amigos da casa real.

A opposição procurou inquietar. Pensa que lucra com a peturbação da ordem e folgaria frustrar a viagem de El-rei.

É preciso firmeza e moderação.

Fallei ao Barjona a respeito do concurso em que me fallou para a egreja, entreguei-lhe a sua carta, e disse eu que fizesse que puderia fazer o que V. Eª. desejava.

Adeus. Disponha de

Lisboa 15 de junho de 1872

De V. Ex.ª am.º e V.r obr.º
A R Sampaio

XII

1872 Junho 24, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga, sobre as divergências com o juiz da comarca de Guimarães, Francisco Henriques de Sousa Seco; e a respeito da concessão de administradores de concelho, a amigos do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

Devolvo as cartas. Guimarães está mal, mas a impaciencia dos nossos amigos prejudica-nos. Tomar a questão pessoal é perder-nos.

O juiz allega de certo, e parece-me que já ouvi isto a alguem que a animadversão nasce de ter elle dado uma sentença contra a familia de V. Eª. A calunnia accredita-se com facilidade quando tem a seu favor a possibilidade de coincidencias. E isto faz com que o governo se veja embaraçado para fazer justiça que pareça partidaria apesar de ser somente recta.

Eu verei o que posso fazer, mas convem que os nossos amigos e ainda mais os seus parentes não se mostrem apaixonados.

O Guilherme tem andado como doido, mas hoje pareceu-me melhor, porque os novos amigos consumem-n'o e disseram-lhe que eram tão Amigo delle que haviam escripto a V. Eª. para lhe conceder os administradores se estes não perseguissem os amigos de V. Eª., que são os meus.

Ja disse eu mesmo ao Guilherme que era Amigo delle, mas que não lhe podia tolerar a guerra que fizesse a V. Exª.; que não o guerriavamos, mas que não lhe consentia a imgerencia. E aqui muita gente se interessa por elle e no reconhece que elle não tem razão desde que me ouve.

Deixe pois estar esses diabos, e vamos levando esta cousa que não é nada leve.

Adeus disponha de

Lisboa 24 de junho de 1872

De V. Ex.ª amº v.r obr.º
A R Sampaio

XIII

1872 Agosto 2, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, acerca da concessão que lhe foi feita do título de Visconde de Margaride; a respeito da transferência do pároco; sobre a nomeação para a alfândega de Viana do Castelo; e da nomeação ou transferência de aspirantes das alfândegas marítimas.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Luiz Cardoso

Mandei lavrar hontem por ordem de El rei o decreto que lhe concede a graça de visconde de Margaride, e hontem mesmo ficou assignado e referendado.

Dou-lhe pois os parabens.

Fallei ao ministro da Justiça na transferencia do parocho.

Disse-me ele que como estava aberto o concurso, so findo elle é que podia nomear mas caso de ser o seu affilhado um dos concorrentes, mas que era necessario que se lhe lembrasse de novo nessa occasião.

Fallei ao Fontes na nomeação do seu afilhado para o logar vago da alfandega de Vianna. Estava já compromethido com o governador civil de Vianna por um filho do conselheiro em cuja casa foi hospedado El-rei naquella cidade. Era empregado no corrêo do Porto, e deixou uma vagatura que não se preenche, dando de economia 200$000 annuaes.

Creio tambem q. o governo não póde nomear aspirantes para as alfandegas maritimas senão p. transferencia dos da fronteira, ou p. transferencia desde resulte economia.

Ora o empregado n'um havia não desse economia para o estado, e equival[e] a nomeação, e não a transferencia.

Adeus, meu caro visconde. Disponha de

De V. Eª. Am.º
e v.r o.bo
A R Sampaio

Lisboa 2 de
agosto de 1872

XIV

1872 Setembro 14, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, sobre a situação do concurso para a igreja da Guardizela no concelho de Guimarães; e a respeito da necessidade de activação do recrutamento militar no distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Tera visto pelo Diario que fiz logo o seu cavalheiro.

Fui á secretaria da justiça pessoalmente, e vi os papeis do concurso para a egreja de Guardizella.

O seu afilhado está em 2.ª classe, e ha concorrentes que estão em 1ª. Segundo o decreto de 2 de janeiro de 1862, o governo não pode despachar os de 2.ª classe em quanto houver de 1.ª.

Mas o desejo que o ministro tem de nos servir fez com que mandasse informar as auctoridades administrativas a respeito do concorrente de 1.ª classe que nos faz mal, um tal Abreu. Se houver cousa que o inhabilite, podese nomear o de 2.ª, se não houver, e lei obste no provimento do de 2.ª classe.

Por maiores que sejam os desejos de servir ás vezes é difficil, porq. não se podem desfazer as preocupações legais sem prejuizo de quem as desfaçe. As cousas vão bem.

Veja V. E.ª se activa o recrutamento. É nos isso m^to^ necessario não como partido, mas como nação.

Disponha V. E. de

Lisboa 14 de 7b de 1872

Sou de V. Ex.ª
am.º v.^r^ obr.º
A R Sampaio

XV

1872 Novembro 7, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, informando-o que pedira a ajuda e cooperação de António Gaspar.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

IIº Ex.^mo^ Amigo

Acabo de escrever ao Antonio Gaspar. Espero que desejará servir-me.

Se for necessario que eu escreva a mais alguem para resolver difficuldades conte comigo.

A conciliação, as ordens, a benevolencia deverão o [coartar?] da nossa administração.

Os nossos esforços devem ser mais para vencer do que para quebrar nas [anteriores?].

Adeus. Disponha sempre de

De V. Ex.ª am.º e obr.º
A R Sampaio

Lisboa 7 9^b^ de 1872

XVI

1873 Janeiro 10, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre uma diligência de serviço dum oficial de polícia à capital do distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Visconde

Ser-lhe-ha apresentada por um official da policia desta cidade Augusto Leitão, que vae a esse districto n'uma diligencia de serviço importante. Dê-lhe V. Ex.ª valor imediato para que elle a possa realizar para o que leva cartas rogatorias.

Disponha V. Ex.ª
Lisboa 10 Sou de V. Ex.ª am.º
de janº de 1873 vr.º obrº
A R Sampaio

XVII

1873 Março 8, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, enviando-lhe uma participação.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Tenho o grande prazer de lhe enviar a inclusa participação.

Sou de V. Ex.ª
amº v.r e ob.r
Lisboa 8 de A R Sampaio
março de1873

XVIII

1873 Abril 9, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a questão das incursões e infiltrações carlistas em território nacional; acerca dum acórdão da comissão de viação do concelho de Vieira do Minho; sobre as queixas do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu, a respeito do administrador do concelho da Póvoa de Lanhoso; e a questão do ordenado do juiz ordinário de Vieira do Minho.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Agradeço a V. Eª. o mimo com que me brindou.

Parece-me que o Marquez de Vallada disse alguma cousa desfavoravel a V. E.ª na camara dos pares em occasião em que eu lá não estava. Nem sei ainda bem o que foi, porque ninguem fez caso delle. Creia porem V. Eª. que eu tenho em V. Eª. a mais completa confiança, e que por nada o devem molestar quaisquer injustiças.

Agora vamos a outro ponto. Convem redobrar da vigilancia por causa da anarchia que ha na nação vizinha.

Os carlistas esperam daqui alguma cousa dos miguelistas, e os miguelistas desejam coadjuvar os carlistas. Vigiemos e frustemos os seus planos para não nos vermos obrigados a [?].

Disseram-me que em 1.º do corrente tres individuos [emortavam?] publicamente polvora e balla no logar de Brancelhe, sede do concelho de Viana. Examine V. E. isto para não haver logar a inquietações e sobresaltos.

A comissão de viacção municipal, digo distrital, lavrou em 15 de fevereiro um accordão inconveniente quanto á forma. Injuriou a Camara de Vieira, e podia decidir, como decidiu, sem dizer que ella não tinha o sentimento da propria dignidade, e que era de lamentar que a administração do concelho de Vieira estivesse confiada a individuos que no exercicio das funções não se regulam pelos dictames da sã razão, da lei e da justiça.

Uma camara assim desconcertando fica em triste posição, e a comissão districtal não tem competencia para taes concursos.

A proposta de dissolução era a consequência daquele accordão, e talvez um processo.

Veja pois V. Eª. que algum membro que realize aquelles accordãos não comprometa ás vezes a gravidade da corporação.

Tratarei agora das cousas do Guilherme.

Está elle agora confiado na rexctidão e justiça de V. Eª. confinando-a, ou antes proclamando-a sempre que falla em negocios dever [losalidade?] de que as autoridades fazem [?] aos amigos delle.

O Guilherme é um amigo dedicado, e tem a especial virtude de nunca nos abandonar nem de se despeitar, mesmo quando nós deixamos de fazer caso das suas indicações.

Como todos os deputados ministeriaes desejam ter influencia nos seus circulos, é natural que o Guilherme deseje fazer o mesmo, e é injusto contrarial-o quando não se offende a justiça. É um amigo velho, e acha-se mais contrariado por nós do que pelos seus proprios adversarios.

Deu-me elle ha mais de dois meses a nota inclusa, e pediu-me agora que recomendasse a V. Eª. que fizesse com que o admᵒʳ do concelho da Povoa não tractasse mal os amigos delle.

Póde haver exageração na queixa, mas pode haver tambem alguma razão, e era bom harmonizar tudo.

Á recta consideração de V. Eª. confio este negocio. O accordo de todos dá-nos força. Façamos todos algum sacrificio.

Esqueci-me dizer-lhe ainda uma ultima cousa.

O conselho de districto resolveu ahi uma questão de ordenado de um juiz ordinario de Vieira, deixando salvo á camara o direito para relevar o que tinha pago, e n'outro accordão negou á camara a licença para intentar a acção. Se lhe [?] vagar a licença escusase de lhe ter resolvido o direito; e se não havia direito escusado era havel-o reconhecido.

Não entro no fundo da questão, mas noto as incoherencias.

Faço estas observações em pura e sincera amisade. Quem me informou disto não segue a V. E., mas fez-me indicação da pessoa ou pessoas do concelho que são faceis em cahir nestas irregulariedades.

Ja é grande a maçada, mas como se encerravam as Cortes, e eu não tenho tido tempo para fazer estas observações amaveis cujos factos iam ocorrendo, vejo-me obrigado a enumerar os negocios, porque devendo assim confessar à manhã devo levar a consciencia limpa.

Adeus. Disponha V. Eª. de quem é

Lisboa 9 de abril de 1873

De V. Eª. Amº e vr
A R Sampaio

XIX

1873 Abril 30, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, para que se entenda com o deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu, pois este é um bom militante do partido Regenerador.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Visconde

Ahi vae o meu amº Guilherme d'Abreu.

Entenda-se com elle porque é um bom partidario, e um bom amigo. E os amigos delle são os q. nos valem nas occasiões de crise, e quando é necessario representar a nosso favor.

Não é justo que nos os tractemos com mais rigor do que os tractavam os nossos adversarios, porq. podem dizer por elles não chegará ainda redempção.

O Guilherme merece-nos muito porq. foi aqui em contente e dedicado soldado.

Elle é razoável, e V. Ex.ª o conhecerá melhor fallando com elle.

De V. Ex.ª am.º v.º
obg.º
Lisboa 30 de abril de 1873 A R Sampaio

XX

1873 Maio 23, [Lisboa] – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre o abuso dos discursos públicos dos padres nas igrejas e a inconveniência de lhes empreender qualquer acção.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Visconde

Estimo que o Guilherme fosse satisfeito. Elle é boa pessoa, mas como ouve pouco é alguem tanto desconfiado.

Quanto aos padres não me parece bem ir intentar contra elles qualquer acção, porq. se ha de embaraçar em perseguição vulgares.

Mau é que elles abusem do pulpito, mas peor será que façamos victimas. Nem eu receio que o povo veja taes pregadores

De V. Ex.ª amº e vr.
obg.º
Maio 23 de 1873 A R Sampaio

XXI

1873 Maio 28, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da proposta de criação da repartição especial para o exame das contas pelos concelhos do distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

A creação da repartição especial para o exame das contas não póde ser decretada pelo executivo porq. este não pode obter a jurisdição nem a competencia das corporações e magistrados.

As contas deviam estar tomadas pelos administradores do concelho, e o concelho do districto so as approvava definitivamente. O exame do conselho nem é trabalhoso, nem muito importante. Que governo civil é que nunca primou no bom serviço.

A respeito do recrutamento creio que é a mesma cousa.

Não era necessario que o concelho de districto se cansasse para pôr em dia um serviço. Era escusado demasiado rigor com as contas antigas, mas convinha que as escrivadoras ficassem certas de que a lhe tomavam as contas oucul[tha]mente.

E para o concelho ou o governo civil se pudesse desculpar era necessario, q. apresentasse uma nota das contas que tinha julgado cada anno.

No governo civil do Porto havia em tempo o mesmo desleixo. Ha poucos annos um funcionario resolve pôr em pouco tempo tudo em dia, e convem haja alli os negocios regularmente.

Encarrego V. E. do preparo das contas como empregar relevo e ver em tudo como bem.

Adeus. Disponha de

Lisboa 28 de
maio de 1873

De V. Ex.ª amº e v.r
obg.º
A R Sampaio

XXII

1873 Maio 30, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, sobre a retirada das forças militares estacionadas nas terras de Bouro, devido às incursões carlistas.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu Caro Sr. Visconde

Diz-me o Sr. Ministro da Guerra que se a força que está em Terras de Bouro foi mandada para lá a requisição de V. Ex.ª; que V. Ex.ª pode dizer, agora a auctoridade militar que já não é preciso; e que se foi por deliberação da auctoridade militar que empenho V. Ex.ª e ella essas razões, reflectindo sempre que convem vigiar os carlistas por não termos subvenções fundadas de Hespanha.

É mau que alguns carlistas entrem e saiam sem que nos os desarmemos.

Adeus, meu caro Sr. Visconde, disponha sempre de

Lisboa 30 de
Maio de 1873

De V. Ex.
Amº atº e obº
A R Sampaio

XXIII

1873 Maio 30, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a forma de requerimento dum funcionário da administração de Fafe.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Visconde

Deferi hoje no requerim^to^ do homem de Fafe o seguinte "Que requeresse no governador civil certidão da parte ou de autos respectiva importando pouco a questão de saber se esse acordão é provisorio, se definitivo convindo que o requerimento fosse feito em termos convenientes".

Foi isto pouco mais ou menos.

Por este modo nem se satisfaz aos seus caprichos delle, nem se lhe [deseja?] justiça.

Guarde os termos d'esse requerim^to^ são [offeciados?] ou se devem mandar [trancar?] ou se levante auto, e se remetta ao poder judicial. Mas cumpre sempre usar como provisorio destas [missivas?].

Adeus meu caro Sr. Visconde, disponha sempre V. E.

Daqui e sou de V. Ex.
Lisboa 30 de maio de 1873
am^o^ v^r^ obg^o^
A R Sampaio

XXIV

1873 Junho 27, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, reiterando-lhe a sua confiança pessoal e de todo o governo no exercício das suas funções de magistrado superior do respectivo distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Não acredite em nenhuma das imensas patranhas que a opposição dizem lhe a seu respeito. O ministerio todo tem em V. Ex.^a^ muita confiança, e a minha é illimitada. Nunca se pensou sequer na sua substituição.

De V. Ex.^a^ am.^o^ e v^r^ obg.^o^
Lisboa 27 de Junho de 1873
A R Sampaio

XXV

1873 Julho 21, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, dizendo-lhe que pensa da mesma forma que ele e que o presidente do Conselho, está contente com a sua conduta no âmbito das suas funções.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Devolvo-lhe a carta que V. Ex.ª me recomenda p. que lhe remetti.

V. Ex.ª pensa como eu a respeito do que se deve fazer agora. Não pudemos retroceder.

O mal vem de traz, e nem eu nem V. Ex.ª temos culpa delle.

O presidente do conselho tem gostado muito do procedimento de V. Ex.ª.

Eu parto esta noite para o Porto, e dalli para Vidago.

Peço a V. Ex.ª que se entenda com o Sr. Fontes, e que me mande dizer alguma cousa para Vidago, quando puder.

Disponha V. Ex.ª sempre
De V. Ex.ª amº e vr
ob.r

Lisboa 21 de
julho de 1873

A R Sampaio

XXVI

1873 Setembro 19, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, informando-o que já foram expedidas as mercês requeridas por este; sobre a queixa que o magistrado administrativo fez ao presidente do Conselho, que se relacionava com a atribuição da Recebedoria de Guimarães.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Estão conferidas as mercês que V. Ex.ª me pediu e envio-lhe a carta segue para o brasileiro.

Não sei sobre que versa o assumpto da carta em que V. Ex.ª se queixa do meu presidente do conselho. Quando V. Ex.ª escrever a algum dos meus collegas peço-lhe que me avise do objecto de que se tracta para eu me interessar por elle.

Os ministros acham-se ás vezes em apuros. Amigos novos empenham-se, nos desejamos servil-os, compromettem-nos muitas vezes e depois acham-nos embaraçados. Os governadores civis tem razão, mas

os ministros são forçados ás vezes a fazer aquillo que não fariam se não tivessem de satisfazer a outras exigencias politicas.

Fallo em these porque ignoro as hippotheses e peço a V. Ex.ª que me diga o que é.

O governo é um cumme de sacrificios que todos fazemos. Somisso cume

Se V. Ex.ª concebesse o que nos soffremos!!!

Quanto a mim disponha sempre

De V. Ex.ª am.º e
vr obg.º

Lisboa 19
7b de 1873
A R Sampaio

XXVII

1873 Novembro 4, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre o novo decreto de nomeação de escrivão da fazenda para o genro do Fani.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Estava nomeado p.ª escrivão o genro do Fani; mas diz-me agora mesmo o ministro da justiça, que tendo movido o sogro delle, e sendo o decreto lavrado durante a sua vida na supposição da demissão dele, é necessario alterar a redacção, e que por isso na proxima quinta feira, irá á assignatura o novo decreto.

Pode pois V. Ex.ª annunciar convenientemente o bom deferimento desta justa pertenção

Disponha de

De V. Ex.ª am.º v.r obr.º
A R Sampaio

Lisboa 4 de
9br de 1873

XXVIII

1873 Dezembro 14, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, pedindo-lhe para não tomar nenhuma decisão acerca do pedido de exoneração do cargo de governador civil, antes deste falar com os seus colegas do governo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Não tome resolução alguma sobre o pedido de exoneração sem que falle com alguns dos meus colegas. Eu lhe comunicarei brevemente o que se prover.

Peço-lhe este favor que não é senão um adiamento, allias a minha vontade é que V. Ex.ª continue, e que me será muito dolorozo dar-lhe a demissão q. só concederei quando V. Eª. não querer servir cumpro.

Adeus. Dê V. Ex.ª as suas ordens de

De V. Ex.ª sempre
amº e vr e obg.º
A R Sampaio

Lisboa 14
de dbr de1873

XXIX

1874 Janeiro 6, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da questão da recebedoria de Guimarães; e sobre as candidaturas às eleições legislativas pelo círculo do distrito de Braga, que iriam decorrer a 12-7-1874.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu Caro Sr. Visconde

Creio que o meu presidente do conselho lhe escreveu a respeito do recebedor de Guimarães. Temos fallado isso mais de uma vez, e sempre com sentimento de o havermos desgostado.

Parece que surge ahi agora uma nova complicação. O visconde de Montariol escreveu-me dizendo que cedia a candidatura no filho do Conde de Bretiandos. Este tinha-me fallado em tempo na candidatura do filho se o Montariol não se propusesse. Eu respondi que isso me seria agradavel, mas que era necessario combinar isso com V. Ex.ª.

Creio que a manifestação do Montariol foi pouco curial, e que esta incurialidade causou desordem nos nossos amigos. V. Ex.ª creio que respondeu bem declarando que o circulo não era propriedade que o Montariol pudesse ceder.

Isto do governo, meu caro visconde, é um martyrio. Somos obrigados a continuar transacções para conciliarmos todas as vontades.

A meu ver, o Montariol, cuja reeleição nos proporiamos por nos ter sido fiel, deixou de se propor para dar logar á candidatura do Gonçalo Pereira.

Se esta candidatura não fôr acceite, propõe-se o Montariol, que nos não podemos combater, e fica desgostozo o conde de Bretiandos, que

nos tem obsequiado com esmero, e que como porveio aqui votar connosco no processo de Peniche, apesar de ser parente.

Eu desconfio que V. Ex.ª deseje a eleição do Pimentel, e eu tambem, porq. desejava condescender com a sua vontade.

Mas não pode o Pimentel ser deputado por Barcellos, ou por outro circulo?

Arranjem-nos meu visconde, porque é m.to levar esta cruz ao calvario. O concurso de todos é indispensavel.

V. Ex.ª mal sabe o que por aqui tenho soffrido desde que sou ministro.

Nos primeiros dias recebi telegramas dos deputados dahi contra a nomeação de V. Ex.ª e eu teimava dizendo "ainda hão de ser muito amigos delle". Depois soube por diversas vias denuncias contra o Pimentel e eu resisti dizendo " O Pimentel é bom rapaz"; e hoje vejo-os louvar o Pimentel.

Antes assim. Não expusemos ninguem, principalmente os que cooperam connosco. Ha logar para todos neste banquete de fadigas.

Adeus meu caro visconde, disponha sempre de

De V. E. amº v.r
obgº
AR Sampaio

Lisboa 6 de
janº de 1874

XXX

1874 Março 12, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a sugestão que este expressou acerca das eleições legislativas de 1874.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde
(Confidencial)

O seu alvitre a respeito de eleições é razoavel; mas não resolvemos nada definitivamente até fecharem as côrtes.

O Guilherme d'Abreu entregou-me uma nota.

Veja V. Ex.ª o que convem

Disponha sempre de

De V. Ex.ª Am.º e
vr obg.º
A R Sampaio

Lisboa 12 de
março de 1874

PS. Recebi a sua ultima depois de escripta esta. Ainda que V. Ex.ª pedisse a exoneração não serei eu que lhe havei de dar, por que tem de me ajudar a levar esse calvario até [?]

XXXI

1874 Maio 4, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride governador civil do distrito de Braga, acerca das candidaturas às eleições legislativas no distrito de Braga.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

O meu presidente do conselho tomou como grande fineza que fosse eleito por Guimarães o Vasco Leão, não por ser do Jozé Dias, mas por ser nosso.

Fica assim a pasta fechada. Diga aos nossos amigos de Guimarães que o governo pede a sua cooperação.

O governo não pode aceitar nenhuma condição das que propõe o visconde de Montariol e Gonçalo Pereira. A questão de quem ha de ser administrador é do governo sob proposta de V. Eª. e a escolha do concelho de districto é das juntas para o governo designar entre os 12 quaes devem ser.

O governo nunca se comprometheu senão a dar uma candidatura a G. Pereira, mas nunca prescindiu da cooperação do governador civil. E quando o Montariol se foi embora, eu disse-lhe sempre que deixasse [ao Governo?] o cuidado da candidatura, assim como da designação do circulo.

Se não quiserem Montariol e Gonçalo aceitar isto, deixamol-os á sua sorte, e ficamos todos livres de qualquer comprometimento, porque nós nem nos comprometemos a eleger por Braga o Gonçalo.

Termina por isso a questão por Guimarães e [Braga?] depois dos outros circulos.

Eu mandei-lhe dizer pelo Guilherme que perguntem se por ahi seria bem acceite a candidatura do Freitas Branco. Talvez aos padres fosse mais agradavel este nome. Informe-me a esse respeito.

De V. E.
Am.º obr

Lisboa 4 de maio de 1874

A R Sampaio

XXXII

1874 Maio 7, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre as candidaturas às eleições legislativas no distrito de Braga.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Creio que o Fontes lhe escreveu ou lhe vae escrever. No caso de haver alguma discrepancia entre as cartas dele e as minhas, siga sempre o que ele disser.

Como já lhe disse convem a reeleição do Leão por Guimarães. Ficamos livres de embaraços. Pedimos aos nossos amigos esse sacrificio.

Se na eleição de Braga houver embaraço, e o meu nome puder fazer cessar divergencias, auctorizo a V. Ex.ª a propor-me deputado por esse circulo.

O filho de Montariol veio aqui, mas não me procurou.

Fallou com o Fontes que lhe disse não podermos acceitar as condições que elles ousaram propôr.

O ministro da justiça nomeará delegado o Pimentel se tiver logar vago, mas nomeal-o-ha na creacção das novas commarcas.

Adeus. Disponha V. Ex.ª sempre de quem é

De V. Ex.ª am.º e v^r^ ob.^r^

Lisboa 7 de maio de 1874

A R Sampaio

XXXIII

1874 Junho 22, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da questão das eleições legislativas pelo círculo do distrito de Braga, que iriam decorrer a 12-7-1874.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Preveni o meu colega Barjona de que V. E. me escreveu a respeito do Contador, e dei-lhe uma nota de prevenção que elle mesmo me pediu.

Sei o cuidado que lhe tem dado a candidatura de Braga.

É periodo de [?] eleitoral. O modo como procedeu o Bretiandos, digo o Montariol deu logar sem duvida a que se julgassem melindradas as influencias.

Mas elle é um probo homem, mas se está chocho?

O presidente do conselho vae escrever ao Antonio Gaspar e ao Pinheiro. O serviço que o Bretiandos nos fez, e os que, como faz, tem de nos fazer ainda em questões em que muitos falham, obrigam-nos a sacrificios de lealdade.

E nos, principalmente eu, quero bem ao Pimentel porque é intelligente, tanto assim que tive de luctar m^to^ tempo contra muita gente que o queimava.

Veremos se tudo se arranja já que Deus nos falou para levarmos isto bem.

Adeus, meu caro visconde. Disponha sempre

De V. Ex^a^. am^o^ v.^o^
obg^do^
A R Sampaio

Lisboa 22
de jun^o^ de
1874

XXXIV

1874 Agosto 5, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, informando-o que iria partir para Vidago, ficando interinamente na pasta do Reino o presidente do Conselho; e concordando com a opinião do magistrado administrativo, acerca dos miguelistas e carlistas.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Saio amanhã á noite daqui para Vidago, onde me demorarei uns 20 ou 21 dias.

Fica interinamente com a pasta o meu presidente do conselho.

Concordo completamente com o que me diz a respeito dos miguelistas e carlistas; mas o governo hespanhol insiste em acreditar em embustes.

Agora diz elle que estão, e tem estado n'uma hospedoria de Villa Nova de Famalicão um tal Ramon que tem organizado forças para entrar na Galliza. É verdade estar aquelle hespanhol alli ha seis annos? Ele tem estado certo é que vingou ahi porque elle fosse m^to^ perigoso.

Meu caro visconde escreva-me para Vidago, e diga-me alguma cousa a esse respeito.

Disponha V. Ex.^a^ sempre de

Sou de V. Ex.ª
am.º obr.º
A R Sampaio

Lisboa 5
de agosto de 1874

XXXV

1874 Setembro 2, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a concessão que lhe havia sido feita do título do Conselho de Sua Magestade Fidelissima (decreto de 1-10-1874).

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Agradeço a sua condescendencia. É mais um serviço feito ao paiz, e a mim um especial favor.

Não pude deixar de levar á assignatura o decreto do titulo do conselho. Sabia-se aqui que estava lavrado, e depois disso faria mau effeito.

Convem mostrar á opposição que V. Ex.ª não descosesse na confiança do governo. Faço assim justiça e pratico um acto de boa politica.

A portaria de louvor ja eu a tinha mandado lavrar ha dias, e assignado antes de hontem. Creia que lhe ha de dar toda a força necessaria p. que a força dos meus governadores civis é a do governo.

Adeus, meu caro visconde, disponha sempre

Sou De V. Ex.ª
am.º obr.º

Lisboa 2 de 7bro
de 1874

A.R. Sampaio

XXXVI

1874 Setembro 17, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da questão da divisão dos círculos eleitorais entre a carta da lei de 23-11-1859 e o decreto de 18-3-1869.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

confidencial
urgente

Meu caro Sr. Visconde

Peco-lhe que me informe com urgencia qual nos convem mais: A divisão dos circulos como actual se acham por deputados ou

A divisão anterior da lei de 23 de 9bro de 1859?

Não pense que julgamos mal de V. Ex.ª a respeito do Pimentel. Formamos um alto conceito de V. Ex.ª Agora não tenho tempo para mais

De V. Ex.ª amigo v.º e ob.º

Lisboa 17
de 7bro de 1874

A.R. Sampaio

XXXVII

1874 Setembro 22, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, sobre a sua possível demissão do cargo de governador civil do distrito de Braga, provavelmente devido aos resultados das eleições legislativas no distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Não serei eu quem ha de dar a demissão ou exoneração de governador civil de Braga a Luiz Cardoso Martins. Em quanto eu for ministro não exonerarei um dos meus melhores governadores civis. Nem Sua Magestade acceitaria a sua demissão. Isto é uma cruz que todos havemos de levar ao calvario. Temos de soffrer m.tas contrariedades, m.to desgosto, m.tas injustiças; mas é preciso ser superior a tudo isso. Temos de ouvir a voz da paixão d'uns que nos hao de procurar mover julgando offendidos os nossos brios, abatida a nossa dignidade, e perdida a nossa conciliação.

É preciso resistir a tudo isto, porq. embora haja sinceridade em alguns destes sentimentos predomina em tudo uma especulação politica que é necessario fazer furthar.

Não leu V. Ex.ª nos orgãos dos nossos adversarios que eu era o primeiro acusado nas portarias assignadas pelo meu presidente do conselho? Não se architectou sobre a publicação dellas o boato da divergencia no gabinete e com traição planeada contra mim? Pois tudo isto são meios da opposição para fazerem azo que ha divergencia nas nossas fileiras.

V. Ex.ª reconhece a necessidade de sentimento, e o meu presidente falla-me nelle todos os dias. Não nelle a respeito de V. Ex.ª, senão sentimentos d'uma verdadeira estima, e de muita consideração. Na demonstração que manifestou naquellas portarias sei eu, não so porque elle m'o disse, mas porq. m'o informaram na secretaria, que ordenou que não se empregasse algum termo que pudesse magoar o magistrado superior, mas que significava apenas o sentimento pela falta de energia nos administradores do concelho.

Eu previ o effeito das portarias, porque se o resultado dellas era incontestavel, a occassião pareceu-me pouco opportuna. O mez de Julho não pode servir para comparação sem sugerir á opposição os reparos que ella fez.

Tenha pois o meu Luiz paciencia. O meu presidente do conselho aprecia o seu merito e eu farei desapparecer as suspeitas mesmo de desconfianças que alguem possa julgar que existe em algum dos membros do gabinete quanto á sua pessoa.

Adeus, meu caro Sr. visconde, disponha sempre de quem é

Lisboa 22 de 7b. de 1874

De V. Ex.ª am.º vr e obg.º
A R Sampaio

XXXVIII

1874 Setembro 25, Lisboa - Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a concessão do título do Conselho de Sua Magestade Fidelissima (decreto de 1-10-1874).

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Visconde

O governo propoz hontem a S.M., e El Rei concedeu parciosamente a V. Ex.ª o titulo do seu conselho. Na proxima 5ª feira levará á assignatura regia o decreto.

Disponha V. Ex.ª sempre de quem é

Lisboa 25 de 7b de 1874

De V. Ex.ª amº vr
e obrº
A R Sampaio

XXXIX

1874 Novembro 17, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da questão das incursões e infiltrações carlistas em Portugal, nomeadamente de António Ribeiro Lozaiva; e da importância do recrutamento militar no distrito como medida de segurança.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

O ministro de Hespanha nesta côrte foi informado de que Antonio Ribeiro Lozaiva sahira de Londres viera ou incognito ou com passaporte em outro nome por Braga.

Examine V. Ex.ª se é verdade achar-se ahi o nome Lozaiva, e se assim for veja se vem abertamente, como o póde fazer, ou se podendo vir legalmente omitte o seu nome tirando documentos falsos.

Neste ultimo não é vontade do governo que elle seja administrativamente perseguido, mas som.te que se actue, e se resulte o auto para o poder judicial. O nosso fim é que o Ribeiro Lozaiva fique sabendo que não ignoramos os passos que elle dá.

Meu caro Sr. Visconde, outro objecto que recommendo muito em V. Ex.ª é o recrutamento. Carecemos delle como athe medida de segurança.

Confio em Deus que não careçamos d'um grande exercito, mas é urgente actuarmos pervinidos mesmo para evitar desastres.

Disponha sempre de

Sou de V. Ex.ª

am.º e vr e obg.º
A R Sampaio

Lisboa 17
de 9bº de 1874

XL

1875 Junho 3, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, sobre o patrocínio governamental à candidatura de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, pelo círculo vago de Braga, nas eleições suplementares de 15-8-1875; e a respeito das queixas de Guilherme José de Soure ao delegado do tesouro de Braga por lhe ter sido instaurado um auto penal.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

V. Ex.ª não me disse nada da resolução dos nossos amigos dahi a respeito da eleição.

Desejava nomear dois, e preveni em acertado o de 8 de agosto para a reunião de conscriccão e recenseamento, e o de 15 para a eleição.

Os meus collegas desejam a eleição do Lopo Vaz. Haverá opposição?

No jornal do Comercio de hoje vem em correspondencia de Guilherme Jozé de Soure, dirigida ao delegado do thesouro dessa cidade queixando-se de lhe terem levantado um penal que elle havia enocentado.

Se pudessemos ser prevenidos os crimmes sem um auto de justiça é uma conveniencia politica.

Adeus, meu caro Sr. visconde.

Disponha sempre de

Sou de V.E.
am.º obr
A R Sampaio

Lisboa 3 de
junho de 1875

XLI

1875 Junho 8, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca da data para as eleições suplementares no círculo vago de Braga, que viriam a realizar-se a 15-8-1875; e sobre a festa de inauguração do troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro de Campanhã, Porto a Braga com a presença dos soberanos portugueses, realizada a 20 do mês transacto.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Ex.mo amº e Sr.

Convirá que as eleições do deputado por Braga se faça em Agosto? Deverá ella anteceder a divisão [das] comarcas ou succeder-lhe? E nesta como quando convirá: favorece?

Não invejo a V. Ex.ª os cuidados e as [rougas?] que lhe deve ter dado a festa de inauguração; mas é nestas provações que se manifestam os caracteres nobres e independentes.

Não faça caso dos picoinhos, nem de cousa nenhuma.

Eu perguntei a El Rei por tudo, e tanto elle como a Rainha estão penhoradissimos do bom escolhimento e dos serviços de todas as auctoridades.

Peço os meus respeitos para a Ex.ma Sª viscondessa, e V. Ex.ª disponha de

De V. Ex.ª am.º e vr
e obr.º
A R Sampaio

Lisboa 8 de
junho de
1875

XLII

1875 Julho 10, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, comunicando-lhe a data das eleições suplementares no círculo de Braga, decretada para 15 de Agosto, pois convinha efectuá-las antes da divisão das comarcas.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Não podemos demorar para outubro as eleições, porque convem fazel-as antes da divisão [das] comarcas. Sahe hoje publicado no Diario o decreto, expressa a eleição a 15 de agosto. Antecipar a domingo para ainda colher em os circulos a gente que so mais tarde sahirá em mais força. O meu presidente do Conselho recomendou-me que deve a V. Ex.ª esta explicação, porq. desejava m.to seguir a opinião de V. Ex.ª e dos nossos amigos se aquella circunstancia das commarcas não nos forçasse a proceder assim. Adeus, meu caro visconde, disponha sempre de

Lisboa 10 de julho de 1875

Sou De V. Ex.ª am.º e ob.r
A R Sampaio

XLIII

[1875] Julho 19, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, acerca da realização das eleições suplementares no círculo de Braga e da candidatura de Lopo Vaz de Sampaio e Melo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

O Sr. presidente do conselho propondo a candidatura do Lopo combate todos as que se lhe oppõe

Eu parto daqui na 4ª á noite para Vidago.

Adeus meu caro Sr. visconde

Sempre de

Sou De V. E am.º ob.r.

Lisboa 19 de julho

A R Sampaio

XLIV

1875 Setembro 16, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, aconselhando-o a dar pouca importância às paixões políticas, devido à derrota eleitoral nesse círculo; sobre a colaboração de Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos Carneiro, na administração desse distrito; e que iria ser expedida uma portaria governamental, que referia não poder-lhe conceder a exoneração de governador civil, por este cumprir com o seu dever e merecer a confiança do Governo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

As paixões politicas devem-se ir senão extinguindo, ao menos amortecendo e abandonando.

Estou procurando meios de tornar facil a V. Ex.ª a administração desse districto, e espero conseguil-o.

Jeronimo Pimentel está razoavel, não quer luctar, faz justiça a V. Ex.ª, e deseja coadjuva-lo sem opposicar para não evitar os invejosos vencedores.

Passos está dando, mas resignado por não poder fazer nada, desejaria que fizessemos muita parvoice e exercessemos m.ta vingança. Faz em tudo justiça á lealdade de V. Ex.ª o que nelle ja não é pouco. Devo dizer a V. Ex.ª que elle não se compoz de ja comigo, porque entendo que nem eu, nem V. Ex.ª sabemos fazer politicas, o que quer dizer que não fazemos morteiros nem violencias.

Envio-lhe hoje uma portaria em que digo que o governo não lhe pode conceder a exoneração por V. Ex.ª ter feito o seu dever, e por ter correspondido á confiança do governo.

V. Ex.ª não quer de certo que eu invoque o nome de El Rei em vão. Elle quer isso.

No mais nos conversaremos

Tenho pressa
Sou de V. Ex.ª am.º obr
A R Sampaio

Lisboa 16
de 7bº de 1875

XLV

1875 Dezembro 29, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, referindo-lhe o pedido de nomeação de reitor para o Liceu de Viana do Castelo, embora não tenha tomado nenhuma decisão definitiva; e que Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de

Vasconcelos Carneiro se encontrava desconsolado por não sentir a sua estima e confiança.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro amigo

Foi-me pedido ha mais d'um anno o lugar de reitor do lyceu de Vianna quando tivesse de vagar pela morte do actual; e foi-me pedido ha dias o mesmo lugar pelo Alfredo da Rocha Peixoto para um tal Lamitte. E que ouvesse aquelle logar no impedimento do reitor, e que é professor do lyceu, tambem m'o pediu.

Não estou compromethido com ninguem, nem me comprometto, porque não posso decidir sem ouvir o governador civil, e muito principalmente porq. a familia Northon se comportou mal nas ultimas eleições, e foi causa da demissão do visconde de Torre das Donas, podendo parecer agora a nomeação d'um membro daquella familia mais um aggravo ao magistrado demittido. Veremos pois o que se pode fazer.

Esteve aqui ha dias o Jeronimo Pimentel que me pareceu algum tanto sentido. E estranhei porq. quando aqui veio em agosto ou setembro o tinha achado muito satisfeito com V. Ex.ª, julgando que seria muito inconveniente a exoneração de V. Ex.ª . Instei com elle, e pareceu-me que o desgosto delle provinha de V. Ex.ª julgar mal delle, que lhe parecia injusto.

Pareceu-me conveniente dizer-lhe isto porque acho o desgosto delle honroso para V. Ex.ª por se agastar antes por não ter a estima de V. Ex.ª do que por V. Ex.ª lhe ter feito qualqr aggravo rugando-lhe justiça.

Estimo que tivesse bons factos

Lisboa 29 de dezembro de 1875

De V. Ex.ª am.º obr.º
A R Sampaio

XLVI

1876 Abril 4, Lisboa – Dirigida ao Visconde de Margaride e governador civil do distrito de Braga, procurando saber a sua opinião sobre o pedido de uma comenda pedida por Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos Carneiro para José António Rebelo da Silva; e felicitando-o por ter frustrado as tentativas anárquicas no distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

O Jeronimo Pimel deseja uma commenda para Jozé Antonio Rebello da Silva, mas deseja que esta seja concessão seja do agrado de V. Exª,

pedindo-me que o consultasse a esse assunto. Diga-me V. Exª o que deseja que se faça.

Felicito-o por ter conseguido fazer abortar as tentativas anarchicas q. outra cousa não são os esforços dos meetingueiros.

Adeus, meu caro visconde, disponha de

Lisboa 4 de abril de 1876

V. Exª amº e vr obgº
A R Sampaio

XLVII

1876 Abril 5, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre o pedido do deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu, para o provimento do administrador de Póvoa de Lanhoso.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Esqueceu-me dizer-lhe hontem que o Guilherme de Abreu me pediu para eu fallar a V. E. no provimento do admor da Povoa penso eu. Aconselhei-o a que se entendesse com V. E. quando fosse para Viseu, porque eu, em ultima analyse, não farei senão o que V. E. quisesse, e que alem disso V. E. era amigo delle.

Disse-me que não o ousava fazer sem eu escrever a V. E. Respondi-lhe que não o fazia senão mostrando a V. E. o desejo de que se harmonizassem.

E é o que faço. O Guilherme é nosso amigo, e alem disso soffre com paixam qualquer recusa, o que faz com que haja mais vontade de o servir. Apenas lhe mostrei a carta de V. E. a respeito da eliminação do nome, que elle julgava seu amigo para substituto do concelho do districto, não instou mais, e disse-me que me não queria causar a mim ou a V. E. o menor desgosto.

Adeus, meu caro Sr. visconde, disponha sempre de

Lisboa 5 de abril de 1876

De V. Ex.ª am.º e v.r obr.º
A R Sampaio

XLVIII

1876 Maio 6, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, a respeito duma nota dum membro do ministério da Guerra em resposta à carta do magistrado administrativo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Muito á pressa lhe participo a nota que membro do ministerio da guerra a respeito do conteudo da sua carta que hoje recebi.

Sem tempo para mais

Sou V. de Exª
Amº e v.r
A R Sampaio

Lisboa 6 de
Maio de 1876

XLIX

1876 Maio 11, Lisboa – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, referindo-lhe, que levava à assinatura régia o *decreto para a transferência da data da sessão da Junta Geral do Distrito, que seria mudada para o primeiro dia de Maio de cada ano.*

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Vou para o paço e levo á assignatura o decreto para a transferencia da sessão da junta geral para o 1º de maio de cada anno.

Veja V. Ex.ª o bilhete incluso. Não tenho duvida em conceder a commenda, mas não o faço sem que V. Ex.ª me informe qual é a sua vontade, porque não estou resolvido a praticar acto que possa melindrar V. Ex.ª, ou trazer inconvenientes á sua administração, ou quebrar a sua autoridade pelo enfraquecimento do seu prestigio.

Diga-me pois francamente o que deseja.

Vou estando mais socegado de trabalheiras quezilantes que tenho tido

Disponha V. Ex.ª

Am.º obr.º
A R Sampaio

Lisboa 11
de maio de 1876

L

1876 Maio 13, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a concessão que lhe havia sido feita da Comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Pedi na quinta feira passada a El Rei a comenda da Conceição para V. Ex.ª, que da melhor conta m'a concedeu. Foi isto de acordo com os meus collegas. Está lavrado o decreto que levarei á assignatura no 1.º dia de despacho.

A mª família recomenda-me m.to a V. Ex.ª e á Ex.ma viscondessa para a qual peço os meus respeitosos cumprimentos e V. Ex.ª disponha de quem é.

De V. Ex.ª Am.º e Vr

Obg.do

Lisboa 13 de
maio de 1876

A R Sampaio

LI

1876 Maio 15, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, acerca do decreto da Junta Geral Distrital; e procurando saber a sua opinião sobre o requerimento do hábito de Cristo, pedida por Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos Carneiro para dois indivíduos.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Far-se-ha outro decreto para a reunião da junta geral em cada anno.

Não posso deixar de levar o decreto á assignatura real porque El Rei poderá pensar que não se preserve uma mercê tão liberalmente por elle concedida.

O Jeronimo Pimentel pediu-me, na despedida um habito de Christo para Manoel Bernardim da Cunha e Silva, chefe da repartição dos expostos de Braga, e outro para Agostinho Joze da Silva, escrivão de direito de Povoa de Varzim.

Disse-me ele que este era pedido de Faria Rego.

Que me diz V. Ex.ª a estes pedidos? O Pimentel portou-se bem comnosco na ultima sessão.

Disponha V. Ex.ª de

Sou De V. Ex.ª
Am.º e v.r obr.do

Lisboa 15 de
maio de 1876

A R Sampaio

LII

1876 Maio 27, Lisboa – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, referindo-lhe o conteúdo duma carta de Luís Ribeiro Martins da Costa; sobre a incompatibilidade da nomeação do conservador para administrador do concelho pedida pelo deputado Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e Abreu; e do pedido do hábito de Cristo para um indivíduo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

O Luiz da Costa escreveu-me a carta inclusa.

Eu disse-lhe que não podia fazer sem o seguinte:

1.º Que pagasse o juro da reforma das letras, se elle as puder fazer reformar;

2.º Que faria cessar o desconto que se lhe fazia nos seus vencimentos nestes sectores.

E acrescentei que escrevia a V. Ex.ª pedindo-lhe que fizesse o que lhe fosse possivel a seu favor se elle o procurasse dizendo-se o que se pretendia porque eu a esse respeito nada resolva e V. Ex.ª.

Procedi assim para elle ver se queixar de revelar aquillo por que vem.

Tenho pena deve intervir.

Se for preciso abono-lhe os juros de reforma não tenho duvida nisso. Se elle assacar disso, abone-me V. Ex.ª a mim.

O Guilherme fallou-me na nomeação do conservador para adm.or do concelho. Respondi-lhe que eram incompativeis os logares, e que o ministro da justiça me tinha dito que se o conservador fosse nomeado adm.or do concelho, elle o demitiria de conservador.

Pediu-me o habito de Christo para Manoel Bernardim da Cunha e Silva, como correspondente do *Jornal do Porto*. Respondi-lhe que a qualidade de correspondente era indifferente, mas que a de empregado subalterno de carreira obstava a que deva a um individuo condecoração quando

os seus superiores na ordem hierarchica podia ser que a não tivessem.

Dou-lhe parte de tudo isto porque desejo que V. E.ª saiba quanto eu faço a respeito da cousa do seu districto.

Adeus, meu caro Sr. visconde, disponha de quem é

Lisboa 27 de maio de 1876

De V. Ex.ª Am.º e v.r obr.do
A R Sampaio

LIII

1876 Maio 28, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre o adiamento da concessão da Comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa ao magistrado administrativo por vontade deste.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Tem-me esquecido dizer-lhe que em virtude da sua ultima instancia não levei á assignatura o decreto da commenda da Conceição que S.M. lhe havia concedido.

Tenho-a na mª gaveta.

Estimava bem leval-o á assignatura, mas conformei-me com os seus desejos usou ver que mais tarde V. Ex.ª não duvidará acceitar

Adeus meu caro Sr. visconde, disponha sempre

Lisboa 28 de maio de 1876

De V. Exª Amº e obr.º
A R Sampaio

LIV

1876 Julho 8, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, dando-lhe justificações acerca dum despacho efectuado para escriturário da Fazenda, concedido a um primo das suas netas.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Sei que V. E. está magoado com o despacho d'um escriptuario da fazenda nomeado contra a indicação de V. E. Devo dar-lhe explicações a esse respeito.

O rapaz despachado é primo das minhas netas. Escreveu-lhes e ellas interessaram-me por elle. Tinha eu ouvido que o Jeronimo Pimentel

se interessava por outro; e eu desconfio sempre das pessoas por quem se interessa o Jeronimo. Não se me deu por isso que o rapaz fosse despachado. Creia V. E. que se eu conhecesse que isso o desgostava [?] despacho mas se faria por pedido de minha familia.

Dizem-me que o rapaz se portára mal na eleição do Bretiandos. Ignorava isso; mas V. E. pode estar certo de que se ele não ficar ás ordens de V. E. não será muito tempo empregado.

Adeus, meu caro visconde, disponha sempre de

Lisboa 8 de julho de 1876

De V. Ex.ª am.º e obr.º
A R Sampaio

LV

1876 Setembro 10, Lisboa – Dirigida ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, sobre a concessão da Comenda da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa ao mesmo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Visconde

Na proxima quinta feira tenciono levar á assignatura o decreto em que S.M. lhe concede a comenda da Conceição.

V. Ex.ª pediu a demora, mas já demorou m.to tempo, e não quero dizer a El Rei, que V. Ex.ª recusa uma graça que elle tão boamente concedeu

Adeus meu caro sr visconde

Lisboa 10 de 7bº de 1876

De V. Ex.ª m.to Am.º
e obgº
A R Sampaio

LVI

1877 Março 3, Lisboa – Ao governador civil do distrito de Braga e Visconde de Margaride, informando-o da concessão do título de Conde de Margaride, que lhe fora atribuída; a respeito das razões da demissão do ministério presidido por Fontes Pereira de Melo; acerca da constituição do novo governo presidido pelo Marquês de Ávila; e sobre o seu pedido de demissão do cargo de governador civil do distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Conde

A unica mercê que pedi a S.M. depois de acceite a demissão do ministerio, mas antes de ser substituido, foi a de conde para V. Ex.ª Quiz por este modo mostrar a V. Ex.ª quanto me penhorou o sacrificio que V. Ex.ª fez em desistir do pedido da exoneração que fez mais d'uma vez, e que o meu presidente do conselho julgou inevitavel. A tamanha fineza serei eu eternamente grato.

Á hora em que escrevo que é á uma da noite de sabbado, ainda não está organizado gabinete porque o marquez de Avila deve encontrar alguns embaraços. Nos dimittimo-nos pela repugnancia insencivel que o Serpa, mostrou em continuar por ter a seculos amniesado e não poder com um trabalho insano, o que se poderia remediar se o Fontes não estivesse ha perto de 15 dias parte dos quaes de cama; e outros sem poder sahir do seu quarto.

Como ninguem nos informou talvez apoiaremos o gabinete se não for composto de elementos que nos sejam repugnantes.

Não defino no pedido da sua demissão porque não quero que o marquez de Avila pense que faço isto por hostilidade, mas ficará na secretaria o pedido para elle lh'a dar a pedido de V. Ex.ª.

Adeus, meu caro Sr. Conde, peço-lhe que apresente os meus respeitosos cumprimentos á Ex.ma Sn.ª Condessa, e para tudo o que de mim depender, disponha

De V. Ex.ª am.º vr. e obr.º
A R Sampaio

Lisboa 3 de março de 1877

P.S. Hoje 4 ainda não posso acrescentar nada

LVII

1877 Junho 19, Lisboa – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Conde de Margaride, informando-o, que estivera com o monarca para lhe dar conhecimento do teor da sua carta e da oferta do mesmo em o receber em sua casa, caso este passasse por Guimarães, dando prévio conhecimento da mesma ao presidente do Conselho, Marquês de Ávila.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

Fui hontem a Queluz mostrar a El Rei a sua carta.

Para não dar suspeitas a ninguem tinha procurado ha dias o Marquez de Avila para lhe communicar que tendo recebido de V. E. uma carta

para offerecer a El Rei a sua casa em Guimarães no caso de S.M. ir por alli por Vidago, não queria eu fallar a S.M. sem fazer sciente disto o presidente do conselho.

O marquez presou muito a prova de deferencia que eu tinha tido para com elle, disse-me que El Rei iria por Villa Real, que se encarregava de dizer a El Rei o que eu lhe havia comunicado; e eu acrescentei que o meu acto não significava que me dispensava de ir ter com El Rei, mas q. julgava que o ministerio devia saber deste acto para agradecer, se quisesse.

El Rei quando eu cheguei ja sabia tudo, e o ministro das obras publicas disse-me ter escripto a V. E. communicando-lhe que El Rei ia por Villa Real.

Eu estimei que El Rei fosse por Villa Real, porque tendo espalhado os granjolas que a escolha do caminho por Guimarães era por medo de que em Villa Real se repetissem asneiras do anno passado conveniente pareceu que se desmentisse pelo facto aquella insinuação.

Devo dizer-lhe que em Villa Real não houve nada o anno passado.

Quanto a mim tenciono ir também por Villa Real; mas no caso de ir algum dia por Guimarães não procurarei outra pousada senão a de V. E., cujo offerecimento m^{to} e m^{to} agradeço.

Eu peço a V. Ex. que apresente os meus cump^{tos} mais sinceros a Ex^{ma} Sr^{a} Condesa, e a m^{a} neta Mathilde pede os mesmos para V. E. de quem é

Disponha V. E. de quem é

Sou m^{to} de V. Ex. am^{o} e
v^{r} obg^{o}
A R Sampaio

Lisboa 19 de
junho de 1877

LVIII

1877 Dezembro 2, Lisboa – Ao Conde de Margaride, sobre um assunto não identificado, embora saliente não haver urgência na resolução do mesmo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

Não ha urgência no negocio. Esperarei até ao dia que V. Ex.^{a} approuver.

O marquez de Vallada deve estar furioso. Não importa.

Dê V. Ex.^{a} as suas ordens e

De V. Ex.^{a} am^{o}
v.^{o} e obr^{o}
A R Sampaio

Lisboa 2 de
dezembro de
1877

LIX

1878 Março 29, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Conde de Margaride, acerca da proposta da nomeação dum indivíduo para comissário geral da polícia na cidade do Porto; e dando-lhe os parabéns pela sua presença e nomeação para governador civil do distrito do Porto.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

CAMARA DOS DEPUTADOS

Meu caro Sr. Conde

Preveniram-me de que se dizia por ahi que seria proposto para comissario geral da policia um tal Lamas de quem me disseram cobras e lagartos.

Um dos cavalheiros que veio amoestado foi o Custodio Jozé Vieira.

Veja V. E.ª o que ha, e o que se diz.

Dou os parabens ao districto pela sua presença á frente dos seus destinos.

Lisboa 29 de março de 1878

De V. E. am.º e vr obgº
A R Sampaio

LX

1878 Maio 16, Lisboa – Dirigida ao Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, requerendo a sua presença em Lisboa, juntamente com Bento de Freitas Soares, para se tratarem das candidaturas pelo círculo eleitoral do distrito do Porto, às eleições legislativas que iriam decorrer a 13-10-1878.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Que diz a isto?
Eu irei na 3.ª feira á noite
Vou hoje a Guimarães. Adeus

Meu Caro Conde

O meu presidente do conselho deseja que V. Ex.ª chegue aqui para falarmos sobre eleições e sobre candidaturas. Desejava que viesse com V. Ex.ª o nosso amigo Bento de Freitas. Escrevo hoje a este comunicando-lhe isto mesmo para que viessem no mesmo dia. A demora deve ser pequena.

Aqui fallaremos mais devagar.

Lisboa 16 de
maio de 1878

De V. Ex.ª am.º e vr
obg.º
A R Sampaio

LXI

1878 Junho 17, Lisboa – Ao Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, agradecendo-lhe o seu empenhamento num pedido que lhe havia formulado.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

Agradeço a V. Ex.ª o ter cedido do seu empenho, mas eu que não desejo isso, porque interesso-me mais pelos seus pedidos do que pelos meus.

Sem mais tempo assigno-me
Lisboa 17 de
junho de 1878

De V. Ex.ª am.º vr e ob.r
A R Sampaio

LXII

1878 Junho 25, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, alertando-o sobre problemas internos entre as cidades de Braga e de Guimarães, relacionados com a polícia civil e o caminho-de-ferro.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

As cousas azedam-se em Braga e Guimarães, e deve azedarsse não pode vir senão mal para as duas vilas que devem ser amigas.

Na questão da policia civil, inquestionavelmente Guimarães não tem razão; e na minha opinião Braga não a tem na questão do caminho de ferro.

Guimarães aceitaria de bom grado o tributo de Vieira, de Esposende, e de Fafe se houvesse em Guimarães um distanciamento permanente. E se egual exigencia fazem Barcellos, Areosa e outras?

Falle V. Ex.ª com o meu presidente do Conselho.

A defesa districtal para a policia em cabeças do districto é legal, e se os concelhos começam a querer ser independentes uns dos outros, nem teremos viacção, nem instrucção, nem segurança.

Adeus, meu caro Sr. Conde, porque está o correio a partir

Disponha sempre de

Sou De V. Ex.ª
Am.º vr. e obg.º
A R Sampaio

Lisboa 25 de junho de 1878

LXIII

1878 Outubro 4, Lisboa – Dirigida ao Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, sobre o requerimento de duas comendas; e acerca do programa dum concurso anunciado na imprensa.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

As duas commendas a que V. E. creio que se refere foram pedidas uma dellas para Bento de Freitas Soares, e outra pedida por Joaqm Simões Margiochi, director d'uma repartição das obras publicas, e muito nosso dedicado, sendo alem disso honradissimo.

Os granjolas gabam-se de tudo por saberem que ha quem o acredite [?] lhe por isso horror.

Vi na mão do Fontes uma carta sobre o programa d'um concurso que se mandara anunciar no Comercio do Porto e Primeiro de Janeiro.

O que é verdade é que os programas são feitos pelas escolas, e não no ministerio. Se comtudo se souberem que a publicação em dois jornais, em logar de um como até aqui, [incomnnidade?] alguma não por se querer nova publicidade, mas por causa do jornal, não [haveria?] duvida na impressão, embora houvesse mesma publicidade.

Adeus, meu caro Sr. Conde, disponha sempre de

Sou de V. Ex.ª
Am.º vr.º m.to obg.º
A R Sampaio

Lisboa 4 de 8bº de 1878

LXIV

1878 Dezembro 6, [Lisboa] – Ao Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, referindo que o presidente do Conselho, concordava com a sua opinião acerca das reuniões, mas que em relação às associações, só permitia as autorizadas pelo Governo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

O presidente do conselho conforma-se com a sua opinião a respeito da reunião.

As reuniões só permittidas; as associações não a serão sem autorização do governo, que não approvará essa.

O nosso dever agora é velar pela ordem publica.

Adeus, que não tenho mais tempo

Sou de V. Ex.ª
am.º e obg.º
A R Sampaio

Db.ro 6
[1878]

LXV

1878 Dezembro 7, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, alertando-o para a necessidade de vigilância de um "meeting" (manifestação) socialista na cidade do Porto.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

É bom que amanhã a auctorida[de] que deve assistir ao meeting socialista tome nota dos nomes das pessoas que o dirigem, das pessoas que fallam, do que dizem, do fim a que movem para se apreciarem as suas tendencias.

É preciso saber se elles tem ja associações auctorizadas, quem o apoia, senão tiver existencia legal.

A procuração devia ser assignada por algum quem fossem os signatarios della.

Estimei a sua carta recebida hoje que mostrei a El Rei. Ainda qe eu também não accredite é necessário vigiar, porque mal meus perdermos as vigilias do que termos de nos arrepender da nossa confiança.

Quando V. E. julgar que é conveniente a concessão de algumas graças, não tenha o escrupulo em as pedir

Sou De V. Ex.ª
Am.º obg.º
A R Sampaio

Lisboa 7 de
db.ro de 1878

LXVI

1879 Fevereiro [25], [Lisboa] – Dirigida ao Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, declarando-lhe que o soberano não aceitava a sua demissão de magistrado superior do referido distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

El Rei não o dispensa do cargo de governador civil do Porto, nem a cidade da Virgem. Os decretos dos administrativos vão também hoje á assignatura. Á noute V. Ex.ª será recebido no Porto de braços abertos.

De V. Ex.ª sempre am.º
Fev.ro 79 A R Sampaio

LXVII

1879 Abril 16, Lisboa – Ao Conde de Margaride e governador civil do distrito do Porto, sobre a atribuição do título de visconde a um indivíduo.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

É esta a primeira carta que escrevo depois da m.ª doença.

O visconde sera feito desde que eu tomar conta da pasta. O Fontes esquece-se quasi sempre de tudo, e demorará as cousas mais do que se demorarão com a pequena espera da minha entrada.

Faça-me m.to lembrado á Ex.ma Sr.ª Condessa, e disponha de

Lisboa 16 de abril de 1879 — De V. Ex.ª am.º e V.r obrigado
A R Sampaio

LXVIII

1879 Dezembro 30, Lisboa – A Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Conde de Margaride, desejando-lhe um Bom Ano, e procurando saber quando viria a Lisboa para poderem conversar.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

Festas felizes, e agradecim.tos pelas que me obriga.

Peço o mesmo para a Ex.ma Snr.ª Condessa.

Faria-me V. Ex.ª m.to favor se me dissesse quando vinha, porque no caso de demora devo tomar algumas providencias indispensaveis para satisfazer alguns compromissos.

Disponha V. Ex.ª de

Lisboa 30 de dezembro de 1879 e v.r obg.º — Sou todo de V. Ex.ª am.º
A R Sampaio

LXIX

1881 Dezembro 22, Lisboa – Dirigida ao Conde de Margaride, pedindo-lhe o envio dos documentos da Lei de 3-5-1878, referentes ao artigo 4.º do mesmo diploma, que estabelecia as categorias para aceder ao pariato.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

Desejo que me mande os documentos a que se refere a lei de 3 de Maio de 1878 no seu art.º 4º, em que se estabelecem as cathegorias para o pariato. Desejo-as com brevidade.

Disponha sempre

De V. Exª amº e vr
obrigadmo
A R Sampaio

Lisboa 22
de Dezembro
de 1881

LXX

1882 Agosto 1, Lisboa – Ao Conde de Margaride e Par do Reino, enviando-lhe duas cartas de Lopo Vaz de Sampaio e Melo e de Miguel Dantas Gonçalves Pereira, sobre a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães nas eleições suplementares de 26-11-1882.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu caro Sr. Conde

Envio-lhe essas duas cartas.

Apresento-lhas sem recommendação alguma. V. Ex.ª fara o que entender. O que eu desejo é que o Lopo e o Dantas saibam no caso de ser preciso, que eu escrevi a V. Ex.ª

Recommendando-me m.to á Ex.ma Srª Condeça e disponha de

De V. Ex. Amº atº e obº
A R Sampaio

Lisboa 1 de
agosto de 1882

CARTA SEM DATA

LXXI

1871/1872 [?] [?], [Lisboa] – Dirigida a Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, governador civil do distrito de Braga, sobre a questão da transferência de administradores de concelho no referido distrito.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Meu Caro Luiz Cardoso

O Guilherme escreve-me amoestado, e não leva a bem que lhe transfiram de Cabeceiras o administrador.

Seja assim, e siga-o porque de Celorico escreveo o Fajardo resignando-se a tudo. Não sera porem longo o seu sacrificio quanto á duração porque aquella dedicação provoca o meu reconhecimento.

Pode por consequencia dispor de consultar de Celorico em enteresse de Moreira do Rey como lhe indicou o Seixas, disponhe de Fafe visto que o Fajardo não quer aquella administração e o Guilherme não cede da de Cabeceiras. Nem o Fajardo acceitaria Cabeceiras, sem que o Guilherme fosse meio contente.

Escrevi para Barcellos, e ainda não tive resposta, nem tempo houve para ella.

Espero e confio que a sua administração seja feliz, e que os que teimaram ao principio serão os que mais a hão de elogiar com o andar dos tempos.

Conte sempre que lhe hei de dar força, e quem é forte é sempre governo e prudente. Os fracos é que buscam na violencia ocultar a sua fraqueza.

Disponha de quem é

De V. Ex.ª amº
v.r e obr.º
A Roiz Sampaio

CARTAS DO CONDE DE MARGARIDE E OUTROS PARA ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO

LXXII

1873 Abril / Maio [?], [Lisboa] – Dirigida a António Rodrigues Sampaio*, Ministro do Reino (1871-1877), sobre a questão das incursões e infiltrações carlistas no distrito de Braga.*

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

III.mo e Ex.mo Sr.

(Confidencial)

No districto de Braga apenas Terras de Bouro confinam com a Galliza, e não apparece n'este concelho o menor symptomico de movimentos sediosos, apesar da maioria dos seus habitantes ter fama de miguelistas e do terreno deserto em grande parte, accidentadissimo, encoberto nas proximidades da Hespanha com a famosa matta do Gerez, a falta de communicações com os centros de população, se prestar ás conspirações, como nenhum outro.

Tenho recommendado, a mais activa vigilancia, mas por maior que esta seja, não obsta a que uma ou outra vez passasem armas ou munições de guerra por taes ermos. Com dois corpos de policia bastariam para evitarem inteiramante similhante passagem.

Se é d'isto que são accusadas as auctoridades do districto a meu cargo, peço licença para dizer que não podem fazer impossiveis. De resto, não vejo por ora motivos para receios nem para providencias extraordinarias. Parece-me, sim, conveniente a remoção do chefe da Fiscalização dos tabacos e do guarda Jacome, empregados, segundo me informam honestos, mas muito affectos a D. Carlos, e V. E.cia obsequia-me solicitando do Ministro competente a substituição d'estes funccionarios por outros reconhecidamente liberaes.

Em Castro Laboreiro e em diversos pontos do districto de Vianna conspira-se realmente, e pode ser que o espirito de sedição se communique.

Ate hoje, porem, nada ha que annuncie tentarem a pretensão de alterar a ordem em concelho algum dos que administro.

Fecho tomando a liberdade de prevenir a V. E.cia contra as falsas noticias que necessariamente ha de dar o novo Vice-consul de Hespanha aqui, o Dr. Pereira Caldas. Este homem, pouco serio e intelligente por indole e por especulação aproveitará as occasiões para mostrar ao governo do paiz vizinho o desleixo e [……] *(carta incompleta)*

LXXIII

1873 Dezembro [], [Lisboa] – Dirigida a António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877), solicitando-lhe a sua demissão do cargo de governador civil do distrito de Braga, devido à questão do despacho da Recebedoria de Guimarães.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

III.mo e Ex.mo Sr.

Referia-me ao despacho para recebedor de Guimarães, sem a menor contemplação com os que nos teem ajudado naquella localidade. O facto constante de se não fazer caso de mim para os despachos, n'uma terra, que, a meu pedido, servio sempre o governo em tudo, colloca-me n'uma tristissima posição. Os amigos que eu occupei em obsequio á situação e a quem não presto para coisa alguma estão furiosos e os inimigos riem satanicamente da desconsideração com que me tractam. Isto tem-me incommodado muito, porque sou sinceramente amigo de V. E.cia e desejava mostrar-lhe que sei apreciar os seus favores.

Infelizmente preciso de dar uma satisfação ao publico perante o qual estou rebaixado e não descortino nenhuma senão a de pedir a minha demissão. V. E.cia sabe que ainda ha pouco me queixei de que me transferissem um escrivão de paz, inimigo dos meus amigos, para o melhor districto de Guimarães. Sabe tambem que ainda se não proveu alli um logar senão a pedido d' estranhos. So os estranhos não foram chamados para desfazer as difficuldades com que, sem o dizer, tenho tractado para suffocar os manejos da opposição, principalmente na occasião da visita d'El-Rei. O Sr. Fontes pensou que tudo foi espontaneo, e eu não lhe quero desvanecer essa feliz illusão! O que queria é que não fizessem a mim excepção para a unica [……] *(carta incompleta)*

LXXIV

1875 Maio 20, Braga – A António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877), informando-o da chegada e recepção dos soberanos portugueses na festa de inauguração do troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro de Campanhã, Porto a Braga.

Centenário do caminho de ferro a norte do rio Douro (1875-1975), *http://www.vialivre.org/comboios/historia/ponteMP002.html* e Diário do Governo de 21-5-1875.

Braga, 20, às duas horas e quatro minutos da tarde.

Ex.mo sr. Ministro do Reino – Lisboa.
El-Rei chegou aqui à uma hora da tarde.

Teve uma recepção enthusiastica e brilhantíssima.

Braga, 20, às oito horas e dezeseis minutos da tarde.

El-Rei saiu daqui às cinco horas e meia da tarde.

Continua o enthusiasmo. Estou persuadido que em nenhuma parte a família real teve uma recepção tão brilhante. Suas Magestades mostraram-se satisfeitas.

– (L.S.) – Visconde de Margaride.

LXXV

1882 Julho 29, Porto – De Miguel Dantas Gonçalves Pereira, Deputado, a António Rodrigues Sampaio, Presidente interino do Tribunal de Contas, solicitando-lhe o seu apoio, junto do Conde de Margaride, para que defendesse a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães às eleições suplementares de 26-11-1882.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Ill.mo Ex.mo Snr

Desculpe-me V. Ex.a a ir incommodal-o mais uma vez, mas uma pretenção que eu muito desejava conseguir obriga-me a abusar da confiança da bondade de V. Ex.a

Tenho muito empenho que meu genro Bernardino Machado vá á Camara, e lembrava-me que talvez podesse ser eleito por Guimaraes se V. Ex.a me quizesse fazer o importante favor de escrever ao Margaride pedindo-lhe para ele e os seus Am.os o acceitarem como candidato, porque conseguindo isso desaparecia a difficuldade que o Jeronymo Pimentel tem de o não querer apresentar por aquelle circulo. O Snr. Lopo Vaz não é estranho a esta minha pretenção e promette-me remover qualquer obstaculo que o Jeronymo Pimentel apresente a este respeito.

Se V. Ex.a pois não tiver inconveniente em satisfazer este meu pedido muito me obsequiará; o que desde já agradece reconhecido e que é com toda a consideração

Porto, 29 de
Julho de 1882

De V. Ex.a
Attº cr.do m.to obg.do
Miguel D. G. Pereira

LXXVI

1882 Julho 30, Matosinhos – De Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Deputado a António Rodrigues Sampaio, Presidente interino do Tribunal de Contas, pedindo-lhe o seu apoio, junto do conde de Margaride, para que este defendesse a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães, pelo círculo vago de Guimarães às eleições suplementares de 26-11-1882.

Arquivo *Conde de Margaride, Casa do Carmo em Guimarães*

Ill.mo e Ex.mo S.r
e meu estimadissimo Presidente

O nosso amigo Miguel Dantas, pede-me que eu sollicite a valiossissima intervenção de V.a Ex.ia para com o Conde de Margaride, p.a que este acceite e proteja a candidatura do nosso amigo d.r Bernardino Machado, pelo circulo vago de Guimarães.

É este d.r nosso amigo politico, lente distincto da Universidade, afilhado no capello, do Fontes, a quem é pessoalmente dedicado. Eu teria muita satisfação em o vêr eleito deputado, e creio que n'esta qualidade nos prestaria bons serviços.

Se V.a Ex.ia poder interessar-se com o Conde de Margaride em favor d'elle, eu muito e muito estimaria, e teriamos feito eleger um bom deputado – o que nem sempre nos acontece.

Desculpe esta minha impertinencia, com que constantemente mortifico a sua bondade, e digna-se occupar ao menos uma vez em seu serviço quem é com a maior estima e distinta consideração.

De V. Ex.cia
Am.o aff.o dedid.o obrig.mo cr.o
Lopo Vaz de Sampaio e Mello

Mathosinhos
Rua dos Banhos, n.º 15
30 julho 1882

INDÍCE ONOMÁSTICO (Apelido)

ABREU, Guilherme Augusto Pereira de Carvalho e (* em Vieira do Minho, Braga a -9-1832, † em Lisboa a 9-2-1902), Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, a imprensa considerava-o a «*relíquia do partido Regenerador, a quem prestou grandes serviços pela sua influência na zona Norte do País, em especial na província do Minho*», Deputado (1858, 1860, 1861, 1864, 1865, 1878, 1879, 1881, 1884, 1887, 1889, 1890, 1892, 1894), etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004--2006, pp. 42-48; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XXI, p. 210 (cartas de 1-12--1871, 18-12-1871, 24-6-1872, 9-4-1873, 30-4-1873, 23-5-1873, 12-3-1874, 4-5-1874, 5-4-1876, 27-5-1876, 1871/1872)

AUGUSTO Maria Miguel Gabriel Rafael Agrícola Francisco de Assis Gonzaga Pedro de Alcântara Loiola de Bragança Saxe-Coburgo-Gotha, D. (infante de Portugal) (* Lisboa 14-11-1847, † Lisboa a 26-9-1889), 3º Duque de Coimbra (carta de 27-5-1872)

AVELINO, António Cardoso (* Lamego, Viseu em 21-1-1822, † Lisboa a 6-12--1889), Ministro das Obras Públicas (de 13-9-1871 a 9-11-1876) e Ministro da Justiça (de 9-11-1876 a 5-3-1877), Deputado (1871-1874, 1875-1878), Procurador-Geral da Coroa interino, Administrador da Casa de Bragança, Formado em Direito pela U. de Coimbra (1845), estadista e jurisconsulto notável; à sua acção ministerial se deve grande parte da construção da linha férrea do Minho-e-Douro e a aprovação do projecto de construção dos caminhos-de-ferro da Beira Baixa e Beira Alta. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. V, p. 910. Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais – Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 233-234 (carta de 27-5-1872)

ÁVILA, 1º duque de (António José de Ávila) (* na Horta, Faial, Açores a 8-3-1807, † em Lisboa 3-5-1881), 1º Duque de Ávila (decreto 14-5-1878), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra (1822), Presidente da Câmara Municipal da Horta (em 1831), Deputado (entre 1834 a 1861), Ministro da Fazenda (de 9-6-1841 a 7-2-1842, de 18-6-1849 a 26-4-1851, de 4-7-1860 a 21-2-1862 e de 17-4-1865 a 4-9-1865), da Justiça (de -3-1858 a -3-1859), dos Negócios Estrangeiros (de 4-7-1860 a 21 -2-1862), Ministro Plenipotenciário em Madrid (1866-1867), Par do Reino (carta de 17-5-1861, tomando posse a 27-5) e Presidente da Câmara dos Pares (1872-1881), Presidente

do Ministério (de 4-1-1868 a 22-7-1868, de 29-10-1870 a 13-9-1871 e de 5-3-1877 a 28-1-1878), Deputado (1834, 1836, 1838, 1840, 1842, 1847, 1850, 1851, 1853, 1857, 1858, 1860), Conselheiro de Estado, Governador Civil do Porto (29-8-1840 a 9-6-1841), Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (nos anos de 1860 e 1870), Vice-Presidente da Academia Real das Ciências de Lisboa (1859-1865), fundador e Governador da Companhia do Crédito Predial (1863-1881), etc. in Nobreza de Portugal e Brasil, Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960-61, vol. II, pp. 348-350; Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 236-240; e Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. III, pp. 854-856. (cartas de 3-3-1877, 19-6-1877)

BARROS, Domingos de (carta de 30-12-1871)

BERTIANDOS, 2º conde de (Sebastião Correia de Sá Menezes Brandão) (* em Cedofeita, Porto a 18-3-1818, † na Casa dos Biscainhos, Guimarães em 5-7-1874), 2º Conde de Bertiandos (decreto 18-8-1852), Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, Deputado (1846), Par do Reino (carta régia de 23-2-1864, tomando assento a 16-3-1865), Delegado do Procurador Régio na comarca da Lousã, Secretário do Governo Civil de Coimbra (1842), Capitão do Batalhão Móvel de Caçadores de 2ª Linha de D. Maria II. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. IV, pp. 586-587; Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, p. 458 (cartas de 4-6-1872, 6-1-1874, 22-6-1874)

BERTIANDOS, 3º conde de (Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes) (* em Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos, Porto a 23-12-1851, † Santa Engrácia, Lisboa a 17-6-1929), 3º Conde de Bertiandos (decreto de 23-9--1874 e carta de 17-12-1874), Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Governador Civil de Viana do Castelo (6-11-1890 a 18-5-1891), Presidente da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, fundador do partido Nacionalista, Deputado nas eleições suplementares por Braga (1875), Par do Reino por sucessão (tomando posse a 3-5-1878), Presidente da Câmara dos Pares (carta régia de 25-2-1909 a 10-6-1910), Veador da Rainha D. Maria Pia, etc. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. V, p. 587; Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004--2006, pp. 904-905 (cartas de 6-1-1874, 4-5-1874, 8-7-1876)

BORBÓN, Carlos Maria de los Dolores Juan Isidoro José Francisco Quirino António Miguel Gabriel Rafael de Borbón y Austria (infante de Espanha),

Duque de Madrid (* em Leibach, Áustria a 30-3-1848, † em Varese, Itália a 18-7-1909), foi pretendente ao trono de Espanha, com o titulo de Carlos VII, rei de Espanha (a 20 ou 30-7-1868) e após seu pai ter abdicado no mesmo a 3-10-1868 (carta de 00-4/5-1873)

BRANCO, Luís de Freitas (* no Funchal, Madeira a 19-8-1829, † em Lisboa a 10-11-1881), formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1852), Deputado (1858, 1860, 1861, 1864, 1865, 1874, 1878, 1881), Director Geral dos Negócios Eclesiásticos (a 13-11-1862), Conselheiro (a 26-12-1862), etc. in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 443-444 (carta de 4-5-1874)

BURNAY, Henrique (* em Lisboa a 7-1-1838, † a 29-3-1909), 1º Conde de Burnay (carta de 2-7-1888), capitalista, comerciante e banqueiro, Deputado (1892, 1894, 1897), cidadão português em 1886, estabeleceu a casa comercial Henry Burnay & C.ª (em 1875) e envolveu-se em vários negócios, como a Companhia Thetis no Porto, a Empresa Industrial Portuguesa, a Empresa Metalúrgica Portuguesa, a Companhia de Tecidos Aliança, a Companhia União Fabril, a Companhia de Carris de Ferro de Lisboa. in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 486-489; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. V, pp. 210-211

CALDAS, José Joaquim da Silva Pereira (* nas Caldas de Vizela, Guimarães a 16-1-1818, † Braga 19-9-1903); em 1835, inscreveu-se na Universidade de Coimbra, nos cursos de Matemática, Filosofia e Medicina e, em 1845, foi designado professor das disciplinas de Filosofia e de Matemática no Liceu de Leiria, sendo transferido para o Liceu de Braga, no ano seguinte. Defensor da causa liberal e republicana, criticou os poderes governamentais, o que lhe trouxe bastantes problemas. Para além da intervenção política, teve também um papel activo no meio literário; integrou várias agremiações científicas e literárias, tais como a Academia de Ciências de Lisboa, o Instituto de Coimbra, a Sociedade Martins Sarmento e o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas. Fez investigações nas áreas da literatura, história, política, ensino e ciências. Dos cerca de cem títulos publicados, salientam-se: Descrições Paroquiais do Concelho de Guimarães (1842), Noções Therapeuticas sobre o Uso e Abuso das Águas Sulphurosas (1852), Bravos Poéticos (1861), Os Cemitérios Christãos em sua origem (1879), Homenagem a Camões (1883). in Padre António José Ferreira Caldas - Guimarães: Apontamentos para a sua História, vol. 1, Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1881, p. 237; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XXI, pp. 190-192 (carta de 00-4/5-1873)

CARRETA, D. Ramon, emigrado espanhol e influente carlista (carta de 5-8-1874)

CARVALHO, Mariano Cirilo de (* na Abrigada, Alenquer a 25-6-1836, † em Monte Estoril a 19-10-1905), formado com o Curso de Farmácia e Matemática na Escola Politécnica de Lisboa, Lente Proprietário de Matemática na Escola Politécnica de Lisboa, Ministro da Fazenda (de 20-2-1886 a 23-2-1889 e de 21-5-1891 a 17-1-1892) e interinamente do Reino (de 27-7-1891 a 14-11--1891), Deputado (1870 a 1905), Presidente da Câmara Municipal de Setúbal (1901), Vogal do Conselho de Instrução Pública (24-8-1900), Comissário Régio no Banco Nacional Ultramarino (1901) membro do Partido Reformista (desde 1868) e depois Progressista (1876), sendo um dos signatários do pacto de Granja em 1876; jornalista e fundador do Diário Popular (desde 1868), etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 665-669; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. VI, pp. 83-84

COSTA, Luís Ribeiro Martins da (* em Guimarães, Casa de S. Bento a 3-10--1828, † na quinta do Sobrado, Póvoa de Lanhoso a 27-8-1906), Bacharel formado em Direito pela U. de Coimbra. in Helena Cardoso de Macedo Menezes e Maria Adelaide Pereira de Moraes - Genealogias Vimaranenses, Braga: Tipografia Liv. Cruz, 1967, p. 168 (carta de 27-5-1876)

CUNHA, João Gualberto de Barros e (* em Roma, Itália a 10-10-1826, † a 10-1-1882), Ministro das Obras Públicas (5-3-1877 a 29-1-1878), Deputado (1864, 1870, 1871, 1874, 1878, 1879), Vogal do Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, membro do partido Histórico e depois Avilista. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 484-485; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. IV, p. 309 (carta de 19-6-1877)

FAJARDO, **Bernardino Pacheco Teixeira**, Administrador do concelho de Celorico de Basto (carta de 18-11-1859 e em 1872/1874). in ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv.16, fl.197 (carta de 1871/1872)

FANI, genro do (carta de 4-11-1873)

FERREIRA, José Dias (* na Aldeia Nova, Arganil a 30-11-1837, † em Vidago a 8-9-1907), Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (1860), Lente Substituto (10-5-1861), Presidente do Conselho de Ministros (de 17-1-1892 a 27-5-1892 e de 27-5-1892 a 22-2-1893), Ministro da Fazenda (de 4-1-1868 a 22-7-1868), da Justiça (26-5-1870 a 29-8-1870) e do Reino (de 3-7-1870 a 29-8-1870), fundador do partido Constituinte em 1871, Deputado (1860,

1864, 1865, 1868, 1869, 1870, 1871, 1874, 1878, 1879, 1881, 1884, 1887, 1889, 1890, 1892, 1894, 1895, 1897, 1899, 1900, 1901, 1904, 1905), Par do Reino (a 4-4-1905, tomando posse a 15-4-1905), etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 145-148; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. VIII, pp. 948-950 (carta de 4-5-1874)

FREITAS, Augusto César Barjona de (* Coimbra a 13-1-1833, † em Benfica, Lisboa a 23-7-1900), Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (1855), professor de diversas cadeiras de Direito, Deputado (de 1864 a 1871 e em 1874), Ministro da Justiça (de 4-9-1865 a 4-1-1868, de 13-9-1871 a 9-11-1876) e do Reino (de 24-10-1883 a 20-2-1886), Par do Reino (de 7-12-1876, tomando assento a 12-1-1877), Ministro Plenipotenciário em Londres, Presidente da Câmara dos Pares (de 24-9-1892 a 26-7-1894), membro destacado do partido Regenerador e líder da facção do partido conhecido por Esquerda Dinástica (1887). in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. IV, p. 233; Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004--2006, pp. 242-245 (cartas de 15-6-1872, 14-9-1872, 4-11-1873, 7-5-1874, 22-6-1874)

GASPAR, António (cartas de 7-11-1872, 22-6-1874)

GUIMARÃES, Bernardino Luís Machado (* no Rio de Janeiro, Brasil a 28-3-1851, † no Porto 29-4-1944), Presidente da República (de 6-8-1915 a 8-12-1917, e de 1-12-1925 a 28-5-1926), Presidente do Conselho (1914 e 1921), Doutor em Filosofia (1876) e Lente Catedrático em Filosofia (1879-1907), Deputado (1882, 1884, 1883, 1890), Par do Reino Electivo pelos estabelecimentos científicos (1890, 1894), Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (de 23-2-1893 a 1-9-1894), membro do partido Regenerador e depois do partido Republicano (a partir de 1903), Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa (1895-1899), etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 388-392; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XV, pp. 755-759 (cartas de 29-7-1882, 30-7-1882)

JÁCOME (carta de 00-4/5-1873)

LAMAS, comissário geral da polícia (carta de 29-3-1878)

LAMITTE (carta de 29-12-1875)

LEÃO, João Vasco Ferreira (* em Guimarães a 8-12-1830, † no Porto a 6-9--1895), Licenciado em Direito pela U. de Coimbra (1853), juiz e procurador

régio em várias localidades, juiz de Direito (1866), Juiz de 2ª Instância do Tribunal de Relação dos Açores (1887), Desembargador da Relação do Porto, Deputado por Guimarães (1871-1874, 1875-1878) e Par do Reino Electivo por Bragança (em 1887). in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 512-514 (cartas de 4-5-1874, 7-5-1874)

LEITÃO, Augusto, oficial de polícia de Lisboa (carta de 10-1-1873)

LOZAIVA, António, emigrado carlista infiltrado em Portugal (carta de 17-11-1874)

LUÍS I Filipe Maria Fernando Pedro de Alcântara António Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Júlio de Bragança Saxe-Coburg-Gotha, D. (rei de Portugal) (* Lisboa 31-10-1838, † Cascais 19-10-1889), Rei de Portugal (cartas de 27-5-1872, 4-6-1872, 15-6-1872, 22-9-1874, 25-9-1874, 8-6-1875, 16-9-1875, 13-5-1876, 15-5-1876, 28-5-1876, 10-9-1876, 3-3-1877, 19-6-1877, 7-12-1878, 25-2-1879, 20-5-1875)

MARGARIDE, 1º conde de (Luís Cardoso Martins da Costa Macedo) (* na Casa da Veiga, S. Pedro de Azurém a 8-1-1836, † na Casa do Carmo, S.ta Maria de Oliveira do Castelo a 30-7-1919), 1º Conde e 1º Visconde de Margaride (dec. de 1-8-1872 e de 3-3-1877), Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por sucessão (alv. 15-3-1862), do Conselho de S.M.F. (dec. de 1-10-1874), Comendador da O. de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa (dec. de 14-9-1876), Grã-Cruz da O. de Cristo (alv. de 8-1-1907), Par do Reino (por carta régia de 29-12-1881, de que tomou assento e prestou juramento na sessão da Câmara dos Pares de 18-3-1882), Governador Civil de Braga (de 12-10-1871 a 15-3-1877) e do Porto (de 6-2-1878 a 3-6-1879), Vice-Presidente do Partido Regenerador no Porto (a 6-9-1879), Procurador de Guimarães na Junta Geral do Distrito de Braga (de 4-9-1883 a 28-11-1885), Presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1870, 1878, 1887-1892), Bacharel formado em Filosofia pela U. de Coimbra (a 15-7-1857), 9º Senhor da Casa de Margaride em S. Romão de Mesão-Frio, etc. (cartas de 2-8-1872, 22-9-1874, 13-5-1876, 3-3-1877, 29-7-1882, 30-7-1882)

MARGIOCH, Joaquim Simões, Fiscal do Governo na construção da linha férrea de Lisboa a Santarém (portaria de 11-10-1856), director de Repartição do Ministério das Obras Públicas (carta de 4-10-1878)

MARIA PIA de Sabóia, D. (rainha de Portugal) (* Turim, Itália a 16-10-1847, † Parco Reale, Stupinigi, Itália 5-7-1911) (cartas de 27-5-1872, 8-6-1875)

MELO, António Maria de Fontes Pereira de (* Lisboa 8-9-1819, † Lisboa a 22-1-1887), Presidente do Conselho (de 13-9-1871 a 5-3-1877, de 29-1-

-1878 a 1-6-1879, de 14-11-1881 a 24-10-1883, de 24-10-1883 a 20-2-1886), Ministro de diversas pastas, Conselheiro de Estado (1866), Par do Reino (8-1-1870), Chefe do partido Regenerador, foi o político português que mais se evidenciou no sétimo e oitavo decénios do século XIX; com a morte de Rodrigo da Fonseca em 1858, foi Fontes o chefe do Partido Regenerador e posteriormente foi Ministro da Fazenda (1865) e interino da Guerra; imprimiu uma orientação de tal forma individual à política de «melhoramentos materiais», que ela passou à história sob a designação de fontismo, que se traduziu fundamentalmente na realização de obras de viação, estradas, caminhos-de-ferro e reparação de portos. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. XI, pp. 598-602 e Dicionário Enciclopédico, op. cit., vol. I, p. 263); Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004--2006, pp. 827-832 (cartas de 27-5-1872, 2-8-1872, 30-5-1873, 21-7-1873, 19-9-1873, 00-12-1873 (2), 6-1-1874, 4-5-1874, 7-5-1874, 22-6-1874, 5-8--1874, 22-9-1874, 10-7-1875, 19-7-1875, 3-3-1877, 16-5-1878, 25-6-1878, 4-10-1878, 6-12-1878, 16-4-1879)

MELO, Lopo Vaz de Sampaio e (* Gouvinhas, Sabrosa a 29-9-1848, † Lisboa a 20-3-1892), Ministro da Fazenda (de 25-3-1881 a 14-11-1881), Ministro da Justiça (de 24-10-1883 a 20-2-1886 e de 14-1-1890 a 13-10-1890), Ministro do Reino e interinamente da Instrução Pública e Belas Artes (21-5-1891 a 17-1-1892), Conselheiro de Estado (em 1885 e 20-2-1890), Director Geral da Instrução Pública (1878), Director Geral das Alfândegas e Contribuições Directas (de 14-1-1878 a 17-8-1881), Deputado (1870, 1876, 1878-84, 1887, 1889), Par do Reino (carta régia de 27-2-1890), Formado em Direito pela U. Coimbra (1869), Vogal Efectivo do Supremo Tribunal Administrativo (26-11-1885), etc.; pertenceu primeiramente ao partido Reformista e depois ao Regenerador; quando em Janeiro de 1887, faleceu António Maria Fontes Pereira de Melo, foi ele quem indicou António de Serpa Pimentel para a chefia do partido, dirigindo habilmente uma campanha contra o partido Progressista, que mais uma vez assumira o poder. in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, vol. II, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990, p. 223; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. XXXIV, pp. 384-385; Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. II, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 865-870 (cartas de 3-6-1875, 19-7-1875, 1-8-1882)

MENEZES, D. João Rebelo Cardoso de (* em Vila Real, Rua Direita a 29-10-1832, † em Lamego a 5-6-1890), Bispo Codjutor de Lamego (1887), Arcebispo de Mitilene (a 7-12-1884) e de Larissa (1887), Monsenhor Capelão Honorário "extra urbem" do Papa Leão XIII (a -8-1879) e Protonotário Apostólico e Prelado Doméstico de Sua Santidade (a -2-1881), Doutor em Teologia (por

diploma do Papa Leão XIII a 16-12-1884), Provisor e Vigário Geral do Patriarcado (a 10-4-1884), Desembargador Honorário da Relação Geral do Patriarcado (a 10-4-1884), Desembargador Honorário da Relação Eclesiástica de Braga (a -10-1880), Examinador Prosinodal e Director do Jornal Semana Religiosa Bracarense, era cunhado do 1º Conde de Margaride. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. XVI, pp. 933-934 (carta de 13-6-1881)

MONTARIOL, 1º visconde de (Francisco Manuel da Costa) (* em 6-2-1806, † 1874), 1º Visconde de Montariol (decreto de 14-7-1870), Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Governador Civil do Distrito de Guarda (30-3-1842 a 3-7-1843), de Viana do Castelo (6-10-1846 a 29-12-1847), Leiria (de 28-7-1847 a 28-8-1847), Deputado (1842, 1846, 1860, 1861, 1865, 1869, 1870, 1871), Conselheiro da Prefeitura do Minho (11-7-1834), proprietário, etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais – Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 876-877; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XVII, p. 704 (cartas de 6-1-1874, 4-5-1874, 22-6-1874)

NESPEREIRA, 2º Visconde de (João Lobo Machado Cardoso do Amaral de Menezes) (* Guimarães a 1-2-1867, + Braga a 18-2-1919), 2º Visconde do Paço de Nespereira, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Moço Fidalgo da Casa Real, 16º Representante do Morgado de Paço de Nespereira, Senhor da Casa do Proposto, Senhor, pelo casamento, da Casa dos Biscainhos, em Braga. in Domingos de Araújo Affonso e Ruy Dique Travassos Valdez - Livro de Oiro da Nobreza, 2ª edição, Tomo I, Lisboa: J.A. Telles da Sylva, 1988, p. 194 (carta de 19-5-1872)

NORTON, família: **Tomás Mendes Norton** (* em Viana do Castelo, S.ta Maria Maior a 31-1-1839, † Casa do Banheiro, Queijada, Ponte de Lima a 1-5-1920), Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (alvará de 7-4-1866). in Instituto Português de Heráldica – Anuário da Nobreza de Portugal III, Tomo II, Lisboa: IPH, 1985, p. 844; e **José Mendes Norton** (* Viana do Castelo, S.ta Maria Maior a 1-2-1845, † Viana do Castelo, S.ta Maria Maior a 9-2-1905), F.C.R. (alv. de 30-12-1873) e M.F.C.R. (alv. de 7-2-1874), Comendador da O. de N. S.ra da Conceição de Vila Viçosa, Bacharel formado em Filosofia (1870), Medicina e Cirurgia (1871) pela Universidade de Coimbra, Delegado de Saúde do Distrito de Viana do Castelo, 8º Reitor do Liceu de Viana do Castelo (a 7-1-1897), Secretário-Geral do Distrito de Viana do Castelo, Associado Provincial de 1ª Classe da Academia Real das Ciências de Lisboa, Sócio Correspondente do Instituto de Coimbra, etc. (carta 29-12-1875)

PASSOS, Manuel Joaquim Alves (* Refojos, Guimarães a 4-2-1816, † 1881), médico-cirurgião formado na Escola-Cirúrgica do Porto, Deputado (1871,

1875, 1879), professor no Liceu de Braga, redactor principal e fundador do jornal Bracarene. in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 188-189 (carta de 18-12-1871)

PEIXOTO, Alfredo Filgueiras da Rocha (* em Ponte de Lima a 10-7-1848, † em Coimbra a 2-8-1904), formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra (1869 e 1870), Doutor em Matemática e Lente Catedrático pela mesma instituição (1872 e 1880), Subdirector do Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda (1893-1897), Procurador à Junta Geral do distrito de Viana do Castelo, Deputado (1871, 1874, 1878, 1884), Par do Reino Electivo por Santarém (1894), membro do partido Regenerador, etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 197-200; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XXV, p. 856 (carta de 29-12-1875)

PEREIRA, Miguel Dantas Gonçalves (* em Fomariz, Paredes de Coura a 20-8-1836, † em Lisboa a 7-6-1905), Deputado (1878, 1881, 1884, 1887, 1889, 1890, 1892, 1894, 1895, 1899), Par do Reino (carta régia de 28-12-1900, tomando assento a 25-1-1901), Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura (1882-1895), principal acionista e Director da Companhia de Ferro do Porto à Póvoa do Varzim, filiado no partido Regenerador, desde 1871, etc. in Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 238-241; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XII, p. 568 (cartas de 29-7-1882, 30-7-1882, 1-8-1882)

PIMENTEL, António de Serpa (* Coimbra a 20-11-1825, † Lisboa a 2-3-1900), Presidente do Conselho (de 14-1-1890 a 14-10-1890), Ministro da Fazenda (de 2-8-1872 a 5-3-1877), Ministro das Obras Públicas (16-3-1859 a 4-7--1860) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (de 14-11-1881 a 31-5-1883), chefe do partido Regenerador após a morte de Fontes Pereira de Melo em 1887 até 1900, Deputado (1856, 1860, 1865), Par do Reino (decreto 28-12--1871), Conselheiro de Estado (21-1-1876), Presidente do Tribunal de Contas (12-8-1886), Doutor em Matemática pela U. de Coimbra (1846), Coronel Graduado (1881), professor, militar, jornalista e politico; em seguida ao Ultimato inglês e da queda do ministério progressista, foi encarregado de formar governo a que presidiu de 14-1-1890 a 14-10-1890; deixou o seu nome ligado às questões financeiras e às relações internacionais da 2ª metade do século XIX. in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, vol. II, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990, p. 223; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. XXVIII, pp. 459-460; e Maria Filomena Mónica –

Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 271-273 (carta de 3-3-1877)

PIMENTEL, Jerónimo ou Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos Carneiro (* S. Pedro, Vila Real a 14-5-1842, † Braga a 2-7-1898), Bacharel em Direito pela U. de Coimbra (1863), Governador Civil de Braga (de 7-4--1881 a 11-12-1884, de 13-1-1890 a 6-11-1890 e de 18-6-1891 a 28-1-1892), Deputado (1868, 1874, 1878, 1889), Par do Reino Electivo (a 2-12-1885 e 14-4-1890) e Par Vitalício (a 26-12-1895, tomando posse a 8-1-1896), Director da Penitenciária de Lisboa (1884), membro do partido Regenerador. in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. XXI, p. 669; Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, vol. I, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990, pp. 311-312 e Maria Filomena Mónica - Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais – Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 589-590 (cartas de 6-1-1874, 7-5-1874, 22-6--1874, 17-9-1874, 16-9-1875, 29-12-1875, 4-4-1876, 15-5-1876, 8-7-1876)

PINHEIRO (22-6-1874)

REGO, Faria (carta de 15-5-1876)

SAMPAIO, António Rodrigues (* S. Bartolomeu do Mar, Esposende a 25-7-1806, † Sintra a 13-9-1882), Ministro do Reino (de 13-9-1871 a 5-3-1877 e de 29-1-1878 a 1-6-1879) e Presidente do Conselho (de 25-3-1881 a 14-11--1881), Deputado (eleito em 1851, 1852, 1856, 1858, 1860, 1865, 1870, 1871, 1874), Par do Reino (nomeado a 16-5-1878, tomando posse a 10-1--1879), juiz do Tribunal de Contas (em 1859), escritor, jornalista e político; a sua obra distribui-se por três áreas fundamentais: descentralização administrativa (procurando responsabilizar a população pela administração local, com a adopção de um activo municipalismo); instrução popular pela escola; e educação popular pelo associativismo; da sua autoria temos duas leis importantes - a da reforma da instrução primária com a sanção de 2-5-1878 e o novo Código Administrativo pela lei de 6-5-1878. in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal, vol. II, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990, p. 180 e Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960- , vol. XXVI, pp. 880-883).

SECO, **Francisco Henriques de Sousa** (* em 1823-), Delegado do Procurador Régio na Câmara de Abrantes (carta de 3-11-1857), Juiz de Direito da Comarca de Idanha-a-Nova, Cavaleiro da Ordem da Conceição (carta de 20-11-1860), Juiz de Direito em Guimarães em 1872, que terminou com a saída deste magistrado da cidade; as malfeitorias realizadas por este juiz, foram resumidas por João Lopes Faria na sua obra "Efemérides Vimara-

nenses". in ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv.19, fl.79 v.º, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv.18, fl. 142 (cartas de 27-3-1872, 24-6-1872)

SILVA, José António Rebelo da (carta de 4-4-1876)

SILVA, Manuel Bernardim Cunha e (cartas de 15-5-1876, 27-5-1876)

SOARES, Bento de Freitas (* em Vila do Conde em 1822, †), formado em Medicina pela Universidade de Coimbra (14-7-1850), médico distinto, militou no Partido Regenerador, foi Presidente da Câmara de Vila do Conde, Deputado (entre 1860-1868), Governador Civil do Porto (de 12-10-1871 a 15-3-1877); neste último cargo protagonizou uma batalha contra a emigração clandestina e terminou a sua carreira pública como Director da Alfândega do Porto. in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais – Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 765-766 (cartas de 16-5-1878, 4-10-1878)

SOURE, Guilherme José de (carta de 3-6-1875)

TORRE DAS DONAS, 1º visconde de (Joaquim de Azevedo de Araújo e Gama) (* em 14-8-1833, † a 30-8-1883), 1º Visconde de Torre das Donas (decreto de 8-8-1872), Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Governador Civil de Viana do Castelo (de 12-6-1868 a 31-8-1868, de 15-2--1871 a 28-10-1875), etc. in Nobreza de Portugal e Brasil, Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960-61, Vol. III, pp. 443-447; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XXXII, p. 206 (cartas de 2-8-1872, 29-12-1875)

VALADA, 2º marquês de (D. José de Menezes e Tavora Rappach da Silveira e Castro) (* Lisboa a 13-2-1826, † 18-10-1895), 2º Marquês de Valada, Membro da Academia das Ciências Britânica e do Instituto Arqueológico de Londres, Par do Reino por sucessão (a 11-6-1853), Governador Civil de Braga (de 25-5-1870 a 23-6-1870, de 5-4-1877 a 6-2-1878 e de 11-12-1884 a 21-1-1886). in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais – Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 877-880 (cartas de 9-4-1873, 2-12-1877)

VIEIRA, Custódio José (* na Régua a 27-3-1822, † no Porto a 9-5-1879), Bacharel formado em Direito pela U. de Coimbra (1849), advogado e jornalista, Comissário de Estudos (1871) e Reitor do Liceu do Porto (1872-1875), Deputado (1867, 1876, 1878), Director Geral das Contribuições Directas no Porto. in Maria Filomena Mónica – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais – Casa da Moeda, 2004-2006, pp. 1063-1064; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. XXXV, pp. 236-237 (carta de 29-3-1878)

BIBLIOGRAFIA

1 – MANUSCRITAS E NÃO PUBLICADAS

1.1 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

– Registo Geral de Mercês de D. Luiz I, Livro 25, folha 311 e v.º Livro 30, folha 110 verso
– Ministério do Reino: Decretos de 1-VIII-1872, de 14-IX-1876
– Mordomia da Casa Real: Livro 18

1.2 – Arquivo Histórico Parlamentar:

– Câmara dos Dignos Pares do Reino, Secção do Archivo, Comissão de Verificação de Poderes, Anno de 1882, Secção IX, Caixa 4

2 – FONTES SECUNDÁRIAS

1.2 – Imprensa:

– *Comércio do Porto de* 4-VII-1872
– *Diário Ilustrado de* 8-VII-1872
– *Facho – Suplemento de "O Comércio de Vila do Conde"*, n.º 76, Agosto 1991
– *Ilustração Moderna*, n.º 15, Porto, Julho de 1927
– *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 14 de Dezembro de 1908
– *O Diabo* de 25-II-1986
– *O Entusiasta*, n.º 2 de 1886
– *O Tripeiro* de 1-VIII-1990
– *Point de Vue Images du Monde*, n.º 2171 de 8-III-1990 – *Casa de Margaride: Une demeure patricienne dans une ville royal*

3 – MONOGRAFIAS

ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal*, 6 vols., Coim-bra: Imp. da Universidade, 1922-29

ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO – bicentenário do nascimento", Acta da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Esposende, realizada em 25 de julho de 2006, Ed. Câmara Municipal de Esposende, 2007, Esposende

ANUÁRIO *da Nobreza de Portugal*, Tomo I, Lisboa: Edição do Instituto Português de Heráldica, 1985

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira – Cartas de Brasão de Armas: Colectânea, Lisboa: Guarda-mor, 2003

BRAGA – *S. João: Numero-único ilustrado comemorativo dos Grandiosos Festejos ao S. João em Braga em 1901*, Braga: Typographia M. de Sousa Cruz, 1901

BRANCO, Camilo Castelo – *Reabilitação do Visconde de Margaride*, in Noites de Insomnia: Offerecida a quem não pode dormir, n.º 1 (Jan. 1874), Porto: Ernesto Chardron; Braga: Ernesto Chardron, 1874

CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga: Universidade do Minho, 1995

CARVALHO, A.L. de – *Guimarães de tempos idos*, Porto: Imp. Portuguesa, 1947

DICIONÁRIO *Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Alfa: Selecções do Reader Digest, 1990

ENCICLOPÉDIA *Luso Brasileira de Cultura*, vol. I-XVIII, Lisboa: Editorial Verbo, 1971

ENCICLOPÉDIA *Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Madrid: Espasa Calpe, S.A., 1931

ESTATISTICA *do Pariato Português*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910

FLORES, António de Quadros – *Guimarães na última quadra do romantismo*, Guimarães: A. Flores, 1967

GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960

GUIMARÃES, Domingos – *A apotheose: jornal comemorativo do septi-centenario e inauguração da estatua de D. Affonso Henriques*, Lisboa: Typ. do Diccionario Universal Portuguez Litterario, 1887

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *Apontamentos para a história do concelho de Guimarães: manuscritos do abade de Tagilde; notas e comentários de José Maria Gomes Alves*, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1983

GUIMARÃES, Oliveira (Abade de Tagilde) – *Guimarães e Santo António*, *Publicação Comemorativa do 7º Centenário*, Guimarães: Editores Freitas e Cª, 1895

HERÁLDICA, Instituto Português de – *Anuário da Nobreza 1985*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1985

KINNIN, Anthony – *Guimarães: Século XIX de Vila a Cidade*, Braga: Barbosa & Xavier Lda-Artes Gráficas, 2006

LAVRADIO, 7º Marquês de (D. José Luís de Almeida Correia de Sá, coord.) – *Memórias do 6º Marquês de Lavradio*, Lisboa: Edição Ática, 1947

LEMOS, Ester de – *D. Maria II (A Rainha e a Mulher)*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1954

LIVRO *de Ouro do Centenário da cidade de Guimarães*, Guimarães: Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1954

MACHADO, José de Sousa – *Brasões Inéditos*, Braga: Tipografia Central, 1931

MAFRA, 4º Conde de – *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner, 4º Conde de Mafra*, 1º vol.: 1869-1880, Lisboa: Parceria António Maria Pereira-Liv. Editora, 1930

MARGARIDE, 1º Conde de – *«A propósito das propostas tributárias – sessão da Câmara dos dignos pares em 23-2-1892»*, Guimarães: Tip. de Silva Caldas, 1892

MARGARIDE, 1º Conde de – *«Francisco Martins Sarmento. Reminiscências longínquas»*, in Revista de Guimarães, vol. especial, 1900

MARQUES, A.H. de Oliveira – *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa: Palas Editores, 1981

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, vols. I e II, Lisboa: Guimarães Editores, 1986

MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do Seu Reinado*, Lisboa: Edição do Autor, 1927

MARTINS, Rocha – *D. Manuel II (Memórias para a História do seu Reinado)*, vol. I, Lisboa: Sociedade Editora José Bastos, 1917

MATOS, Lourenço Correia de – *D. Manuel II e a Nobreza: Títulos autorizados no exílio (1910-1932)*, Lisboa: Dislivro Histórica, 2004

MEMÓRIAS *do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto*, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, vol. I a VIII, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926

MENEZES, Helena Cardoso de Macedo e Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Genealogias Vimaranenses*, Braga: Tipografia Liv. Cruz, 1967

MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de – *Os Condes de Margaride e a sua descendência*, 1ª edição, Lisboa: Instituto D. João VI, 2007

MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de – «*O Percurso Biográfico e a Actividade Parlamentar do 1º Conde de Margaride*», in Boletim dos Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Série II, Vol. IX, Guimarães: A. M. A. P., 2009

MÓNICA, Maria Filomena – Dicionário Biográfico Parlamentar, vol. I-III, Lisboa: Assembleia da República: Imprensa de Ciências Sociais-Casa da Moeda, 2004-2006

MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo*, Porto: Afrontamento, 1999

MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998

MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Velhas Casas de Guimarães*, 2 vols., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001

MORAES, Maria Adelaide Pereira de e José Couceiro da Costa, co-autor – *Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos: história de uma real irmandade*, Guimarães: Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, 2004

NEMÉSIO, Gonçalo Monjardino – *Histórias de Inácios: A Descendência de Francisco de Almeida Jordão e de sua mulher D. Helena Inácia de Faria*, 2 vols., Lisboa: Dislivro Histórica, 2005

NOBREZA *de Portugal e Brasil*, Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960-61

NORTON, Manuel Artur – «Boletim de Trabalhos Históricos» do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Vol. XXVIII, 1978

OLIVEIRA, Manuel Alves de – *Um motim de há 100 anos: entre Braga e Guimarães*, in Boletim de Trabalhos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. XXVI, 1985

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho – *As Farpas*, Tomo I, Lisboa: David Corazzi Editor, 1887

PEREIRA, António Manuel – *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto: Manuel Barreira, 1959

PEREIRA, Esteves e Guilherme Rodrigues – *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa: J. Romano Torres, 1904

PERES, Damião e outros – *História de Portugal*, Barcelos: Ed. de Portucalense Editora, Lda., 1928-1944

PIMENTA, Alfredo – *Páginas Minhotas*, Lisboa: Organizações Bloco, 1950

PINHEIRO, Alfredo Dias – *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história* [S.l.: s.n.], 1931

PINTO, Albano da Silveira – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa: Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1883-1890

PORTUGAL, D. Francisco de Almeida – *Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal*, 8 vols., Lisboa: Imprensa Nacional, 1937

QUEIRÓS, Alberto de Magalhães – *Uma Família Minhota*, Braga: [s.n.], 1967

RAMOS, Rui – *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001

ROCHA, Hélder – *Efemérides vimaranenses*, Guimarães: O Povo de Guimarães, 1996-1998

SÁ, Ayres de – Príncipe Real D. Luiz Filipe, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929

SAMPAIO, Jorge Pereira de – *Casas com Tradição em Portugal «Casa do Carmo»*, pp. 134-141, Lisboa: Estar, 1998

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, 12 vols., Lisboa: Verbo, 1986

SERRÃO, Joel (org.) – *Dicionário da História de Portugal*, 6 vols., Porto: Figueirinhas, 1984

SILVA, Nicolau – *Guimarães e as Festas Nicolinas*, Guimarães: Assoc. dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães, 1991

SOARES, Franquelim Neiva – *António Rodrigues Sampaio, 1806-1882, Antologia*, Lisboa, 1982

SOARES, Franquelim Neiva – *O homem e o seu tempo (1808-1882)*, *in* "Actas do Seminário António Rodrigues Sampaio: Bicentenário do Nascimento – Esposende, 21 de Julho de 2006", Esposende: Ed. Câmara Municipal de Esposende, 2007.

TEIXEIRA, J.A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e Seu Termo*, Coimbra: Instituto de Coimbra, 1990

TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e Visconde Sanches de Baena – *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciências, 1883

VASCONCELOS, Francisco de – *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Lisboa: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 2003

VILA DO CONDE, Câmara Municipal de – *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, n.º 1*, Vila do Conde: C.M., 1960

VILHENA, Júlio de – *D. Pedro V e o Seu Reinado*, vol. I e II, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921

ZUQUETE, Afonso E.M. – *Armorial Lusitano*, Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda. 1961

História da Literatura em Teófilo Braga – Romantismo, gestão de informação e estratégias de luta ideológica

PEDRO VILAS BOAS TAVARES – Universidade do Porto *

1. Como em notável obra de investigação erudita e de apreciação literária referia o lente de medicina Ricardo Jorge, «há almotacés que com ferocidade pombalina arruam os ofícios, e ai do sapateiro que sai das encóspias. Este especialismo policial é uma miséria intelectiva, é o inimigo da cultura e até da própria especialidade esclarecida»[1]. Hoje como ontem, não faltam insensatos fiscais do "atestado" de especialização e, alguns, por vezes, na sua ingénua e doutoral auto-suficiência, se a custo relevam a elementar licença de discreteio racional e científico concedida a "intrusos", vêem-no alto papel de «juízes tabaquentos» de uma nova mesa censória…

Em nenhuma circunstância terão as modestas linhas que se seguem valia de poderem irritar uns ou outros. De resto, deixaremos para outrem a tarefa profissional de avaliação dos méritos e deméritos da História da Literatura de Teófilo Braga e do papel por ela desempenhado na cultura portuguesa contemporânea. É uma rica e imensa realidade e seja-nos permitido duvidar se surgiu já quem, com porte suficientemente atlético nas competências disciplinares e

* Membro do Grupo de Investigação Sociabilidades, Práticas e Formas de Sentimento Religioso, da Unidade de I&D (FCT) CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n 4150-564, Porto, Portugal. Membro de Centro de Estudos do Pensamento Português, UCP (Porto) *ptavares@letras.up.pt*. Este texto, inédito, resulta do desenvolvimento de uma breve comunicação apresentada pelo autor ao Colóquio Internacional «O Pensamento e a Obra de Teófilo Braga», UCP, Porto, a 19/20/21 de Maio de 2011.

[1] *Francisco Rodrigues Lobo, Estudo biográfico e crítico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. x.

interdisciplinares necessárias, se apresente apto a meramente fazer esse balanço global…

Isto dizemos lealmente e de chofre, sem em nada nos sentirmos a engrossar o coro das glorificações tópicas, de circunstância…

Poucos anos após o seu falecimento, certamente com algum exagero, mas compreensivelmente, António Ferrão, lembrando a ingentíssima mole de conferências, livros, artigos e conferências legados, versando grande diversidade de áreas, «a filosofia, a arte, a história das ideias, do ensino, da política, da literatura, das religiões, a psicologia, a sociologia», mas também a filologia, a antropologia, a etnografia e largo *etcetera* de matérias concernentes às ciências sociais e humanas, jurídicas e políticas, declarava a influência de Teófilo no nosso meio literário e científico «enorme, imensa, e de difícil ou impossível apreciação»[2]. Aqui justamente reside o exagero: da convicção da possibilidade e bons resultados de tentativas de apreciação se fazem esforços individuais e colectivos como o do presente congresso, esforços que uma injusta e incompreensível indiferença intelectual dos últimos tempos relativamente a Teófilo torna mais urgentes…

2. Situando-nos no âmbito da História da Literatura Portuguesa, de que Teófilo foi um dos «cabouqueiros», e nesta, na etapa de eclosão e afirmação do Romantismo em Portugal – tal como este autor no-la apresenta –, teremos de rememorar e de ter em conta uma vastíssima obra. Em conexão expressa com esta matéria, será obrigatório, nomeadamente, referir[3]:

– *Historia da Literatura Portugueza, Introducção*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870, 356 pp., (incorporando o opúsculo de 20 pp. *Historia da Poesia moderna em Portugal*, escrito como introdução geral à *Grinalda* de Nogueira Lima, Porto, Tip. Da Livraria Nacional, 1869).
– *Historia do Teatro Portuguez*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1870, 2 Vols., 334 e 372 pp.; *Historia do Teatro Portuguez,* Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, 2 Vols., 406 e 304 pp.

---

[2] *Teófilo Braga e Joaquim de Araújo*, em *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga, 1843-1924*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1934, p. 66.

[3] Cf. Álvaro Neves, *Doutor Teófilo Braga. Bio-bibliografia*, em *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga, 1843-1924*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1934, pp. 387-466.

– *Estudos da Edade Media, Philosophia da Litteratura*, Livraria Ernesto Chardron, 1870, 339 pp.
– *História dos Quinhentistas (Eschola italiana I Seculo XVI)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, 336 pp.
– *Historia da Poesia Portugueza (Eschola Nacional) Epopêas da Raça Mosárabe)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, 386 pp. (refundição de *Historia da Poesia popular portuguesa*, Porto, Tip. Lusitana, 1867).
– *Historia da Poesia Portugueza (Eschola Provençal*), Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, 346 pp.
– *Historia da poesia portugueza (Eschola Hespanhola)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, 434 pp.
– *Historia da poesia portugueza (Eschola Hispano-Italica*), Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, 325 pp.
– *Theoria da Historia da Litteratura portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1872, 102 pp.
– *Manual da Historia da Litteratura Portugueza desde as suas origens até o presente*, Porto, Livraria Magalhães e Moniz Editores, 1875, 481 pp.
– *Historia do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, 2 Vols, 519 pp.

Em anos subsequentes, saindo a ritmo febril, não serão de omitir importantes estudos camonianos, alguns deles rescendendo ao entusiasmo das celebrações centenárias, os importantes volumes de *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*, e aqueles – aparente e alegadamente – «pequenos escritos» sobre grandes *Questões de Litteratura e Arte Portugueza* que, em preciosas pistas, meticulosamente, nos vai apontando Álvaro Neves, devoto admirador de Teófilo. Um admirador que não escamoteia o texto de perturbantes polémicas em folha impressa, de raridade singular e singular eloquência sobre a verve e índole do mestre, como quando contra-ataca causticamente graves acusações de falta de probidade literária a si feitas pelo higienista Ricardo Jorge[4].

[4] Referimo-nos à demolidora folha volante «*Eu sei quem é Ricardo*…». Cf. transcrição por Álvaro Neves, *Doutor Teófilo Braga. Bio-bibliografia*, *In Memoriam* cit., pp. 459-462. Permitimo-nos relevar que este incidente será necessariamente incluído numa promissora obra de revisão crítica de conjunto (*Teófilo Braga entre a condenação e o aplauso)* que a Mestre Maria Luísa do Couto Linhares de Deus traz entre mãos, como dissertação de doutoramento.

Passados 39 anos sobre o primeiro volume da *História da Literatura Portuguesa*, uma *Recapitulação* oportuna permitiu a Teófilo reformular o seu projecto inicial, nele integrando a sua própria maturação reflexiva desses anos, parte dela suscitada por objecções dos seus críticos. Como ponto de chegada, interessa-nos sobretudo este texto, ficando para os eruditos o seu cotejo com o da edição iniciada em setenta. Sucedem-se, como é sabido, *Idade Média* (Porto, Chardron, 1909, I Vol. da série), *Renascença* (Porto, Chardron, 1914, II Vol.), *Os Seiscentistas* (Chardron, 1916, III Vol.), *Árcades*, Porto, Chardron, 1918, Vol. IV). Sabe-se por uma interessantíssima carta de Teófilo aos seus editores, ditada e assinada na antevéspera de falecer, que preparava a edição de um último volume desta série, sobre o *Romantismo*. Não pode ser maior nem mais flagrante a imagem de trabalhador incansável, queixando-se da sua «situação deplorável», sem visão suficiente para ler e escrever, precisando da boa vontade de discípulos e assalariados… mas trabalhando sempre.

Ainda que muito brevemente, centrar-nos-emos principalmente no Volume IV, um trabalho que o autor quis soubéssemos uma parte dele feito «ao estampido do bombardeamento de Lisboa» da revolução de Dezembro de 1917. O silêncio por si guardado perante os «assaltos dos apaches», diz ironicamente o que pensava sobre o alcance da aventura sidonista, na qual se irmanavam antigos companheiros de luta (e velhos ódios de estimação, como o que votava a Brito Camacho), com novas caras e contestações de jovens tenentes e capitães golpistas… Passado o seu tempo político, metido em casa, Teófilo preferia continuar a adubar sistematicamente o terreno da Literatura e da História da Literatura, deixando lá fora o campo e o tiroteio para os «apaches»…

A bibliografia da produção teofiliana “ressente-se” desses seus conhecidos e fundamentais doutrinarismo e militantismo republicanos, de velho «positivista revolucionário», mas também das grandes disputas e polémicas que a sua acção de intelectual e homem público suscitou entre os próprios correligionários. Não é aqui o lugar mais adequado para evocar os porquês de uma primeira impressão geral «pouco favorável ao escritor», de que com tanta propriedade fala Silva Cordeiro, fazendo de resto o mais rasgado elogio ao significado perene das suas investigações na história literária portuguesa.

Segundo este ilustre ensaísta, independentemente da sua rigidez de atitudes, do seu «espírito pesado e hirto», falho de «indul-

gência e humanidade na crítica», Teófilo teria sempre de irritar parte do nosso meio intelectual pela própria natureza da sua obra, fazendo «sociologia como numa prelecção de academia a eruditos, num estilo sem ar que, por demasiado abstracto», cairia aqui e ali «no abstruso» e num «excesso de sistematização» de «fórmulas sem vida». Ora, continua magistralmente Cordeiro, como reagia Teófilo «quando algum *faquin* lhe escorcha[va] um livro, denunciando como crimes de lesa propriedade as inevitáveis incorrecções» de quem escrevia precipitadamente? «Em menos de um mês atira[va]-lhe um livro à cara» sem nenhuma outra resposta, irritando os críticos, que «se dana[va]m e então passa[va]m a desfazer no homem», conservando-se este num aparente desprezo e indiferença (…). Concentrado no seu gabinete de trabalho, a razoável distância das agitações da política militante, pode dizer-se que não conhece da vida senão os aspectos intelectuais ou aqueles que pessoalmente o tenham afectado. Por isso mesmo foi-lhe mais fácil unificar o seu espírito num ideal de vida superior e independente. Político, não o quer ser além da restrita área de influência moral que lhe garantem os seus livros»[5].

3. O decadentismo historicista liberal-romântico, de herança iluminista (entre outros aspectos fazendo coincidir a decadência portuguesa com o estabelecimento da Companhia de Jesus entre nós), prolonga-se no pensamento dos grandes nomes da *Geração de Setenta*[6] e nomeadamente na *Teoria da Historia* de Teófilo Braga. Todavia aqui, a ideia de *regeneração* desliga-se completamente dos princípios do constitucionalismo monárquico, período apresentado como nova era de degenerescência e de «obliteração do sentimento de pátria». Por outro lado, o separatismo dos estados peninsulares, que tinha estado na origem de Portugal, como nação livre, tornado agora «consciente e scientífico na fórma política de Federação», seria capaz de dar a Portugal «a condição digna e estável da sua independência», de acordo com o grande desígnio futuro da península hispânica[7].

---

[5] Joaquim António da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos morais*, 2.ª edição, estudo, organização e notas de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 190-194.

[6] Vide obrigatoriamente António Manuel Bettencourt Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980; José Carlos Seabra Pereira, *Do Fim-de-Século ao Tempo de Orfeu*, Almedina, Coimbra, 1979; e Idem, *Decadentismo e Simbolismo na Poesia Portuguesa*, CER, Coimbra, 1975.

[7] Teófilo Braga, *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, Porto, Chardron, 1896, pp. 170-172. Impressiona sempre a dependência ou sintonia historiográfica dos

Além disso, afinal, na óptica de Teófilo, como lógica geral da marcha dos tempos, a História seria capaz de patentear que a democratização e republicanização da sociedade portuguesa eram os ideais que melhor concretizavam o "génio nacional", libertando-o da opressão de factores externos… e internos… Neste caso num ingénuo jacobinismo de raciocínio certamente grato a Junqueiro, ele próprio arvorando em estandarte ideias de Oliveira Martins e Antero, independentemente da diversidade de fórmulas políticas concretas e do cepticismo destes últimos quanto a "brasas" de revivescência moral anichadas entre franjas populares, em alegada e surpreendente sobrevivência a uma geral e colectiva decadência[8]. Ao contrário do que era acusado Martins, tratar-se-ia, segundo Teófilo, de não «lançar à conta do organismo da nação», a gangrena secular que vinha corroendo as instituições e as classes dirigentes do país[9].

Outrora, face à crise de final do Antigo Regime, os intelectuais do romantismo, «animados de um proselitismo quase demiúrgico», assumiam-se como instrumentos, mediadores e agentes da «regeneração» nacional: acreditavam que «com a nova ordem, a existência de Portugal teria, finalmente, possibilidades de coincidir com a sua essência, consubstanciada na "alma nacional" e revelada na cultura popular, nos monumentos, nos costumes, na memória, enfim, na história»[10]. Todavia, como o vemos claramente em Teófilo Braga, abandonada «a orientação metafísica da cultura universitária» e definitivamente assumida a «síntese doutrinária de Augusto Comte

---

principais nomes desta geração e das vindouras em relação ao pensamento da *História de Portugal* (1879) de Oliveira Martins, obra tão sistemática e virulentamente anti-brigantina que, não obstante esse seu sestro, terá tão intensamente indignado Bernardino Machado, pelo seu derrotismo, que este terá mesmo chegado a desabafar a Antero que ela «devia ser queimada» (António Machado, *Bernardino Machado. Memórias*, Porto, 1945, p. 28). Efectivamente, na *Introducção*, por expressões em tudo idênticas às da *História*, lá se desenvolve a ideia de que a nossa vida colectiva posterior a 1640 teria sido «unicamente o processo de uma longa decadência»; a nova dinastia apenas teria tratado «de fixar o seu trono», mas fazendo de Portugal «uma feitoria inglesa»… seguindo-se as estafadas e acríticas referências à cedência de Bombaim, aos tratados de Methwen e de 1810, e às «reacções palacianas de 1842, de 1847 e 1851» (p.173)…

[8] Cf. Pedro Vilas Boas Tavares, *Projectando e justificando a «refundação republicana»: polémicas e tensões no "tribunal" da História*, in MVSEV, IV Série, n.º 18 (2010), pp. 161-185.

[9] Cf. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 542.

[10] Fernando Catroga, *Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico*, in *História da História em Portugal* Sécs. *XIX-XX*, Vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1998, p. 46.

no *Curso de Philosophia Positiva*»[11], desde os anos de contestação e de sobrevivência finissecular do Romantismo, um novo historicismo positivista e republicano assumira esse legado, juntando-lhe a lei dos três estados de Comte, e com ela um evolucionismo teleológico optimista, de raiz iluminista[12].

A «filosofia positiva» ilustrar-se-ia e deduzir-se-ia da História, nomeadamente da História Literária, e por isso não é estranho que, em pleno IV.º Volume da sua *História da Literatura Portuguesa*, *Os Árcades*, ao «apreciar o que houve de definitivo nas reformas pombalinas, ao «determinar a missão histórica» do ministro «super-homem» e do «*Século excepcional*» de «dissolução do Regime Católico-feudal», Teófilo Braga conclua que ele havia terminado sem cumprir «o seu destino»: «fundar o novo poder espiritual na Ciência e organizar o poder temporal pela Democracia»[13].

Resistamos à tentação integralista de introduzir imediatamente «erratas» à História, por nos parecer hoje também que algumas importantes coisas estão mal contadas, presunção essa agravada – como diria o próprio Teófilo[14] – pelo aplauso do vulgo e pelo assentimento de multidões gregárias… Os «perfis» de Pombal ressentiam-se então da proximidade celebrativa do centenário da sua morte. Mas o mestre de literatura captava – e bem – a excepcionalidade de um tempo, e o papel de ruptura, em Portugal, do «terramoto» pombalino, correspondendo à emergência de um novo poder ministerial, munido do reforço cesarista da «razão de estado». Captava a sua condição de duro golpe no Velho Portugal, «ao nível da prática governativa» e «da prática teórica», «ao nível do estado e da inteligência», de que ele «se não refez mais», não constituindo um pré-liberalismo, mas preludiando e trazendo até – como pacificamente

---

[11] Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portugueza*, t. I, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1892, p. x.

[12] Pedro Calafate, *Teófilo Braga e o Republicanismo*, in *Republicanismo, Socialismo e Democracia* (coord. Ernesto Castro Leal), Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p. 53.

[13] Cf. 3.ª ed., Lisboa, INCM, 2005, p. 115. Esta ideia de três momentos evolutivos na formação das nossas sociedades (do nexo de agregação da consanguinidade ao da contiguidade, e desta ao patriotismo, em correspondência com a passagem da propriedade colectiva à vinculada, e desta à individual, em paralelo com a correspondente passagem dos governos patriarcais aos oligárquicos, e destes aos democráticos), pode encontrar-se também em J. P. Oliveira Martins, *Quadro das Instituições Primitivas*, Lisboa, Bertrand, 1883, p. 300.

[14] Cf. Álvaro Neves, *Doutor Teófilo Braga. Bio-bibliografia*, In Memoriam cit., p. 412.

hoje percebemos – «algo daquilo que mais tarde, com toda a propriedade, caracterizou o liberalismo lusíada»[15].

Agora, nos tempos por Teófilo vividos, caminhava-se «para uma nova síntese». A «dissolução do Romantismo» significava o triunfo da filosofia positiva: desfeitas as «ficções theologicas e metaphysicas», substituía-se-lhes a noção de «solidariedade humana», e «todo o sistema» das Belas Artes e Belas Letras era chamado a cooperar nessa missão, para a qual tinham sido «impotentes os políticos, os sábios e os filósofos»[16]…

Como «tema definitivo da arte moderna», o poeta da *Visão dos tempos*, pelo influxo da «filosofia positiva», regressava reiteradamente à perspectiva que desejaria ver completa e consumada da «epopeia da humanidade», uma «epopeia» que deveria «encontrar uma aplicação imediata no tempo e no espaço nacionais»[17]. Como facilmente se constata, a História Universal era por si vista como um longo percurso que elevara os «árias» à vigente hegemonia mundial da «civilização ocidental», desencadeada sob influxo do ciclo pioneirista dos descobrimentos lusos, inaugurador da primeira globalização experimentada pela humanidade, de modo que qualquer gesto celebrativo nacional, maximamente dos centenários dos seus grandes homens e sucessos, teria necessariamente de inscrever o destino histórico português no quadro da inquestionável supremacia do Ocidente[18]. E no espaço e no tempo portugueses, na própria história da poesia, outras «epopeias» se escondiam ou patenteavam…, na passagem de um antigo e complexo *substractum* populacional autóctone, onde, segundo Teófilo, avultara o decisivo peso da raça moçárabe ou hispano-goda, à afirmação da índole da nação, à idiossincrasia do povo português historicamente caracterizada desde a formação da nacionalidade, com o seu espírito de independência e liberdade, «heroísmo» e arreigamento aos particularismos das colectividades

---

15 José Sebastião da Silva Dias, *Pombalismo e Teoria Política*, in *História e Filosofia*, Vol. I (1982), Lisboa, INIC, p. 70.

16 Teófilo Braga, *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, ed. cit., p. 433.

17 José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 509.

18 Cf. Agostinho Araújo e Susana Moncóvio, *O meio artístico portuense e a construção do imaginário cívico (1880-1910)*, in *Porto. Roteiros Republicanos* (coord. Armando Malheiro da Silva, Arnaldo Saraiva e Pedro Vilas Boas Tavares), Porto, Quidnovi, 2010, pp. 105-107.

locais, realidades institucionalmente expressas nas tradições concelhias e foraleiras[19].

4. Não era outra a raiz da simpatia gozada nas hostes integralistas por Teófilo Braga. Como é sabido, dos seus tempos «exotéricos» e republicanos de Coimbra, António Sardinha conservaria «certa intimidade» e admiração pelo ilustre historiador da literatura[20], e, com ele, idêntica fé na certeza científica, mesológica, do «valor da raça»[21], e na capacidade de a acordar e mobilizar para desígnios reconstrutivos de «Um Portugal maior»[22]. Descontado o seu «prejuízo liberalista, avariando-lhe a regra mental pedida ao positivismo», por influência de Littré vendo na religião e no misticismo o flagelo da humanidade, sem Deus nem reis, mesmo assim não fará Sardinha de Teófilo «mestre da contra-revolução»[23]? Separados na política para campos diametralmente opostos, o poeta alentejano continuaria a cultuar a imagem de alguém que nos «ungira com a entrevisão do mito demovedor da esperança»[24], e que, refugiado na sua pequena casa alfacinha da Travessa de Santa Gertrudes, trabalhava sobre vastos e insuspeitados materiais arqueológicos e antropológicos demonstrativos do alto destino que ainda esperava Portugal. Esse «trabalho de uma geração inteira empreendido no cérebro de um só homem», na expressiva frase de Ramalho[25], parecia confirmar a Sardinha toda a força e realidade dos pressupostos étnicos e mesológicos da nacionalidade lusa, e nos elos dessa riquíssima tradição humana e cultural de antecedentes pré-portugueses, deduzia-se da lição de Teófilo e era para si claríssimo que «a citânia, estádio anterior à agre-

---

19 Cf. Fernando Catroga, *Positivistas e Republicanos* in *História da História em Portugal Sécs. XIX-XX*, Vol. I, ed. cit., p. 121.

20 Cf. Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (18887-1925). Um intelectual no Século*, Lisboa, ICS, 2006, pp. 44 e 86.des

21 Recordamos aqui, naturalmente, o título e o teor da obra dada à estampa em 1915, como dissertação com que A. Sardinha concorreu e foi preterido em provas de admissão para assistente da Faculdade de Letras de Lisboa.

22 Cf. *v.g*. António Sardinha, *A energia nacional*, em *Ao ritmo da ampulheta*, Lisboa, 1978 (2.ª ed.), p. 75. Sobre este tema *vide* imprescindivelmente José Carlos Seabra Pereira, *O Lema do Portugal Maior (ascendentes e valências)*, in *MVSEV*, IV Série, n.º 18 (2010, n.º especial, Centenário da República), Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, pp. 45-73.

23 Cf. António Sardinha, *Teófilo, Mestre da Contra-Revolução* [1914], em *Glossário dos Tempos*, Porto, Ed. Gama, 1942, pp. 123-214.

24 Cf. António Sardinha, *O sentido nacional de uma existência. António Tomás Pires e o Integralismo Lusitano* [1914], Elvas, 1969 (reedição de Eurico Gama), p. 21.

25 Cf. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, ed. cit., p. 510.

miação concelhia», guardava já consigo «a lareira anónima da Pátria»[26]…

Compreensivelmente, em Fevereiro de 1928, por ocasião da organização do *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, reeditando o pensamento de Sardinha na dissertação *O valor da Raça*, em fortíssimas palavras de exaltação ao legado do republicaníssimo «mestre» da literatura, Rebelo de Bettencourt fará o contraste entre a fé de Teófilo no futuro da raça – «acreditou sempre na nossa raça; sentia que um povo tam pequeno, que na historia realizara uma tam grande missão, não podia morrer» – e o alegado demissionismo desiludido de Herculano, a atitude esperançosa daquele e o sempre glosado cepticismo de Oliveira Martins neste domínio – «Ai de nós, Oliveira Martins não acreditava na Raça! (…) Existia Teófilo, sim, trabalhando como um beneditino, fechado no seu casulo de iluminado, ardendo todo na missão sacerdotal de atrair a um baptismo novo a esperança esquecida do Luso»[27]. Mais: segundo Rebelo de Bettencourt «quase toda a obra de Teófilo Braga» constituiria «uma resposta consoladora à desilusão de Alexandre Herculano e uma formidável refutação à teoria nefasta do Acaso» de Oliveira Martins[28].

No fundo, António Sardinha, fiel a si mesmo na busca da «verdade portuguesa», ao refontalizar o ideal de uma monarquia popular, orgânica e tradicional em alegadas práticas primigénias medievais – aliás, romanticamente, muito idealizadas ou infladas, como parece evidente –, via o país (a *república*), acima de tudo, como uma "federação" de municípios, retirando o seu equilíbrio, coordenação e unidade de uma pedra de toque e fecho de abóbada constituída pelo «ofício do rei», cujo egoísmo alegadamente apenas se satisfaria se promovendo o bem geral[29]… Negando – naturalmente – à realeza este histórico papel, pelo menos desde D. Manuel I e sua reforma foraleira, não era muito diferente o entusiasmo municipalista e descentralizador de Teófilo Braga, doutorado – lembremo-lo – com uma dissertação sobre os forais. Por via de Augusto Comte, ambos deduziam as suas conclusões dos «factores insofis-

---

[26] António Sardinha, *Teófilo, Mestre da Contra-Revolução*, em *Glossário dos Tempos*, ed. cit., p. 173.

[27] António Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa Editores, 1915, p. 144.

[28] Rebelo de Bettencourt, *Nacionalista*, em *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga, 1843--1924* cit., pp. 318-319.

[29] António Sardinha, *Teófilo, Mestre da Contra-Revolução*, em *Glossário dos Tempos*, ed. cit. p. 129.

máveis» etnia e meio[30], e se Sardinha, à maneira de Maurras, via o rei como o protector das pequenas "repúblicas municipais", garrotadas pelo centralismo burocrático desde a vitória do estado napoleónico[31], Teófilo Braga via nessa descentralização municipal a expressão da tradição política da nossa índole, «as teses da soberania popular emanadas da Idade Média e da Revolução de 1640, a tradição democrática das cortes e do vintismo», deste modo legitimando, «com o prestígio da tradição, a república democrática e o federalismo de base etnológica», pelos quais pugnava e cujas bases lera em José Félix Henriques Nogueira[32].

Tal como em relação à revisão do pensamento de Teófilo, de Oliveira Martins e mesmo de Antero[33], aproveitando nova vaga queirosiana dos anos vinte do século passado, Sardinha buscará outrossim no «espólio de Fradique» um Eça ideologicamente «pro domo sua»[34]. Em relação aos grandes nomes da «Geração de 70», à maneira do que veremos com a «Exortação à Mocidade» (1924), de Carlos Malheiro Dias, tinha encorajado de sobremaneira Sardinha e a juventude integralista a atitude de Ramalho, com as suas «Últimas Farpas» e, sobretudo, distanciando-se de um passado de demolição agora deplorado, com «a bênção» expressa lançada «aos novos» da revista *Nação Portuguesa*[35].

Abundando também eles num novo nacionalismo «de carácter científico», aparentemente anti-romântico, «estes jovens monárquicos, leitores de Maurras, eram sem dúvida românticos», como reconhece José Augusto França[36] ou, talvez melhor, neo-românticos, e assim, menos paradoxalmente do que vulgarmente se julga (como

---

30 Cf. António Sardinha, *Teófilo, Mestre da Contra-Revolução*, em *Glossário dos Tempos*, ed. cit. p. 206.

31 Não há exagero na enfatização deste paralelo / coincidência. Como amostra, lembremos as palavras de A. Sardinha: «Os forais constituem, como se disse, o contrato digníssimo por que se estatuía *ad perpetuum* a obrigação fundamental dum acordo de interesses permanentes e mostram-nos em realidade a gestão democrática da Monarquia Portuguesa (*Teófilo, Mestre da Contra-Revolução*, em *Glossário dos Tempos*, ed. cit. p. 178.

32 Pedro Calafate, *Teófilo Braga e o Republicanismo*, in *Republicanismo, Socialismo e Democracia* supracit., p. 56.

33 Cf. António Sardinha, *A teoria das Cortes Gerais*, estudo precedendo *Memorias para a História e Theoria das Cortes Geraes que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino, ordenadas e compostas em 1824 pelo 2.º Visconde de Santarém*, Nova Edição, Lisboa, 1924, pp. ccx e ccxli-ccxliii.

34 Cf. José-Augusto França, *Os Anos 20 em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Presença, 1992, p. 120.

35 Cf. Hipólito Raposo, *A bênção de Ramalho*, in *Oferenda*, Lisboa, 1950, pp. 148 e 149.

36 *O Romantismo em Portugal*, ed. cit., p. 536.

terá ficado sobejamente insinuado), muito tributários a pressupostos epistemológicos do autor da *História do Romantismo em Portugal*, triunfante mestre de literatura que, apesar de todas as suas reservas e críticas, usava sempre como suporte doutrinal a disciplina positivista[37].

5. A história das ideias do Romantismo é entendida em 1880 por Teófilo sobretudo como uma história das doutrinas políticas[38], uma realidade esta essencial para perceber a lógica das periodizações propostas (como proto-romantismo, romantismo religioso ou emanuélico, romantismo liberal e ultra-romantismo ou satanismo) e todos os outros «paradigmas» classificativos por si cunhados na *História da Literatura Portuguesa*, quase sempre com larga fortuna.

No referido Volume IV.º, consagrado aos Árcades, dessa sua «Recapitulação», em parágrafos marcantes, «canónicos», reveladores de amplos conhecimentos *intra* e transfronteiriços e de aguda sensibilidade literária, o «proto-romantismo» é explicado em conexão com o influxo do estudo da filosofia da natureza, do «alargamento dos estudos morais e políticos, das viagens e explorações geográficas» e do crescente gosto do exotismo, tendo como consequência que «o prestígio das imitações da forma clássica» sofresse o seu «primeiro ofuscamento»[39]. «O problema da liberdade política» é manifestamente, conforme afirma Teófilo, outro vector das inquietudes e aspirações desse tempo[40], patenteando-se eloquentemente nos perfis biográficos e obras dos árcades estudados.

No entanto, se, conforme recordado, o século de setecentos nos é reiteradamente apresentado como glorioso «término de uma trajectória iniciada no século XII», mas que, apesar do «aparecimento do espírito crítico», teria frustrado a missão de «fundar o novo poder espiritual na Ciência e organizar o poder temporal pela Democracia», não se preocupa aqui o autor em explicar ao seu público leitor, de forma cabal[41], a razão de,

---

37 Álvaro Manuel Machado, *Les Romantismes au Portugal. Modèles etrangers et orientations nationales*, FCG, Paris, 1986, p. 399.

38 Álvaro Manuel Machado, *Les Romantismes*…, op. cit., ibid.

39 *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, 3.ª edição, INCM, Lisboa, 2005, pp. 220-222.

40 *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 272.

41 Neste Volume, único que aqui consideramos, Teófilo invoca apenas «a falta de compreensão da continuidade histórica»: assim como a Idade Média renegara a dependência da civilização heleno-romana, a Renascença, por seu turno, desprezara a Idade Média, como

paradoxalmente, o altissonante processo de «dissolução» do chamado «regime católico feudal» ir a par com um crescente e redivivo interesse pelo passado gótico e pelas raízes culturais medievais das nações europeias, esquecidas «desde o século XVI»[42]...

Tal como acontece com o «*castelhanismo*» (ou anti castelhanismo), Teófilo é, também neste domínio, frequentemente atraiçoado pela rigidez dos seus próprios esquemas mentais e pelos parâmetros de arrumação de ideias que inculca. Tal como noutro Volume da obra em que apresenta o aspecto de inspiração popular da obra de Gil Vicente em contradição com o seu carácter culto, convencional, de encomenda de corte, para, por razões ideológicas e de "princípio", não ter talvez de concluir pela popularidade da monarquia e de alguns gostos da própria corte, Teófilo prefere antes, voltando aqui à carga com o tópico do castelhanismo, deixar o leitor mergulhado em considerações ilógicas e abstrusas, do que simplesmente ter de reconhecer uma evidência real mas que – consequentemente – diminuísse o alcance dos objectivos teórico-ideológicos por si perseguidos. Assim, não obstante se distanciar criticamente da *Dedução Cronológica e Analítica*, nem por isso Teófilo deixa de se colar às opiniões de Carvalho e Melo, neste caso apresentando a expulsão dos jesuítas como um segundo golpe no castelhanismo, depois do primeiro que Portugal lhe dera com a Revolução de 1640. Um pouco à maneira da estranheza coeva de Choiseul, ninguém conseguirá perceber como é que a expulsão da Companhia que – de resto – tão importante papel desempenhou na consolidação da Restauração Portuguesa, constituiu o tal «segundo golpe que Portugal deu no *castelhanismo*»[43], e muito mais se se tiver em conta que Carlos III seguirá, nessa matéria, a mesma política de D. José I, e que, como Teófilo bem sabia (certamente como poucos, sem que mesmo pudesse deixar de saber), os grandes autores e obras dos Séculos XVI e XVII espanhol continuarão a gozar de grande prestígio e fortuna em Portugal, não obstante a grande animosidade política que acompa-

---

bárbara e indigna de estudo; «igual contra-senso actuou na mente dos filósofos do Século XVIII, que no seu negativismo revolucionário desprezaram as duas grandes épocas da história moderna, Idade Média e Renascença, ficando desorientados sem o critério da continuidade» – *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades, Vol. IV*, ed. cit., p. 275.

42 Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades, Vol. IV*, ed. cit. pp. 12 e 26.

43 Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 113.

nhou a recuperação da independência lusa. Algo que já Ricardo Jorge enfatizara ao resgatar Rodrigues Lobo dos ferretes de bajulador de Filipe III e de falho «de consciência de uma missão literária», que lhe apusera Teófilo[44].

Desta feita, nova e atrevida "irreverência" de quem não precisa de lembrar que até mesmo os novos Estatutos Universitários de 1772 deixaram entre nós oficialmente derrogados argumentos de autoridade? À distância do tempo, trata-se apenas – como certamente bem se entende – do exercício do modesto dever de tentar situar e se possível compreender a lógica (com suas próprias ilógicas e incongruências) da História da Literatura de Teófilo Braga… E será «delito de opinião» sustentar que nessas incongruências e ilógicas se exprima uma estudada gestão de informação, de acordo com as estratégias de luta ideológica em que vivia mergulhado Teófilo?

Neste IV Volume alguns exemplos se destacam nos quais é manifesta a distorção da verdade histórica. Não nos alongaremos, por desnecessário e por não parecer cairmos no terreno da apreciação subjectiva, relativamente à violência requisitória dos qualificativos usados por Teófilo no mimoseio dos monarcas brigantinos. As imagens de um D. João IV indeciso se não cobarde e iludindo «o princípio da soberania nacional»[45], de um D. Pedro tomando o trono e a mulher ao seu mórbido irmão, em resultado de «maquinações jesuíticas» (quanto ficou a Teófilo do espírito e da linguagem dos libelos pombalinos!)[46], de um D. João V, macaqueador da corte de Versalhes, dando-se à galante «sensualidade molinista dos conventos de freiras», «tolerada e absolvida pela capciosa moral jesuítica»[47], monarca alegadamente apenas reconhecido «em gastar»[48], «epiléptico, faustoso como Luís XIV, devasso como Luís XV, fanático como Filipe II»[49], de um D. José subalterno e medíocre, revestido de

---

44 Cf. Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 131, e todo o Cap. V (Castelhanismo).

45 Cf. História da Literatura Portuguesa, Os Árcades, Vol. IV, ed. cit. p. 273.

46 Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 13. A redutora ideia da deposição de D. Afonso VI por «maquinações» jesuíticas, é também desenvolvida na *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Pública Portugueza*, t. III, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1898, p. 9.

47 Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. pp. 14 e 15.

48 *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 16.

49 *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 17.

«soberania teatral»[50], de uma D. Maria I, «débil», «pusilânime», «fanática» e louca, ou, finalmente, de um príncipe regente não menos caricatural e negativamente perspectivado, toda essa panóplia de imagens não será, afinal, acima de tudo, uma expressão de radical jacobinismo, da sua «cauda arrastada» referida por Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo*, agora feito «república radical, federalista, naturalista, positivista, porque sem ter consumado a destruição dos velhos símbolos», a sua missão não tinha terminado[51]? Ao príncipe regente parece não se querer relevar os seus demonstrados sentidos de responsabilidade, moderação e oportunidade, que vão justamente permitir a Portugal manter a sua soberania (com a alegada «fuga»[52], desfeiteadora de Junot e da estratégia do seu imperial amo), criar um mundo novo, prenhe de futuro, na América Portuguesa[53], vencendo outrossim um complexíssimo xadrez político internacional e a aludida «orgia militar napoleónica»[54] que tinha submergido o Reino...

Uma coisa é certa, tais perspectivações da História de Portugal interessavam decisivamente à pedagogia republicana, ensinando a detestar a Igreja e a realeza, não obstante serem instituições sem cuja acção convergente, no passado, dificilmente concebemos que o país se tivesse afirmado e subsistido autonomamente...

Bem andava, por isso, António Sardinha quando vincava que, com o exemplo da *Dedução Cronológica e Analítica*, se passara a fazer do descrédito histórico «arma eficaz de propaganda»..., às imagens nigérrimas de Teófilo e da propaganda republicana ele mesmo contrapondo documentos emanados dos diplomatas estrangeiros em trânsito pela corte portuguesa e acessíveis à consulta pelo *Quadro Elementar* coligido pelo Visconde de Santarém*:*

«Lá nos surge o D. João IV da entrevista célebre com o cavaleiro de Jant, cheio duma admirável visão política. Continuado por Rebello da Silva e por Mendes Leal, também o *Quadro Elementar* ressuscita para os juízos da posteridade um D. João V quasi

---

50 *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 114.

51 Tomo II, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, p. 326.

52 Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, *v. g.* referências às pp. 218, 270 e 362 da ed. cit.

53 Como mero exemplo, dentro de uma ampla e criticamente exigente historiografia recente, cf. v.g. Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (org.), *A Abertura dos Portos*, Senac ed., S. Paulo, 2007, 352 pp.

54 *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. p. 115.

árbitro das contendas que ensanguentaram a Europa durante as entradas do Século XVIII, e prezando como poucos o desenvolvimento das sciencias e das artes. E já não falo em D. João VI, não só porque não chegou tão adiante o visconde de Santarém, mas porque, seu contemporâneo, não quereria que se tomasse a apreciação desapaixonada do historiador como um agradecimento subserviente às mercês recebidas desse monarca»[55]. Mas, em relação às épocas da Restauração e de D. João V, baste-nos evocar os posteriores trabalhos do insuspeito e republicaníssimo Jaime Cortesão, nomeadamente o *Ultramar Português depois da Restauração* e os volumes de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, obras que obrigarão qualquer leitor a litigar com conceitos expendidos na *História da Literatura Portuguesa*.

Quanto a este carácter ideológico, preconceituoso, propagandístico e distorcido da abordagem historiográfica de Teófilo tudo é demasiado óbvio, sobretudo face ao pecúlio de conhecimentos e aos avanços entretanto feitos pela ciência histórica, para que valha a pena determo-nos. Ainda assim impressiona que, neste mesmo Volume IV, um autor que demonstra conhecer directamente a matéria inquisitorial continue a manter de pé a ideia de «índices expurgatórios» jesuíticos ou de um tribunal do Santo Ofício viva e directamente interessado nos confiscos dos bens dos réus condenados[56], quando se sabe que estes eram por lei aplicados «ao fisco e câmara real», do mesmo passo que se desinteresse em aplicar aos casos concretos, cujos processos exuma, o articulado dos regimentos inquisitoriais, nomeadamente do *novo regimento* de 1774, com implicação directa nas vicissitudes especificamente sofridas por alguns processados célebres por si evocados, deste modo saindo prejudicada a exactidão da informação fornecida aos leitores[57].

---

[55] António Sardinha, *A teoria das Cortes Gerais, em Memorias para a História e Theoria das Cortes Geraes que em Portugal se celebrarão pelos Tres Estados do Reino, ordenadas e compostas em 1824 pelo 2.º Visconde de Santarém*, ed. cit., p. v.

[56] Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades, Vol. IV*, ed. cit. pp. 85 e 260.

[57] As inexactidões manifestam-se em frequentes "pormenores". Assim, ao contrário do que era a linguagem popular do tempo de D. João V, que chamava «padres tristes» aos inquisidores (cf. Arquivo Distrital de Braga, Pasta Ms. 139, fls.37-38), neste Volume, pp. 42 e 97, dá-se tal epíteto aos padres jesuítas, por acompanharem os padecentes à execução capital… Também se faz uso de «degolar» (p. 98) por «garrotar», ou «afogar», termo este também frequente no jargão coevo. Outro exemplo: ao contrário do que lemos na benemerentíssima *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Pública* Portugueza, t. III, ed. cit., pp. 153-158, neste Volume IV *da História da Literatura Portuguesa* (cf. ed. cit. p. 89), é referido que «os lentes em claustro pleno

Por vezes Teófilo entusiasma-se mesmo com os seus próprios equívocos, tecendo teorias como só um homem muito erudito, sagaz e informado, mas preconceituoso, poderia fazer. É o caso das conjecturas que o conduzem à atribuição da *Arte de Furtar* a Alexandre de Gusmão[58], quando hoje, pela crítica mais sólida, se sabe que o texto desta obra, datando de 1652, manuscrito de ampla fortuna e circulação, é da autoria do padre Manuel da Costa[59]. Como foi possível, com base no trocadilho «apanhia» (cap. 39) e noutros compreensíveis elementos de análise interna, ver anti jesuitismo na obra deste jesuíta, quando manifestamente é obra que só poderia ter saído da pena de um padre da Companhia? Razões de quadro mental… talvez o mesmo tipo de razões que fez com que Teófilo não tenha reparado (exprimamo-nos assim) que boa parte dos merecidíssimos elogios feitos ao reformismo esclarecido de Alexandre de Gusmão não deixaria de reverter a favor do tão negregado D. João V, de quem foi secretário, conselheiro e valido, nunca tendo deixado de gozar da plena confiança do monarca, mesmo nos difíceis anos de final de reinado.

6. Sobretudo à distância do tempo, anotar inverdades e equívocos numa obra com a dimensão e o alcance da produzida por Teófilo Braga, mesmo que acto necessário, natural e isento, é exercício quase odioso, já que se impõem sentimentos de reconhecimento individual e colectivo pela ingente massa do legado recebido. Algo que inibe mas ajuda também a perceber e "desculpar" erros e lacunas… ainda mesmo que tachadas de intencionalidade por alguns intelectuais seus contemporâneos[60].

Já referimos graves polémicas travadas com Ricardo Jorge, que não hesitou em acusar Teófilo de plágio, falta de honestidade

juraram em 4 de Fevereiro de 1717 a doutrina da bula *In Coena Domini*», quando deveria dizer-se que dessa forma juraram a *Bula Unigenitus*. Uma grande diferença, que o teor e candência das questões disputadas em setecentos aviva…

58 Cf. *História da Literatura Portuguesa, Os Árcades*, Vol. IV, ed. cit. pp. 36-43.

59 Cf. Roger Bismut, Introdução à edição crítica da *Arte de Furtar*, INCM, Lisboa, 1991.

60 Esperando que a breve trecho deixe de ser inédito, neste particular pedimos licença para novamente remeter para um estudo da especialista açoriana Maria Luísa do Couto Linhares de Deus intitulado *Da lhaneza ao subterfúgio: sobre a (re)edição dos Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*», no qual o caso da edição dos *Cantos populares do Arquipélago dos Açores*, apresentado na óptica de presumível desonestidade de Teófilo Braga, ao omitir o nome de João Teixeira Soares de Sousa no frontispício da edição de 1869, é perspectivada com outros olhos, mais informados deste contexto e da sua documentação específica.

intelectual e …de dominado por «uma fantasia infrene e pueril»[61]. Fernandes Thomaz, conhecendo-o de Coimbra, alegou inverdades factuais conspirando a favor de uma estudada e por ele próprio organizada imagem biográfica[62], propagandística, de comprovação fácil. Conhecidos antagonismos opuseram passionalmente Teófilo a Herculano e Antero. Quebrando perante «A maior dor humana», Camilo reconhecia terem sido «inveterados inimigos em letras»[63]. Junqueiro e Teófilo «nunca se puderam ver»[64]. Como se sabe, José Relvas irá mais longe, e nas suas *Memórias Políticas* temos um documento injusto, cruel e obsessivo de uma instalada atitude – no seio dos próprios correligionários – de desqualificação intelectual e moral de Teófilo. Foi tal o relevo das polémicas – umas mais conhecidas do que outras (além de alguns dos já referidos e de Castilho, lembremos Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, José Gomes Monteiro, Adolfo Coelho, Brito Rebelo, Anselmo Braamcamp Freire, Padre Manuel Oliveira Chaves e Castro, Fernandes Costa, Sílvio Romero e Júlio de Vilhena – que o próprio Teófilo chegou a projectar publicá-las em volume, deixando todavia sem efeito a edição dessas «Balas frias», que teriam certamente dado a origem a novas refregas…

É indispensável pôr em relevo o teor ideológico e político na raiz de muitas destas inimizades. Depois de várias entrevistas politicamente inconvenientes de Teófilo, enquanto ainda presidente do Governo Provisório (à *Caja Economica Obrera*, a *El Imparcial*)[65], mas sobretudo depois, já como deputado, pela desastrada entrevista de 13 de Março de 1913 a *O Século*, origem do chamado «incidente dos diplomatas», lesiva da consideração devida a José Relvas e a velhos republicanos colocados em difíceis postos diplomáticos (Teixeira Gomes em Londres, Augusto de Vasconcelos em Madrid, João Chagas em Paris, Sidónio Pais em Berlim, Guerra Junqueiro em Berna e Bartolomeu Ferreira em Haia)[66], não só o lente de literatura

---

61 Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo. Estudo biográfico e crítico*, ed. cit., p. 472.

62 Cf. Raul Brandão, *Memórias*, t. I, in *Obras Completas*, Vol. I, ed. de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio D'Água, 1998, p. 89.

63 Cf. *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga* cit., pp. 484-485.

64 Raul Brandão, *Memórias*, t. II, in *Obras Completas*, Vol. I, ed. de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio D'Água, 1999, p. 90.

65 José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol.1 (prefácio de João Medina, apresentação e notas de Carlos Ferrão), Terra Livre, Lisboa, 1977, pp. 168-169.

66 Cf. Carlos Ferrão, *Marginália* em José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. 2, Terra Livre, Lisboa, 1978, pp. 283-284.

passou a contar com maior animosidade por parte do conjunto dos ofendidos nessa entrevista, de resto logo agravada por uma outra, concedida ao monárquico *O Dia*, a 2 do mês seguinte, como tal sentimento, existindo já (e constituindo neste episódio um "acerto de contas" de antigo "rosário"), se tornou insanável.

Apresentando Teófilo como um homem funesto para a República, Relvas, nas suas *Memórias*, tenta mesmo desfazer o real fundamento da reputação de «sábio» gozada por aquele intelectual e baseada na sua obra literária[67].

O seu descabelado depoimento tem todavia a vantagem de, cruzado com o do próprio Teófilo, nos permitir perceber o fundamento deste ódio mútuo, que os levou a ambos a organizarem *dossiers* pessoais, para eventuais guerras futuras[68].

Coroando todo o teor de uma propaganda aparentemente profícua de muitos anos, Teófilo, secundado por outras importantes personalidades, nomeadamente Afonso Costa e Bernardino Machado, não apoiara as orientações estratégicas saídas do Congresso do Partido Republicano de Setúbal (23 a 25 de Abril de 1909) para tomada imediata, conspirativa e insurreccional, do poder. Certamente animado por boas perspectivas do próprio quadro eleitoral, Teófilo chegará até a redigir e a ler a 30 de Janeiro de 1910, em assembleia realizada no Centro Democrático do Largo de São Carlos, um projecto de manifesto do Directório do PRP no qual afirmava textualmente que, à medida que o partido mais se identificava com a totalidade da nação, menos carecia «de impaciências» e mais se deveria precaver «contra aventuras», não lhe competindo naquele preciso – «histórico e psicológico» – momento fazer aquela revolução que realizaria «toda a mudança de regime», mas sim «dar-lhe disciplina imediata», desde que irrompesse «um tal sintoma de vida». E enfatizava: «as acções decisivas não se inventam, aproveitam-se em momentos determinados, sempre alheios à intervenção individual. As velhas formas revolucionárias acabaram, são hoje improfícuas; a intervenção consciente, oportuna de vontade, disciplinada por uma alta ideia, é que tudo pode»[69]. Ao contrário do que Relvas dizia, não se tratava aqui de egoísmo, cobardia ou falta de solidariedade do

---

[67] José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. 1, ed. cit., p. 64.

[68] Cf. José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. 1, ed. cit., p. 65; Raul Brandão, *Memórias*, t. II, in *Obras Completas*, Vol. I, ed. cit., p. 74.

[69] Cf. José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol.1, ed. cit., pp. 195-198.

mestre com os «jovens turcos» da acção directa das «associações secretas»; é que para Teófilo a República deveria ter surgido não do golpismo conspirativo, mas da maturação natural de um amplo movimento de ideias, no quadro da ordem positivista.

Assim sendo, ao contrário do que diz Relvas, que disso faz tábua rasa, a razão pela qual Teófilo foi chamado a presidir ao governo provisório, não se deveu à confusão da hora da vitória revolucionária, obrigando a um elenco constituído «*à la diable*», mas, evidentemente, ao prestígio literário, interno e externo, de Teófilo Braga, que aparecia lá fora com a imagem do filósofo e historiador da República[70]. O jovem regímen não poderia deixar de procurar beneficiar do prestígio internacional, nomeadamente europeu, do lente de literatura, que efectivamente fora granjeando, diga-se o que se disser, uma «imagem de marca»[71].

O próprio Teófilo, casquinando, reconhecerá as circunstâncias e dificuldades especiais da formação do governo provisório, derivadas das fundas divisões entre republicanos, nelas sobrelevando as «rasteiras» por si recebidas de certos correligionários como Brito Camacho. Não deixará de recordar a utilidade desse prestígio intelectual que efectivamente sabia ter, na América Latina e na Europa, mas apelará para uma outra intenção dos seus pares, ao ser chamado àquelas funções: ele era alguém para «queimar» na presidência do governo. Afinal, ficara condenado a ser «uma espécie de guardador de perus que se limitou, sempre de caninha na mão, a levar os bichos juntos até às Constituintes»[72]. Mesmo assim, entre recriminações, polémicas e desgostos, uma missão que efectivamente cumprira e não fora insignificante…

Como escreve o autor do *Húmus*, Teófilo, na sua persistência, «chega a ser» o que um sobreiro é no monte. «Deita raízes, engrossa e cresce: tem grandeza. Sempre agarrado aos seus livros, às suas ideias, à sua obra – que Unamuno diz que tem três metros de profundidade –, aos seus princípios, atinge o tamanho e a majestade duma árvore secular». Se Raul Brandão tirava o seu chapéu a um «homem tão extraordinário» que via morrer agarrado ao seu

---

70 Cf. António Ventura, *Escritores e jornalistas espanhóis perante a mudança de regime em Portugal (1908-1913)*, in MVSEV, IV Série, n.º 18 (2010), p. 37.

71 Cf. Ferreira de Brito, *Joaquim de Araújo e a expansão europeia da Cultura Portuguesa*, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000, pp. 121-130

72 Raul Brandão, *Memórias*, t. II, in *Obras Completas*, Vol. I, ed. cit., p. 74.

perfil, às suas ideias e aos seus rancores[73], talvez esquecesse que, como quase todos os carentes, Teófilo era um afectivo mal tratado pelo destino e pela sociedade, mas cujo e*x libris*, eloquentemente, rezava: «Ne se lasse d'aimer ni de le dire»[74]...

[73] Raul Brandão, *Memórias*, t. II, in *Obras Completas*, Vol. I, ed. cit., p. 174.
[74] *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga* cit., p. 116.

A Capela de S. Frutuoso
– Elementos para o seu estudo e compreensão [1]

RUI FERREIRA [2]

RESUMO: *A Capela de S. Frutuoso, aparte de todas as dúvidas, apresenta-se diante do horizonte artístico português com uma notoriedade arquitectónica e com uma originalidade que lhe confere um valor inestimável. Após delongadas discussões prevaleceram duas teses a respeito da sua origem: visigótica e moçárabe. Os dados mais recentes da historiografia alto-medieval fornecem novos contributos a esta análise.*

PALAVRAS-CHAVE: arte cristã; arquitetura visigótica; Alta Idade Média; moçarabismo

ABSTRACT: *The Chapel of S. Fructuosus, apart from all doubt, stands before the portuguese artistic horizon with an architectural notoriety and an originality that gives it invaluable. After lengthy discussions, prevailed two theses regarding its origin: visigoth and mozarabic. The latest data from the high-medieval historiography provide further contributions to this analysis.*

KEYWORDS: christian art; visigothic architecture; High Middle Age; mozarabism

---

[1] Artigo elaborado no âmbito da Unidade Curricular de Património Arquitectónico integrada no Mestrado de Património e Turismo Cultural da Universidade do Minho, tendo a orientação académica da docente Paula Bessa.

[2] Doutorando em Estudos Culturais pela Universidade do Minho.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano, no seu longo processo de instrução necessitou de catalogar para distinguir e se orientar. A ciência histórica, bem como a história da arte, necessitam de uma constante delimitação de eras temporais e determinações estilísticas que, apesar de verificáveis empiricamente, existem apenas como exercício de abstracção introduzido em observações posteriores às épocas em análise.

A estrutura do conhecimento e da ciência sempre exigiu um constante e determinado paradigma, sustentado por linguagens e métodos, sobre os quais se erigiriam as teorias e os princípios de catalogação de todos os objectos colocados perante o raciocínio humano. Se Thomas Kuhn tiver razão, a verdade poderá estar ainda mais longe que aquilo que ousamos determinar…

Por tudo isto, falar de estilo bizantino, visigótico ou moçárabe será sempre uma referência a parâmetros de catalogação do património que nunca deixarão de conter uma veia profundamente subjectivante.

Ora, o presente estudo que temos diante de nós insere-se nesta intensa teia de definições e catalogações que provocaram enérgicas lutas e discussões pela posse da verdade.

Temos um monumento, redescoberto pelo olhar apaixonado de Ernesto Korrodi, cujo passado se torna incógnita só decifrável nos sinais que o presente permite atestar. São hipóteses. O que presentemente estudamos é uma tentativa de dialogar com estas hipóteses já expostas, não devendo esperar-se um desvelar iluminado da tão ambicionada verdade.

Partindo deste beneficiado pressuposto, esporemos o seguinte estudo, cujo objectivo primordial é percepcionar a origem e enquadramento artístico da Capela de São Frutuoso, situada na freguesia de S. Jerónimo de Real em Braga.

2. UM MONUMENTO

2.1. A origem

Não há muitas certezas relativamente à origem deste monumento. O grande e único elemento definitivo é a sua origem pré-românica, não sendo possível datar com maior pormenor a época da

sua construção. Acresce a este facto, os poucos dados históricos disponíveis acerca da sua existência, recuando ao século XVI a primeira referência directa encontrada[3].

Supõe-se que este monumento seja o primitivo mausoléu de São Frutuoso, bispo de Braga entre os anos 656 e 665 da era cristã. Sabe-se, da vida deste prelado bracarense, que se dedicou à fundação de cenóbios em todo o território da primitiva província eclesiástica de Braga. A sua biografia escrita por S. Valério, para além de louvar as virtudes humanas deste santo, outorga-lhe a fama de instrutor do povo humilde e rude, à imagem de um dos seus mais célebres predecessores na cadeira episcopal, S. Martinho de Dume. Terá nascido na diocese de Astorga, no norte de Espanha, na região de Bierzo. Estudou na Escola da Catedral de Palência, onde adquiriu formação vasta em liturgia e humanidades. Depois de um tempo de peregrinação e recolhimento, São Frutuoso terá fundado inúmeros mosteiros por toda a Galiza, vindo parar ao cenóbio de Dume em 653, do qual foi Bispo, ascendendo daí à prelatura bracarense três anos depois.

Dada a sua dedicação à fundação de comunidades cenobíticas, muitos investigadores têm atribuído a S. Frutuoso a fundação de um mosteiro dedicado a S. Salvador, no qual terá sido sepultado[4]. Tratar-se-á do mesmo lugar de Montélios onde hoje se situa a capela? Talvez, mas as dúvidas subsistem. O que poderemos afirmar com toda a convicção é que após a reconquista cristã e consequente restauração da Igreja bracarense, neste local foi venerado São Frutuoso e os seus restos mortais. Se a capela sobreviveu ou não às invasões sarracenas é a questão que subsiste e dificilmente poderá ser ultrapassada. Recordemos um caso similar. No sítio de

---

[3] Carlos Ferreira de Almeida faz citações de uma crónica elaborada por João de Barros em meados do século XVI, na qual vinha descrito o interior desta capela, referindo-se a peculiaridade do seu estilo – único na península Ibérica – e a sua origem remota. Nesse documento atribui-se a construção a São Frutuoso, referindo-se que este edifício havia sido poupado nas invasões sarracenas. (Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 22).

[4] Na biografia elaborada por S. Valério, escrita por volta de 680 e portanto digna de credibilidade (dada a proximidade temporal com S.Frutuoso), é referido que "numa pequena eminência, entre a cidade de Braga e a póvoa de Dume, (São Frutuoso) erigiu um mosteiro de grande nomeada, onde foi inumado o seu santo corpo." (In: S. VALÉRIO – *Vida de S. Frutuoso*. Tradução de José Cardoso. Braga: Cabido Metropolitano, 1996, p. 43).

Dume existiu – e os dados arqueológicos recentes não deixam dúvidas – uma basílica onde estava sepultado S. Martinho de Dume, contemporânea do próprio S. Frutuoso. É legítimo pensar, em primeiro lugar, que S. Frutuoso, à imagem do seu antecessor, quisesse construir um lugar para sua sepultura; e em segundo lugar, que a tradição popular, mesmo depois de quase três séculos de instabilidade devida à pressão dos árabes sobre esta região, possa ter mantido vivo um culto e as suas referências espaciais – como se verificou com Dume. Se, passados quase doze séculos, a arqueologia atestou a veracidade de uma suspeita proveniente da sabedoria popular, porque não, e os dados disponíveis favorecem esta tese, reconhecer que este monumento foi o lugar exacto do túmulo de S. Frutuoso?

O facto da tradição popular indiciar um local de culto nem sempre pode ser sinónimo de dúvidas. A tradição acarreta consigo fundamentos verídicos, portanto devemos dar crédito a que no lugar de Montélios possa, efectivamente, ter existido o mosteiro que S. Valério refere e que possa ter sobrevivido às invasões infiéis.

A Capela de S. Frutuoso, aparte de todas as dúvidas, apresenta-se diante do horizonte artístico português com uma notoriedade arquitectónica e com uma originalidade que lhe confere um valor inestimável. De reduzidas dimensões, mas carregada de peculiaridade nos traços, é testemunho ineludível de uma época anterior à nacionalidade e de uma história que, apesar das difíceis análises, se apresenta diante de nós com esta testemunha viva.

2.2. A história

A primeira data que podemos apontar como certa é o dia 17 de Agosto de 883, dia em que o presbítero Cristóvão vê confirmada pelo rei Afonso III das Astúrias, a doação do mosteiro de S. Salvador de Montélios à Sé de Compostela. Este facto pode atestar que esta comunidade não se terá desmembrado com as invasões sarracenas, que foram mais pacíficas do que a história muitas vezes quer fazer crer. É possível acreditar na manutenção de muitas comunidades, provavelmente arrendatárias de grandes senhorios moçárabes. A norte do Douro, como sabemos, não existiu ocupação efectiva da parte dos árabes, pelo que podemos especular acerca da sobrevivência da capela ao desmembramento do reino visigodo a partir de 711.

A segunda notícia que temos da capela, recua ao ano de 1102, quando o ardiloso arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez, protagonizou o episódio que ficou para a história como o Pio Latrocínio, no qual roubou as relíquias dos santos mais venerados de Braga, estando entre eles S. Frutuoso. Foi certamente a este lugar de Montélios que se dirigiu para orquestrar o seu acto *mau e indigno*, tal como o catalogou o Arcebispo de Braga, São Geraldo, surpreendido pelo seu congénere galego.

Temos depois notícias apenas no século XVI, quando o Arcebispo D. Diogo de Sousa patrocinou a instalação de um mosteiro franciscano, os Capuchos da Piedade, junto à citada capela. Corria o ano de 1523 e é facto atestado por um documento de João de Barros em que é descrita esta capela. O mesmo documento servirá de base a Frei Manuel de Monforte que, numa crónica à província desta ordem religiosa, descreve com pormenor o interior do monumento. Estávamos nos finais do século XVII e o citado frade levanta a hipótese de uma origem pagã da capela dadas as suas acanhadas



Capela de S. Frutuoso no início da sua restauração – 1932
(Fonte: SIPA)



Gravura do convento de Montélios (século XVIII)

dimensões, inadequadas diante dos cânones litúrgicos de uma celebração cristã[5]. Esta suspeita alimenta até hoje diversas alegações acerca da fundação deste monumento, fundamentando a tese que indicia uma origem visigótica, em que se havia convertido um anterior templo pagão – possivelmente de origem ainda romana – num lugar de culto cristão. Este facto justificaria o inusitado da sua estrutura e as dificuldades de adequação a um estilo tipicamente cristão.

Durante o século seguinte a esta crónica, outras notícias comunicam transformações. Em meados do século XVII as capela foi bastante afectada pelas obras de remodelação do convento, perdendo "os arquitectónicos baldaquinos que exibia no interior das suas absides"[6]. Foi no ano de 1728 que se iniciaram obras de reedificação do convento e da igreja que provocaram inevitáveis transformações no pequeno templo atribuído a São Frutuoso. Adaptado ao novo gosto da época, o barroco, o monumento terá sido mutilado e abafado no interior do edifício conventual, do qual apenas se libertaria no ano de 1897, quando foi descoberto por Ernesto Korrodi.

A importância da descoberta alertou para a necessidade de um restauro, algo só conseguido entre os anos de 1931 e 1938, devido aos esforços de João de Moura Coutinho[7]. Por causa das inúmeras

---

5 Cf. ALMEIDA – *Op. Cit.*, p. 23.: "Nam he possível que São Fructuoso mandasse fazer Altares tam limitados, onde com tantas dificuldades se pode dizer Missa. Também da grandeza da Egreja podemos tirar argumento em prova desta opinião; porque he muy pequena & occupada com tantas columnas, o fica sendo mais, & nam vem em boa razão de architectura que para hum Convento, a que as memórias chamão precípuo, paqlavra que denota ser cousa notável & principalismo, se lavrasse templo tão pouco capaz".

6 ALMEIDA – *Op. Cit,* p. 22.

7 Nascido em 1872 e morreu em 1954. É um dos nomes mais importantes do século XX em Braga. Arquitecto autodidacta, concebeu os edifícios do Theatro Circo, Turismo, Banco de Portugal, bem como da fachada da Igreja do Carmo e do Asilo Conde de Agrolongo, as fachadas do topo norte da avenida da Liberdade, para além de outras obras espalhadas por todo o Minho, Porto e Lisboa.

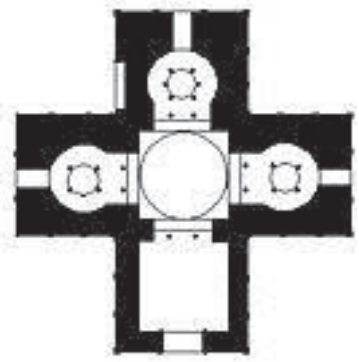
transformações de que foi alvo no século XVIII, muitas e delicadas foram as intervenções efectuadas para devolver ao monumento a sua pureza original. Na altura da reconstrução, o lanternim central e um dos tramos da capela estavam perfeitamente conservados, e isso serviu de base para a restante composição. As polémicas e divergências surgidas durante o processo de restauração estão registadas e constituem um espólio notável para o estudo deste monumento.

Dada a relevância do achado, foi classificado justamente como Monumento Nacional pelo decreto n.º 33587 do dia 27 de Março de 1944.

3. ARQUITECTURA

3.1. A estrutura

Construída em granito da região, composto por silhares perfeitamente talhados e justapostos, a capela de S. Frutuoso impressiona pela simetria e geometria das formas.



Planta do interior da Capela de S. Frutuoso

A planta em cruz, de braços aparentemente idênticos, leva-nos a identificar a denominada cruz grega como matriz arquitectónica. Assim o fazem João de Moura Coutinho e Carlos Ferreira de Almeida, entre outros. Todavia, e segundo a tese de Silva Pinto, outro dos estudiosos deste monumento, essa atribuição é errónea. Não se trata, então, de uma planta em cruz grega – possivelmente mais tardia na arquitectura desta região – mas uma planta em *cruz livre*[8]. Os quatro braços da cruz, porém, não se apresentam iguais na sua forma (ver gravura). A planta interior do braço poente – que corresponde à porta de entrada da capela – é quadrada e tem abóbada de berço ou em canhão, ao contrário dos outros três braços que apresentam um plano em ferradura corres-

[8] Cf. PINTO, Miguel Carrilho da Silva – *A Igreja de S.Frutuoso de Montélios*. Braga: Junta de Freguesia de Real, 1983, p. 5.

pondendo a uma forma abobadar significativamente diferente. É possível especular se este tramo, que correspondia ao corpo da basílica, não poderia ser de maior extensão, como era habitual. Dado que se localiza na passagem para a igreja do convento, nem sequer a fachada lhe conhecemos, devendo essa ter sido retirada no decorrer do século XVI.

Outro pormenor da estrutura refere-se à existência de uma lanterna central que se eleva sobre os esteiros da cruz e confere uma harmonia decisiva a este monumento. Grande parte da luminosidade existente no interior provém dos orifícios que simetricamente rasgam as quatro faces da lanterna.

Esta estrutura, completada pelo lanternim central, é impressionantemente semelhante ao mausoléu de Galla Placídia em Ravena. Este monumento italiano, cuja origem recua ao século V, foi imediatamente associado ao de Montélios por João de Moura Coutinho[9]. A dificuldade da associação refere-se à distância física que separa os dois monumentos e, eventualmente, à distância temporal encontrada na atribuição das origens de ambas. Será pura coincidência? Ou poderão ter existido outros monumentos similares na península hispânica que terão influenciado a capela de S. Frutuoso? Há quem levante a hipótese de se ter inspirado na primitiva basílica de Dume, entretanto destruída.

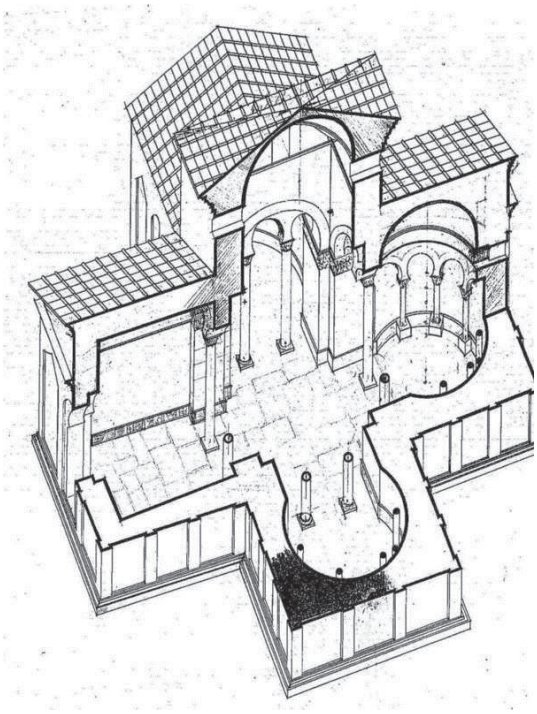
3.2. O interior

A área da capela é relativamente reduzida, atestando talvez a sua origem funerária. A porta principal abre-se para poente, como pediam os cânones da época, onde se situa o templo do antigo convento dos franciscanos (hoje igreja paroquial de S. Jerónimo de Real). Esta igreja, cuja edificação terá mutilado severamente o monumento, é de uma beleza admirável, apresentando-se, todavia, fundida ao pequeno templo de S. Frutuoso. Devido a este facto, segundo Eduardo Pires de Oliveira, ter-se-á pensado na demolição

---

[9] Cf. COUTINHO, João de Moura – *As artes pré-românicas em Portugal: São Frutuoso de Montélios*. Braga: ASPA, 1978, p.4: "Também o celebrado mausoléu de Galla Placídia, esplendente pelos admiráveis mosaicos e belos mármores que revestem seus muros, decai na comparação da linha arquitectónica, se bem que, no traçado da planta e plástica exterior, mostre singulares afinidades, ainda que em teor mais modesto, com S. Frutuoso."

da igreja para desafogar o monumento visigótico, situação que felizmente não se verificou[10].



A entrada para a capela, situada no braço ocidental da capela, insere-se numa estrutura assimétrica relativamente ao restante conjunto. A passagem para o lanternim central, similar nos quatro braços da planta, efectua-se a partir de três arcos fechados em ferradura, suportados por pares de colunas, a maior parte em mármore, encimadas por curiosos capitéis de um coríntio tardio decorados com folhas de acanto[11]. Na parede lateral desta passagem pode observar-se um interessante friso, similar aos capitéis, que completa a simetria do conjunto. O presumível braço principal da capela – onde estaria o altar da celebração – é o que confronta a porta de entrada e distingue-se dos dois que o ladeiam devido à existência de uma fiada de colunas, dispostas paralelamente à abside, rematadas por capitéis e arcos, de estrutura similar aos existentes nas passagens para o lanternim central.

Tal como vinha referido na já citada crónica de João de Barros, o interior teria inicialmente um número significativo de colunas em mármore – ao todo vinte e duas – talvez as mesmas que se podem encontrar amontoadas no espaço exterior da capela. As bases onde assentariam as colunas podem ser identificadas pelas pequenas lajes que se encontram no pavimento da capela.

---

[10] Cf. OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Braga: percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 293.

[11] Cf. FONTES, Luís – *S. Frutuoso de Montélios*. Braga: Comissão Regional de Turismo do Verde Minho, 1989, p. 10.

Ainda de ressaltar, no interior, a existência de uma pedra tumular do século XVII e de vestígios de uma pavimentação em tijolo no braço meridional, que tem sido referida como tardia.

3.3. O exterior

O exterior da capela interpela pela geometria das formas, "constituído por um prisma central orientado na verticalidade e por outros quatro prismas quadrangulares, quase cúbicos, que encostam ao primeiro, formando os quatro braços do edifício"[12]. Um dos prismas confina com a igreja do antigo convento, não dispondo, por isso, de fachada.

As três fachadas disponíveis, bastante refeitas no restauro do século passado, apresentam um frontão triangular muito similar na dimensão aos usados nos templos romanos. Nas paredes encontram-se arcaturas cegas pouco profundas, umas em círculo e outras triangulares. Uma porta completa o tramo meridional da capela.

O lanternim central, mais poupado às mudanças barrocas, apresenta arcatura sobre a cornija alternando entre a ferradura e o triângulo. Sobre esta arcatura salienta-se uma curiosa decoração em pedra de ançã, apresentando uma corda ininterrupta e elementos que têm sido identificados com a flor-de-lis. Ainda no exterior salienta-se um arco sólio no braço norte, contendo um sarcófago.

Por último refira-se o telhado, cuidadosamente restaurado. "O telhado, belíssimo, é formado por fiadas de telha plana, lembrando a romana, intercaladas com fiadas de telha muito simples lembrando a portuguesa"[13]. Este telhado lembra, uma vez mais, a já citada capela de Galla Placídia, talvez por ser templo conhecido de Moura Coutinho, o responsável pelas obras de reestruturação do monumento.

Tanto o telhado como a opção pelos frontões triangulares, que tinham inicialmente também uma pequena janela ao centro, foram muito contestados pelos investigadores António de Azevedo e Manuel Monteiro, dado que se tratam de cópias fiéis do monumento ravenate[14]. Moura Coutinho acaba por desistir da colocação das janelas nos frontões, dado que a capela de S. Frutuoso tinha indí-

---

[12] PINTO – *Op. Cit.*, p. 3.
[13] *Ibid.,* p. 4.
[14] Cf. AZEVEDO, António de – *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: 1964, p.45.



Mausoléu de Galla Placídia em Ravena (século V)

cios de absides em arco de ferradura e cobertura compósita (ao contrário de Galla Placídia que contém abóbadas de berço) nos seus corpos laterais, e esse facto tornava incompatível a possibilidade de janelas naquele lugar. Este facto foi interpretado como sendo revelador de uma tentativa de decalque da estrutura do monumento de Ravena, considerada errónea pelos investigadores da linha moçarabista.

4. INDÍCIOS DE UMA RESPOSTA

Neste capítulo tentarei definir os traços de uma opinião, numa tentativa de ler os argumentos utilizados, à luz das novas interpretações historiográficas, nomeadamente no que diz respeito à hipótese do ermamento durante a dominação árabe da península; à suposta destruição da capela promovida pelos exércitos de Almançor (ou Almansor) no ano de 997; e à possibilidade de se tratar de uma reconstrução levada a cabo após a reconquista cristã. Da releitura destes argumentos, tentaremos formular uma opinião sustentada a respeito das origens da Capela de S. Frutuoso.

4.1. A questão inconclusa: Visigótica ou Moçárabe?

Uma grande questão subsiste na investigação hodierna ao monumento de Montélios: corresponderá a uma estrutura visigótica ou moçárabe? A Capela de S. Frutuoso tem sido frequentemente associada a monumentos presumivelmente de origem visigótica, tais como a igreja da Idanha-a-Nova ou S. Pedro de Balsemão. Todavia, nunca houve um consenso entre os investigadores interessados. A tese moçárabe apresentou-se bastante mais razoável que a visigótica no início das discussões levadas a cabo durante o seu processo de restauração na década de 30 do século passado. Agravando essa predominância moçarabista, os únicos defensores da tese visigótica não apresentaram argumentos suficientemente razoáveis, munindo-se apenas de averiguações artísticas e posições eminentemente 'românticas', como foram os casos de Moura Coutinho, Ernesto Korrodi ou Manuel Aguiar Barreiros.

Miguel Carrilho da Silva Pinto foi um dos entusiastas da tese moçárabe e fornece um forte argumento contra a origem visigótica do monumento. O facto da estrada romana passar junto a Montélios dificilmente a tornaria um alvo esquecido pelos mouros. Como poderia ter escapado à destruição? Acresce a este dado, o facto de este ser provavelmente um lugar de culto acentuado, dada a proximidade temporal entre o início das invasões sarracenas e a morte de S. Frutuoso. Este prelado bracarense faleceu em 665 e os mouros terão atingido Braga por volta do ano 717. Aliado a Silva Pinto está Ferreira de Almeida que sublinha a existência de alguns traços moçárabes na sua arquitectura. "A passagem para cada um dos diferentes braços da cruz faz-se por três vãos, sob arcatura-grelha de duas colunas, os quais mostram arcos ultrapassados (ou em ferradura), com cimácios e técnica muito mais moçárabes que visigóticos"[15]. Porém, outros e decisivos aspectos estilísticos atribuídos ao período visigótico continuam a complicar a questão.

Silva Pinto justifica os elementos visigóticos como "apenas reflexo de uma arte que deixou fortes raízes na região"[16]. Todavia, é inegável o aspecto classicizante da estrutura da capela, quer pela sua volumetria exterior, muito semelhante a Galla Placídia e a outros

---

[15] ALMEIDA – *Op. Cit*, p. 24.
[16] PINTO – *Op. Cit*, p. 6.

monumentos da mesma época, quer pelos elementos decorativos ainda vinculados intimamente aos valores artísticos romanos. "Os seus frisos de palmetas ou de ramos geometrizados, feitos a bisel, estariam conforme o gosto decorativo dessa época"[17]. Terá sido apenas material reutilizado tardiamente na construção? É uma tese a verificar. O facto é que todos estes elementos, bem como a tradição, fortalecida pelas crónicas já citadas, favorecem a tese visigótica e informam-nos que esta terá sido a capela funerária mandada fazer pelo próprio São Frutuoso.

Foi Manuel Monteiro, grande investigador bracarense, um dos que mais lutou para que a tese moçárabe prevalecesse. Como recordou este investigador, "a forma interna das absides, ultra-semicirculares e monocêntricas, em oposição ao aspecto recto do exterior, tem paralelos nessa época"[18]. O facto deste monumento ter sido, quase de certeza, o lugar onde se veneraram as relíquias de S. Frutuoso durante quase três séculos (até serem roubadas em 1102), é justificado na devoção subtil que as gentes, que continuaram a viver nesta região, mantiveram ao santo prelado, erigindo a capela em plena época de ocupação sarracena – que como sabemos nunca foi efectivada nesta região. Poderemos aceitar este argumento? Se aceitamos a presumível sobrevivência da capela à passagem dos mouros – mesmo sabendo que a cidade de Braga poderia ter sido totalmente arrasada – teremos que aceitar necessariamente este argumento.

Este último raciocínio é certamente mais razoável que aquele que suporta a tese visigótica. Contudo, continuaria por explicar a presença de pedras nobres na construção – tais como calcário ou pedra de ançã e de mármore – bem como dos elementos profusamente trabalhados da sua decoração. Seria possível num tempo de forte perseguição aos cristãos, em que os meios económicos e os artistas não estariam propriamente tão disponíveis? Como construir um edifício destes para albergar o túmulo de um santo falecido um século antes?

---

[17] ALMEIDA – *Op. Cit.*, p. 25.
[18] *Ibid.*, p. 26.

4.2. Elementos da nova historiografia

4.2.1. A fragilidade da tese do ermamento

Apesar das muitas divergências apresentadas relativamente às duas possibilidades em discussão – visigótica ou moçárabe – a que vingou entre os principais investigadores bracarenses correspondia à tese de uma completa reconstrução do templete de Montélios, numa fase histórica associada à reconquista cristã.

O grande argumento utilizado na tarefa de fundamentar a predilecção absoluta pelo moçarabismo referia-se à tese, generalizada pela historiografia moderna, que defendia que o período árabe no Entre-Douro-e-Minho se caracterizou pelo ermamento e desmembramento das suas anteriores comunidades, dando para isso o exemplo da cidade de Braga. É um facto que a antiga capital suévica se viu desvalorizada do seu estatuto administrativo, económico e comercial e provavelmente foi abandonada pela maioria da sua população. Todavia, a história contemporânea, baseada particularmente nas investigações arqueológicas, vem afectar as bases daquilo que poderíamos considerar a tese do ermamento[19].

Segundo o historiador Paulo Pereira, existe uma escassez de vestígios dessas épocas, devendo-se esse facto, não à inexistência de ocupação humana, mas "à fragilidade de muitos dos edifícios mais importantes, aliás na sua maior parte refeitos no decurso dos séculos XI e XII e, por isso, "desaparecidos" sob os refacimentos"[20].

Não há dúvidas, portanto, de uma continuidade de ocupação humana nesta região. "É hoje generalizadamente aceite que o território entre o rio Minho e Douro terá mantido parte significativa das suas populações, até ao terceiro quartel do século IX num quadro social e político de ausência de poderes estatais actuantes, e a partir do último terço do século IX já enquadrados de modo sistemático nas estruturas de poder galaico-asturiano, leonês e portucalense, identificando-se muitos dos protagonistas das suas elites laicas

---

[19] Cf. PEREIRA, Paulo – "As Formas". In: AA.VV. – *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Universidade do Minho, 2009, p.444: "A tese do 'ermamento', com movimentos de despovoamento e posterior repovoamento durante este período conturbado de escaramuças militares, é uma tese hoje em dia grandemente comprometida pela pesquisa arqueológica, pese embora serem ainda poucos os vestígios dessas datas que nos restam."

[20] *Ibidem.*

e religiosas (Mattoso 1988 e 1992; Real 2007)"[21]. Já tínhamos conhecimento que os povos islâmicos não haviam ocupado administrativamente as terras a norte do Douro, todavia alargava-se o mito de que tudo haviam destruído aquando do desmembramento do reino visigótico, tese que hoje se entrevê difícil de presumir.

4.2.2. As campanhas de Almançor

Outro grande facto histórico que poderia atestar o moçarabismo de S. Frutuoso, seria a eventual destruição da capela durante as campanhas promovidas pelo general islâmico Mahomed Almançor, que nos finais do século X invadiu o noroeste peninsular, provocando inúmeros estragos, presumivelmente também em Braga.

Relativamente a esta possibilidade subsistem quatro dúvidas fundamentais, que surgem associadas:

i. Se Almançor utilizou Braga como passagem para Compostela;
ii. Se, passando por Braga, utilizou a via XIX, que passava junto de Montélios;
iii. Se, mesmo percorrendo a via XIX, havia tido disponibilidade para destruir a ermida que lá existia.
iv. Se, uma presumível tentativa de destruição, terá causado suficiente dano para destruir o edificado.

São estas quatro questões, aquelas que poderão evitar conclusões demasiado categóricas no que toca à garantia da sua destruição à passagem destas campanhas. Sabemos que o grande objectivo desta campanha militar era Compostela, prevendo-se que a cidade de Braga, à época, estivesse particularmente desfigurada da sua grandeza passada. É certo que a via romana que conduzia ao norte passava mesmo junto à capela de S. Frutuoso. Todavia, que certezas há da passagem desta campanha militar por Braga e que garantias teremos que tivessem seguido por essa via romana e não tenham utilizado outra? Admitir a destruição do cenóbio de Montélios nesta altura, seria lançar a especulação de uma mega empresa de destruição total do cristianismo no noroeste peninsular. Se assim

---

[21] *Ibidem.*

fosse, Almançor não teria chegado a Compostela tão depressa como no-lo comprovam os dados historiográficos.

Porque haveria Almançor de se preocupar com uma pequena ermida, quando o seu objectivo era atingir o cerne da cristandade na península? Ainda que tivesse intenção de destruir todas as marcas cristãs à sua passagem, o que não é muito plausível, seguramente que não iria perder muito tempo e energia com este tipo de estragos. Ainda que admitamos que os exércitos tenham tido a intenção de destruir a capela de S. Frutuoso, poderiam não tê-lo conseguido. A solução mais natural utilizada por este tipo de incursões militares era incendiar a partir do telhado, algo que possivelmente não afectaria a estrutura do edifício, que era granítica. Tudo isto, obviamente, se reveste de um teor especulativo, que não poderá servir de fundamento para fomentar um argumento, ou, pelo menos, para o sobrepor a outro tipo de raciocínio.

4.3. Detalhes de uma origem bizantina

4.3.1. A influência de Dume

Será mais plausível acreditar que algures no século X ou XI os cristãos, fruto do pacifismo garantido pela conquista de terras mais a Sul, restabelecessem as anteriores comunidades, junto das quais – não custa crer – se mantinham alguns núcleos populacionais. Acreditar que a cultura moçárabe pudesse influenciar decisivamente a região Noroeste da península, teria que implicar uma alteração profunda da leitura histórica anterior.

Seguramente que a capela de S. Frutuoso se localiza no preciso lugar onde o próprio prelado terá fundado um cenóbio, onde viria a ser sepultado. O templo associado ao cenóbio, seria eventualmente muito similar aos modelos então vigentes, destacando-se a Basílica de Dume como a principal referência. Os recentes estudos arqueológicos de que foi alvo o adro e a própria igreja de Dume, vêm trazer alguma luz sobre a sua origem, mas principalmente sobre o seu saimento.

Segundo Luís Fontes, cujos trabalhos de investigação têm vindo a aclarar a discussão em torno da capela de S. Frutuoso, os dados obtidos nas escavações arqueológicas efectuadas em Dume "permitem afirmar que, depois da edificação da igreja sueva e da reconversão da *villa* em mosteiro, no século VI, este se manteve

continuamente ocupado até finais do século IX"[22]. Portanto, a mesma situação poderia eventualmente verificar-se em Montélios, atestando que este monumento sobreviveu ao período posterior a 711, tendo conservado a sua edificação inicial.

Para além disso, um documento refere que no ano de 866, o bispo dumiense Sabarico se transferiu para Mondonhedo, na Galiza, podendo datar dessa época a extinção do mosteiro[23].

De referir a proximidade temporal entre o ano de 866, que pode confirmar o abandono deste cenóbio de Dume, e o ano de 873, altura em que o presbítero Cristóvão vê confirmada a doação de Montélios à Sé de Compostela. Ora, através destas duas informações podemos especular acerca da possibilidade dos territórios terem sido invadidos pelos sarracenos em data imediatamente anterior a 866. Havendo notícias de uma instabilidade constante nestes territórios, é provável que as populações se tenham refugiado em lugares mais seguros, sendo de admitir que esse abandono não tenha vigorado por longo período.

Por outro lado, a basílica de Dume pode permitir-nos tirar diversas ilações sobre a capela de S. Frutuoso. Dado o destaque que obteve o notável Martinho Dumiense, que desde logo atraiu o culto e a devoção popular, concentrado seguramente na basílica que havia mandado construir, o mais natural é que os seus sucessores pretendessem imitar os seus feitos gloriosos. Porque não admitir que S. Frutuoso, eivado pelo desejo de garantir a sua sepultura e uma comunidade monástica que lhe afiançasse a oração da salvação, quisesse fundar também um mosteiro num lugar próximo da cidade de Braga e nesse mosteiro construísse também uma pequena basílica? Sabemos como o desejo mimético é factor primordial de difusão da cultura, das línguas e até de elementos artísticos.

O tempo de S. Martinho de Dume não havia cessado há muito, quando Frutuoso assumiu o sólio bracarense. O exemplo de Dume é muito similar ao de Montélios, com a diferença de Dume ter dimensões significativamente maiores. Porque não admitir que grande parte da estrutura da capela de S. Frutuoso é efectivamente herança visigótica, dado que a planta e a estrutura interna se assemelham

---

[22] FONTES, Luís – "*O Norte de Portugal ente os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação*". In: Actas do VI Simposio de arqueología Visigodos y Omeyas. Asturias entre visigodos y mozárabes", Madrid (Spain), 2010, p. 3.

[23] Cf. *Ibidem*.

muito ao que teria sido a basílica de Dume? Os recentes estudos arqueológicos da basílica de Dume, para além de comprovarem a existência de uma planta basilical, com cabeceira cruciforme, composta por absides de planta semicircular e provável capela palatina, atestam a proximidade estilística com o monumento de Montélios, algo que pode garantir a sua origem eminentemente bizantina.

A chave sobre as dúvidas e polémicas em torno da origem da capela de S. Frutuoso pode muito bem localizar-se a escassas centenas de metros dali, precisamente em Dume.

4.3.2. A sobrevivência dos elementos bizantinos

O investigador António de Azevedo é o mais conciliador entre aqueles que apontaram como muito improvável a origem bizantina da Capela de S. Frutuoso, atirando a sua construção para o século XI, dada a existência de materiais muito similares em S. Torcato, Guimarães. "O suposto visigotismo artístico da Galécia pode considerar-se prolongado durante o domínio árabe, pois a influência deste foi nula e o moçarabismo praticamente não existiu senão tardiamente, e por reflexo apenas".[24] Segundo este estudioso os materiais construtivos, como a pedra de ançã e o mármore, poderão ter sido adquiridos na própria época em que os povos islâmicos detinham a administração da cidade e região de Coimbra. Não conseguimos, porém, sustentar esta possibilidade em registos que confirmem a existência de relações económicas e comerciais entre cristãos e muçulmanos, numa fase de grande tensão militar que antecedeu as campanhas do rei cristão Fernando Magno sobre esta região. Portanto, a existência de mármore e pedra de ançã, bem como as decorações e funcionalidades adoptadas nestes materiais, podem por si só constituir um argumento fortíssimo a favor de uma origem visigótica da capela. Isto, contudo, não impedirá que aceitemos uma reconstrução parcial em época posterior, porém torna-se impossível assumir a total reconstrução do monumento de Montélios.

Os dados fornecidos por S. Valério na biografia escrita pouco anos após a morte do prelado bracarense, a similitude da estrutura do edifício com a basílica de Dume e com Galla Palcídia ou a existência de elementos e materiais associados a influências bizan-

---

[24] AZEVEDO – *Op. Cit.*, p. 17.

tinas permitem-nos creditar com particular ênfase uma tese, que denominaremos de 'visigótica' moderada.

Uma vez mais nos apoiamos nos trabalhos de Luís Fontes. Segundo este investigador o edificado actual da capela corresponderá a três fases distintas: a primeira que corresponderá a elementos sobreviventes da capela mandada construir no ano de 660 pelo próprio S. Frutuoso; uma segunda fase que corresponderá à reconstrução no período moçárabe, centrada essencialmente na estrutura central elevada; e uma terceira fase que é composta pela reconstrução levada a cabo nos anos 30 do século passado[25].

Divergiremos, contudo, deste investigador quando refere como 'escassos' os vestígios da primeira fase. Neste sentido atribuiremos a decoração arquitectónica em calcário e as arcarias complexas ao período visigótico, dado ser improvável a presença de materiais deste género numa época de desorganização administrativa e económica. Para além disso, as decorações encontradas referem-se a elementos clássicos, que podem ter pertencido à primitiva edificação[26].

Para além disto, o tipo de arcatura utilizado, o chamado arco ultrapassado, já era utilizado no período visigótico, como no-lo comprovam os mais recentes estudos desta fase[27], encontrando exem-

---

[25] Cf. FONTES – "*O Norte de Portugal*...", p. 6: "Uma primeira fase correspondente a escassos vestígios de uma edificação original (paramentos e abóbada de canhão na abside poente, pilares centrais da quadra central e metade inferior dos paramentos da torrelanterna, com encosto de abóbada nas paredes formeiras interiores). Uma fase intermédia definida por um significativo grupo de vestígios correspondentes a uma reconstrução antiga (elevação geral do edifício, perceptível na fiada logo abaixo dos frisos de calcário na abside oeste e sensivelmente a partir do meio dos paramentos da torre-lanterna, incluindo a sua cobertura em cúpula semi-esférica sobre pendentes, decoração arquitectónica em calcário e arcarias complexas associáveis a coberturas igualmente complexas das absides N, E e S, conservando-se vestígios de arranque das suas abóbadas). A terceira fase corresponde aos elementos da reconstrução / / restauro efectuado no segundo quartel do século XX (quase totalidade das paredes das absides N, E e S e coberturas telhadas).

[26] Cf. BARREIROS, Manuel de Aguiar – "A Capela de S. Frutuoso". In: *A Arte em Portugal*. N.º 2. Braga. Porto: Marques Abreu, 1927, p. 16: "o que denota a sua origem bizantina é a traça característica do aludido friso, e ainda a forma das impostas e dos capitéis, vasados em moldes de especial imitação coríntia e compósita, peculiar à arte bizantina, que a miude os empregava de parceria com outros primitivamente seus – de configuração piramidal, ou cónica invertida, cúbicos de ângulos truncados, ábaco muito desenvolvido".

[27] PINHEIRO, Nuno Santos – "O Arco Ultrapassado na Arquitectura Visigótica". In: Actas del Primer Congreso Nacional de Historia de la Construcción, Madrid, 19-21 septiembre 1996, Madrid: I. Juan de Herrera, CEHOPU, 1996, pp. 477-483.



Arcos do período visigótico na Sé de Palência

plos como o da cripta da Sé de Palência em Espanha, atribuídos com poucas dúvidas ao período de dominação visigótica. Na gravura, que expomos neste ensaio, podemos detectar uma similitude profunda com a arcatura que suporta o lanternim da capela de S. Frutuoso.

A decoração exterior da capela também se destaca como elemento fundamental para a historiografia do monumento. Moura Coutinho estendeu-a a todos os tramos do edifício, partindo das paredes do tramo ocidental, o único a escapar às sucessivas reconstruções dos franciscanos. Trata-se de uma combinação, em forma de arcatura cega, de arcos alternados entre a volta perfeita e um fecho triangular ou em mitra. Dado que há garantias da sua antiguidade no contexto arquitectónico do monumento, especula-se a sua ligação a elementos similares encontrados na cidade italiana de Ravena, na igreja de S. Vital, ou em Roma no mausoléu de Santa Constança, ambos exemplares do estilo bizantino[28].

---

[28] Cf. PEREIRA – *Arte Portuguesa. História Essencial*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 208.

5. CONCLUSÃO

Adoptaremos como conclusão deste ensaio cinco asserções a respeito da capela de São Frutuoso que nos merecem relativo grau de credibilidade.

Primeiro, independentemente de ter uma origem visigótica, moçárabe ou posterior a estas duas épocas, confirma-se como um monumento referente a um período da nossa pré-nacionalidade e antecessor do denominado estilo românico.

Segundo, os principais argumentos utilizados pela linha de análise moçarabista - tais como a eventual destruição de Braga em 717 seguida de ermamento, a impossibilidade de sobreviver à passagem de Almançor ou a existência de arcos em ferradura - ficaram fragilizados perante a historiografia hodierna.

Terceiro, a possibilidade da capela obedecer a uma estrutura significativamente sobrevivente do primitivo edificado vê-se reforçada, quer pela similitude com monumentos da mesma época, quer pela presumível influência da recentemente estudada basílica de Dume, quer pelos elementos da nova historiografia, factos que anulam a possibilidade de um ermamento nesta região e tornam menos relevante o facto da capela estar situada junto a uma via romana.

Quarto, apesar de acreditarmos que grande parte da estrutura actual, para a qual contribuiu uma parte dos trabalhos de reconstrução do arquitecto Moura Coutinho, ser de origem visigótica e contemporânea de S. Frutuoso, aceitamos que tenha havido uma reconstrução parcial – e não total ou quase total – do edificado que podemos situar no início do século XI. Portanto, discordamos totalmente de situar esta discussão numa dicotomia visigótica-moçárabe.

Quinto, a necessidade imperiosa de investigar arqueologicamente o local poderá trazer as luzes finais que permitirão argumentar com maior plausibilidade e razoabilidade a respeito da origem do monumento. Todavia, isso não reduz em nada a sua relevância artística e histórica.

Braga, 11 de Janeiro de 2012

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, pp. 22-27.

AZEVEDO, António de – *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*. Braga: 1964.

BARREIROS, Manuel de Aguiar – "A Capela de S. Frutuoso". In: *A Arte em Portugal*. N.º 2. Braga. Porto: Marques Abreu, 1927.

COUTINHO, João de Moura – *As artes pré-românicas em Portugal: São Frutuoso de Montélios*. Braga: ASPA, 1978.

FERREIRA, Rui – "A Capela de S. Frutuoso: um mistério por desvendar". In: *Diário do Minho*, 6 de Setembro de 2011, p. 20.

FONTES, Luís – *S. Frutuoso de Montélios*. Braga: Comissão Regional de Turismo do Verde Minho, 1989.

FONTES, Luís – "O Período Suévico e Visigótico e o papel da Igreja na organização do território". In: AA.VV. – *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Universidade do Minho, 2009, pp. 272-295.

FONTES, Luís – "*O Norte de Portugal ente os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação*". In: Actas do VI Simposio de arqueología Visigodos y Omeyas. Asturias entre visigodos y mozárabes", Madrid (Spain), 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Braga: percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campo das Letras, 1999, pp.293-296.

PEREIRA, Paulo – "As Formas". In: AA.VV. – *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Universidade do Minho, 2009, pp. 442-591.

PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa. História Essencial*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 162-163 e 208-210.

PINHEIRO, Nuno Santos – "O Arco Ultrapassado na Arquitectura Visigótica". In: *Actas del Primer Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, Madrid, 19-21 septiembre 1996, Madrid: I. Juan de Herrera, CEHOPU, 1996, pp. 477-483.

PINTO, Miguel Carrilho da Silva – *A Igreja de S.Frutuoso de Montélios*. Braga: Junta de Freguesia de Real, 1983.

PINTO, Sérgio da Silva – *S. Frutuoso de Montélios. A Igreja mais bizantina da península*. Braga: Edições Bracara Augusta, 1960.

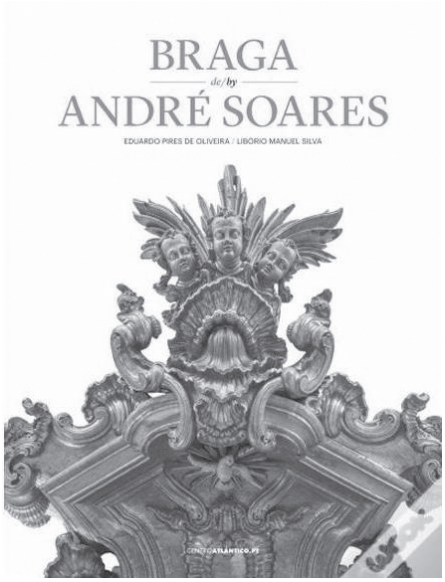
S. VALÉRIO – *Vida de S. Frutuoso*. Tradução de José Cardoso. Braga: Cabido Metropolitano, 1996.

Recensões

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de; SILVA, Libório Manuel – *Braga de/by André Soares,* V. N. Famalicão; Centro Atlântico Lda, 2014 (325x245mm; 160 pp.; ISBN: 978-989-615-194-2).**

Da autoria de Eduardo Pires Oliveira, prefácio de Vítor Serrão e primorosa ilustração fotográfica de Libório Manuel Silva, *Braga de/by André Soares* constitui um verdadeiro marco no estudo e divulgação do mais importante artista bracarense do século XVIII, o genial arquitecto e entalhador André Ribeiro Soares da Silva (1720-1769).

Na sequência de anteriores estudos, poucos, mas importantes, como os do professor Robert C. Smith, *André Soares, arquitecto do Minho*, ou os três volumes de actas do congresso internacional *A Arte em Portugal no século XVIII – homenagem a André Soares,* dinamizado pelo historiador de arte Flávio Gonçalves, surge agora esta obra de Eduardo Pires Oliveira, que é uma síntese da longa e aturada investigação que o levou a apresentar, na Faculdade de Letras do Porto, em 2012, a dissertação de doutoramento intitulada *André Soares e o Rococó do Minho*. Como diz Vítor Serrão, no prefácio, é uma obra que vem "colmatar várias lacunas sobre o artista, acrescentar dados biográficos e de atividade, clarificar relações e mecenato, definir o 'corpus' da obra e, sobretudo, reenfocar o seu papel no contexto da arte portuguesa do século XVIII". Eduardo Pires Oliveira defende, com efeito, e muito acertadamente, que André Soares ultrapassa claramente a dimensão regional a que outros críticos o



tinham circunscrito e foi um dos mais importantes arquitetos portugueses do séc. XVIII, o verdadeiro introdutor do Rococó na arquitetura portuguesa.

Escrito em português e inglês, o texto organiza-se em quatro grandes secções: **Introdução**, **Vida**, **Obra** e **Saber Mais**. Na secção **Vida** dão-se a conhecer pormenores interessantes que nos permitem clarificar melhor o contexto económico e social em que viveu André Soares e a

importância das relações familiares para o desabrochar de uma atividade que se viria a revelar excepcional. Na secção **Obra**, a mais extensa e importante de todas, analisam-se as realizações arquitetónicas, as de talha, os desenhos e os trabalhos existentes fora de Braga, contribuindo para delinear, talvez exaustivamente, o seu 'corpus'. A secção final **Saber Mais** constitui uma espécie de bibliografia seleta, identificando as obras de investigação que, ao longo do tempo, foram contribuindo para a revelação, cada vez mais nítida, da personalidade artística do original arquiteto e entalhador.

Consideramos este livro de Eduardo Pires Oliveira um estudo de grande mérito. Destinado a um público não propriamente especializado, não devendo, por isso, apresentar nem a dimensão nem o aparato crítico e documental que um trabalho de doutoramento exige, cumpre cabalmente a função de levar os leitores a caírem bem na conta do grande génio artístico de dimensão nacional e internacional que foi o bracarense André Soares.

L.S.P.

■ **GOMES, Joaquim da Silva – *Os Eléctricos em Braga (1914-1963)*. Prefácio do Prof. Dr. José Manuel Lopes Cordeiro. Braga, Edições Bom Jesus, 2014. (230x160mm; 136 pp.; ISBN: 978-989-98974-0-3).**

Autor de, pelo menos, oito obras de natureza histórica de temática bracarense, que vão desde *Braga e os Caminhos de Ferro* (2002) a *85 Anos do Correio do Minho* (2011), Joaquim das Silva Gomes apresenta-nos agora a história dos carros elétricos na cidade de Braga, precisamente no ano em que se comemora o 1.º centenário da sua inauguração (Outubro de 1914), meio de transporte que permanece no imaginário de muitos bracarenses e cujo desaparecimento, talvez precipitado, uma vez que ele continua noutras cidades portuguesas, suscita um certo sentimento de nostalgia.

Para além da evolução dos transportes urbanos na cidade, desde os "americanos" e as composições rebocadas por pequenas locomotivas a vapor até à introdução, em 1963, dos tróleis, Joaquim da Silva Gomes dá-nos a conhecer muitos outros dados, alguns bem curiosos, como as queixas apresentadas por cidadãos contra o perigo que constituíam as novas viaturas, alguns acidentes que se verificaram, as reclamações contra a falta de civismo de condutores e



até um poema encomiástico publicado no jornal Comércio do Minho. E entre as 43 fotografias muito interessantes e raras do Suplemento Iconográfico não faltam os

Mapas Demonstrativos de receitas e despesas ou do movimento de passageiros.

Em jeito de conclusão, o autor propõe às entidades públicas o desafio de recolocarem em funcionamento, o mais rapidamente possível, os veículos de tração elétrica, recuperando as duas, ou, pelo menos, uma das linhas que existiam na cidade.

É um livro que, além de satisfazer a curiosidade de quem se interessa pelo tema dos transportes públicos e de contribuir para, de algum modo, matar saudades, constitui um documento precioso para uma futura história dos transportes públicos na cidade de Braga.

L.S.P.

■ **LOPES, Eduardo Jorge Madureira – *De Autocolante ao Peito, Autocolantes do 25 de Abril*. Coleção Braga. Cidade Bimilenar. Braga, Fundação Bracara Augusta, 2014. (170x120mm; 151 pp.; ISBN: 978-972-8635-46-6).**

Com prefácio muito esclarecedor de Eduardo Jorge Madureira, também autor da obra, este é já o 45.º volume da coleção 'Braga.Cidade Bimilenar, coleção que pretende dar a conhecer a um público alargado de leitores textos e imagens referentes à cidade de Braga.

O presente volume constitui uma maneira bem original de a Fundação Bracara Augusta se associar às comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril. Recolhe cerca de 130 imagens de emblemas, cartazes, autocolantes a que os partidos políticos, então emergentes, deitaram mão para se darem a conhecer, para difundirem as suas ideias políticas, as suas reivindicações, os seus comícios, as suas festas. Desses partidos, uns ainda subsistem com a mesma identidade, outros transformaram-se, associaram-se, mudaram de programa, de nome e de símbolo, outros desapareceram simplesmente. Poucas pessoas saberão hoje que existiram, quais eram os seus ideais, que ação desenvolveram.

Os partidos privilegiaram estes meios de comunicação porque eram ágeis, baratos, de rápida execução e difusão e transmitiam ideias concisas, fáceis de compreender e fixar. Eram eficazes. Constituíam em Portugal uma verdadeira inovação no domínio das linguagens políticas.



Esta recolha fica como testemunho histórico da explosão política que se viveu em Portugal e, concretamente, na cidade de Braga, depois do 25 de Abril, explosão criativa, sem dúvida, mas nem sempre isenta de violência e arbitrariedades que a fluidez dos tempos então vividos ajuda a compreender.

L.S.P.

Índice

Apresentação	Director	3
Por Braga, a caminho de Santiago	Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha	5
O Infante D. Henrique, arcebispo de Braga (1533-1540): sua ação pastoral e reformadora	Franquelim Neiva Soares	29
A função das *cartas diplomáticas* em diversas circunstâncias da vida quotidiana	José Marques	67
A correspondência entre António Rodrigues Sampaio e o Conde de Margaride durante a administração do distrito de Braga (1871--1877) e do Porto (1878-1879)	Luís Miguel P. G. Cardoso de Menezes	254
História da Literatura em Teófilo Braga – Romantismo, gestão de informação e estratégias de luta ideológica	Pedro Vilas Boas Tavares	255
A Capela de S. Frutuoso – Elementos para o seu estudo e compreensão	Rui Ferreira	277
Recensões	Luís da Silva Pereira	299

FICHA TÉCNICA

Paginação: **Câmara Municipal de Braga**

Impressão e Acabamento: Graficamares, Lda.

400 exemplares

Depósito Legal n.° 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

À

Redacção

B R A C A R A
A U G U S T A

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a recepção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcção_____

_____

Data_____/_____/ 201__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da recepção pode ser feita por e-mail*

"A não devolução deste postal implica a cessação do envio das edições desta Câmara"



Telef. 253 203 150 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt